



Universidade de Brasília (UnB)  
Instituto de Ciências Humanas (ICH)  
Departamento de Serviço Social (SER)  
Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)  
Tese

O ALCANCE DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS NO  
BRASIL APÓS A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DA  
REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA

**Fabricia da Hora Pereira**

Brasília-DF

2020

FABRICIA DA HORA PEREIRA

O ALCANCE DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS NO  
BRASIL APÓS A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DA  
REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Política Social da Universidade de Brasília como  
requisito para obtenção do grau de Doutora em  
Política Social, sob orientação da Professora Dra.  
Maria Lucia Lopes da Silva

Brasília-DF

2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Da Hora Pereira, Fabricia  
Da O ALCANCE DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS ÀS POLÍTICAS  
SOCIAIS NO BRASIL APÓS A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: UM OLHAR A  
PARTIR DA REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA / Fabricia Da  
Hora Pereira; orientador Maria Lucia Lopes da Silva. --  
Brasília, 2020.  
331 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --  
Universidade de Brasília, 2020.

1. Migração Venezuelana. 2. Política Social . I. Lopes da  
Silva, Maria Lucia , orient. II. Título.

FABRICIA DA HORA PEREIRA

O ALCANCE DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS NO  
BRASIL APÓS A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO: UM OLHAR A PARTIR DA  
REALIDADE DO ESTADO DE RORAIMA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de  
Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências  
Humanas da Universidade de Brasília, a ser submetido ao exame de  
final de avaliação.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Maria Lucia Lopes Pereira da Silva  
Orientadora (Universidade de Brasília/PPGPS)

---

Profa. Dra. Sandra Oliveira Teixeira  
Universidade de Brasília/ Membro interno do PPGPS

---

Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva  
Universidade de Brasília/ Membro externo do PPGPS

---

Prof. Dr. Gustavo da Frota Simões  
Universidade Federal de Roraima/ Membro Externo

---

Prof. Dr. Ioannis Papadopoulos  
Universidade de Brasília/ Membro interno do PPGPS suplente

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela fé e a coragem com que me conduziu em meio às minhas limitações e dificuldades.

A todas e todos os imigrantes venezuelanos que me acolheram e ensinaram a olhar o ser humano com mais sensibilidade.

À minha orientadora, Maria Lúcia Lopes da Silva, que sempre me incentivou e com sua dedicação e ética me auxiliou nessa trajetória.

À Abisai Gonzalez, que com sua leveza e amor torna meu caminhar mais fácil e cheio de esperança.

Ao meu avô Heleno e minha avó Maria Elias que cuidaram de mim com afeto e dedicação.

À minha mãe Eunice e meu pai José Marcelino por acreditarem em mim e incentivarem a seguir em frente.

À minha avó Margarida e todos os meus familiares pelo imenso carinho e respeito.

À minha amiga Aline Menezes que foi fonte de inspiração para eu iniciar essa trajetória: sem o seu exemplo não seria possível.

À Mariana Puridade, pelas trocas, paciência e amabilidade, por segurar as minhas mãos quando eu mais precisei.

À professora Sandra Oliveira Teixeira, por seu compromisso e trajetória valiosa nos estudos sobre políticas sociais.

Ao professor Ioannis Papadopoulos, pela presteza e contribuição para o debate das migrações internacionais.

Ao professor Gustavo Simões, por toda diligência, presteza e compromisso em facilitar o acesso ao campo.

Ao professor Leonardo Cavalcanti, pelo acolhimento ainda no início da minha caminhada no descobrimento do universo das migrações internacionais.

À querida professora Lucia Barbosa, pelas trocas afetivas e amizade.

À querida Petra Nirovis pela companhia e presteza durante a pesquisa de campo em Boa Vista; a Celso Martinez, pelas transcrições das entrevistas e a Alessandra Fernandes, pela revisão do texto.

À Simone Albuquerque e família por me acolherem em seu lar quando estive em Roraima.

Às mulheres comprometidas na defesa dos direitos dos imigrantes venezuelanos: professora Júlia Camargo, da Universidade Federal de Roraima, Irmã Valdiza e Irmã Telma.

Às mulheres guerreiras e valiosas que me impulsionam com trajetórias incríveis: Visiane Batista, Rafaela Santana, Olga Paixão, Luciana Arruda, Elisabete Pinto, Lucile Bahia, Caroline Barbosa Ferreira e as amigas valiosas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Às companheiras do Núcleo de Direitos Humanos do MPDFT, pela intensa e profunda vivência na luta pelos direitos humanos.

## RESUMO

Esta tese examina, no contexto contemporâneo, como se dá o alcance dos imigrantes às políticas sociais no Brasil após a aprovação da Lei 13.445 de 2017 (Nova Lei de Migração). Para tanto, partiu-se da realidade concreta, ou seja, a realidade vivenciada pelos imigrantes venezuelanos no estado de Roraima. Argumenta-se que a Lei 13.445/2017 representa um novo paradigma para os imigrantes no Brasil, pois estabelece como princípio da política migratória brasileira a igualdade entre nacionais e imigrantes no tocante à inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A partir desse marco legal e sua regulamentação, observou-se que a materialização dos princípios que regem a política migratória pressupõe o acesso dos imigrantes às políticas sociais. Assim, a partir das categorias política social, capitalismo e migração buscou-se investigar detalhadamente os meandros que envolvem essa realidade lançando mão de dados primários – pesquisa de campo no estado de Roraima, entrevistas com os gestores das políticas sociais e os imigrantes – e secundários – análise documental e bibliográfica. Dessa forma, constatou-se que o projeto neoliberal em curso no Brasil, contrário à materialização dos direitos historicamente conquistados, reforça estigmas e estereótipos de culpabilização do imigrante e, por meio da militarização da migração, tende a se distanciar das diretrizes de uma política migratória emancipatória. Com isso, o Estado desconsidera o potencial positivo da migração e utiliza as políticas sociais como mecanismo político que impulsiona a concorrência entre os imigrantes e os brasileiros. Como desdobramento, não se constroem coletivamente as bases de organização para a promoção de uma sociedade de destino justa e igualitária. O contexto do estado de Roraima é marcado por disputas e enfrentamentos que traduzem diferentes projetos societários e de classe, no qual emergem sujeitos coletivos que se posicionam em defesa de uma concepção de sociedade livre de exploração, preconceito e violência contra os imigrantes. Contudo, apesar de se mostrarem resistentes às investidas neoliberais, esses sujeitos estão na contramão do projeto hegemônico em curso. Dessa maneira, a construção de uma contra-hegemonia só poderá ocorrer com a participação ativa dos imigrantes venezuelanos em articulação com os movimentos que partilham dos princípios da política migratória brasileira. Todavia, as necessidades imediatas por sobrevivência – saúde, alimentação, habitação e mais – enquanto não superadas, são focos primários de atenção dos sujeitos. Por isso, a importância de desvelar o real em torno do acesso dos imigrantes às políticas sociais no Brasil, pois alargar o seu alcance é uma estratégia vital para a satisfação das necessidades imediatas, como estágio primário de garantia e defesa da cidadania, ainda que nos marcos do capitalismo.

Palavras-chaves: Política social. Política migratória. Migração venezuelana.

## **ABSTRACT**

This thesis examines, in a contemporary context, how immigrants reach social policies in Brazil after the approval of the Law 13,445 of 2017 (New Migration Law). For that, it started from the concrete reality, that is, the reality lived by the Venezuelan immigrants in the state of Roraima. It is argued that Law 13,445 / 2017 represents a new paradigm for immigrants in Brazil, as it establishes as a principle of Brazilian immigration policy, equality between nationals and immigrants with regard to the inviolability of the right to life, freedom, equality, security and property. From this legal framework and its regulation, it was observed that the materialization of the principles that govern the immigration policy, presumes the access of immigrants to social policies. Thus, from the categories of social policy, capitalism and immigration we sought to investigate in detail the intricacies that surround this reality using primary data – conducted field research in the state of Roraima, interviews with social policy managers and immigrants - and secondary - documentary and bibliographic analysis. Thus, it was found that the neoliberal project underway in Brazil, contrary to the materialization of immigrant rights historically conquered, reinforces stigmas and stereotypes of blaming immigrants, and, through militarization of migration, tends to distance themselves from the guidelines of an emancipatory migration policy. With this, the State ends up disregarding the positive potential of migration and uses social policies as a political mechanism that drives competition between immigrants and nationals. As a result, the organizational bases for the promotion of an effectively welcoming society are not collectively constructed. So, the context of the state of Roraima is marked by disputes and confrontations that reflect different societal and class projects, in which collective subjects emerge who stand in defense of a concept of a society free from exploitation, prejudice and violence against immigrants. However, despite being resistant these subjects are against the hegemonic neoliberal project in course, consequently, the construction of a counter hegemony can only occur with the active participation of Venezuelan immigrants in articulation with the movements that share the principles of Brazilian migration policy. However, the immediate needs for survival - health, food, housing and more - while not being overcome, are the primary focus of attention of the subjects. For this reason, the importance of unveiling the reality around the access of immigrants to social policies in Brazil, as extending their reach is a vital strategy for meeting immediate needs, as a primary stage of guaranteeing and defending citizenship, even in the framework of capitalism.

**Keywords:** Social policy. Migratory policy. Venezuelan migration.

## RESUMEN

Esta tesis examina, en el contexto contemporáneo, cómo los inmigrantes alcanzan las políticas sociales en Brasil después de la aprobación de la Ley 13.445 de 2017 (Nueva Ley de Migración). Para eso, se partió de la realidad concreta, es decir, la realidad vivida por los inmigrantes en el estado de Roraima. Se argumenta que la Ley 13.445 / 2017 representa un nuevo paradigma para los inmigrantes en Brasil, ya que establece como principio de la política de inmigración brasileña, la igualdad entre nacionales e inmigrantes con respecto a la inviolabilidad del derecho a la vida, la libertad, la igualdad, seguridad y propiedad. A partir de este marco legal y su regulación, se observó que la materialización de los principios que rigen la política migratoria presupone el acceso de los inmigrantes a las políticas sociales. Así, a partir de las categorías política social, capitalismo y migración, se buscó investigar en detalle las complejidades que rodean esta realidad utilizando datos primarios (investigación de campo en el estado de Roraima y entrevistas con gerentes de políticas sociales e inmigrantes). Secundario - Análisis documental y bibliográfico. De esa forma se constató, que el proyecto neoliberal en marcha en Brasil, contrario a la materialización de los derechos de los inmigrantes, refuerza los estigmas y los estereotipos de culpar a los inmigrantes y a través de la militarización de la migración, tiende a distanciarse de los lineamientos de una política de migración emancipadora. Con esto, el Estado no considera el potencial positivo de la migración y utiliza las políticas sociales como un mecanismo político que impulsa la competencia entre inmigrantes y nacionales. Como resultado, las bases organizativas para la promoción de una sociedad efectivamente acogedora no se construyen colectivamente. Entonces, el contexto del estado de Roraima está marcado por disputas y confrontaciones que reflejan diferentes proyectos sociales y de clase, en los que surgen sujetos colectivos que defienden un concepto de una sociedad libre de explotación, prejuicio y violencia contra los inmigrantes. Sin embargo, a pesar de ser resistentes, estos sujetos están en contra del proyecto hegemónico neoliberal, por lo tanto, la construcción de una contra hegemonía solo puede ocurrir con la participación activa de inmigrantes venezolanos en articulación con los movimientos que comparten los principios de la política migratoria brasileña. Sin embargo, las necesidades inmediatas de supervivencia (salud, alimentación, vivienda y más), aunque no se superan, son el foco principal de atención de los sujetos. Por esta razón, la importancia de revelar lo real en torno al acceso de los inmigrantes a las políticas sociales en Brasil, ya que extender su alcance es una estrategia vital para satisfacer las necesidades inmediatas, como una etapa primaria para garantizar y defender la ciudadanía, incluso entro de los marcos del capitalismo.

Palabras clave: Política social. Política migratoria. Migración venezolana.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por idade (2019)	258
Gráfico 2 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Etnia/ Cor (2019)	259
Gráfico 3 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Sexo (2019)	260
Gráfico 4 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Estado Civil (2019)	260
Gráfico 5 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Escolaridade (2019)	261
Gráfico 6 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Trabalho remunerado na Venezuela (2019)	262
Gráfico 7 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Estado de origem dos imigrantes (2019)	263
Gráfico 8 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Tipo de moradia na Venezuela (2019)	264
Gráfico 9 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo interesse de Retorno para Venezuela (2019)	265
Gráfico 10 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pela oferta de Qualificação profissional pelo Governo Federal (2019)	267
Gráfico 11 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pela Qualificação profissional pelo Governo do Estado de Roraima e município de Boa Vista (2019)	268
Gráfico 12 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo interesse na Revalidação de diplomas (2019)	269
Gráfico 13 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo Acesso à assistência jurídica no Brasil (2019)	270
Gráfico 14 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pela Dificuldade de acesso ao trabalho por ser imigrante (2019)	271
Gráfico 15 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Repasse de recurso pelo governo (2019)	272

Gráfico 16 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo acesso ao Programa Bolsa Família (2019)	272
Gráfico 17 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo acesso ao Benefício de Prestação Continuada (2019)	273
Gráfico 18 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo acesso ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (2019)	274
Gráfico 19 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo acesso ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (2019)	274
Gráfico 20 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo Acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (2019)	275
Gráfico 21 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pela Segurança alimentar (2019)	276
Gráfico 22 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo recebimento de Benefício Eventual (Cesta Básica) (2019)	277
Gráfico 23 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Tipo de moradia no Brasil (2019)	278
Gráfico 24 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pela Discriminação por ser imigrante (2019)	279
Gráfico 25 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) pelo Conhecimento sobre discriminação contra imigrantes no Brasil (2019)	280
Gráfico 26 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por sofrer agressão física motivada por ser imigrante (2019)	280
Gráfico 27 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Conhecimento de imigrantes que tenham sofrido agressão física (2019)	281
Gráfico 28 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por sofrer agressão verbal por ser imigrante (2019)	282
Gráfico 29 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Conhecimento de imigrantes que tenham sofrido agressão verbal (2019)	282
Gráfico 30 - Perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista (Brasil) por Apoio em caso de violência (2019)	283

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- As classes sociais no capitalismo	87
Quadro 2	- Solicitação de refúgio – venezuelanos – 2018	167
Quadro 3	- Solicitação de residência – venezuelanos – 2018 – Todos os amparos legais	168
Quadro 4	- Índice de desenvolvimento humano municipal e renda média de Roraima	171

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	- Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano nas unidades da Federação – Brasil (2010)	170
Tabela 2	- Quantidade de venezuelanos atendidos nos serviços ambulatoriais do município de Boa Vista em 2016, 2017, 2018 até 30 de abril de 2019	238
Tabela 3	- Quantidade de venezuelanos internados em Boa Vista nos anos de 2016, 2017, 2018 até 30 de abril de 2019	240

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AD	Acción Democrática
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CNig	Conselho Nacional de Migração
CSVM	Cátedra Sérgio Vieira de Mello
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CME	Capitalismo Monopolista de Estado
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
CTV	Confederación de Trabajadores de Venezuela
FMI	Fundo Monetário Internacional
GESST	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Medida Provisória
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Política Social
PDVSA	Petróleos de Venezuela
UFRR	Universidade Federal de Roraima

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>MÉTODO E METODOLOGIA.....</b>	<b>25</b>
<b>1 CAPITALISMO: DA GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO</b>	<b>41</b>
<b>1.1 Acumulação originária e as condições necessárias à organização social capitalista.....</b>	<b>41</b>
<b>1.2 A expansão do capital, o desenvolvimento das forças produtivas e a subsunção social do trabalho.....</b>	<b>50</b>
<b>1.3 Imperialismo: caracterização teórica, contradições, tensões das forças produtivas, crises e balanço.....</b>	<b>64</b>
<b>1.4 Classes Sociais no Capitalismo.....</b>	<b>86</b>
<b>2 VENEZUELA: A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA VIA?.....</b>	<b>93</b>
<b>2.1 Chávez para Venezuela, Chávez para América Latina.....</b>	<b>93</b>
<b>2.2 A Árvore de Três Raízes e o Pensamento de Chávez.....</b>	<b>106</b>
<b>2.3 Os (des)caminhos de Maduro.....</b>	<b>114</b>
2.3.1 Os Militares e o Governo Maduro.....	122
<b>2.4 A Comunidade Internacional e a Crise Venezuelana.....</b>	<b>130</b>
2.4.1 Relação Brasil e Venezuela.....	134
2.4.2 Os Estados Unidos e a Venezuela: antiga e longa história.....	140
2.4.3 A Tática de Guerra Coletiva: Sanções Econômicas.....	148
2.4.4 Rússia e China e as apostas na Venezuela.....	158
2.4.5 “Unidad y lealtad com Nicolás”: o balanço do governo Maduro sobre a conjuntura venezuelana.....	163
<b>2.5 Sobre a migração venezuelana.....</b>	<b>165</b>
<b>3 POLÍTICA SOCIAL E MIGRAÇÃO.....</b>	<b>173</b>
<b>3.1 Política Social: diferentes abordagens sobre o tema.....</b>	<b>173</b>
<b>3.2 Política Migratória.....</b>	<b>179</b>
<b>4 O DISCURSO INSTITUCIONAL SOBRE A MIGRAÇÃO.....</b>	<b>190</b>
<b>5 OS VENEZUELANOS NO BRASIL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS .....</b>	<b>227</b>
<b>5.1 Vida na Venezuela: circunstâncias e planejamento da migração.....</b>	<b>228</b>
<b>5.2 Situação migratória e conhecimento sobre os direitos dos imigrantes no Brasil...</b>	<b>231</b>
<b>5.3 Acesso às políticas sociais no Brasil: saúde, educação, assistência social, assistência jurídica, serviço bancário e trabalho.....</b>	<b>235</b>

<b>5.4 Os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”</b> .....	254
<b>5.5 A Fronteira: Visita a Pacaraima</b> .....	283
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	290
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	300
<b>ANEXO A – Roteiro de entrevista para representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima</b> .....	313
<b>ANEXO B – Guión de entrevista con inmigrantes venezolanos en Brasil</b> .....	314
<b>ANEXO C- Roteiro de entrevista com gestores do estado de Roraima</b> .....	315
<b>ANEXO D- Cuestionario socioeconómico de venezolanos en Brasil</b> .....	316
<b>ANEXO E- Carta de Apresentação da Pesquisa</b> .....	324
<b>ANEXO F- Termo De Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para Fins de Pesquisa</b> .....	325
<b>ANEXO G- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	326
<b>ANEXO H- Parecer Consubstanciado do CEP</b> .....	328
<b>ANEXO I- Termo de Concordância</b> .....	330

## INTRODUÇÃO

É recorrente o debate sobre os fluxos migratórios em todo o mundo. Especialmente no Brasil, nos últimos anos, o foco do debate está centrado no fluxo migratório venezuelano, com mais expressividade na Região Norte do país. Em geral, as migrações internacionais são tratadas como processos isolados – referentes a uma determinada região ou população específica. Por isso, é necessário compreender alguns determinantes estruturais de como se organiza o modo de produção capitalista, num contexto de mundialização do capital e sua crise estrutural (MESZÁROS, 2008), bem como as incidências sobre as migrações, em particular a migração venezuelana, a qual constituiu o núcleo central desta investigação de doutorado.

As condições necessárias à origem e desenvolvimento do capitalismo têm como base a separação entre aquele que faz a transformação da matéria-prima em mercadoria da propriedade dos meios de produção dessa mercadoria. Essa separação é imprescindível porque é necessário ao desenvolvimento do capitalismo que exista um ser “livre”, que não é servo e tampouco detém os meios de produção, mas que disponha apenas da sua força de trabalho para ser comercializada, como uma mercadoria especial, capaz de produzir outras mercadorias.

Com isso, as relações sociais se modificaram e a classe trabalhadora precisou vender sua força de trabalho. O processo por meio do qual ocorreu a separação dos trabalhadores dos meios de produção foi chamado por Marx (1993) de "acumulação primitiva" e transformou as relações sociais a partir da existência de duas classes possuidoras de mercadorias.

De um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistências, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. [...] Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariado. (MARX, 1996, p. 340).

Antes do modo de produção capitalista o camponês estava vinculado à gleba a partir das relações de produção que eram constituídas, ao mesmo tempo que detinha os meios de subsistência pela relação servil e, em certa medida, contava com proteções específicas das antigas instituições feudais. Com o advento do trabalho livre ocorre a sinalização de uma possível forma transitória para o rompimento das relações de servidão, mas o que se formou foi um crescente contingente de trabalhadores “livres” destituídos dos meios de produção:

[...] tornaram-se vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais foram roubadas. E a história dessa sua exploração está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 1996, p. 341).

Tem-se, portanto, trabalhadores “livres” que foram expulsos da terra comunal por meio de legislações e ações violentas e acabaram migrando para as cidades, o que conseqüentemente também acarretou num crescimento e inchaço desses espaços. Nesse sentido, a migração do campo para a cidade aparece como a única possibilidade de sobrevivência, ou seja, o deslocamento humano do campo para a cidade, na gênese do capitalismo, é inerente às transformações desse modo de produção, em especial pela expropriação das condições de vida dos trabalhadores no campo.

Esses fluxos migratórios já apontavam que com o esgotamento das condições de vida nos territórios de origem a migração seria constante e inerente a essa nova ordem social e econômica. Há aí uma mudança central, diferente de outros modos de produção em que havia a escassez das forças produtivas – tecnológicas e científicas – bem como a restrita capacidade de produção e armazenamento de alimentos, além da dificuldade para controlar pragas e intempéries naturais. No capitalismo essa realidade se transforma porque houve um avanço das forças produtivas, mas contraditoriamente a socialização desses ganhos continua sendo privada.

O objetivo do capitalismo é o lucro, portanto, ao longo dos períodos históricos se criou a condição necessária para desenvolver a centralização e concentração de capitais (MONTORO, 2016), que se dá de forma combinada e desigual, seja em contexto regional ou internacional. Em qualquer desses âmbitos – regional e/ou internacional – o capitalismo sempre cria as condições necessárias para sua reprodução, tendo como eixo central a existência do exército industrial de reserva, que é um contingente populacional não absorvido no processo produtivo.

Assim, com a entrada da maquinaria no processo produtivo e geração de valor, o trabalhador passa a não dispor dos meios de produção e como alternativa para a sobrevivência resta a venda da sua força de trabalho: o exército industrial de reserva “proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado” (MARX, 1996, p. 733). Dessa forma, essa população poderá num dado momento ocupar o circuito produtivo por meio da venda de sua força de trabalho e em outro momento voltar a compor o exército industrial de reserva. Nessa condição, representa a força de tensão

que impulsiona o rebaixamento dos salários em relação a aqueles que estão no circuito produtivo.

Na América Latina, resguardadas as particularidades sócio-históricas, culturais e as contradições de cada país, os aspectos estruturais do capitalismo incidem em todos as nações, mesmo que em proporções diferentes. De acordo com Cueva (1979) o desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes não apresenta leis ou determinações diferentes das que imperam nos países hegemônicos “O desenvolvimento desse modo de produção é regido em qualquer lugar por leis objetivas de acumulação, concentração e centralização do capital” (CUEVA, 1979, p. 01).

O autor salienta que é inimaginável pensar que o capitalismo na América Latina pudesse contribuir para a formação de economias nacionais autônomas e eliminasse as particularidades de cada formação nacional; ao contrário, o capitalismo na América Latina se desenvolve da mesma forma – seu núcleo essencial – que nos países centrais por meio da exploração dos trabalhadores.

O capitalismo impõe aos trabalhadores o constante e insaciável aprimoramento da força de trabalho, modificando os processos de trabalho para atender aos interesses do capital – lucro numa margem satisfatória. Com isso, o trabalhador é moldado às necessidades do capital e a incorporação dos mecanismos tecnocientíficos se tornam estratégias para estimular a produtividade.

Assim, o deslocamento se torna uma via possível para garantir a existência: não se trata de uma análise economicista, mas as formas como os sujeitos são expropriados das possibilidades de viver em liberdade exercem influência na escolha de migrar, pois os fluxos migratórios no capitalismo são entendidos como movimentos inerentes à reprodução e ao desenvolvimento desse modo de produção. Para a teoria social crítica a categoria migração é um fenômeno que tem sua gênese na expropriação dos meios de subsistência e na exploração do trabalho (VENDRAMINI, 2018).

Não se trata de restringir o fenômeno das migrações ao terreno econômico ou simplesmente subjetivo – ausência ou não de renda e escolha individual dos sujeitos, mas de apreender a base do movimento que impulsiona a necessidade e/ou vontade de migrar neste modo de produção capitalista.

Por isso, é necessário entender como operam “as forças que movem o capital na direção da sua crescente valorização por meio da extração de mais valor e que produzem imensos

contingentes de trabalhadores completamente disponíveis para o capital” (VENDRAMINI, 2018, p. 243).

Nesse sentido, entende-se também que o imigrante é um sujeito político que dispõe de vontades e crenças, condicionadas pela realidade concreta, bem como dispõe de capacidade de agência individual e/ou em grupo para tomar decisões, valorando-as a partir da consciência – subjetividade – que é construída no modo de produção capitalista.

Afinal, “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1974, p. 136). Dessa forma, os fatores subjetivos que incidem sobre as motivações, ações e formas de tomada de decisão são elementos imprescindíveis para compreender as nuances que envolvem a própria migração no atual contexto histórico de hegemonia do império do capital que na opinião de Wood (2014), consiste no domínio das relações econômicas, sem necessariamente partir para um processo de colonização.

De acordo com Wood (2014) a maior potência representante do império do capital é os Estados Unidos.

Alguns comentadores diriam que, com a ocupação do Iraque, o governo Bush retomava um imperialismo colonial mais antigo, este sim de fato uma grande mudança. Mas vejo essa opinião, tanto hoje, quanto naquela época, como um erro de compreensão da natureza específica do imperialismo norte-americano e, na prática, da especificidade do império capitalista, cuja principal característica é operar o máximo possível por meio dos imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial direto. Assim como o capital exerce sua dominação sobre o trabalho sem o poder coercivo direto, porque os trabalhadores dependem do mercado e são obrigados a entrar nele para vender a sua força de trabalho, coisa análoga aconteceu no plano global, onde mais e mais partes do mundo foram submetidas a esses imperativos de mercado que as tornam dependentes. (WOOD, 2014, p. 11).

Wood (2014) explica que os Estados Unidos são o primeiro império “verdadeiramente capitalista”, ainda que haja existido potências capitalistas que possuíam impérios. Segundo a autora, o centro da questão consiste no fato de que os Estados Unidos controlam o mundo por uma via diferente das potências que o antecederam, não pela colonização direta, mas em sua maior parte pelo controle dos mecanismos econômicos do capitalismo.

No presente, a Venezuela é sem dúvidas o território de maior confronto e disputa dos Estados Unidos e seus aliados na América do Sul, pois uma das questões centrais com relação a essa disputa não é a recolonização da Venezuela, mas a necessidade de controle e domínio das atividades econômicas que são imprescindíveis para garantir o poder e a hegemonia por

meio do petróleo. Esse é um dos elementos centrais para que se compreenda a disputa entre a maior potência hegemônica do mundo e as tentativas de controle e protecionismo do governo de Caracas.

Todavia, isso não é suficiente para explicar as tensões entre os Estados Unidos e a Venezuela. É preciso analisar o papel contra-hegemônico, mesmo com inúmeras contradições, que a Venezuela desempenha no contexto regional e internacional desde a ascensão de Hugo Chávez.

De acordo com Harnecker (2018) Chávez assume como tarefa prioritária a pretensão de romper com o imperialismo e construir o socialismo do século XXI. O que estava em questão era a necessidade de construir bases políticas, ideológicas e sociais para que uma coalizão revolucionária protagonizasse a mudança radical esperada para a América.

O sucessor de Chávez, Nicolás Maduro, assume o comando da Venezuela em meio a um cenário de crise econômica e descontentamento popular. Ademais, no âmbito internacional, havia uma crescente desvalorização do preço do barril do petróleo e a figura não tão carismática de Maduro, em comparação a Chávez, passou a enfrentar muitos desafios com notícias de corrupção no governo e uma relação complexa com os militares.

Ao longo da última década o contexto geopolítico latino-americano vem passando por transformações profundas, especialmente com a ascensão de governos antidemocráticos que atuam contra a soberania popular, como no caso brasileiro, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Nesse cenário, abriram-se novas possibilidades para o aprofundamento das estratégias neoliberais de desmonte dos direitos e da seguridade social. O conjunto de medidas tomadas pelo Governo Federal como a contrarreforma trabalhista aprovada em julho de 2017, com vigência a partir de novembro do mesmo ano, elucidou um verdadeiro desmonte da legislação que garantia o mínimo de segurança e estabilidade ao trabalhador.

Outra medida de austeridade adotada pelo Governo Federal foi a aprovação em 2016 da Emenda Constitucional N° 95, que congelou o teto dos investimentos primários, como as políticas sociais, que só poderão ser reajustadas pelo índice da inflação do ano anterior. Contudo, para os investimentos financeiros, em especial para o pagamento de juros e amortização da dívida, não houve mudança.

A realidade demonstra que as medidas adotadas não surtiram o efeito tão veiculado pelo governo brasileiro, a saber, a retomada dos níveis de crescimento econômico. Conforme

o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a economia brasileira se mantém por três anos consecutivos – 2017, 2018 e 2019 – com o PIB na média de 1%, depois de dois anos de profunda recessão, sem perspectiva de recuperação à vista (2019, p. 01). O que se assiste é a continuidade da deterioração das condições de emprego e renda dos trabalhadores. “Cálculos de assessorias empresariais estão projetando que, mesmo que o Produto Interno Bruto retorne, em 2021, ao patamar de antes da crise, o PIB per capita só voltará ao nível desse mesmo período em 2023.” (DIEESE, 2019, p. 01).

Dessa forma, o fluxo migratório venezuelano cresce no Brasil num cenário de crise do capital, completamente adverso aos direitos sociais. Com relação ao perfil dos imigrantes venezuelanos no país, em 2017 foi realizada a pesquisa “Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana<sup>1</sup>” nos municípios de Boa Vista e Pacaraima – Brasil – que teve por objetivo analisar o perfil sociodemográfico e laboral dessa população para subsidiar a formulação e a implementação de políticas migratórias. A pesquisa constitui-se de duas fases: uma qualitativa, para os indígenas, e outra quantitativa, para os não indígenas, maiores de 18 anos de idade.

Em resumo, conforme a pesquisa supracitada, os dados quantitativos com relação aos imigrantes não indígenas indicam que 72% - homens e mulheres - são jovens de 20 a 39 anos de idade; 53,8% do total dos imigrantes são solteiros; 28,4% dos imigrantes possuem ensino superior completo e destes, 3,5% possuem Pós-Graduação; 30,5% do total possuem pelo menos ensino médio completo, ou seja, 78% do total dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista possuem, minimamente, o ensino médio completo.

Essa pesquisa é um marco importante na construção de políticas sociais para essa população porque além de oferecer um retrato aproximado da realidade também auxilia na desconstrução de estigmas e preconceitos quanto ao perfil da população imigrante no Brasil.

---

<sup>1</sup> Trata-se de pesquisa promovida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com desenho metodológico elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e executada pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de Roraima (UFRR): “investigação quantitativa realizada junto à imigração venezuelana, com indivíduos não indígenas, com 18 anos ou mais de idade, residentes no município de Boa Vista (RR). O desenho amostral para a parte quantitativa da pesquisa foi baseado em amostragem probabilística estratificada para estimar proporções. Tendo sido construídos estratos por sexo e grupos de idade, com grau de confiança de 95%, margem de erro de 2,5% e variância de 11%, resultando em um tamanho de amostra de 650 entrevistas coletadas em 33 bairros de Boa Vista que concentram parcela importante de imigrantes venezuelanos. Para evitar possíveis vieses e a incidência de erros não amostrais, a estratégia da pesquisa consistiu em abordar o entrevistado próximo ao seu local de moradia, evitando a aplicação dos questionários em locais de grande concentração de imigrantes venezuelanos.” (PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E LABORAL DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL, 2017, 10).

Ademais, o arcabouço legal que normatiza a situação migratória dos imigrantes no Brasil é a Lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017, chamada Nova Lei de Migração, e o Decreto Nº 9.199 de 20 de novembro de 2017 que a regulamenta. A Nova Lei de Migração trouxe avanços significativos porque concede aos imigrantes, em igualdade de condições com os nacionais, os direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

Dessa forma, houve um importante avanço na legislação nacional que, anteriormente, era respaldada pelos princípios da segurança nacional presentes na Lei Nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, conhecida como “Estatuto do Estrangeiro”, a qual percebia o imigrante como uma ameaça. Dessa forma, a Nova Lei de Migração representa um novo paradigma acerca da compreensão do fenômeno migratório e as respostas do Estado a esse fenômeno.

Dentre as ações adotadas pelo Governo Federal com relação à migração venezuelana, tem destaque a Medida Provisória Nº 820 de 15 de fevereiro de 2018, que “dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”. Na mesma data também foi promulgado o Decreto Nº 9.285, que reconhece a crise humanitária na Venezuela, ou seja, com essa constatação o Estado brasileiro assume publicamente a necessidade de intervenção nessa realidade.

Porém, a formulação e execução de políticas sociais é resultado da luta de classes, pois ao mesmo tempo que atende aos interesses do capital também atenderá aos interesses dos trabalhadores. Ademais, é permeada por interesses econômicos, políticos e culturais vinculados às classes socialmente determinantes na sociedade.

Para Behring, “trata-se de analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo.” (BEHRING, 2009, p. 304).

De acordo com Behring e Boschetti (2008), os anos 1990 no Brasil apresentaram contratendências à possibilidade de efetivação das políticas sociais encampadas na década anterior pelos movimentos sociais. Para as autoras, o que ocorreu e persiste nos dias atuais é uma contrarreforma do Estado e ainda uma “obscurantização e/ou redimensionamento” dos

avanços de 1988. Trata-se de uma contrarreforma<sup>2</sup> porque existe a tendência de reafirmar os preceitos neoliberais por meio de uma série de medidas que se refletem nas condições de vida da maioria dos trabalhadores.

[...] as políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilização e competitividade. (BEHRING, 2009, p. 72).

No Brasil, as políticas sociais sofrem as consequências das diretrizes neoliberais de reduzir sua abrangência a intervenções pontuais e seletivas. Para Behring (2009), as políticas sociais passam a ser caracterizadas como geradoras de desequilíbrio e muito dispendiosas para o Estado, e por isso devem ser acessadas de forma privada, a partir do ideal de cidadão consumidor.

A autora destaca que os benefícios, programas e serviços sociais deixam de ser direitos e se tornam direitos do consumidor, e há ainda uma tendência de os serviços públicos serem cada vez mais desmantelados. A esse contexto está associado o corte dos gastos sociais, o que leva à privatização, “daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado” (BEHRING, 2009, p. 09).

A partir desta conjugação – capitalismo, migração venezuelana e política social – foi possível construir o percurso investigativo que teve como núcleo do objeto de investigação o acesso dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa foi examinar o alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil após a promulgação da Nova Lei de migração. A este objetivo geral se seguem quatro objetivos específicos:

- Compreender a configuração do capitalismo mundializado e sua relação com o fenômeno da migração internacional;

---

<sup>2</sup> Conforme Granemann (2004, p. 30), a contrarreforma pode ser entendida como um conjunto de “alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho. As contrarreformas, em geral, alteram os marcos legais – rebaixados – já alcançados em determinado momento pela luta de classe em um dado país”. Trata-se, portanto, de uma série de medidas adotadas pelo Estado que acabam por reduzir direitos e favorecer ao capital, sendo assim, trata-se de uma contrarreforma, pois a perspectiva de reforma está vinculada à ideia de mudanças para melhor, o que não se observa no Brasil. Para Behring (2003, p. 198), “[...] esta opção implicou uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil”. Para essa autora o discurso da contrarreforma do Estado tem um caráter ideológico no sentido de reafirmar os processos de precarização e destituição de direitos.

- Entender a relação geopolítica internacional e os desdobramentos para a Venezuela;
- Problematizar o papel contraditório das políticas sociais e como se organiza a política migratória brasileira;
- Identificar de que forma ocorre o acesso dos venezuelanos às políticas sociais previstas na Lei 13.445/2017.

Ao iniciar esta pesquisa, partiu-se da seguinte hipótese: a migração venezuelana é impulsionada pelo movimento intrínseco de reprodução e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Atrelado a isso, os conflitos internos na Venezuela, resultantes do esgotamento do modelo político e econômico do presidente Nicolás Maduro, aprofundam as contradições do país e agravam sobremaneira as condições de vida dos venezuelanos. No Brasil, apesar do avanço conquistado com a Nova Lei de Migração, o acesso às políticas sociais pelos venezuelanos é tensionado pelo projeto neoliberal em curso, com medidas de desmonte dos direitos sociais e da seguridade social, o que implicará num limitado alcance às políticas sociais em desconformidade com a Nova Lei de Migração.

O problema de pesquisa pode ser explicitado pela seguinte indagação: em que medida a lógica capitalista de busca desenfreada por lucros, materializada na América Latina, corrobora para a migração venezuelana para o Brasil e qual o alcance desse grupo populacional às políticas sociais no Brasil após a promulgação da Nova Lei de Migração de 2017?

A escolha do objeto de pesquisa: a migração venezuelana e o alcance dos imigrantes às políticas sociais no Brasil após a promulgação da Nova Lei de Migração de 2017, foi suscitado a partir de inquietações de ordem acadêmica, profissional e pessoal.

Do ponto de vista acadêmico, observou-se a pouca produção no âmbito do serviço social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social, notando-se a importância que essa área de conhecimento tem para a produção de análises mais profundas e críticas acerca do fenômeno migratório.

Já do ponto de vista profissional, o trabalho realizado nos Núcleos de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) apontou a necessidade de construir respostas teóricas e metodológicas que auxiliem na compreensão da migração venezuelana para o Brasil por uma perspectiva mais crítica e de defesa dos direitos humanos.

Por fim, do ponto de vista pessoal, a identificação com essa problemática emerge da necessidade ética e política de tentar descortinar a relação entre a migração venezuelana e o

capitalismo, em sua forma característica na América Latina, relação essa que é resultado do movimento intrínseco de reprodução e desenvolvimento desse modo de produção.

Portanto, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB), espera-se que esta pesquisa possa adensar os estudos já em andamento acerca das políticas sociais, a partir de outro eixo, migração internacional. Na esfera do PPGPS esta tese está vinculada à linha de pesquisa Estado, Política Social e Sociedade.

Para a sociedade, espera-se que este conteúdo seja um instrumento político e teórico a serviço das lutas emancipatórias da classe trabalhadora, em especial do povo venezuelano, exemplo de força e resistência para toda a América Latina.

## **MÉTODO E METODOLOGIA**

Esta exposição resulta de uma investigação que teve como diretriz teórico-metodológica o materialismo histórico dialético, método que possibilitou a Karl Marx conhecer a sociedade burguesa, sua estrutura e dinâmica assentadas na lógica do capital. Este método não se separa da teoria – ambos, na visão marxiana, são revolucionários e vinculam-se a um projeto de sociedade para além do capital: o propósito de Marx foi conhecer a sociedade burguesa com o intento de favorecer as lutas da classe trabalhadora com vistas à sua transformação.

Um elemento importante para compreender o método de Marx é o ser social, que dotado de racionalidade, se constitui como tal por meio do trabalho, ação em que cria e transforma a si mesmo e ao ambiente. É justamente a inter-relação entre o ser social e a sociabilidade que produz a *práxis*.

Conforme NETTO (2009) a *práxis* é um movimento, processo contínuo que se torna dinâmico nas contradições e que conduz a níveis maiores de complexidade, ao mesmo tempo que emergem novas contradições e possibilidades de superação. O mundo é entendido como um conjunto de *processos* e não como um fato histórico determinado e acabado. A sociedade, sem distinção de qual seja, é produto da ação de homens e mulheres, e a história da humanidade se apresenta como desenvolvimento da própria humanidade.

Neste sentido, as categorias são históricas e transitórias, podendo ser categorias ontológicas: exprimem formas do ser, são objetivas, alcançadas por meio de procedimentos intelectivos, através da abstração. O pesquisador, então, as reproduz teoricamente, na ordem do pensamento, sendo por isso consideradas categorias reflexivas.

De acordo com Konder (1981) a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, o que quer dizer que nunca chega a um ponto final. Seja qual for, o objeto ou a ação criada e apreendida pelo ser humano é uma totalidade inserida em uma totalidade mais complexa. Em qualquer ação assimilada, o ser humano acaba se defrontando, inexoravelmente, com dilemas relacionados. Sendo assim, para dar respostas aos dilemas, o ser humano necessita ter um olhar do conjunto deles.

O olhar para o conjunto revela-se em si mesmo como uma ação que invariavelmente será transitória e jamais será possível presumir que todas as possibilidades de compreensão foram findadas, pois a realidade é e sempre será mais dinâmica do que é possível apreender sobre ela. Inegavelmente, algum elemento foge à síntese, o que não quer dizer que a síntese seja dispensada. “A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade.” (KONDER, 1981, p.36).

A respeito da totalidade pode-se dizer que existem totalidades mais abrangentes e totalidades menos abrangentes. Assim,

Se eu estou empenhado em analisar as questões políticas que estão sendo vividas pelo meu país, o nível de totalização que me é necessário é o da visão de conjunto da sociedade brasileira, da sua economia, da sua história, das suas contradições atuais. Se, porém, eu quiser aprofundar a minha análise e quiser entender a situação do Brasil no quadro mundial, vou precisar de um nível de totalização mais abrangente: vou precisar de uma visão de conjunto do capitalismo, da sua gênese, da sua evolução, dos seus impasses no mundo de hoje. E, se eu quiser elevar a minha análise a um plano filosófico, precisarei ter, então, uma visão de conjunto da história da humanidade, quer dizer, da dinâmica da realidade humana como um todo (nível máximo de abrangência da totalização dialética). (KONDER, 1981, p. 37).

O objeto desta pesquisa refere-se à migração venezuelana e o alcance às políticas sociais no Brasil após a promulgação da Nova Lei de Migração de 2017. É fundamental mergulhar em um processo de totalidades mais abrangentes para atingir o nível de totalização necessário para chegar-se à essência do objeto:

1 - do ponto de vista macroestrutural (econômico, político e estrutural): é importante compreender a constituição do padrão hegemônico internacional e o capitalismo dependente, bem como a configuração do Estado na era dos monopólios e as classes sociais no capitalismo.

2 - do ponto de vista geopolítico: é necessário entender a dinâmica, os interesses e contradições em torno da Venezuela e a posição que o país ocupa no contexto regional e mundial.

3 - com relação ao contexto local, brasileiro, para analisar a política social é necessário entender a configuração da política migratória brasileira e os direitos previstos; as conexões entre políticas sociais e a política migratória; bem como as tendências contemporâneas das políticas sociais e seu alcance aos imigrantes.

4 - do ponto de vista da realidade concreta, é preciso situar a migração num território específico; optou-se, portanto, pelo estado de Roraima, pois é a região no Brasil que concentra a maior parte do fluxo de imigrantes venezuelanos. Assim, escutar os gestores e os imigrantes venezuelanos é imprescindível para desvelar como se dá, efetivamente, o acesso dos imigrantes às políticas sociais no Brasil.

Voltando ao objeto desta pesquisa, as três totalidades citadas – macroestrutural, geopolítica e a política social – se mostram insuficientes para analisar os processos distintos de totalização do todo, já que ainda fazem referência a conceitos mais abstratos, mas que de certa maneira são importantes para investigar as totalidade menores incluídas.

Neste processo, os sistemas políticos, as relações de poder, a ideologia e a consciência de classe são mediações essenciais para que o objeto de investigação seja explorado e estudado. Assim, a mediação como uma categoria do método marxiano tornou-se essencial no processo investigativo. Por isso, a aproximação com setores do Governo Federal, Governo Estadual de Roraima e do município de Boa Vista para entender a migração venezuelana para o Brasil, pois, apesar das contradições que movem estes poderes serem inesgotáveis, são também essenciais para compreender os limites de acesso dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil. Desse modo, a contradição é outra categoria do método marxiano que possibilitou a saturação do objeto, por meio de aproximações sucessivas, a partir do aparente ao essencial.

Assim, faz-se necessário destrinchar os procedimentos metodológicos que corroboraram para analisar e interpretar o objeto de estudo.

### **Procedimentos metodológicos**

A presente tese tem como objetivo examinar o alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil após a Nova Lei de Migração. Dessa maneira, realizou-se pesquisa de campo, de base qualitativa e quantitativa, a qual compreendeu duas unidades de análise

essenciais: os imigrantes venezuelanos e o Estado, representado pelos gestores públicos do Estado de Roraima. De forma subsidiária optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas com atores estratégicos, por representarem instituições importantes que atuam<sup>3</sup> com os imigrantes venezuelanos. A escolha da pesquisa de campo em Roraima se deu pelo fato de o Estado ser fronteira com a Venezuela e local de maior destino desse fluxo migratório no Brasil.

A escolha da amostra dos imigrantes venezuelanos se baseou numa amostra não-probabilística por voluntários, o que totalizou sete entrevistas. Segundo Laville e Dione (1999, p. 170) “as amostras não-probabilísticas são as mais simples de compor. Sua qualidade, contudo, é desigual e a generalização das conclusões mostra-se delicada, principalmente porque é impossível medir o erro de amostragem”.

A aproximação com os entrevistados ocorreu a partir do critério de acessibilidade e diferentes inserções destes em Roraima, como, por exemplo, imigrantes que estão trabalhando, que acessam os cursos de português oferecidos pela UFRR ou que se encontram em situação de desemprego, garantindo assim uma diversidade de inserção social. Optou-se ainda por entrevistar homens e mulheres<sup>4</sup>.

Com relação à forma de acessibilidade, os entrevistados foram contatados por intermédio de interlocutores. O critério de saturação das entrevistas levou em consideração a repetição de respostas que demonstrassem tendências aproximativas acerca do acesso dos imigrantes às políticas sociais.

Optou-se ainda por realizar um grupo focal com os imigrantes venezuelanos em Boa Vista com o objetivo de adensar as informações das entrevistas, a partir da percepção das interações de grupo. Nesse sentido, a riqueza de interação dos discursos foi um fator importante para a escolha dessa técnica. Devido às condições objetivas do campo obteve-se autorização para realizar o grupo no curso de português da UFRR. Todos os participantes eram maiores de dezoito anos, em turmas mistas, com a presença de homens e mulheres.

Em relação ao número de participantes, Bomfim (2009) esclarece que um número razoável se encontra entre seis e quinze participantes, mas optou-se por realizar com uma média que abarcasse entre cinco e sete pessoas<sup>5</sup>; o escopo mais reduzido foi necessário para melhor coordenação do grupo, que era composto por nativos falantes de outro idioma (o espanhol), ou seja, as interações na língua de origem trazem elementos e discursos específicos que exigiam

---

<sup>3</sup> Deputados estaduais, um representante da sociedade civil e outro da UFRR.

<sup>4</sup> Outros grupos como transexuais, travestis e transgêneros não foram localizados durante a pesquisa.

<sup>5</sup> A turma era composta por sete pessoas, mas apenas quatro aceitaram participar da pesquisa.

maior atenção da pesquisadora. Assim, o grupo contou com a participação de quatro imigrantes e foi conduzido pela pesquisadora.

A escolha da amostra também se baseou numa amostra não-probabilística que abrangeu 123 imigrantes venezuelanos. Conforme Laville e Dione (2007) a utilização desta técnica pode apresentar algumas dificuldades ao pesquisador, como, por exemplo, a baixa taxa de resposta; ademais, quando se trata de questionário estruturado, apesar de ter as respostas objetivas e direcionar o raciocínio do entrevistado, essa estratégia pode forçá-lo a escolher repostas que não necessariamente sejam condizentes com o que pensa ou sente por falta de opção.

A aproximação com os entrevistados se deu a partir do critério de acessibilidade, priorizando os bairros com maior concentração de imigrantes e os cursos de português oferecidos pela sociedade civil e pela UFRR. O questionário aplicado aos imigrantes estava em formato físico e depois as respostas foram cadastradas na plataforma online Google Forms.

Uma das unidades de análise centrais deste trabalho envolve a narrativa institucional acerca da migração e como as políticas sociais se configuram para atender as necessidades desse público. Dessa maneira, foi necessário ampliar o escopo de análise e incorporar as entrevistas com os gestores do município de Boa Vista e do Estado de Roraima com a finalidade de compreender a percepção institucional sobre a migração e o acesso dos imigrantes às políticas sociais. Para tanto, como critério de escolha, elegeu-se as Secretarias cujas políticas sociais têm relação com a Nova Lei de Migração<sup>6</sup>.

De forma subsidiária<sup>7</sup>, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas com representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, da sociedade civil e da UFRR. O critério de escolha dos participantes levou em consideração a atuação das instituições na assistência aos imigrantes venezuelanos. Ademais, agregar a percepção desses sujeitos acerca do alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais foi necessário para compreender as contradições e disputas políticas em torno da condução das políticas sociais no Estado de Roraima.

A presente pesquisa não abrangeu os indígenas Warao pela especificidade que envolve este grupo populacional e pelas possibilidades concretas de alcançá-los neste trabalho. Conforme o Parecer Técnico N° 208/2017 do Ministério Público Federal, na Venezuela há aproximadamente quarenta povos indígenas, sendo que alguns desses grupos se localizam em

---

<sup>6</sup> Saúde, educação, assistência social e trabalho.

<sup>7</sup> Tentou-se ainda entrevistar representantes do ACNUR, mas o pedido não foi respondido até a publicação desta tese.

áreas de divisa internacional. Os Warao são a segunda maior etnia, com aproximadamente 49.000 pessoas que ocupam as áreas do Delta do Rio Orinoco, uma região litorânea com extensão de aproximadamente 40.000 km<sup>2</sup>, formado por ilhas suscetíveis a inundações e cheias do rio. Sobre a sobrevivência étnica, o estudo aponta que apesar de haver registros históricos sobre aproximadamente 500 anos de permanência desse grupo na região, estudos arqueológicos indicam essa presença desde mais de 6000 anos a.C. De acordo com o Parecer Técnico N° 208/2017 os Warao percorrem aproximadamente 925 km entre o Delta Acamuro até o município de Boa Vista, um trajeto dividido entre percursos fluviais e terrestres. Sobre as causas do deslocamento foram destacadas, principalmente, a escassez de alimentos e outros gêneros básicos, e a ausência de programas sociais por parte do atual governo venezuelano, o que outrora existia no governo Hugo Chávez. Somada a isso, a imprevisibilidade quanto a uma possível diminuição da inflação e retomada da economia, panorama que tornou a situação dos Warao mais grave.

As técnicas para coleta de dados com os imigrantes venezuelanos ocorreram por meio do uso de entrevistas semiestruturadas, grupo focal e a aplicação do questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”. Além disso, com relação aos gestores públicos, também se utilizaram entrevistas semiestruturadas.

Ademais, recorreu-se a levantamentos e análises de relatórios, pesquisas estatísticas, políticas sociais e legislações com informações sobre os imigrantes venezuelanos no Brasil. Além das informações analisadas como fontes primárias - a partir da pesquisa de campo - foram utilizadas como fontes secundárias produções de estudiosos acerca das migrações internacionais e da política social.

Faz-se necessário ressaltar que esta tese utilizou três idiomas diferentes, sendo que as entrevistas com os imigrantes foram realizadas em espanhol e posteriormente traduzidas para o português. Parte da fundamentação teórica estava em espanhol e em inglês e foram traduzidas para o português. As traduções foram realizadas por um assistente de pesquisa sob a supervisão direta da pesquisadora.

A seguir serão descritas as principais técnicas de coleta dados com os imigrantes venezuelanos no Brasil: a entrevista semiestruturada, o grupo focal e o questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”. Logo após, serão relatadas

as características gerais da principal técnica utilizada com os gestores públicos e atores estratégicos, a entrevista semiestruturada.

### **Entrevistas semiestruturadas com imigrantes venezuelanos**

Optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas porque esta técnica permite explorar aspectos subjetivos dos sujeitos – o que é mais limitado com o uso de questionários – à medida que possibilita maior aprofundamento dos eixos de análise, os quais podem ser melhor explicados e reformulados no transcorrer da entrevista, possibilitando, assim, exprimir o verdadeiro pensamento do entrevistado. “O recurso a esses depoimentos permite a exploração dos conhecimentos das pessoas, mas também de suas representações, crenças, valores, opiniões, sentimentos, esperanças, desejos, projetos, etc.” (LAVILLE; DIONE, 2017, p. 183).

Como forma de garantir o sigilo e os princípios da pesquisa, as identidades dos participantes foram preservadas, atribuindo-lhes outros nomes nesta tese. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização para Uso de Imagem e Som, os quais também foram assinados pela pesquisadora. Tais documentos permitem ao pesquisador empregar as informações para uso científico, garantindo o sigilo dos participantes e apresentando a anuência destes com relação à coleta de dados para pesquisa. As entrevistas contaram com a presença de uma interlocutora, assistente de pesquisa, que também é imigrante venezuelana.

A entrevista semiestruturada consiste numa “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento” (LAVILLE, DIONE, 2007, p. 188). A escolha dessa técnica teve o objetivo de tornar a entrevista menos rígida e, a partir de questões iniciais, optou-se por não impor respostas prévias, deixando os entrevistados formularem as repostas mais livremente, o que certamente possibilitou uma melhor compreensão do que efetivamente os imigrantes pensam acerca do tema tratado.

As entrevistas semiestruturadas foram organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: I - Trânsito: decisão de migrar, circunstâncias e planejamento; II - Situação migratória: conhecimento sobre os direitos, contato com o agente migratório, trâmites migratórios para permanência no Brasil; III - Políticas Sociais previstas na Lei N. 13.445 de 2017: acesso à educação, saúde, assistência social, assistência jurídica, serviço bancário e trabalho; IV - Vida no Brasil: cultura, alimentação, idioma, relação com a população local e violação de direitos.

As entrevistas foram gravadas, transcritas para o idioma espanhol e posteriormente traduzidas para o português, conforme já referido.

### **Grupo focal com os imigrantes venezuelanos**

De acordo com Bomfim (2009) o uso do grupo focal ocupa uma posição estratégica como técnica principal ou complementar na área de estudos qualitativos. Em geral, tem o objetivo de “apreender percepções, opiniões e sentimentos frente a um tema determinado num ambiente de interação” (BOMFIM, 2009, p. 777). O grupo focal possibilita “uma troca de pontos de vista, ideias e experiência, embora expressas emocionalmente e sem lógica, mas sem privilegiar indivíduos particulares ou posições” (BAUER; GASKELL, 2002, p.79).

Para Bomfim (2009) a técnica de grupo focal tem origem anglo-saxônica. Passou a ser utilizada no final dos anos 1940 e tem sido bastante utilizada como metodologia de pesquisa, principalmente na área de avaliação de programas, *marketing*, regulamentação pública, propaganda e comunicação.

Com base nos trabalhos de Morgan (1977) e Kitzinger (2000), Bomfim (2009) define grupo focal como:

[...] uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. (BOMFIM, 2009, p. 780).

Quanto à escolha e critérios para seleção dos participantes, conforme Bomfim (2009), estes devem apresentar características em comum pertinentes ao tema estudado e o grupo deve ser “homogêneo” no que se refere a características que possam influenciar decisivamente na compreensão do assunto.

Para Bomfim (2009) “os grupos se esgotam quando não apresentam novidades em termos de conteúdo e argumentos, os depoimentos tornam-se repetitivos e previsíveis” (BOMFIM, 2009, p. 783). Contudo, optou-se por realizar o grupo em apenas um momento porque foi observado que as respostas eram convergentes com as narrativas coletadas nas entrevistas individuais.

O roteiro de questões levou em consideração as referências apresentadas por Bomfim (2009): poucos itens, relativa flexibilidade na condução, apontamento de assuntos não previstos

que eram pertinentes, inicialmente, com questões mais gerais e fáceis de serem respondidas e paulatinamente trazendo questões mais complexas e polêmicas. Foram utilizados os mesmos eixos estratégicos empregados nas entrevistas: I - Trânsito: decisão de migrar, circunstâncias e planejamento; II - Situação migratória: conhecimento sobre os direitos, contato com o agente migratório, trâmites migratórios para permanência no Brasil; III - Políticas Sociais previstas na Lei N. 13.445 de 2017: acesso à educação, saúde, assistência social, assistência jurídica, serviço bancário e trabalho; IV - Vida no Brasil: cultura, alimentação, idioma, relação com a população local e violação de direitos.

Outro aspecto importante foi a não incorporação de perguntas objetivas que pudessem ser acessadas de outra forma.

Para potencializar a técnica, cuja finalidade é captar impressões dos informantes, valorizando, portanto, dimensões simbólicas e/ou subjetivas, não é conveniente incorporar no roteiro questões objetivas que poderiam ser obtidas através de outras fontes. Desta forma, o tempo do grupo será aproveitado para o debate de questões mais complexas, cuja apreensão seria mais limitada através, por exemplo, de questionário. (BOMFIM, 2009, p. 788).

Os participantes foram esclarecidos acerca da pesquisa – objetivos e metodologia – e aqueles que aceitaram participar do grupo focal foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para uso de Imagem e Voz. O grupo focal foi gravado, transcrito para o idioma espanhol e posteriormente e traduzido para o português, tal como ocorreu com as entrevistas.

**Aplicação do questionário *Políticas sociales para inmigrantes em Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)* aos imigrantes venezuelanos**

Com base na pesquisa “Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana” (2017) elaborou-se o questionário semiestruturado: *Políticas sociales para inmigrantes em Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)*. Este questionário teve como foco compreender como se dá o acesso dos imigrantes às políticas sociais no Brasil, a partir da Nova Lei de Migração.

Trata-se de um questionário socioeconômico semiestruturado com 31 questões, em espanhol, organizado da seguinte forma<sup>8</sup>: I - Trânsito: decisão de migrar, circunstâncias e planejamento; II - Situação migratória: conhecimento sobre os direitos, contato com o agente

---

<sup>8</sup> Estes são os mesmos eixos que nortearam as entrevistas e o grupo focal com os imigrantes venezuelanos.

migratório, trâmites migratórios para permanência no Brasil; III - Políticas Sociais previstas na Lei N. 13.445 de 2017: acesso à educação, saúde, assistência social, assistência jurídica, serviço bancário e trabalho; IV - Vida no Brasil: cultura, alimentação, idioma, relação com a população local e violação de direitos.

A aplicação do questionário teve a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o perfil socioeconômico dos imigrantes e o acesso deles às políticas sociais no Brasil. Além disso, a utilização do questionário possibilita abarcar uma amostra maior de imigrantes, o que não seria possível utilizando apenas as outras técnicas.

Assim, optou-se por aplicar o questionário a pequenos grupos e individualmente, em diferentes bairros e horários na cidade de Boa Vista. Esta etapa contou com a participação de uma interlocutora, assistente de pesquisa<sup>9</sup>, imigrante venezuelana.

### **Entrevista com gestores públicos do estado de Roraima**

A entrevista foi formatada de forma semiestruturada e compreendeu os seguintes eixos norteadores: 1. Direitos previstos e implementados: neste indicador foram levados em consideração os tipos de direitos previstos e os implementados pela gestão municipal; 2. Abrangência dos direitos: refere-se à quantidade de pessoas alcançadas pelas políticas desenvolvidas, às condicionalidades de acesso e permanência, bem como às situações cobertas pela Lei 13.445 de 2017; 3. Ação intersetorial entre as políticas: como acontecem a articulação e a complementaridade entre as políticas previstas na Lei 13.445 de 2017; 4. Financiamento: volume de recursos destinados a serviços, programas e benefícios para os imigrantes venezuelanos; 5. Conflitos no território: refere-se à relação entre a população local, os imigrantes e a gestão.

O acesso aos gestores públicos se deu por meio de visita preliminar a cada Secretaria para apresentação dos documentos formais relativos à pesquisa: projeto de pesquisa, a carta de apresentação da Universidade de Brasília e o parecer do CEP/UnB.

---

<sup>9</sup> A pesquisa foi operacionalizada pela pesquisadora com o apoio da assistente de pesquisa. Em relação à aplicação do questionário, algumas variáveis interferiram na amostra alcançada: 1- em campo observou-se que as mulheres tinham mais abertura para responder ao questionário; 2 - nos cursos de português para imigrantes observou-se uma maior presença de mulheres, o que conseqüentemente implicou numa amostra com maior representação feminina; 3 - a equipe de pesquisa, composta somente pela pesquisadora e uma assistente, impuseram limites ao quantitativo de pessoa alcançadas; 4 - a ausência de autorização para acessar os abrigos públicos coordenados pela Operação Acolhida reduziram a amostra. Sobre esse aspecto, ver a próxima nota.

### Visita de observação – Boa Vista e Pacaraima

Em Boa Vista foram realizadas visitas<sup>10</sup> aos locais com maior concentração de imigrantes, como, por exemplo, o Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima, a Pastoral do Migrante da Diocese de Roraima, o Centro de Referência para Refugiados e Imigrantes em Roraima da Universidade Federal de Roraima e o Posto de Triagem (PTRIG) da Operação Acolhida – Boa Vista.

Além disso, foram visitados os cursos de português para imigrantes venezuelanos da Universidade Federal de Roraima; da Caritas diocesana de Roraima – Centro de Boa Vista; da Igreja São Raimundo Nonato – Santa Luzia, Boa Vista; da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Asa Branca, Boa Vista.

Foram visitados ainda alguns bairros com maior concentração de imigrantes em Boa Vista: São Bento, Aracelis, Jóquei clube – área ocupada pelos imigrantes venezuelanos – e a Rodoviária Internacional de Boa Vista.

De acordo com Laville e Dione (2017, p.176)) a observação “revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas”. O ato de observar é relativo a diversas atividades humanas, mas quando se trata de técnica de pesquisa a observação deve seguir critérios específicos conforme os objetivos da pesquisa, ou seja, não se trata de uma ação ocasional.

Os critérios de análise observados no campo foram previamente estabelecidos, buscando-se identificar como o território<sup>11</sup> está organizado após a migração venezuelana.

No decorrer da pesquisa foi observado que havia necessidade de conhecer mais a fundo a Venezuela e compreender as contradições que envolvem a proposta de governo do presidente Nicolás Maduro, bem como os interesses políticos que direcionam a política no país e a real condição de vida dos venezuelanos. Assim, em junho de 2019 iniciou-se uma série de tratativas

---

<sup>10</sup> A visita à 1ª Brigada de Infantaria de Selva teve por objetivo averiguar os caminhos necessários para realizar a entrevista com o responsável pela Operação Acolhida. O local é uma área militar do Exército Brasileiro. O contato inicial se deu por intermédio da assessoria de comunicação da Operação Acolhida e, apesar de terem sido repassadas algumas informações acerca da Acolhida, os dados não podem ser divulgados, porque era preciso fazer uma solicitação oficial ao comandante da Operação – o que foi feito posteriormente, tendo a demanda sido redirecionada ao ACNUR. Em seguida foi para a coordenação do ACNUR em Boa Vista solicitando autorização para acessar os abrigos dirigidos pela agência em Boa Vista. Dessa forma, foi requerido pela coordenação o projeto de tese e a anuência do Comitê de Ética da UnB para avaliação da solicitação. Assim, após cumpridas as exigências, o pedido foi reiterado via correio eletrônico e idas na sede do ACNUR na UFRR. Contudo, a solicitação não foi atendida, o que impossibilitou o acesso aos abrigos.

<sup>11</sup> A observação consistiu em compreender qual é o discurso da população local sobre a migração, como espaços da cidade são organizados para integrar ou não imigrantes, como se dá a interação entre brasileiros e venezuelanos, entre outros.

com o departamento de serviço social da Universidad del Zulia – Venezuela – com o intuito de formalizar o convênio com a UnB para a realização do doutorado sanduíche pela pesquisadora. Após meses despendidos em tais tratativas, a docente responsável pela articulação da Universidad del Zulia faleceu subitamente, o que impossibilitou o avanço das negociações com a universidade.

Dessa maneira, posteriormente, outros arranjos foram realizados a fim de viabilizar a ida a campo na Venezuela a partir de interlocutores em Caracas. Com isso, uma nova proposta foi desenhada e a metodologia envolvia pesquisa de observação e entrevista com pessoas estratégicas em Caracas e cidades próximas. Foi organizada a viagem – hospedagem, traslado, contato com pessoas na Venezuela – e o voo de saída para Caracas partiria de Manaus, no Estado do Amazonas, no dia 15 de novembro de 2019. Contudo, dias antes da viagem começou a ser veiculado que manifestantes contra e pró-Maduro marchariam até Caracas no dia 16 de novembro<sup>12</sup> e os interlocutores desaconselharam a realização da viagem, o que impossibilitou a ida à Venezuela.

### **Dos cuidados éticos**

A pesquisa baseou-se nos princípios éticos previstos na Resolução Nº 510 (2016) do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre “as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes” (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, RESOLUÇÃO Nº 510, Art. 1).

Dessa forma, a pesquisa está comprometida com o respeito, a dignidade humana e a proteção devida aos participantes. Assim, os entrevistados foram convidados a participar da pesquisa e então tomaram ciência da natureza, da justificativa, dos objetivos e riscos – a garantia ética de não manipulação das informações para fins ilícitos ou outros não esclarecidos previamente, evitando assim danos materiais e/ou imateriais aos entrevistados. Para fins de análise dos dados e garantia do sigilo foram atribuídos nomes fictícios aos participantes.

O projeto de pesquisa passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UnB e em 04 setembro de 2019, por meio do parecer: 3.555.034, e foi aprovado. Portanto, o campo ocorreu após a anuência do

---

<sup>12</sup> Como previsto, a marcha para Caracas ocorreu num clima tenso e de conflitos. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/breves/opositores-voltam-as-ruas-na-venezuela-inspirados-na-bolivia/>.

CEP e seguiu os critérios éticos conforme a Resolução N° 510 de 2016 e a Resolução N° 466 de 2012, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

### **Análise dos dados**

De acordo com Laville e Dione (2007), antes da análise propriamente dita dos dados é necessário organizar o conteúdo obtido durante a pesquisa, o que deve ocorrer à medida que houver a coleta. “As entrevistas são transcritas, o material é descrito em uma lista cronológica dos documentos, acompanhado de notas sobre a natureza e a fonte de cada um e, eventualmente, um breve apanhado de seu conteúdo” (Laville e Dione, 2007, p. 214). Contudo, mesmo após a organização o material ainda se encontra “bruto”; parte-se então para a análise de conteúdo, que consiste em “desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair significações” (Laville e Dione, 2007, p. 214).

A técnica utilizada para exame das entrevistas e do grupo focal foi a análise de conteúdo. De acordo com Laville e Dione (2007) o princípio de tal técnica consiste em expor a organização e os elementos que compõem o conteúdo para explicar seus diversos sentidos e características.

A análise de conteúdo, já foi visto, pode se aplicar a uma grande diversidade de materiais, como permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias, etc. Pode-se assim usa-la no estudo de embates políticos, de estratégias, ou, ainda, para esclarecer fenômenos sociais particulares, em matéria de comunicação, por exemplo, em que se poderiam examinar os postulados implícitos dos manuais escolares ou os estereótipos veiculados pela publicidade. Essa lista jamais acaba, é necessário muito mais. (LAVILLE; DIONE, 2007, p. 214-215).

Sobre a reestruturação dos conteúdos, conforme os autores, a análise de conteúdo não é um método fixo e imutável, reside em um conjunto de variáveis possíveis para reconstrução do sentido de um conteúdo. “Assim, pode-se, no máximo, descrever certos momentos dele, fases que, na prática, virão às vezes entremear-se um pouco, etapas no interior das quais o pesquisador deve fazer prova de imaginação, de julgamento, de nuança, de prudência crítica” (Laville e Dione, 2007, p. 216).

O conteúdo foi analisado a partir de categorias previamente estabelecidas: política social, capitalismo e migração, além de conceitos no campo das migrações internacionais: fronteira, migração sul-sul, acolhida, lei de migração e ação humanitária. Ademais, no

processo de análise outras categorias foram construídas pela pesquisadora para trazer significações ao conteúdo.

Como já mencionado, o questionário *Políticas sociales para inmigrantes em Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)*” estava em formato físico e foi lançado na plataforma online do Google Forms. A técnica de análise consistiu em mensurar quantitativamente as repostas e, conforme os eixos estratégicos construídos<sup>13</sup>, estabeleceram-se algumas tendências acerca do perfil socioeconômico dos imigrantes e o acesso deles às políticas sociais. A exposição dos dados deu-se por meio de representação gráfica.

Os dados centrais desta tese foram extraídos a partir da pesquisa de campo com imigrantes venezuelanos, gestores públicos, atores estratégicos e a partir de bases secundárias. Os discursos dos gestores públicos foram transcritos e estão expostos nesta tese de forma agrupada, a fim de identificar possíveis aproximações e tendências nas narrativas. Essa organização foi aplicada para as entrevistas complementares, ou seja, com atores estratégicos. As entrevistas e o grupo focal com os imigrantes encontram-se na mesma sessão e foram analisados conjuntamente, apresentado as tendências aproximativas das narrativas.

A exposição dos achados da pesquisa de campo está organizada em capítulos<sup>14</sup> particulares, havendo ainda cruzamento das informações, a partir da análise comparativa entre o discurso dos imigrantes venezuelanos, dos gestores públicos, dos atores estratégicos e outras fontes de dados secundárias, o que permitiu compreender como se dá o alcance destes às políticas sociais.

### **Organização da Tese**

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), este projeto de pesquisa de Doutorado vincula-se à linha de pesquisa Política Social, Estado e Sociedade. Em virtude do objeto de pesquisa foi necessário recorrer à bibliografia em outro idioma, espanhol. Sendo assim, a presente tese se organiza da seguinte forma:

---

<sup>13</sup> I - Trânsito: decisão de migrar, circunstâncias e planejamento; II - Situação migratória: conhecimento sobre os direitos, contato com o agente migratório, trâmites migratórios para permanência no Brasil; III - Políticas Sociais previstas na Lei N. 13.445 de 2017: acesso à educação, saúde, assistência social, assistência jurídica, serviço bancário e trabalho; IV- Vida no Brasil: cultura, alimentação, idioma, relação com a população local e violação de direitos.

<sup>14</sup> Capítulo 4 e capítulo 5, os quais serão expostos na sessão “Organização da Tese”.

**Capítulo 1 - Capitalismo: da gênese ao imperialismo.** Este capítulo se propôs a discutir a constituição do padrão de acumulação capitalista hegemônico, inicialmente com o resgate da discussão sobre a acumulação originária, a expansão do capital e o desenvolvimento das forças produtivas. O capítulo ainda trata sobre a concentração e a centralização de capitais e as economias nacionais num contexto de profundas transformações nas relações de trabalho. Por último, é apresentada a discussão acerca de como se constituiu o império do capital, com os desdobramentos para a economia mundial e para as relações sociais, e sua relação com a migração internacional.

**Capítulo 2 - Venezuela: A construção de uma outra via?** Este capítulo contextualiza o surgimento de Chávez na Venezuela e as modificações ocorridas no contexto regional, bem como os conflitos que surgiram em nível internacional, em especial, com os Estados Unidos. Assim, descrevem-se as principais relações estabelecidas pelo líder bolivariano e as modificações feitas internamente no país que impulsionaram o apoio popular ao projeto do socialismo do século XXI. Em seguida é descrito o contexto econômico e político com que Nicolás Maduro assume a Venezuela e as contradições entre o governo e os militares. Além disso, são apresentadas algumas tendências acerca dos interesses das principais potências internacionais em torno da Venezuela: Estados Unidos, Rússia, China e Brasil e as possíveis incidências do contexto geopolítico para o fluxo migratório venezuelano.

**Capítulo 3 - Política Social e migração.** O capítulo trata das principais correntes teóricas acerca do tema. Logo após se expõe como está organizada a política migratória brasileira e os avanços trazidos com a Nova Lei de Migração.

**Capítulo 4 - O discurso institucional sobre a migração.** Este capítulo mostra o entendimento institucional sobre a migração e a configuração das políticas sociais no território com a chegada dos imigrantes venezuelanos, a partir das entrevistas realizadas com os gestores do município de Boa Vista e do Estado de Roraima e atores estratégicos.

**Capítulo 5 – os Imigrantes Venezuelanos no Brasil e os limites de acesso às políticas sociais.** Este capítulo apresenta os resultados das entrevistas e do grupo focal realizados com os imigrantes venezuelanos, bem como os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”, ou seja, como se dá o acesso dos imigrantes às políticas sociais no Brasil. O capítulo conta com uma última sessão sobre a fronteira entre o Brasil e a Venezuela – Pacaraima – com

destaque para as relações e dinâmicas do território, fluxo de pessoas, mercadoria e o discurso acerca da migração da população local. A ênfase está, sobretudo, em explicar como ocorre o alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil, apresentando comparativamente o discurso dos gestores públicos e dos atores estratégicos, além das informações de base secundária. Por último, são apresentadas as considerações finais com o resgate dos principais achados da pesquisa.

## **1 CAPITALISMO: DA GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO**

O processo investigativo desenvolvido partiu de uma abrangência totalizante para a realidade concreta, particular. Por isso, não há como compreender as diversas determinações das migrações contemporâneas, em especial, a migração venezuelana para o Brasil, sem compreender as características do capitalismo, desde sua origem até sua fase atual.

Por isso, este capítulo apresenta o processo de transição entre as relações de produção servil e a constituição do imperialismo, em sua fase mais recente, o império do capital (WOOD, 2014). A discussão começa a partir da acumulação originária, da formação do exército industrial de reserva e das transformações nas relações sociais decorrentes da inserção da maquinaria no circuito da geração do valor.

Num segundo momento é apresentado como ocorre a concentração e a centralização de capitais (MONTORO, 2016) no processo de generalização das relações de produção capitalista e as sessões seguintes tratam sobre o imperialismo: caracterização teórica, contradições e tensões. Por fim, há uma análise acerca do Estado capitalista contemporâneo e o papel das classes sociais.

### **1.1 Acumulação originária e as condições necessárias à organização social capitalista**

Para discutir o capitalismo, optou-se por iniciar pelo debate marxiano<sup>15</sup> sobre a lei geral da acumulação capitalista. Para Marx (2013) o capital deve ser entendido a partir de dois eixos centrais que se relacionam: 1 - capital constante ou valor dos meios de produção (composição de valor); 2 - capital variável ou valor da força de trabalho (composição técnica do capital).

Os capitais individuais envolvem um determinado ramo de atividade e possuem componentes, em certa medida, diferentes entre si. A média de seus componentes individuais representa o capital total do ramo de atividade a que se refere. “Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores.” (Marx, 2013, p. 701).

Isso quer dizer que o crescimento do capital está, necessariamente, relacionado ao capital variável – a força de trabalho. É imprescindível que parte da mais-valia – tempo de trabalho não pago aos trabalhadores e que se transforma em lucro para os capitalistas – exista para manter o processo de acumulação.

---

<sup>15</sup> O termo marxiano refere-se aos estudos do próprio Marx.

A reprodução da força de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitais individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 2013, p. 690).

Marx (2013) esclarece que não é possível pensar a reprodução do capital sem levar em conta a reprodução da força de trabalho, pois é justamente a força de trabalho e a disponibilidade de venda de sua força de trabalho que dá existência ao próprio capital e ao modo de produção capitalista. O aumento do capital é o próprio aumento da força de trabalho, em condições disponíveis para a extração da mais-valia.

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenha uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. (MARX, 2013, p. 695).

Conforme Marx (2013) a lei absoluta do modo de produção capitalista é justamente a produção da mais-valia ou trabalho excedente, não pago. E independentemente das condições em que ocorra a venda da força de trabalho – com maior ou menor vantagem ao trabalhador – o capitalista extrairá a mais-valia.

O aumento dos salários, por exemplo, pode representar, em certa medida, a redução para os capitalistas do trabalho não pago, mas nunca em níveis que possam comprometer o capitalismo: “o preço do trabalho continua a subir porque seu aumento não perturba o progresso da acumulação” (MARX, 2013, p. 696). Por outro lado, o valor pago ao trabalhador sofrerá redução conforme as necessidades de valorização do capital, ou seja, a grandeza da acumulação não está relacionada com a grandeza do salário, mas o contrário sim.

A grandeza da acumulação consiste na extração da mais-valia; já o salário, este está condicionado aos níveis de acumulação num dado momento histórico do processo produtivo: “o aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior” (MARX, 2013, p. 697).

É impensável, portanto, que os trabalhadores por meio do salário – independente da fração de classe que representem – recebam ganhos que realmente correspondam ao valor do seu trabalho; isso só ocorrerá no limite aceitável pelos capitalistas. Todas as estratégias para

aumentar a produtividade do trabalho, seja por inserção tecnológica, científica ou exigências de produtividade, são, na verdade, formas para aumentar a extração da mais-valia.

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (MARX, 2013, p. 705).

A população trabalhadora excedente é necessária ao capitalismo e constitui-se também o motor da acumulação do capital. Ela se apresenta como exército industrial de reserva disponível, e nisto consiste a lei de população – que não está relacionada ao crescimento natural da população, mas se trata de um modo peculiar de utilização do trabalho no modo de produção capitalista, como esclarece Marx (2013).

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista [...] ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 707).

Não basta a existência de uma força de trabalho disponível pelo crescimento natural da população, é necessário que exista o exército industrial de reserva como recurso necessário para que o capitalista possa extrair uma determinada quantidade de trabalho não pago. Em síntese, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho são alavancas para a acumulação do capital e enriquecimento dos capitalistas.

[...] a condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social. (MARX, 2013, p. 712).

Além disso, os salários pagos aos trabalhadores também são regulados pelo crescimento e retração do exército industrial de reserva. No momento em que há a expansão desse contingente existe a tendência de queda no valor do salário, e o contrário também é possível: em tempos de retração ambos movimentos são regidos pelas mudanças do ciclo industrial.

Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões. A superpopulação relativa é, assim, o pano de fundo sobre o qual se move a lei da oferta e da demanda de trabalho. (MARX, 2013, p. 712).

Todo trabalhador integra a superpopulação relativa em algum momento da sua vida, quando está parcial ou inteiramente desocupado. A superpopulação relativa pode aparecer de forma aguda em momentos de crise e, nos momentos de retração da crise, de maneira crônica. Para Marx (2013) a superpopulação relativa apresenta três formas: flutuante, latente e estagnada.

Flutuante:

[...] nos centros da indústria moderna – fábricas, manufaturas, fundições e minas etc. – os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos novamente em maior volume, de modo que, em linhas gerais, o número de trabalhadores ocupados aumenta, ainda que sempre em proporção decrescente em relação à escala da produção [...] uma parte dela emigra e, na realidade, não faz mais do que seguir os passos do capital emigrante. (MARX, 2013, p. 716).

Latente:

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que se tenha apoderado dela, a demanda da população rural decresce em termos absolutos na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital [...] Essa fonte de superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. (MARX, 2013, p. 718).

Estagnada:

Forma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. (MARX, 2013, p. 718).

Marx (2013) ainda explica que há outra fração da superpopulação relativa, a que estava na esfera do pauperismo, ou seja, o lumpemproletariado, que é formado por três categorias: 1- os aptos para o trabalho; 2 - os órfãos e os filhos de “indigentes”; 3 - as pessoas que se encontram em condição de degradação, em situação de rua e os incapacitados para o trabalho. O pauperismo “constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p. 719).

Netto (2001) esclarece que o pauperismo foi um fenômeno social ocorrido na gênese do capitalismo que remete às precárias condições de sobrevivência da classe trabalhadora enquanto, contraditoriamente, a capacidade de produção da riqueza aumenta.

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza [...] Se, nas formas de sociedade precedentes a sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez, agora ela se mostrava conectada a um quadro geral

tendente a reduzir com força a situação da escassez. (NETTO, 2001, p. 42-43).

A expropriação dos trabalhadores da terra resultou no aumento da pobreza exacerbada, que passa a ter relação direta com a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. Esse fato histórico foi o que possibilitou a criação e a ampliação de uma massa de trabalhadores em condições extremamente precárias de sobrevivência – o chamado exército industrial de reserva –, que conservam a oferta e a procura de trabalho, assim como os salários, de acordo com as necessidades de expansão do capital.

Aí está o ponto essencial da lei geral da acumulação capitalista, pois quanto maior for o exército industrial de reserva com relação aos trabalhadores ativos, maior será a superpopulação relativa e maior será o pauperismo. Tudo isso ocorre porque quanto mais se gera acumulação de riqueza para a parcela que detém os meios de produção, por outro lado, na mesma proporção, gera-se a miséria para os que dispõem apenas da força de trabalho. Nisto reside o caráter antagônico do modo de produção capitalista – acumulação de riqueza X produção de miséria.

Marx (2013), ao analisar a gênese do modo de produção capitalista, indica que a acumulação primitiva é o ponto de partida para a formação do capitalismo, pois para que o capitalismo exista é necessário que haja duas classes diferentes de proprietários de mercadorias em constante confronto entre si: de um lado os possuidores de dinheiro, dos meios de produção e de subsistência, a classe que possui, exclusivamente, a capacidade de compra da força de trabalho alheia e, do outro lado, os trabalhadores livres – vendedores de sua força de trabalho. Cabe salientar que nos períodos históricos escravistas o escravo era vendido, enquanto sujeito; já no capitalismo não se trata de vender o trabalhador, mas sua força de trabalho.

Em outras palavras, a relação capitalista é baseada no processo de separação entre os trabalhadores e a propriedade para a realização do trabalho. A acumulação primitiva foi o momento histórico em que seu deu essa separação, inicialmente na Europa ocidental, por meio da expropriação dos trabalhadores da terra comunal, como explica Montoro (2016):

[...] as origens do capitalismo têm uma extensão no tempo muito dilatada, que vai, grosso modo, do começo do século XVI até meados do século XVIII (250 anos que se passam entre 1500 e 1750; não obstante, pode-se estender esse período até o final do século para alcançar o marco histórico, mais simbólico, da revolução burguesa por excelência: a francesa de 1789). (MONTORO, 2016, p. 148, tradução nossa).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> No original: los orígenes del capitalismo tienen una extensión en el tiempo muy dilata, que va, grosso modo, desde comienzos del siglo XVI hasta mediados del XVIII (250 años que transcurren entre 1500 y 1750; se puede

Montoro (2016) esclarece que esse processo ocorreu inicialmente na Europa, desde as primeiras décadas do século XVI, mas antes desse período já estava em curso uma série de mudanças nas forças produtivas: “a eles se vão unindo posteriormente as migrações do meio rural para o urbano, graças ao aumento da produtividade no setor agrícola, que permite produzir com menos trabalho a mesma quantidade de produtos, ou até maior.” (MONTORO, 2016, p. 148, tradução nossa).<sup>17</sup>

A estrutura econômica capitalista decorre da estrutura econômica da sociedade que a precedeu – a feudalista – havendo assim um momento de transição em que o trabalhador deixou de ser servo e vinculado à gleba para tornar-se vendedor da sua força de trabalho – em qualquer lugar que seja possível tal realização.

Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores, da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 787).

Nesse sentido foram criadas legislações que possibilitaram a expropriação do pequeno camponês e dificultaram a sua permanência no campo. Assim, na condição de homens “livres”, restava-lhes a inserção, quando possível, no cenário de exploração capitalista nas cidades que começavam a surgir com o advento da Revolução Industrial. Para Montoro (2016), “Desta forma, gera-se outro aporte ao aumento da população nas cidades. No terreno da ciência e tecnologia também há um desenvolvimento potencial com um conjunto de descobertas que impulsionam a produção, em particular através da sua mecanização.” (MONTORO, 2016, p. 148, tradução nossa).<sup>18</sup>

Com a inserção da maquinaria no circuito da geração de valor ocorreu a intensificação do deslocamento dos trabalhadores em busca de subsistência.

---

extender no obstante hasta finales del siglo para alcanzar el hito, más simbólico, de la revolución burguesa por excelencia; la francesa de 1789). (MONTORO, 2016, p. 148).

<sup>17</sup> No original: “a ellos se irán uniendo posteriormente las migraciones del medio rural al urbano, gracias a que los aumentos de productividad em el sector agrícola, permiten producir la misma o incluso más cantidad de producto con menos trabajo” (MONTORO, 2016, p. 148).

<sup>18</sup> No original: “De esta forma se genera otro aporte al aumento de población em las ciudades. En el terreno de la ciencia y la técnica, también hay desarrollos potenciales con un conjunto de descubrimientos que impulsan la producción, em particular a través de su mecanización.” (MONTORO, 2016, p. 148).

Marx (2013) afirma que, desde o final do século XV, foram criadas legislações sanguinárias contra os expropriados (trabalhadores). Silva (2009), ao analisar tais legislações, considera que:

[...] essas leis foram utilizadas com o fim de forçar os trabalhadores a aceitarem empregos de baixos salários e de inibir seu deslocamento em busca de melhores condições [...] assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi submetida à rígida disciplina do sistema de trabalho assalariado por meio de legislações selvagens, cuja implementação contou com os poderes e a estrutura material do Estado. (SILVA, 2009, p. 96).

Para Marx (2013), a dissolução dos espaços comunais e a agressiva expropriação fundiária fizeram com que o “proletário livre” não fosse incorporado pelo processo manufatureiro que se iniciava. Assim:

Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam. (MARX, 1996, p. 356)

Aqui tem início a compreensão das raízes do fenômeno migratório no capitalismo – ainda que a migração não seja exclusiva deste modo de produção, sua gênese, no capitalismo, está relacionada com a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores e a necessidade de venda da força de trabalho.

A migração da força de trabalho acompanha o próprio processo de expansão do capital na direção da acumulação, visto que a acumulação capitalista produz uma população trabalhadora supérflua disponível para ser lançada em diferentes locais e ramos de produção. Em outras palavras, a expropriação e o desenvolvimento da maquinaria, intrínsecos ao processo de acumulação capitalista, produz um crescente grupo de trabalhadores desempregados ou subempregados dispostos a mover-se a qualquer lugar que prometa um emprego e dispostos a trabalhar em qualquer ramo da produção. É este o exército internacional de reserva ou exército de trabalhadores excedentes o qual, ademais, pressiona a redução dos salários dos trabalhadores empregados. (VENDRAMINI, 2018).

Com isso, consideramos que a migração no capitalismo tem um componente peculiar, a expropriação dos meios para a realização do trabalho, que é um componente intrínseco deste modo de produção. Os trabalhadores aviltados dos meios de sobrevivência transformam-se em população supérflua, ora flutuantes – atraídos e repelidos pelo mercado de trabalho – ora

latentes – na eminência de serem expropriados – ora estagnados em precárias condições de trabalho, e, por fim, em alguns casos, vivendo em condições de pauperismo absoluto.

Todavia, de modo algum é negado o papel político dos sujeitos sociais que constroem e reconstroem suas histórias baseados em crenças e valores motivados por escolhas subjetivas – individuais e/ou em grupo – e que por isso são agentes de transformação da própria realidade social, mediados pelas circunstâncias históricas políticas e econômicas da realidade concreta. “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como a querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1852, p. 06).

De acordo com Cavalcanti et al. (2017) a migração é relevante pela forma como estrutura e “reorganiza” as sociedades, transformando-as em mais complexas e plurais. Nesse sentido, duas grandes correntes teóricas que discutem as migrações situam-se no campo de tentar explicar porque as migrações acontecem no tempo e no espaço e como as migrações permanecem no tempo e no espaço. Cavalcanti et al. (2017) afirmam que as migrações modernas podem ser ilustradas em quatro momentos.

Durante o primeiro período, o mercantil, os fluxos migratórios eram protagonizados principalmente pelos europeus, por meio dos processos de colonização ou do crescimento econômico do capitalismo mercantil [...] Já durante o período da chamada era industrial e urbanização (1800-1925), as migrações eram basicamente Norte-Sul ou Norte-Norte, com destaque para a saída de europeus para os países da América do Norte [...] Após 1925 até o final da Segunda Guerra Mundial, os fluxos internacionais migratórios diminuíram, período conhecido pela limitação das migrações, que ocorreu basicamente por dois motivos: Grande Depressão, de 1929, e o período entre guerras. Por último, Massey (1999) destaca o período pós-industrial (pós 1960), em que as migrações internacionais ganharam novos contornos, sobretudo com um movimento predominantemente Sul-Norte. (CAVALCANTI et al., 2017, p. 13-14).

Com relação ao Brasil, Cavalcanti et al. (2017) destacam que entre os anos 1874 e 1930 houve o maior fluxo de migrantes internacionais para o país (4,07 milhões de pessoas), sendo que a atração dos imigrantes estava relacionada com a ideia de “controle-seletividade” em parâmetros biológicos – política de branqueamento – e sociológicos “(assimilação)”, o que acabou atraindo os imigrantes europeus, em especial, portugueses, italianos, alemães e espanhóis, e num segundo momento japoneses, que vieram para trabalhar na agricultura e nos primórdios da industrialização. O Brasil, que atraiu mão de obra, passa a ter um grande número de emigrantes, principalmente na segunda metade dos anos 1980, um tipo de migração Sul-Norte.

Contudo, para Cavalcanti et al. (2017) as migrações internacionais não ocorrem apenas na direção Sul-Norte, mas há também migrações Sul-Sul (MSS) muito expressivas e diversificadas. A migração Sul-Sul vem aumentando nos últimos anos e o Brasil, desde 2010, tem recebido diferentes fluxos migrantes de países do Sul global, como, por exemplo, os haitianos, cubanos, senegaleses e atualmente os venezuelanos. É certo que as migrações internacionais constituem um fenômeno complexo e multicausal e, conseqüentemente, não é possível pensar que apenas uma teoria explique todos os processos das migrações internacionais: “há um conjunto de teorias que se esforçam em explicar o porquê, as causas e os processos motivadores que levariam as pessoas a migrarem de um país para outro, sendo esse um esforço constante.” (Cavalcanti et al., 2017, p. 16).

Conforme os autores a teoria neoclássica do modelo de atração/expulsão (*push and pull*, em inglês) por muito tempo foi utilizada para explicar as migrações. Cavalcanti et al. (2017) citam os estudos do geógrafo alemão Ravenstein (1885), a partir dos quais foram elaboradas “as leis de migração” para esclarecer os motivos e a finalidade desse fenômeno: 1 - os migrantes se destinam aos grandes centros urbanos, o que é consequência do caráter natural da migração e universal em todo país; 2 - o movimento de dispersão é contrário ao de absorção; 3 - cada perspectiva principal de migração gera uma contra corrente compensatória; 4 - os naturais de cidades migram menos do que os oriundos de outras áreas; 5 - as mulheres migram mais que os homens.

No campo das perspectivas teóricas que pretendem analisar as migrações internacionais, os estudos produzidos por Ravenstein (1885) são considerados precursores para o entendimento das migrações.<sup>19</sup> Ainda existem outras perspectivas, como a teoria da nova economia da migração e a do mercado de trabalho dual (ou segmentado), as quais analisam aspectos específicos acerca da migração. A primeira mantém o foco analítico na escolha do grupo social, ou seja, não se trata de uma simples escolha individual, mas aspectos decididos na unidade familiar ou domicílio. A teoria do mercado de trabalho dual tem como precursor Michael Piore (1979) em seu livro *Birds of Passage* que, apesar de não ser uma obra restrita à análise das migrações, teve grande influência no tema. A obra em questão estuda a estrutura do mercado de trabalho nos locais de destino. Por essa perspectiva teórica, aos imigrantes são destinadas

---

<sup>19</sup> A teoria neoclássica econômica e a teoria *push-pull*, não consistem especificamente em objetos de estudo neste trabalho. Para mais informações ver o trabalho de: CAVALCANTI et al. Um convite às teorias e conceitos sobre migrações internacionais. In: **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

ocupações não desejadas pelos nacionais, com base em critérios étnicos e não técnicos, com o controle e fiscalização mais acentuados.

Já outra teoria, a do sistema mundial, “afirma que a migração é um produto da dominação colonial e pós-colonial capitalista exercida pelos países centrais do Norte global sobre os países centrais da ‘periferia’ e ‘semiperiferia’.” (Cavalcanti et al., 2018, p. 20), ou seja, a migração internacional é resultante da desproporção existente no capitalismo entre os países centrais e dependentes. Essa teoria, em certa medida, possui algumas aproximações com a teoria social crítica, mas se faz necessário compreender detalhadamente como operam as contradições e tendências do capitalismo e sua incidência direta no âmbito das migrações internacionais.

## **1.2 A expansão do capital, o desenvolvimento das forças produtivas e a subsunção social do trabalho**

Este tópico está dividido em três sessões: a primeira trata sobre o processo de concentração e centralização de capitais no processo de generalização das relações de produção capitalista e apresenta como se deu a formação dos oligopólios no cenário de concorrência entre os capitais, em que os capitais maiores possuem vantagem competitiva e conseguem destruir e/ou incorporar os capitais menores, formando assim os monopólios.

A sessão seguinte versa sobre as economias nacionais e a internacionalização do capital, pois a concentração e centralização de capitais permitiram que surgissem os monopólios que para manter as taxas de lucratividade expandem os capitais para outros países, em especial os países de capitalismo dependente, os quais criam estruturas mais atrativas devido ao preço das terras e da matéria-prima, bem como ao baixo custo da mão de obra.

A internacionalização é um processo que está ligado à lei geral da acumulação capitalista e modifica a estrutura das economias nacionais, ao mesmo tempo em que impulsiona o deslocamento da força de trabalho no mesmo território ou para outros países. A internacionalização não está relacionada com as necessidades da população dos estados nacionais, mas com a capacidade de garantir a níveis satisfatórios a acumulação do capital.

Para compreendermos como se deu a expansão do capital é necessário voltar à discussão acerca do processo de concentração e centralização de capitais. Conforme Montoro (2016), a acumulação de capital numa sociedade é a acumulação de capitais individuais de um determinado ramo de atividade: “Quer dizer, cada capital desenvolve uma nova concentração

de capital que cresce com a acumulação, processo que se renova repetidamente.” (MONTORO, 2016, p. 152, tradução nossa).<sup>20</sup>

Cada acumulação se torna uma nova forma de acumulação, como afirma Marx (2013):

Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social se consuma no crescimento de muitos capitais individuais. (MARX, 2013, p.701).

De acordo com Montoro (2016) o processo de acumulação não ocasionará acumulação igual para todos os capitais. Os capitais maiores são os que em geral podem agregar novos meios de produção, bem como desenvolvimento científico-tecnológico, aumentando assim sua produtividade e vantagem competitiva. Ou seja, muitos capitais acabam sendo controlados por aqueles que ocupam uma posição de vantagem com relação ao capital total, e essa incorporação conduz à crescente formação de oligopólios.

Montoro (2016) salienta que a formação de oligopólios não significa o desaparecimento da concorrência, mas muda sua escala, facilitando que, pelo menos, num curto espaço de tempo sejam estabelecidos acordos entre os capitais que detém os oligopólios sobre o controle dos mercados.

Marx (2013) indica que à medida que o capital cresce na mão de um homem ou de um pequeno grupo, muitos homens perderam o controle sobre esse capital. Para esse autor o que conduz à centralização é a luta concorrencial e a expansão do sistema de crédito. Com relação ao primeiro, seu impulso se dá no barateamento de mercadorias e da força de trabalho: “a concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitais menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem” (MARX, 2013, p. 702).

Ainda segundo o autor, o sistema de crédito consiste na disponibilização de montantes monetários em menor ou maior proporção para capitais individuais e associados, o que consequentemente impulsionará a luta concorrencial: “na mesma medida em que se desenvolvem a produção e a acumulação capitalistas, desenvolvem-se também a concorrência e o crédito, as duas alavancas mais poderosas da centralização” (MARX, 2013, p. 702).

---

<sup>20</sup> No original: “Es decir, cada capital desarrolla una concentración de capital que crece con la acumulación, renovándose este proceso una y otra vez” (MONTORO, 2016, p. 152).

Montoro (2013) esclarece que a concentração de capital é o crescimento dos capitais individuais – expressão da reprodução ampliada – e a centralização é a fusão de vários capitais individuais em apenas um de maior tamanho.

Denomina-se centralização o processo pelo qual se agrupam vários capitais individuais já existentes sob o controle de um número de capitais maiores (como se trata daqueles previamente existentes, a centralização não exige, para acontecer como tal, sequer uma reprodução ampliada). (MONTORO, 2016, p. 152, tradução nossa).<sup>21</sup>

Esses dois processos podem coexistir, diferenciando-se apenas no fato de que para ocorrer a concentração é necessário que haja acumulação, mas para existir a centralização não é necessário que haja crescimento, pois este está relacionado apenas à redistribuição de capitais já existentes.

Em síntese, a concentração está relacionada com o crescimento da acumulação e a centralização poderá ocorrer a qualquer momento, e, em especial, será impulsionada nos momentos de crise para manter a sobrevivência dos capitais.

Do ponto de vista histórico, Montoro (2016) indica que a centralização começa a tomar forças a partir da segunda metade do século XIX, com a participação dos grandes capitalistas nos conselhos de administração de empresas e dos bancos.

Ao analisar a mudança do papel dos bancos a partir do século XIX, Lênin (1916) afirma que, inicialmente, essas instituições tinham a função de atuar como intermediárias dos pagamentos, mas na proporção que os lucros aumentam e os bancos se concentram num determinado número de estabelecimentos, abandonam sua função intermediária e tornam-se monopólios.

Com isso, passam a possuir praticamente a totalidade do capital (aqui entendido como “dinheiro”) dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matéria-prima dos países.

Um elemento importante a considerar foi que ao longo do tempo ocorreu a união dos bancos e das grandes empresas industriais e comerciais por meio da fusão de uns com os outros, através da compra de ações, pela entrada dos diretores dos bancos nos conselhos administrativos e financeiros das empresas e vice-versa. Isso, progressivamente, gerou o capital financeiro –

---

<sup>21</sup> No original: “Se denomina centralización al proceso por el que se agrupan varios capitales individuales, ya preexistentes, bajo el control de un número de capitales mayores (como se trata de los previamente existentes, la centralización no exige siquiera una reproducción ampliada para tener lugar como tal).” (MONTORO, 2016, p. 152).

concentração do capital bancário e do capital industrial. “O capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras”. (LÊNIN, 1916, p. 52).

Dessa forma, houve uma reorganização política, econômica e social por meio da qual ocorre a reunião numa mesma empresa de diferentes áreas da indústria; essa reorganização do modo de produção capitalista modificou as economias nacionais e possibilitou a internacionalização do capital, como veremos a seguir.

Para Montoro (2016), a partir da acumulação originária o capitalismo desenvolveu as forças produtivas – o que não se restringe à esfera fabril – mas também houve mudanças para a classe trabalhadora, inclusive, de certa forma, ocorreram melhorias nas condições de vida dessa classe por meio do desenvolvimento das cidades, transportes e comunicações.

Nesse cenário, a economia se desenvolveu a partir da unificação das economias nacionais e passou a ser representada pela burguesia e suas instituições, sendo que a instituição mais expressiva é o Estado. Com isso, surgiu o Estado burguês, o qual nasce da hegemonia da classe dominante, a burguesia.

A natureza desse Estado tem como função precípua favorecer a acumulação, proporcionando as condições necessárias para a exploração do trabalho, garantindo o direito de propriedade e disponibilizando a infraestrutura necessária para a acumulação. É certo que, por vezes, o Estado faz concessões aos trabalhadores por meio da expansão dos direitos, mas isso se restringe ao fato de que tais concessões não podem comprometer a rentabilidade do capital.

Conforme Montoro (2016), o primeiro conflito da economia capitalista é entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. A classe capitalista é integrada por capitais individuais que concorrem entre si e os Estados nacionais auxiliam nos interesses do capital nacional, que atua numa dupla face: 1 - defensiva, a partir do sistema de protecionismo comercial; 2 - ofensiva, com o impulso à expansão para outros países, a fim de aproveitar a oferta da mão de obra e a possibilidade de garantir novos mercados consumidores.

A concentração e centralização de capitais possibilita a criação dos oligopólios e uma das formas de expressão do poder dos oligopólios se dá por meio da internacionalização do capital a partir da entrada de capitais nos diferentes países, o que também tem relação com a lei geral de acumulação.

Com relação às formas em que se deu a internacionalização, Montoro (2016) afirma que o primeiro âmbito foi o comercial, que está relacionado a formas pré-capitalistas como a expansão colonial da Europa para outros continentes. À medida em que foi possível baixar o custo de produção das mercadorias estas passam a ser vendidas em outros mercados, ou seja, o capital encontra terreno fértil para a acumulação por meio da expansão para outros países. Os capitais maiores possuem mais condições para se internacionalizarem, e assim consolidam seu poder e controle.

O processo de internacionalização do capital tampouco acaba em sua forma monetária. A internacionalização do capital tampouco acaba em sua forma produtiva. Ainda que haja antecedentes desde muito tempo antes (sobretudo em setores primários, como o extrativista), é especialmente a partir dos anos sessenta e setenta do século XX que tal internacionalização acontece diretamente na forma de capital produtivo, de modo particular no setor industrial (nos últimos cinco anos do século se estenderá ao setor de serviços). Isto quer dizer que determinados capitais levam a cabo sua atividade diretamente produtiva de mais valia para além de suas fronteiras multinacionais (ou transnacionais) que representam a resposta do grande capital de obter taxas ainda maiores de mais-valia graças a salários mais baixos, vantagens fiscais, legislação ambiental mais permissiva, etc., recorrendo constantemente à ameaça que frequentemente se concretiza naquilo que se conhece por deslocalização. Tais capitais multinacionais são, por sua vez, a expressão mais cabal do processo de centralização do capital, que se desdobra internacionalmente em todas as suas dimensões ao integrar, junto à atividade produtiva, a comercial e a financeira. (MONTORO, 2016, p. 158, tradução nossa).<sup>22</sup>

A internacionalização do capital não se trata apenas da circulação de mercadorias e transferência de empresas para outros países, mas também do impulso ao deslocamento do capital variável, ou seja, da força de trabalho. Afinal, as economias nacionais transformam-se e os trabalhadores também são impulsionados a migrarem para regiões onde possam vender a sua força de trabalho, ou seja, a internacionalização é um fenômeno intrínseco do capitalismo e contribui para o fluxo de deslocamento de pessoas, seja em âmbito interno, no mesmo país, como também para outros países.

---

<sup>22</sup> No original: “El proceso de internacionalización del capital tampoco acaba con su forma dineraria. Finalmente, la internacionalización del capital tampoco acaba con su forma directamente productiva. Aunque con antecedentes desde mucho tiempo antes (especialmente em sectores primarios como el extractivo), es especialmente a partir de los años sesenta y setenta del siglo XX cuando tiene lugar esta internacionalización directamente con la forma de capital productivo, sobre todo en el sector industrial (en los últimos lustros del siglo XX se generalizará al sector servicios). Se trata de que determinados capitales llevan a cabo su labor directamente productiva de plusvalía más allá de sus fronteras multinacionales (o transnacionales) que encarnan la respuesta del gran capital a obtener mayores tasas de plusvalía gracias a salarios más bajos, ventajas fiscales, legislación ambiental más permisiva, etc. (recurriendo constantemente a la amenaza que a menudo se lleva a cabo en lo que se conoce como deslocalización). Estos capitales multinacionales son a su vez la expresión más acabada del proceso de centralización del capital, que se despliega internacionalmente em todas sus dimensiones (al integrar, junto a la actividad productiva, la comercial y la financiera).” (MONTORO, 2016, p. 158).

Os capitais buscam países atrativos, com maiores taxas de isenção fiscal para instalação das empresas; possibilidades de exploração da matéria-prima; expansão do crédito para um mercado consumidor; bem como quantidade de mão de obra disponível a um baixo custo.

A atração e retração de capitais nos países estão relacionadas com as possibilidades de maior acumulação e não com os interesses sociais, econômicos e ambientais dos povos. A internacionalização do capital modificou a estrutura das relações sociais e a organização dos países, ao mesmo tempo que consolidou o domínio do capital financeiro: capital industrial + capital bancário, o que terá consequências diferentes para os países de capitalismo central e dependente.

Para Lênin (1916), o domínio das oligarquias financeiras tem efeitos devastadores para as economias mundiais, principalmente para os países de capitalismo dependente, os quais são incorporados na circulação do capitalismo mundial, e onde o preço da terra, os salários e as matérias-primas são relativamente baixos. Nos períodos de expansão industrial os lucros do capital financeiro são inumeráveis, enquanto que em períodos de crise as pequenas empresas acabam ruindo e muitas são compradas pelos maiores capitais a um valor irrisório, ou seja, para o grande capitalista as crises são oportunidades de acumulação.

Lênin (1916) ressalta ainda que em tempos de crise o capital financeiro se beneficia, pois cresce de forma incomensurável o contingente de trabalhadores sem emprego, sem-teto, sem comida, sem dignidade. Ocorre assim o rebaixamento dos salários e, imediatamente, são intensificadas as ofensivas contra os direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores.

A internacionalização fez com que um restrito grupo de Estados emergisse como potências financeiras dominantes que, por meio dos monopólios, subjagam outras nações que devem garantir as taxas de lucratividade e acumulação esperada pelos países de capitalismo central. Portanto, a internacionalização condiciona os países dependentes a organizarem sua economia para suprir as necessidades do capital internacional e a abrirem os mercados nacionais para os monopólios.

Para Marx (2013) o trabalho é, em princípio, um processo de interação entre o homem e a natureza. Nessa interação o homem pode mediar, controlar e regular a natureza: “a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços, pernas e mãos” (MARX, 2013, p. 255). Com isso, o homem modifica a natureza e a si mesmo desenvolvendo seus potenciais criativos.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos com a estrutura de sua colônia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p. 256).

Dessa forma, Marx (2013) aponta que o que diferencia as épocas econômicas não é o que é produzido, mas sim como é produzido e os meios para a produção. A sociedade burguesa estudada por Marx, que se constrói no modo de produção capitalista, transformou a relação do homem com o trabalho. Os trabalhadores foram expropriados dos meios de produção, restando apenas a necessidade de venda da força de trabalho que, por isso, torna-se mercadoria.

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservador, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. [...] O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. (MARX, 2013, p. 262).

Conforme Marx (1996), na Inglaterra, na última parte do século XIV, o processo de servidão havia submergido porque uma parte expressiva da população àquela época era formada por camponeses livres e autônomos, fato que se consolidou no século XV.

Os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam, em parte, em camponeses, que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos. (MARX, 1996, p. 342).

Marx (1996) aponta que na Europa a organização feudal caracterizou-se pela divisão da terra entre o maior número possível de “súditos” porque a capacidade dos senhores feudais, bem como a do soberano, à época, não estava relacionada à quantia de sua renda, mas ao número de súditos que possuíssem, ou seja, à quantidade de camponeses economicamente autônomos que exerciam atividades nas glebas.

O autor destaca ainda que as habitações dos camponeses e os “cottages” dos trabalhadores foram destruídos e em outros casos entregues à ruína. Dessa forma, criou-se uma série de legislações para a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores porque o que o “sistema capitalista requeria era, ao contrário, uma posição servil da massa do povo, sua

transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 1996, p. 345).

As legislações que passaram a vigorar se tornaram terreno para desapropriação do pequeno camponês e exploração da massa de trabalhadores. As normas legais que passaram a existir dificultaram aos trabalhadores a permanência no campo e, assim, na condição de homens “livres”, restava-lhes a incessante busca pela inserção no cenário de exploração capitalista emergente.

Marx (1994) fala sobre as formas cruéis de tratamento dos chamados “vagabundos” na Inglaterra. Havia legislação para assegurar o direito de mendigar aos pobres incapazes para o trabalho, enquanto os pobres capazes para o trabalho eram conduzidos ao trabalho forçado.

Na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra, no contexto de expansão da grande indústria, o trabalhador perde totalmente a sua relação com os meios de produção. Nesse momento, a expropriação dos trabalhadores é plena, total, como explicita Marx (1994):

No século XIX, perdeu-se naturalmente a lembrança da conexão que existia entre a agricultura e terra comunal [...]. O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos. (MARX, 1994, p. 845).

Para Marx (1994), antes dessas transformações os meios de subsistência e matérias-primas utilizados pelos camponeses estavam disponíveis nos espaços comunais, mas posteriormente se tornam mercadorias, ou seja, passam a ser artigos de manufatura. Com isso, as famílias comunais que produziam os produtos necessários para a sua sobrevivência nas glebas passam a ter que obtê-los via mercado. Contraditoriamente, essas mesmas famílias que foram expulsas do ambiente rural tornam-se cada vez mais empobrecidas e sobrevivendo em condições miseráveis.

Foi com o advento das transformações decorrentes da Revolução Industrial, e com a mudança nos meios de produção e apropriação privada da riqueza socialmente produzida, que se modificou toda a estrutura das relações sociais. Dessa forma, com a inserção da maquinaria no circuito de geração de valor, o trabalhador – que não dispunha de meios de produção – teve como possibilidade de sobrevivência a venda de sua força de trabalho.

No século XIX o capitalismo se consolida efetivamente a partir da expansão da grande indústria; assim, o trabalhador perde totalmente a sua relação com a agricultura e passa a não deter, de nenhuma maneira, os meios de produção. Para Marx (1994), nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se necessariamente também a miséria. As forças produtivas

se desenvolvem e desenvolve-se também a riqueza da burguesia. Por isso, em meados do século XVIII surge, em toda a Europa Ocidental, o fenômeno social do pauperismo.

Para Marx (1994), a maquinaria faz com que parte da classe trabalhadora se torne população supérflua, ou seja, torne-se não tão imediatamente necessária para a autovalorização do capital, constituindo-se o exército industrial de reserva deste:

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado. (MARX, 1994, p. 733).

Portanto, o processo histórico de subsunção do trabalho ocorreu com a mudança na esfera da produção, inicialmente na Inglaterra, mas também em toda a Europa Ocidental. Gradativamente os trabalhadores foram perdendo o vínculo com os meios de produção, bem como a capacidade de permanecer nos territórios – sendo assim, é possível considerar que a migração no modo de produção capitalista está relacionada, principalmente, com a necessidade de inserção no circuito da produção de valor por meio da disponibilização da força de trabalho. Os imigrantes, em geral, compõem diferentes frações da classe trabalhadora e possuem em comum a vinculação aos processos de exploração e precarização no modo de produção do capital.

É por isso que o exército industrial de reserva é fundamental no processo de acumulação do capital e da exploração do trabalho, uma vez que fortalece a condição de necessidade de venda da força de trabalho dos trabalhadores aos capitalistas. Esse movimento, em princípio, se expressou mais significativamente nas cidades que foram berço da Revolução Industrial, não somente nas cidades inglesas, como em toda a Europa.

Dentre as mudanças na organização social ocorridos na Inglaterra, para Lefebvre (1999, p. 10), a introdução da maquinaria no circuito da produção “transformou a existência dos tecelões, arruinando as famílias que viviam honesta e laboriosamente no campo, na proximidade das cidades, mas afastadas delas”.

De acordo com o autor, essa circunstância reduziu a condição dos operários ao papel de máquinas e as transformações no circuito da produção se deram principalmente pelas novas técnicas utilizadas no final do século XVIII, com a inserção de uma complexa maquinaria no procedimento industrial de fiar algodão, bem como da máquina a vapor.

Nesse sentido houve um reordenamento das cidades, as quais passaram a ter uma

concentração de pessoas ao mesmo tempo que houve uma concentração de capital. Isso porque as cidades reuniam os elementos que compõem a indústria: os trabalhadores, transportes, mercado e matérias-primas, entre outros. Essas foram transformações importantes que justificam o desenvolvimento rápido das cidades capitalistas.

Engels (1975), ao analisar as transformações ocorridas nas cidades e para o conjunto dos trabalhadores após o advento da grande indústria, escreveu sobre o cotidiano vivenciado nesses espaços e as mudanças nas relações sociais a partir desse novo modelo de produção:

[...] estas pessoas cruzam-se a correr, e a única convenção que existe entre elas é o acordo tácito pelo qual cada uma ocupa a sua direita no passeio, a fim de que as duas correntes da multidão que se entrecruzam não se constituam mutuamente obstáculo; e, contudo, não vem ao espírito de ninguém a ideia de conceder a outrem um olhar sequer. Esta indiferença brutal, este isolamento insensível de cada indivíduo no seio dos seus interesses particulares, são tanto mais repugnantes e chocantes, quanto é maior o número destes indivíduos confinados neste espaço. [...] A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta automatização do mundo, é aqui levada ao extremo. Disto resulta também que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui abertamente declarada [...], as pessoas não se consideram reciprocamente senão como sujeitos utilizáveis; cada um explora o parceiro, e o resultado é que o forte calca aos pés o fraco e que o pequeno número de fortes, quer dizer, os capitalistas, se apropria de tudo, enquanto que ao grande número de fracos, aos pobres não lhes resta senão a própria vida. (ENGELS, 1975, p. 56-57).

Engels (1975) destaca que os trabalhadores que morriam de fome não estavam vinculados diretamente aos processos de exploração do capital. Porém, mesmo para os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho, não havia nenhuma garantia de que continuariam trabalhando, ou seja, a vontade de trabalhar ou querer encontrar um trabalho não lhes trazia qualquer garantia, pois no dia seguinte ao de uma extensa jornada de trabalho podiam não o ter mais, estando à mercê das vontades capitalistas.

Durante a minha estadia em Inglaterra, a causa direta da morte de 20 a 30 pessoas foi a fome, nas mais revoltantes condições, e, na altura do inquérito mortuário, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de o dar a conhecer claramente. Os depoimentos das testemunhas bem podiam ser claros, desprovidos de qualquer equívoco, que a burguesia – no seio da qual tinha escolhido o júri – encontrava sempre um pretexto que lhe permitia escapar a este terrível veredito: morto de fome – muito mais do que diretamente – porque a falta contínua de gêneros alimentícios suficientes provocou doenças mortais, e deste modo fez vítimas; elas viram-se tão enfraquecidas, que certos casos que noutras circunstâncias teriam evoluído favoravelmente, implicavam necessariamente graves doenças e a morte. Os próprios ingleses chamam a isto de crise social, e acusam toda a sociedade de os cometer continuamente. (ENGELS, 1975, p. 57-58).

O autor também destaca que essa população, em sua grande maioria, habitava a cidade em vielas próximas aos palácios dos ricos. Com moradias precárias localizadas nas regiões mais

“feias” da cidade, eram pequenas construções com diversas pessoas dividindo o mesmo espaço.

Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e malcheirosos. Para, além disso, o arejamento torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas em pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. De resto, as ruas servem de secadouro, quando há bom tempo; estendem-se cordas duma casa à casa fronteira, onde se pendura a roupa branca e úmida [...] a mesma coisa nas cidades industriais. Em Nottingham há ao todo 11.000 casas das quais 7.000 ou 8.000 estão de tal maneira encostadas umas às outras que nenhum arejamento completo é possível, para além de, na maior parte dos casos, não existir senão um lavabo comum para várias casas. Uma inspeção recente revelou que várias filas de casas estavam construídas sobre canais de descargas pouco profundos, apenas cobertos pelas ripas do soalho. (ENGELS, 1975, p. 59, 70).

A cruel realidade descrita nas grandes cidades industriais da Inglaterra como Liverpool, Manchester, Bristol e Nottingham não se restringiu ao território inglês. Essa realidade era evidente em outros grandes centros do Reino Unido e da Europa, a exemplo das cidades de Dublin, Edimburgo e Paris. Entende-se com isso que o processo de mudança nas relações sociais decorrente do capitalismo foi o percurso histórico que favoreceu a migração internacional e, dentro do mesmo país, no período de surgimento e expansão da indústria, ou seja, trabalhadores sem acesso a bens e serviços num contexto de escassez de alimentos, trabalho, habitação, dentre outros, acabaram entregues à própria sorte.

De acordo com Engels (1975) esses trabalhadores que migraram para as cidades, expropriados das condições de vida no campo, pernoitavam em lugares degradantes, pois centenas e milhares de pessoas eram amontoadas no mesmo espaço sem condições dignas de sobrevivência.

Mas no fim de contas, os que possuem um teto, seja ele qual for, ainda são felizes ao pé daqueles que nem isso têm. Em Londres levantam-se todas as manhãs 50.000 pessoas sem saberem onde repousarão a cabeça na noite seguinte. Os mais felizes dentre eles são os que conseguem conservar 1 ou 2 pences até à noite para irem para os dormitórios públicos (Lodging-house), que existem em grande número em todas as grandes cidades e onde lhes é dado asilo em troca do seu dinheiro. Mas que asilo! A casa está cheia de camas de alto a baixo, 4, 5, 6 camas numa sala, tantas quantas lá possam caber. Em cada cama empilham-se 4, 5, 6 pessoas, também tantas quantas lá caibam, doentes e de boa saúde, velhos e jovens, homens e mulheres, bêbados e pessoas sóbrias, tal é o quadro, com todos à mistura. Discutem, agridem-se, ferem-se, preparam roubos e entregam-se a práticas cuja bestialidade a nossa língua humanizada se recusa a descrever. E os que não podem pagar esse alojamento? Pois bem, esses dormem em qualquer lugar, nas esquinas, sob as arcadas, num recanto qualquer, onde a polícia e os proprietários os deixam dormir tranquilos; alguns vivem em asilos construídos aqui e ali por obras de beneficência privadas, outros dormem nos bancos dos parques, mesmo debaixo das janelas da Rainha Vitória. (ENGELS, 1975, p. 64).

As condições que impulsionaram as migrações nas sociedades de capitalismo hegemônico ou dependente possuem elementos estruturais comuns, mas as características dos territórios – históricas, políticas, culturais, econômicas e sociais – dão roupagens específicas sobre como poderá ocorrer a migração, bem como as respostas diferentes dos sujeitos coletivos face ao movimento do capital que produz o deslocamento.

Assim, com relação à América Latina, Bamberger (2015) afirma que foi a partir do primeiro pós-guerra que o capitalismo dependente latino-americano passou por um processo de integração ao capitalismo hegemônico, em especial aos ditames dos Estados Unidos, com a expansão dos consórcios monopolistas multinacionais, devido ao processo de concentração, monopolização e centralização que aconteceu na indústria estadunidense. Na América Latina esse processo se deu a partir de duas estruturas: 1 - estruturas diversificadas com proeminência do setor primário-exportador, com sinais de industrialização em curso; 2 - estruturas primário-exportadoras, compostas essencialmente por indústrias artesanais.

Ao analisar como se deu a industrialização nos países da América Latina, Bamberger (2015) salienta que países como Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia tinham começado a industrialização antes da Primeira Guerra Mundial, com destaque para a Argentina e para o México. Por outro lado, na Venezuela e no Peru tal processo só ocorreu no segundo pós-guerra, sob a influência do capital estrangeiro. O importante aqui não é necessariamente detalhar o ano em que ocorreu a industrialização, mas compreender que esse movimento ocorreu sob o controle direto do capital estrangeiro.

Bamberger (2015) elabora uma tipologia quanto ao processo de industrialização, a saber: países com início antigo de industrialização – Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia; países cuja industrialização foi produto da integração monopólica – Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba; e países com estrutura agrário exportadora sem diversificação industrial – Paraguai, Haiti e “talvez” o Panamá.

A autora destaca também que as mudanças nos países da América Latina foram impulsionadas após a segunda metade do século XIX com o advento da Revolução Industrial, fato histórico ocorrido na Inglaterra que mudou as relações sociais e as sociedades dependentes, exigindo que esses países se adaptassem para atender a demanda em ascensão na nova etapa de expansão do capitalismo mundial, em especial, nos setores produtivos para a exportação.

Devido ao caráter dependente dos países da América Latina, a integração ao capitalismo mundializado ocorreu a partir do aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer a demanda dos países de capitalismo hegemônico. Além

disso, houve a criação de um mercado interno nos países dependentes para absorver os produtos manufaturados dos países de capitalismo central.

A subsunção do trabalho nos países de capitalismo dependente será mais devastadora devido à posição que ocupam no cenário de mundialização do capital. Tais países que nunca vivenciaram o pacto social-democrata – empregos mais estáveis, políticas sociais com direção mais universal e relativa redistribuição da riqueza – sofreram ainda mais as pressões internacionais, como por exemplo, a Venezuela, que teve o advento e formação da indústria impulsionados pelos interesses internacionais e terão um grau de dependência mais acentuado, com menores possibilidades para diversificar a economia e concorrer no mercado internacional. A condição dos países dependentes se torna ainda mais grave no contexto de crise estrutural do capital.

Em seu livro *A Crise Estrutural do Capital*, Mészáros (2009), sinaliza que atualmente se vive uma crise estrutural do sistema do capital: “vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (Mészáros, 2009, p. 17).

A crise estrutural é marcada por ser contínua e sistêmica: mesmo que em alguns períodos possa se expressar em diferentes territórios, o fato é que com a queda da taxa de lucro, tem-se início na década de 1970 a reestruturação produtiva do capital, por meio do avanço nos processos de flexibilização, terceirização e desregulamentação das relações de trabalho. Com isso, o trabalho vivo (humano), passa a ser extremante precarizado, a partir da constante desregulamentação da legislação trabalhista e do intenso processo de exploração através das diversas modalidades de realização do trabalho.

A derrocada do modelo Keynesiano, vivenciado pelos países que experimentaram o Estado Social, foi uma experiência histórica específica e geopoliticamente situada, fruto de uma série de determinações estruturais e conjunturais. Outro aspecto relevante foi a derrocada da União Soviética, sendo que esses dois componentes históricos também expressam a bancarrota de dois sistemas de controle e regulação estatal.

A ausência de limite para conter os desenfreios do capital torna-o incontrolável e destrutivo, o que põe em risco a própria existência humana. Assim, toda e qualquer alternativa para impor limites a esse modelo sempre sofrerá resistência. Diferente do período pós-Segunda Guerra Mundial, em que era possível observar variáveis entre períodos de expansão e recuo das taxas de lucro, Mészáros (2009) salienta que há uma *depressed continuun*, (ou depressão contínua) e no interior dos países de capitalismo central os mecanismos de administração das

crises são cada vez mais constantes, mas incapazes de mudar o panorama da crise.

Para Tonet (2009) a crise do capital tem sua origem relacionada aos problemas provenientes do processo de acumulação, ou seja, ela é gerada por bases materiais. Assim, a crise está intrinsecamente relacionada às relações que os homens estabelecem entre si na produção da riqueza material.

As características mais expressivas referem-se ao fato de: 1 - ser uma crise global e não apenas localizada num determinado local ou setor específico; 2 - com a mundialização do capital as possibilidades de os países de capitalismo central deslocarem a crise para países de capitalismo periférico tornam-se esgotadas, por se tratar de uma escala mundial, mas são adensadas pelas peculiaridades sócio-históricas e econômicas dos territórios.

O interesse do capital é o maior aumento da taxa de lucro e quando há um rebaixamento nessa esfera há uma reorganização do capital a fim de retomar esse aumento. Duas expressões disso na atualidade são a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, que consistem numa reorganização da produção e em uma investida ideológica indicando que os problemas da humanidade deveriam ser resolvidos via mercado e o Estado atuaria com um papel subsidiário. Tais movimentos, na verdade, tentavam encobrir o real interesse das classes dominantes, principalmente dos países de capitalismo central, em retomar o aumento dos lucros.

Na década de 1970 ocorreu o declínio do processo de acumulação em curso e assim a reorganização da produção foi formulada a partir da intensificação da exploração dos trabalhadores, seja pelo aumento da jornada de trabalho, como pela agregação de novas tecnologias e novas relações de trabalho mais precarizadas, que vão se expressar pela terceirização, pela corrosão dos direitos trabalhistas, pela desregulamentação da economia e pela crescente privatização.

Dessa forma, todas as esferas da sociabilidade humana como política, ciência, filosofia, educação, artes e família, entre outros, são afetadas por essas transformações. Dentre os fatores centrais da crise estrutural, destaca-se a contradição entre o potencial produtivo alcançado pela humanidade e a impossibilidade de que todas as pessoas usufruam dessa produção.

Com efeito, sabe-se que, hoje, a humanidade teria capacidade de produzir riqueza suficiente para atender as necessidades básicas de todos os habitantes desse planeta. No entanto, constata-se que a maioria da humanidade vive em situação de carência, que pode ir da miséria mais extrema à pobreza ou a um acesso precário a essa riqueza. Constata-se, também, por outro lado, uma crescente concentração da riqueza em poucas mãos (TONET, 2009, p. 110).

Para a perspectiva hegemônica dominante a impossibilidade de distribuir a riqueza deve-se à falta de vontade política, à falta de recursos, à corrupção, à má administração, etc. Todavia, o capitalismo necessita que não haja distribuição igualitária para se reproduzir, pois uma produção abundante, possível com o desenvolvimento tecnológico, levaria a uma abrupta queda nos preços, o que conseqüentemente rebaixaria sobremaneira o lucro dos capitalistas, o que não é interessante para o sistema.

Aqui não se trata de negar os avanços alcançados pela humanidade, mas é importante ressaltar que o usufruto desses avanços se limita a alguns setores e determinados segmentos, sendo resultado da relação entre a produção coletiva e a apropriação privada da riqueza.

### **1.3 Imperialismo: caracterização teórica, contradições, tensões das forças produtivas, crises e balanços**

Vladimir Ilich Lênin, em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916), fundamentado no conhecimento dos escritos de Marx e Engels em meio aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, apreende os movimentos contraditórios do capitalismo desde o final do século XIX. O autor analisou as transformações decorrentes da fase concorrencial capitalista, as quais geravam a concentração e, num dado momento, a criação dos monopólios. Para Lênin o desenvolvimento da indústria e o processo de concentração veloz da produção é a base mais marcante do capitalismo.

De que forma ocorre a formação dos monopólios? Para o autor, o processo de concentração, quando atinge um certo nível de desenvolvimento permite a geração dos monopólios, ou seja, geram-se empresas gigantescas – por meio da incorporação de menores – de diferentes ramos, o que facilita o crescimento dos conglomerados ao mesmo tempo que se dificulta a concorrência. “Esta transformação da concorrência em monopólio é um dos fenômenos mais importantes – senão o mais importante – da economia do capitalismo moderno.” (LÊNIN, 1916, p. 17-18).

O autor indica que a era dos monopólios é caracterizada pela exportação de capitais, não mais de mercadorias, como no tempo da livre concorrência: “o capitalismo é produção de mercadorias no grau mais elevado do seu desenvolvimento, onde a própria força de trabalho se torna mercadoria.” (LÊNIN, 1916, p. 60).

Em sua fase imperialista, os países de capitalismo central produzem o excedente de capitais através da estagnação das possibilidades de acumulação em seu próprio território, o que culmina na exportação de capitais para os países dependentes por meio do investimento em

infraestrutura e empréstimos.

Nesse contexto se agiganta a ganância financeira, já que a ética motriz desse projeto busca incessantemente relações mais vantajosas para os capitalistas, pois a transferência do excedente de capitais não implicará numa mudança substancial nas condições de vida das populações dos países dependentes porque tal feito teria rebatimentos na queda da taxa de lucros. É preciso então que existam países, povos, continentes inteiros, em condição de subumanidade e pobreza, dependentes, tornando-se assim o terreno fértil para a atuação dos monopólios em diferentes ramos – ferrovias, portos e aeroportos, energia, mineração, siderurgia e mais.

Para Lênin (1916) o capital financeiro não estabeleceu apenas a partilha econômica de ramos de atividade, mas também de todo o globo, assegurando primeiro a partilha do mercado interno nos seus territórios. Ainda no final do século XIX e início do século XX o mundo é partilhado integralmente entre as potências europeias e os Estados Unidos; o domínio das colônias e de suas riquezas naturais e humanas representa poder, controle e grande potencial para exportação de capitais.

O autor diz também que as principais fases históricas dos monopólios foram: 1- entre os anos de 1860 e 1880, ponto forte da livre concorrência e, ainda que não perceptíveis, os monopólios começam a se impulsionar. 2 - Após a crise de 1873, quando há uma grande expansão dos cartéis, mais ainda em caráter transitório. 3 - Fim do século XIX e entre os anos de 1890 a 1903, os cartéis tornam-se alicerces da economia, quando se inicia o imperialismo.

Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre empresários dispersos que não conheciam uns aos outros e que produziam para um mercado desconhecido. [...] o capitalismo chega à sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção; ele arrasta os capitalistas, seja como for, independentemente da sua vontade e sem que eles tenham consciência disso, para uma nova ordem social, intermédia entre a livre concorrência e a socialização integral. (LÊNIN, 1916, p. 25).

Lênin (1916), ao analisar os acontecimentos do capitalismo nesse período considerava que havia uma “fase superior do capitalismo”, que consistia numa reorganização política, econômica e social por meio da qual ocorre a reunião numa mesma empresa de diferentes áreas da indústria. Essa integração permite às empresas pertencentes uma taxa de lucro mais regular, ao mesmo tempo que acaba com a figura do intermediário, além de possibilitar o aperfeiçoamento técnico e que ainda em tempos de crise a capacidade de ganhos permaneça – quando comparado às empresas que operam sozinhas. Antes de Lênin, Marx em seus estudos em *O Capital*, já sinalizava que a livre concorrência gera concentração da produção, o que

conduz ao monopólio.

Essa conjuntura não altera em nada a apropriação privada da riqueza socialmente produzida; o que ocorre é a dissipação, por meio dos monopólios, daqueles que não aceitam submeter-se às suas regras e leis.

De acordo com Montoro (2016) por meio da internacionalização do capital as potências imperialistas impõem a constituição de uma economia mundial que subordina sua lógica a todo o globo. Ele define o imperialismo como:

Um novo vínculo entre as relações capitalistas de produção e as forças produtivas, enquadrado em um contexto onde a classe dominada, a classe operária, adquire sua maioria a partir da constituição dos primeiros partidos de trabalhadores nas últimas décadas do século XIX. (MONTORO, 2016, p. 187, tradução nossa).<sup>23</sup>

Há dois pontos essenciais na formulação do autor: 1 - a relação imbricada entre relações capitalistas de produção e as forças produtivas; 2 - a capacidade organizativa da classe trabalhadora. Montoro (2016) esclarece que no imperialismo as relações capitalistas de produção impõem tensões crescentes sobre as forças produtivas, provocando uma pressão constante que ameaça a existência da própria classe trabalhadora por meio das crises e guerras, mas principalmente por meio do processo de desvalorização da força de trabalho em constante ascensão, inclusive nos países de capitalismo avançado.

Desse processo emergem os movimentos organizados dos trabalhadores, que atuam, dentre outras frentes, para um caminho revolucionário. “Definitivamente, crises, guerras e revoluções estão em primeiríssimo lugar na ordem do dia e apontam a chegada do capitalismo e seu estado imperialista, que se produz na passagem do século XIX para o século XX.” (MONTORO, 2016, p. 188, tradução nossa).<sup>24</sup>

Ainda conforme o autor, com a industrialização e o crescimento da classe trabalhadora, com o passar do tempo foram evidenciados os conflitos desse processo e os trabalhadores começaram a se organizar a partir da compreensão da exploração a que estavam submetidos. Os conflitos em ascensão entre a classe trabalhadora e a burguesia impulsionaram a constituição dos primeiros partidos políticos dos trabalhadores já no final do século XIX, bem como a

---

<sup>23</sup> No original: [...] un nuevo vínculo entre las relaciones capitalistas de producción y las fuerzas productivas, encuadrado en un contexto en el que la clase dominada, la clase obrera, adquire su mayoría de edad a partir de la constitución de los primeros partidos obreros en las últimas décadas del siglo XIX. (MONTORO, 2016, p. 187).

<sup>24</sup> No original: “En definitiva, crisis, guerras y revoluciones están em primerísimo lugar em el orden del día señala la llegada del capitalismo a su estado imperialista, que se produce em el paso del siglo XIX al siglo XX.” (MONTORO, 2016, p. 188).

organização e movimento dos trabalhadores, como afirma Montoro (2016).

- 1864, Londres, I Internacional: contou com a participação de organizações de trabalhadores de toda a Europa Ocidental, que reunidos construíram a Associação Internacional de Trabalhadores;
- 1871, Paris, A Comuna de Paris: os trabalhadores governaram a cidade por 71 dias;
- 1875, Alemanha, Congresso de Gotha: constituiu a União Socialista dos Trabalhadores;
- 1879, Espanha: foi formado o Partido Socialista da Espanha;
- 1889, Paris: a II Internacional surge da consolidação dos partidos nacionais de esquerda por toda a Europa Ocidental;
- 1882, Itália: foi fundado o Partido dos Trabalhadores Italianos;
- 1898, Rússia: criado o Partido dos Trabalhadores Socialdemocratas, que anos depois se dividirá em duas correntes, os bolcheviques com Lênin e os mencheviques com Mártov;
- 1905, França: a sessão francesa da Internacional dos Trabalhadores é formada a partir da fusão de diversos partidos de esquerda e movimentos revolucionários do país;
- 1906, Reino Unido: constitui-se o Partido dos Trabalhadores.

Os programas políticos reuniam reivindicações no âmbito do trabalho como a redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho de crianças, amparo à velhice, direito ao descanso, assistência à saúde nos bairros operários, direito à educação, mas também havia reivindicações no plano que pretendiam mexer com a estrutura da própria sociedade capitalista com uma direção que apontasse para outro horizonte, outra sociedade. Montoro (2016) afirma que o movimento operário alcançou maturidade no período de transição entre a ascensão do capitalismo e seu estágio imperialista.

O autor ainda acrescenta que a concorrência imperialista, amparada pelas burguesias nacionais e os Estados, acentuaram os conflitos entre os capitalistas e a busca por expansão de capitais provocou a Primeira Guerra Mundial.

As dificuldades crescentes de valorização do capital, que inevitavelmente estão subjacentes ao processo histórico da acumulação capitalista, explicam o agravamento da já feroz por si mesma concorrência interimperialista que a Primeira Guerra Mundial não resolveu e nem podia ter resolvido, no dito quadro da sobrevivência da ordem burguesa (uma das expressões desta concorrência, como já foi explicado, é a desordem monetária do período entreguerras). Sequer a crise que estourou em 1929, com seu corolário de destruição, poderia ser suficiente por si mesma para restabelecer a

rentabilidade, e assim a acumulação é relançada. (MONTORO, 2016, p. 227, tradução nossa).<sup>25</sup>

Para compreendermos o que foi a Primeira Guerra Mundial retomamos a análise da conferência de emergência da Quarta Internacional, ocorrida já durante a Segunda Guerra Mundial, no documento publicado *Manifesto da IV Internacional sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária no Mundo Mundial*, de 1940, que diz sobre as causas da guerra:

A tecnologia é hoje infinitamente mais poderosa que em fins da guerra de 1914 a 1918, enquanto que a humanidade é muito mais pobre. Caiu o nível de vida, num país após o outro. Nos umbrais da guerra atual a situação da agricultura era pior do que quando estourou a guerra anterior. Os países agrícolas estão arruinados. Nos países industriais as classes médias caem na ruína econômica e se formou uma subclasse permanente de desempregados, os modernos párias. O mercado interno estreitou seus limites. Reduziu-se a exportação de capitais. O imperialismo realmente destruiu o mercado mundial, dividindo-o em setores dominados individualmente por países poderosos. Apesar do considerável incremento da população do planeta, o intercâmbio comercial de cento e nove países do mundo decaiu quase uma quarta parte durante a década anterior a guerra atual. Em alguns países o comércio exterior se reduziu a metade, a terceira ou quarta parte. (MANIFESTO DA IV INTERNACIONAL SOBRE A GUERRA IMPERIALISTA E A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NO MUNDO MUNDIAL, 1940, p. 01).

As constatações sobre o processo de empobrecimento da população contradizem o próprio crescimento tecnológico que estava em curso, mas tal fato demonstra como operam as leis da acumulação capitalista e, pelo transcurso dos acontecimentos que antecederam a Primeira Guerra, em especial, no século XIX, uma guerra mundial era previsível, já que o acirramento das potências imperialistas na busca de expansão de capitais provocaram fricções e, contraditoriamente, a própria guerra também contribuiria para a acumulação.

O Século XIX foi a era da hegemonia indiscutida da potência imperialista mais antiga, a Grã-Bretanha. Entre 1815 e 1914 reinou, ainda que não sem explosões militares isoladas, a “paz britânica”. A frota britânica, a mais poderosa do mundo, jogou o papel de polícia dos mares. Esta era, no entanto, é coisa do passado. Já no final do Século passado, a Alemanha, armada como uma moderna tecnologia, começou a avançar para o primeiro lugar na Europa. Além do oceano, surgiu um país ainda mais poderoso, uma antiga colônia britânica. A contradição econômica mais importante que levou à guerra de 1914–1918 foi a rivalidade entre Grã-Bretanha e Alemanha. Quanto aos EUA, sua participação na guerra foi preventiva; não se podia permitir que a

---

<sup>25</sup> No original: “Las dificultades crecientes de valorización del capital, que subyacen ineludiblemente al proceso histórico de la acumulación capitalista, explican el agravamiento de la ya de por sí la encarnizada competencia interimperialista, que la Primera Guerra Mundial ni resolvió ni podía haber resuelto, em dicho marco de la pervivencia del orden burgués (una de las expresiones de esta competencia, como se ha explicado, es el desorden monetario del período entreguerras). Tampoco la crisis que estala em 1929 y su corolario de destrucción podían ser suficientes por sí mismas para restablecer la rentabilidad y que así se relanza la acumulación.” (MONTORO, 2016, p. 227).

Alemanha submetesse o continente europeu. A derrota levou a Alemanha à impotência total. Desmembrada, rodeada de inimigos, em bancarrota pelas indenizações, debilitada pelas convulsões da guerra civil, parecia haver ficado fora de circulação por muito tempo, senão para sempre. No continente europeu, o primeiro violino voltou temporariamente às mãos da França. O balanço da vitoriosa Inglaterra depois da guerra resultou, em última instância, deficitário: independência crescente de seus domínios, movimentos coloniais em favor da libertação, perda da hegemonia naval, diminuição da importância de sua armada pelo grande desenvolvimento da aviação. (MANIFESTO DA IV INTERNACIONAL SOBRE A GUERRA IMPERIALISTA E A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NO MUNDO MUNDIAL, 1940, p. 01).

Todavia, é no intercurso entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial que se foi consolidando uma reviravolta de deslocamento da hegemonia imperialista, que até então era disputada, principalmente, entre a Grã-Bretanha, França e Alemanha. Tratava-se da ascensão e consolidação do padrão hegemônico estadunidense.

Enquanto a Grã-Bretanha fazia todos os esforços possíveis, desde os primeiros meses da guerra, para apropriar-se das posições que a bloqueada Alemanha deixou livres no mercado mundial, os Estados Unidos, quase automaticamente, desalojava a Grã-Bretanha. Dois terços de todo o ouro do mundo concentram-se nos cofres norte-americanos. O terço restante segue o mesmo caminho. O papel de banqueiro do mundo que desempenhou a Inglaterra já é coisa do passado. E em outros terrenos as coisas não andam muito melhor. Enquanto a armada e a marinha mercante da Grã-Bretanha estão sofrendo grandes perdas, os estaleiros norte-americanos constroem num ritmo colossal os barcos que garantirão o predomínio da frota norte-americana sobre a britânica e a japonesa. Os Estados Unidos se preparam, evidentemente, para alcançar o nível das duas potências, (uma armada mais poderosa que as frotas combinadas das duas potências que os seguem). O novo programa para a frota aérea se propõe a garantir a superioridade dos EUA sobre o resto do mundo. [...] O *New Deal* e a “política de boa vizinhança” foram as últimas tentativas de postergar o estouro, aliviando a crise social com concessões em acordos. Depois da bancarrota dessa política, que consumiu dezenas de bilhões, ao imperialismo norte-americano não lhe restava outra coisa por fazer do que recorrer ao método do punho de ferro. Com um ou outro pretexto e com qualquer consigna os Estados Unidos intervirão no tremendo choque para conservar seu domínio do mundo. (MANIFESTO DA IV INTERNACIONAL SOBRE A GUERRA IMPERIALISTA E A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NO MUNDO MUNDIAL, 1940, p. 03).

Sobre a hegemonia estadunidense, Montoro (2016) esclarece que após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos tornam-se uma potência dominante. Apenas pela análise do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o autor destaca que entre os anos de 1938 e 1944 a economia estadunidense cresceu 114,4%, enquanto países como Alemanha, Japão e França tiveram um decréscimo no PIB de mais de 50%: “Em resumo, o PIB americano, que em 1939 representava 79,9% do PIB conjunto da Alemanha, França, Japão e Reino Unido, passou a representar 192,3% dele em 1945. Ademais, os Estados Unidos dispunham de dois terços das

reservas mundiais de ouro.” (MONTORO, 2016, p. 282, tradução nossa).<sup>26</sup>

Para Montoro (2016) os Estados Unidos é a única potência hegemônica que está em condições de impor a ordem mundial. “Esta ordem terá um ponto de apoio potente, ainda que com data de validade, no sistema monetário internacional estabelecido em Bretton Woods em 1944 (que inclui não somente regras, mas também as instituições para sua imposição).” (MONTORO, 2016, p. 283, tradução nossa).<sup>27</sup> Bretton Woods é um nome que faz referência à pequena cidade localizada no nordeste dos Estados Unidos que em junho de 1944 foi palco da conferência mundial acerca do sistema financeiro mundial, quando a decisão principal foi adotar o dólar como referência mundial para o comércio, o que anos depois foi rompido unilateralmente pelos Estados Unidos.

Conforme Carvalho (2014) os países em guerra reuniram-se para criar regras e instituições formais de ordenação de um sistema monetário internacional. Duas propostas estavam em disputa: 1 - as propostas britânicas construídas por Keynes; 2 - a proposta americana apresentada por Harry Dexter White.

Ambas as propostas eram animadas por um mesmo temor e uma mesma esperança: o temor de que o fim da guerra trouxesse consigo de volta a grande depressão dos anos 30, e a esperança de que a reconstrução das relações econômicas pudesse ser realizada de modo a coordenar esforços da comunidade internacional na busca do pleno emprego e da prosperidade continuada. Keynes e White alimentavam, no entanto, visões radicalmente diferentes de como funcionaria esta comunidade de nações. Essas diferenças eram em parte explicadas por diferentes formas de entendimento de como opera uma economia de mercado, mas também refletiam, naturalmente, os interesses divergentes dos países que cada um representava. (CARVALHO, 2014, p. 01).

O autor explica que naquele contexto as ideias vitoriosas foram as estadunidenses e que com isso houve uma profunda mudança no sistema monetário internacional com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

Sessenta anos depois, o mundo é muito diferente daquele vivido pelos participantes da conferência. As instituições e as regras de relacionamento internacional criadas na reunião mudaram profundamente em todos estes anos, ao ponto de se tornarem certamente irreconhecíveis aos olhos dos participantes originais. As instituições criadas em Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, estão longe de receberem a aprovação mundial que se esperaria se as intenções da conferência tivessem sido concretizadas. A contínua instabilidade monetária internacional ainda

<sup>26</sup> No original: “En resumen, el PIB estadounidense pasó de representar en 1939 un 79,9% del PIB conjunto de Alemania, Francia, Japón y Reino Unido, a suponer un 192,3% de él en 1945. Asimismo EE.UU. disponía de dos tercios de las reservas mundiales de oro” (MONTORO, 2016, p. 282).

<sup>27</sup> No original: “Esta orden tendrá un punto de apoyo, potente aunque con fecha de caducidad, en el sistema monetario internacional establecido en Bretton Woods en 1944 (que incluye no sólo unas reglas sino también las instituciones para su imposición).” (MONTORO, 2016, p. 283).

hoje é causa de preocupação constante, como ocorre neste momento com as expectativas de desvalorização drástica do dólar. O FMI deixou de ter utilidade para países desenvolvidos e sua atuação em países em desenvolvimento é objeto de crítica cerrada, tanto à esquerda como à direita do espectro político. O mesmo acontece, em muito menor grau, contudo, com o Banco Mundial. (CARVALHO, 2014, p. 02).

O saldo da conferência sem dúvidas favoreceu e fortaleceu a hegemonia norte-americana, já que as regras do jogo foram acordadas, especialmente, de acordo com os interesses dos Estados Unidos, conforme explica Harvey (2014). Esse autor, ao analisar o padrão hegemônico estadunidense em sua face atual esclarece que o acesso ao petróleo para o país é uma questão de segurança nacional, afinal, aquele que controlar a “torneira global do petróleo” terá como firme a expectativa de comandar a economia mundial nos próximos cinquenta anos.

[...] que melhor forma dos Estados Unidos evitem essa competição e garantem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem esses competidores? E que modo melhor de fazê-lo do que usar a linha de força em que os Estados Unidos ainda permanecem todo-poderosos – o poder militar? (HARVEY, 2014, p. 30).

Para compreender o imperialismo estadunidense, Harvey (2014) expressa a importância de pensarmos no conceito de hegemonia. No caso dos Estados Unidos, o autor indica que o processo hegemônico tem se constituído por meio da coerção e domínio, como foi no Oriente Médio, Guatemala, Chile, Indonésia e Vietnã. Todavia, o consentimento e a cooperação são essenciais: “se não fosse possível exercer a liderança de uma maneira que gerasse benefícios coletivos, havia muito o país teria deixado de ser hegemônico” (HARVEY, 2014, p. 41). É preciso fazer com que as pessoas acreditem que existe um projeto coletivo no horizonte, quando na verdade os interesses são estritamente particulares e corporativos. Dessa maneira, compreender as relações políticas e disputas internacionais em torno do controle econômico mundial, conseqüentemente, implica em entender como se constituiu e quais são as características do imperialismo contemporâneo, bem como suas implicações para os países de capitalismo central e periférico.

Para Wood (2014) a característica principal do império capitalista é “operar o máximo possível por meio dos imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial direto. Assim como o capital exerce sua dominação sobre o trabalho sem o poder coercitivo direto” (WOOD, 2014, p. 09-10). A autora apresenta importantes contribuições acerca do tema, esclarecendo que a maior parte do globo foi submetida aos imperativos do mercado e tornaram-se dependentes do capital estrangeiro.

Segundo ela, os Estados Unidos foram o primeiro império efetivamente capitalista, o que não quer dizer que tenham sido a primeira potência capitalista a possuir um império. “A questão é, pelo contrário, o fato de os Estados Unidos terem dominado o mundo não pela colonização direta, mas em grande parte pela manipulação dos mecanismos econômicos do capitalismo” (WOOD, 2014, p. 10).

O eixo central da análise, para a autora, é que os Estados Unidos exerceram e exercem seu controle predominantemente por meio dos imperativos econômicos, sujeitando as demais potências a eles. Diferentemente de outras potências capitalistas que tiveram impérios, os Estados Unidos não consolidaram sua hegemonia por meio da colonização, mas através dos imperativos econômicos.

Apesar de o objetivo do imperialismo norte-americano ser a hegemonia econômica sem a dominação colonial, o capital global ainda (na verdade, mais do que nunca) exige uma ordem política, social e legal rigidamente regulada e previsível. Contudo, a hegemonia imperial depende da manutenção do controle sobre os muitos Estados que mantêm a economia global. (WOOD, 2014, p. 11).

A autora indica que uma característica importante para compreender o império do capital consiste no fato de que o imperialismo econômico não depende apenas do domínio de um ou mais territórios, mas sim da necessidade de controle do sistema global de Estados, inclusive contribuindo para que muitos Estados estejam vulneráveis à exploração.

Todavia, é necessário construir uma supremacia política e militar acima de todas as potências, “então a primeira premissa da doutrina militar norte-americana, cujas raízes datam do final da Segunda Guerra Mundial, é que os Estados Unidos têm de ter tamanha superioridade militar que nenhuma outra potência, amiga ou inimiga, sequer tentaria desafiar” (WOOD, 2014, p. 11).

A autora esclarece que o imperialismo capitalista se caracteriza, especialmente, pela predominância da coerção capitalista. Isso se diferencia dos modelos tradicionais de coerção extraeconômica – política, militar ou judicial – direta. Apesar de as formas extraeconômicas serem importantes para a manutenção da coerção econômica, “o capitalismo é o único na sua capacidade de separar o poder econômico do extraeconômico e que isso, entre outras coisas, implica que o poder econômico do capital é capaz de ir muito além do controle de qualquer poder político e militar existente ou concebível” (WOOD, 2014, p. 18). Registra-se assim, que o capitalismo assume novas formas na atualidade.

Dessa forma, de acordo com Wood (2014), o novo imperialismo é um desdobramento do próprio capitalismo, sistema de produção em que tanto os produtores como os apropriados

dependem do mercado para atender as suas necessidades básicas. “No capitalismo, a dependência de produtores e apropriadores em relação ao mercado significa que eles estão sujeitos aos imperativos de concorrência, acumulação e produtividade crescente do trabalho; e todo o sistema em que a produção é competitiva é condição fundamental da existência” (WOOD, 2014, p. 21).

Para Osorio (2019) a mundialização e o imperialismo são duas categorias que tratam de processos estreitamente relacionados, pois é necessário que exista uma economia mundial para garantir as bases necessárias ao imperialismo. Conforme o autor, a mundialização e o imperialismo são períodos históricos particulares que têm relação com o processo de acumulação e reprodução do capital na era de formação dos monopólios e do capital financeiro.

Como fase particular, o imperialismo requer subperiodizações que podem ser feitas pelos graus de monopolização alcançados, pelas características e tendências do capital financeiro, pelos seus vínculos ou afastamentos em relação ao capital produtivo e pelo peso do capital especulativo na reprodução. E também pela forma e tendências que o bloco imperialista assume, pelos graus de força em seu interior e pelas mudanças e particularidades da hegemonia imperialista. Em suma, as mudanças econômicas na reprodução monopólica e financeira têm consequências políticas significativas, particularmente no campo estatal. Por tudo isso, o termo imperialismo segue sendo uma categoria essencial para a leitura dos processos centrais do capitalismo nos dias atuais. (OSORIO, 2019, p. 165-166).

Para Fontes (2010), atualmente vive-se sob os ditames do capital-imperialismo, que se inicia no segundo pós-guerra e se acentua no século XXI com a prevalência do capital fictício, embora a riqueza continue sendo oriunda da exploração da força de trabalho. No Brasil, a internacionalização das empresas e a concentração de capitais inseriu o país no conjunto de países imperialistas, mesmo que em posição subalterna.

A autora destaca que o atual contexto é caracterizado pelo alicerçamento das corporações multinacionais e pela internacionalização da produção. Nesse sentido, as agências financeiras internacionais possuem papel central para consolidar a hegemonia dos monopólios.

Insisto sobre a importância do capital-imperialismo com a pretensão de sublinhar que não se trata apenas de uma “política”, mas de uma totalidade que somente pode existir em processo permanente de expansão, e que, tendo ultrapassado um determinado patamar de concentração, se converte em forma de extração de mais-valor dentro e fora de fronteiras nacionais (FONTES, 2010, p.152).

Fontes (2010) indica que há uma nova fase de socialização das forças produtivas, circulação de capitais e ao mesmo tempo rigidez na forma do Estado e controle das lutas populares. Para ela, a utilização do termo capital-imperialismo objetiva esclarecer que o

capitalismo se expandiu sob a forma do imperialismo e agregou novas condições. Assim, há uma preponderância da concentração de capital propiciado pela contração entre dois tipos capitalistas – industrial e bancário– que se desdobrou na criação de grandes conglomerados multinacionais: “[...] enormes bolsões de populações disponíveis, conservadas como forças de reserva, em condições subumanas, mas dependentes do mercado para sua subsistência. Em outros termos, estamos assistindo à massificação planetária de trabalhadores disponíveis.” (FONTES, 2010, p. 205).

A autora indica ainda que a subordinação ao capital-imperialismo escamoteia o domínio do capital sobre o trabalho, a partir do discurso da necessidade de integração dos países ou não acesso aos créditos internacionais. Como consequência ocorre, por exemplo, o bloqueio econômico aos países obstinados, bem como intervenções militares que têm por resultado o custo de milhares de vidas.

Fontes (2010) afirma que o capital-imperialismo atua em três direções: 1- pelo bloqueio ao acesso à produção; 2 - pela ameaça militar; 3 - pela intervenção de suas frentes na ação internacional. Além disso, um elemento central são as formas de expropriações contemporâneas e os desdobramentos para os trabalhadores. O capital em sua força expropriadora, que é a base da subordinação do trabalho, não é homogêneo, mas move-se a partir de históricas e desiguais variações. A expropriação não é apenas um acontecimento econômico, mas sobretudo social, e tem como resultado a crescente constituição de populações disponíveis para venda da força de trabalho, a fim de assegurar sua existência e reprodução.

Trata-se da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade, sentida objetiva e subjetivamente, de venda da força de trabalho (FONTES, 2010, p. 88).

As expropriações são necessárias para que ocorra a concentração de capital; na verdade, conforme a autora, são formas de expansão capitalista:

[...] não ocorrem de maneira homogênea, ao contrário, ainda que incidindo sobre elementos similares (como a terra, as águas, direitos, etc.) em diferentes países, ocorrem de maneira extremamente desigual e contribuem para aprofundar desigualdades, também no interior das classes trabalhadoras. (FONTES, 2010, p. 94).

Acerca das expropriações contemporâneas Mota (2018) esclarece que as estratégias utilizadas para fazer frente à crise capitalista incidem diretamente no mundo do trabalho e na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras. Ocorre a intensificação da exploração do

trabalho com o aumento da produtividade, rebaixamento dos salários, incorporação de novas tecnologias e aumento do desemprego em níveis catastróficos.

Tudo isso se alia à deterioração das relações de solidariedade, o crescente individualismo que reverbera na saúde física e mental de todos. “[...] para a existência do capital e sua reprodução, as expropriações são geneticamente necessárias, pero adotando meios, formas e estratégias que se atualizam, tornando-as consoantes e necessárias à dinâmica capitalista do século XXI.” (MOTA, 2018, p.173).

Para Mota (2018), acontece a restrição do acesso a bens e serviços – que devem ser obtidos via mercado – a começar pelas garantias mínimas de sobrevivência, por meio do acesso à saúde, educação, habitação, transporte público, alimentação e mais. As esperanças e aspirações são aviltadas e a luta constante por sobrevivência é agravada pelo impulso à concorrência e ao individualismo.

David Harvey, geógrafo estadunidense, adensa os estudos sobre o capitalismo contemporâneo em sua obra *O Novo Imperialismo* (2014), com o objetivo de examinar a atual condição do capitalismo global e o papel que um “novo” imperialismo poderia desempenhar em seu âmbito por meio da averiguação das estratégias econômicas e políticas dos Estados Unidos nos últimos anos, em duas frentes essenciais, o entendimento territorial e o poder.

Harvey (2014) apresenta elementos para compreendermos a relevância da guerra pelo petróleo como estratégia político-econômica de poder estadunidense, assim como na Guerra do Golfo, na Guerra do Afeganistão e nos crescentes conflitos em ascensão com o Irã e com a Venezuela.

O autor esclarece que no Iraque foi o suposto combate ao terrorismo que impulsionou a invasão ao país pelos Estados Unidos, mas, efetivamente, se tratou de uma “manobra diversionista das dificuldades domésticas”, ou seja, uma tentativa de esconder as pujantes contradições internas vividas pelos Estados Unidos como o desemprego, escândalos corporativos, corrupção, altos índices de desigualdade e recessão, entre outras. Conforme informações disponíveis no Website do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), nos dias 11 e 13 de abril de 2002 Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela, sofreu um “golpe” de Estado orquestrado pela oposição venezuelana – empresários, setores de ultradireita, Igreja Católica – e com fortes indícios de apoio dos Estados Unidos: “Consumado o golpe de Estado, Pedro Carmona Estanga, acompanhado de políticos da ultradireita venezuelana e representantes da Igreja Católica, se autoproclama presidente da Venezuela em 12 de abril” (tradução

nossa).<sup>28</sup> Contudo, logo depois Hugo Chávez voltou ao poder.

Para Harvey (2014) um dos panos de fundo das ofensivas estadunidenses tem relação com o petróleo, e especificamente em relação ao Oriente Médio, o país tem interesses geopolíticos antigos na região, sendo o controle territorial crucial para o domínio político, militar e econômico mundial. Com a Venezuela não é diferente, já que o país abriga as maiores reservas confirmadas de petróleo bruto do mundo.

Em matéria divulgada no 18 de abril de 2019 os jornalistas Rafael Moro Martins e Ryan Grim apresentaram *O Plano Bilionário Secreto Estimulado Pela Casa Branca Para Reprivatizar a Venezuela Pós-Maduro*<sup>29</sup>. O plano foi organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que é o principal agente de investimentos para a América Latina e o Caribe, tendo como seu principal acionista o governo dos Estados Unidos, e consistia numa injeção de US\$ 48 bilhões de dólares para financiar projetos na Venezuela, o que efetivamente poderia mudar as condições de vida da população venezuelana, mas qual seria o preço dessa “ajuda humanitária”?

A injeção de dinheiro e as medidas descritas nos documentos têm potencial para favorecer a troca de poder na Venezuela. Se tudo sair conforme planejado, as melhorias no cotidiano dos venezuelanos permitiriam a Guaidó – ou a quem vier a suceder Maduro – reivindicar a paternidade da assistência internacional que é negada ao chavista. Em troca, o país veria seu patrimônio público minguar. (MARTINS, GRYN, 2019).

Os investimentos são destinados às áreas clássicas de atuação do capital, como já tinha sido identificado por Lênin na segunda década do século XX - infraestrutura, prestação de serviços básicos e não menos importante para o capital, as chamadas reformas institucionais.

Num slide intitulado “O que pode ser feito no setor energético?”, o BID propõe reformas regulatórias que abram o mercado para o setor privado já nos primeiros 12 meses após a mudança de regime. Nos anos seguintes, viriam parcerias-público-privadas (“chave para financiamentos”, nas palavras do banco) e revisões tarifárias (congeladas desde 2002), com a manutenção de subsídios apenas pontuais. Para a área de transporte, o BID sugere que a reabilitação e manutenção de corredores estratégicos seja seguida de uma “introdução gradual de tarifas para a recuperação dos custos”. No regime chavista, o transporte público é pesadamente subsidiado: uma passagem de metrô chegou a custar uma fração de um centavo de dólar – e, durante vários meses, o serviço foi gratuito. O plano fala em US\$ 4,5

<sup>28</sup> No original: “Consumado el golpe de Estado, Pedro Carmona Estanga, acompañado de políticos de la ultraderecha venezolana y representantes de la Iglesia Católica, se autojuramenta el 12 de abril como presidente de Venezuela”. Ver também: Saab: Responsables del golpe de Estado de abril del 2002 siguen conspirando todavía. Disponível em: <http://www.psu.org.ve/temas/noticias/tareck-william-saabresponsablesgolpe-estadoabril2002-conspirando/#.XQ2XMOhKjIU>. Acesso em: 09 jan. 2020.

<sup>29</sup> O Plano Bilionário Secreto Estimulado Pela Casa Branca Para Reprivatizar a Venezuela Após Maduro. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/18/bid-bilhoes-dolares-venezuela-maduro/>.

bilhões – apenas nos primeiros 365 dias – para reabilitar a infraestrutura básica venezuelana: energia elétrica, abastecimento de água e transportes. (MARTINS, GRYN, 2019).

Os jornalistas apontam que a quantia destinada é desproporcional ao padrão do BID. Conforme a matéria citada, em 2018 o banco liberou US\$ 11,3 bilhões de dólares em empréstimos, e um valor aproximado a esse montante seria utilizado apenas no primeiro ano dos quatro previstos para a implementação do plano na Venezuela. Os jornalistas indicam que o plano estava previsto para ser apresentado na reunião anual do BID, que aconteceria entre os dias 26 a 31 de março, em Chengdu, na China, mas que foi suspensa a pedido do governo chinês, que apoia Nicolás Maduro.

O BID foi o primeiro organismo multilateral a reconhecer, em 16 de março passado, a legitimidade de Guaidó como presidente-interino. Ele, por sua vez, nomeou como representante no BID do seu autoproclamado governo o economista nascido no México e naturalizado venezuelano Ricardo Hausmann – que já disse não excluir uma intervenção militar para derrubar Maduro e considerar a Venezuela um país invadido. A China barrou a entrada de Hausmann no país. (MARTINS, GRYN, 2019).

Em meio à crise, o capital monopolista cria as estratégias oportunas para exportações de capitais com o objetivo de garantir seu poderio em relação aos países dependentes: isso é o retrato claro da tirania corporativa. Vale lembrar que os empresários têm uma forte consciência de classe e a questão é que não querem que as pessoas saibam que pertencem à classe que é explorada, por isso o uso de tantos subterfúgios “humanitários”.

Behring (2003) aponta o debate apresentado por Bocarra (1971) e os colaboradores da *Economie et Politique*<sup>30</sup> acerca do Capitalismo Monopolista de Estado (CME), esse entendido como a forma contemporânea do capitalismo, a partir da intensificação da concentração do capital, com a fusão e reagrupação de setores da economia de ponta. Esse processo é acompanhado pela crescente intervenção do Estado na economia e política e agregado a isso há uma “interpenetração” entre o capital bancário e grupos industriais, além do aumento do número de trabalhadores assalariados, ou seja, diminuição do número de “possuidores” dos meios de produção.

A grande novidade e principal característica do conceito de CME é a discussão do papel do Estado. Este, retirando parte crescente do produto social por meio dos impostos diretos e indiretos que incidem primordialmente sobre os assalariados, intervém ostensivamente no processo econômico, financiando a aquisição dos meios materiais de produção pelos grandes grupos industriais (BEHRING, 2003, p. 33).

---

<sup>30</sup> A *Economie et Politique* é uma publicação francesa que reúne uma série de escritores de esquerda e possui um website com artigos sobre temas referentes à economia e política. <http://www.economie-politique.org/>

Conforme a autora o CME é impulsionado pela lei geral da acumulação do capital e caracteriza-se como a fase de intensificação do processo de monopolização do capital e a mudança das condições de concorrência, bem como o desenvolvimento do capital financeiro – capital industrial e capital bancário – e a exportação de capitais. A autora destaca que ainda na Primeira Guerra Mundial, com a luta entre grandes grupos capitalistas, já houve um alargamento do Estado.

Contudo, mais precisamente a partir da necessidade de dar respostas aos desdobramentos da Grande Depressão em 1929, é que se nota mais claramente a intervenção do Estado: “A corrida armamentista no entreguerras e o esforço beligerante entre 1939 e 1945 estão na raiz de um espetacular desenvolvimento do CME nas décadas de 50 e 60” (BEHRING, 2009, p. 34).

A autora apresenta a análise teórica desenvolvida por Bocarra (1971) e sua equipe de que o CME é uma totalidade orgânica, que possui uma característica, “a unidade contraditória” entre Estado e monopólios. Com isso, há uma estreita interação entre o Estado e os monopólios, com o objetivo de acumular e concentrar capitais; sendo assim, estão dialeticamente unidos, mas são diferentes. Estão submetidos às mesmas leis – economia, política e ideologia –, mas com meios adaptados às suas funções. Assim, por essa perspectiva o objetivo central da burguesia monopolista é valorizar o capital. Contudo, é o próprio processo de acumulação que intensifica as contradições internas, pela dificuldade de valorização dos capitais e a tendência de redução da taxa média de lucro.

Para Behring (2009) o que diferencia o CME das épocas anteriores é a participação sistêmica do Estado sob a forma de diferentes financiamentos, presença que é demandada pela crise geral do capitalismo e pelo processo de intensificação da luta de classes. Nesse sentido, o Estado pode intervir de forma indireta, a partir da destinação do financiamento público em contratos com o setor privado, ou diretamente com créditos, garantias de empréstimos e subvenções. Pode-se dizer que, com a estrutura de créditos e financiamentos, o Estado ajuda a elevar a taxa de lucros.

Atrelada a isso a tributação beneficia diretamente os grandes monopólios por meio das deduções fiscais, o que acaba por desfavorecer as pequenas empresas; aumento dos impostos diretos e indiretos aos trabalhadores por meio de impostos indiretos e a “*poupança forçada*” a partir de seguros obrigatórios.

Os autores qualificam as *despesas* do Estado da seguinte forma: parasitárias (polícia, armamentos, exército); aquelas que contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas sociais (investigação, educação,

saúde, segurança social, habitação, transportes etc.); despesas de consumo do Estado; e contratos públicos. Os dois últimos itens se referem ao financiamento público da iniciativa privada, seja por meio de orçamento ou de licitações públicas (BEHRING, 2003, p. 37).

Dessa forma, a autora indica que os preços no CME não são estabelecidos apenas pelo mercado, mas também pelo Estado. Nesse processo, ocorre uma ação seletiva que tende a favorecer os monopólios, seja pelo desaparecimento de pequenas empresas, seja pelas transferências de valor para as grandes corporações.

Portanto, o CME é efetivamente o financiamento público da acumulação do capital. Nesse contexto, o Estado vai atuar para possibilitar a lucratividade do setor privado. “A estrutura do CME exige organização, coordenação e previsão da intervenção do Estado, na perspectiva de afastar o perigo das contradições, incertezas e riscos. Assim, a planificação organiza o contexto econômico, social e político” (BEHRING, 2003, p. 40).

Para Altvater (1986), o conceito de CME é usado de modo muito distinto e, portanto, não há uma teoria “unitária”, o que vale tanto para a teoria sustentada pelos partidos comunistas ocidentais como pelos países do campo socialista. Dessa forma, possui um componente intrinsecamente político, o que quer dizer que além de realizar análises, também efetua prospecções e amplia estratégias. O autor fornece uma crítica contundente à separação entre o CME a partir da análise científica e do seu uso como um debate político, a partir de uma posição hierárquica entre teoria e estratégia política, o que consiste numa teoria objetivista.

O objetivismo tende a subestimar a teoria em relação às decisões políticas, de modo que os críticos da teoria do capitalismo monopolista de Estado não raramente a acusam de limitar-se a fornecer previamente um conjunto de justificações para certas estratégias anteriormente formuladas pelos Partidos Comunistas ou pelos Estados do socialismo (ALTVATER, 1989, p. 284).

O conceito de CME foi proposto por Lênin, referindo-se a um aspecto do imperialismo, quando se deu a consolidação da “máquina estatal” e o crescimento do aparelho burocrático e militar. Para Lênin (1916), tratava-se da última etapa da socialização do capital e a subsequente, que é a do desenvolvimento humano social representado pelo socialismo, uma transição que não é automática, mas fruto do movimento revolucionário da classe operária.

Mandel (1982) destaca que o marxismo clássico examinou mais profundamente a função repressiva do Estado por intermédio do Exército, polícia e do sistema penal. Posteriormente, Gramsci e Lukács se detiveram mais na ação integradora do Estado atribuída à ideologia da classe dominante. Contudo, o autor destaca que apesar desses avanços para a compreensão do Estado ainda há carência de estudos sobre sua atuação para “providenciar as

condições gerais de produção”.

Essa atuação do Estado difere das duas anteriores, pois está relacionada à esfera da produção para assegurar uma mediação entre infra e superestrutura. No pensamento de Marx, a infraestrutura corresponde às forças de produção, formada pelos meios de produção, as matérias-primas e os trabalhadores. Essa é a arena em que se dão as relações de produção que envolvem trabalhadores e patrões, espaço de exploração da força de trabalho, que é o pilar da vida econômica.

Mandel (1982), ao falar em superestrutura, remete às estruturas por meio das quais a classe dominante consolida e mantém o seu domínio, sendo ela formada pela estrutura ideológica – religião, artes, meios de comunicação, educação e etc., – bem como pela estrutura jurídico-política.

O autor aponta também que a origem do Estado diz respeito à origem da propriedade privada. O Estado, portanto, é mais antigo que o capital, e as ações não se relacionam diretamente à necessidade de circulação das mercadorias.

Em sociedade (SIC) pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção mercadorias. Nessas sociedades, a propriedade privada assume a forma de apropriação privada da terra e do solo, e não das mercadorias. (MANDEL, 1982, p. 335).

Só depois da acumulação primitiva o capital mercantil atingiu certo grau de maturidade, o que modificou as relações sociais. O Estado transformou-se num instrumento da acumulação progressiva de capital e agente fundamental para a constituição do modo de produção capitalista. “O Estado burguês é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela burguesia. Mas é também uma negação desse último” (MANDEL, 1982, p.335)

Assim, o Estado burguês é diferente das formas que o antecederam por causa do “isolamento” das esferas privada e pública, atrelado ao crescente aumento da produção de mercadorias, da concorrência e da propriedade privada.

Toda decisão estatal relativa a tarifas, impostos, ferrovias, ou distribuição do orçamento afeta a concorrência e influencia a redistribuição social global da mais-valia, com vantagens para um ou outro grupo de capitalistas. Todos os grupos capitalistas são obrigados, portanto, se tornam politicamente ativos, não só para articular suas concepções sobre os interesses coletivos de classe, mas também para defender seus interesses particulares. (MANDEL, 1982, p. 337).

Mandel (1982) afirma que o processo de modificação do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista mudou a relação entre a burguesia e o Estado. Com o advento dos monopólios, houve um crescimento acentuado da superacumulação nas metrópoles, o que repercutiu na necessidade de exportação de capitais e divisão do mundo sob o comando das “potências imperialistas”, que trouxe como desdobramento um aumento nas despesas com armamento e o militarismo, tendo duas funções essenciais: defender os interesses das metrópoles contra os rivais e também oportunizar uma forma a mais de acumulação de capital. Um elemento importante para compreendermos como as elites hegemônicas ampliaram seu poder político através do Estado se deu quando quadros do parlamento foram gradativamente ocupando espaços nos escalões superiores da administração estatal.

Nos países em que o Estado Social fez algumas concessões aos trabalhadores por meio da legislação social, isso se constituiu numa manobra para conter o avanço do movimento operário e assim apaziguar a luta de classe. É inegável que foi uma importante medida no sentido de atender às necessidades da classe trabalhadora e assegurar sua reprodução, mas essa experiência histórica, datada e localizada num contexto específico, foi sobremaneira difundida como via alternativa, de que por meio das reformas ocorreria um avanço e mudança de paradigma, como bem lembrado por Mandel (1982).

Todas as ilusões subsequentes relativas a um “Estado Social” baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em sua redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. [...] As ilusões quanto à possibilidade de socialização através da “redistribuição” não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. (MANDEL, 1982, p. 339).

Boschetti (2018) esclarece que o Estado Social é um fenômeno capitalista contraditório, que se em certos momentos atua para atender às reivindicações dos trabalhadores, é também um componente intrínseco da sociedade capitalista. Estado Social é entendido como uma categoria e não um conceito abstrato. Trata-se de transpor a barreira aparente e entender o Estado Social como uma categoria determinante das relações capitalistas.

É certo que a instituição do Estado Social possibilitou a redistribuição de parte do orçamento público para as políticas sociais, mas também ludibriou os trabalhadores e trabalhadoras com o mito da socialização por meio da redistribuição, muito comum nos discursos social-democratas.

Demier e Gonçalves (2017) apresentam importantes contribuições acerca do debate do

Estado na contemporaneidade. Segundo os autores, o discurso hegemônico neoliberal pressupõe que a “democracia liberal-representativa e o capitalismo seriam esferas diferenciadas que, por se basearem em princípios organizativos opostos (bem comum versus interesse particular), se tensionariam permanentemente.” (DEMIER; GONÇALVES, 2017, p. 2353). Pela perspectiva hegemônica haveria uma incompatibilidade entre a democracia liberal-representativa e o capitalismo, o que poderia ser apaziguado por princípios mediadores que possibilitassem a vida comum.

Todavia, os autores indicam que após a deflagração das crises da representatividade e do “Welfare State” nos anos 1980 os princípios mediadores – competição partidária entre partidos políticos e o Estado social keynesiano – esgotaram-se e outro arranjo se apresenta para apaziguar os conflitos: o direito. “Segundo essa perspectiva, direitos humanos e constitucionais permitiriam a regulação normativa de interações estratégicas e funcionariam como “limitações factuais” que bloqueariam a instrumentalização de associações voluntárias por interesses privados” (DEMIER; GONÇALVES, 2017, p. 2353).

Sem dúvida a análise assertiva dos autores, corroborada nesta tese, é de que os anos gloriosos e os desdobramentos do pacto social-democrata restringiram-se a uma parte do globo, o ocidente, dos países de capitalismo central:

“Com isso, a hipótese hegemônica desconsiderou, por exemplo, as estruturas de reprodução da desigualdade no âmbito do capitalismo global (o *boom* econômico favoreceu apenas o ocidente), a existência de uma divisão do mercado de trabalho entre um setor monopolista (de trabalhadores brancos) e um competitivo (de trabalhadores negros ou imigrantes) e a dependência da acumulação keynesiana em relação à exploração do trabalho feminino doméstico. Apesar disso, determinadas condições institucionais do capitalismo monopolista de Estado durante os trente glorieuses, sobretudo as medidas anticíclicas ou anticrises de intervenção dos poderes públicos na vida econômica, tornavam minimamente crível o argumento de compatibilidade entre democracia liberal-representativa e capitalismo.” (DEMIER; GONÇALVES, 2017, p. 2353).

De acordo com Demier e Gonçalves (2017) atualmente a grande maioria dos Estados são democrático-constitucionais e neoliberais “Há, portanto, claramente um paralelo entre a eclosão da influência política e aceitação social da democracia liberal-representativa como projeto emancipatório e a estabilização da acumulação neoliberal na ordem capitalista”. (DEMIER; GONÇALVES, 2017, p. 2354).

Ancorados nos estudos de Lênin, os autores esclarecem que o Estado é identificado como um meio que assegura a sociabilidade em determinadas estruturas sociais, em especial, as sociedades que são marcadas pela desigualdade.

[...] A desigualdade e a desagregação não podem ser eliminadas, a coesão torna-se possível apenas como forma abstrata. O Estado é uma dessas formas. Ele torna possível a coexistência, mas apenas como abstração (Badaloni 1972; Buckel 2007). Isto é: concilia, na abstração, o inconciliável. O Estado deriva, assim, de uma relação de contradição ou interversão entre a identidade das classes (ou das não-classes, se o Estado as equipara) e a contradição de classes (Fausto 1987: 293). (DEMIER; GONÇALVES, 2017, p. 2358).

A partir da perspectiva de Engels, Demier e Gonçalves (2017) afirmam que o processo de formação do Estado como a criação de uma comunidade aparente e real se dá pelo apaziguamento dos conflitos que reproduzem relações desiguais objetivas, por meio de elementos que congregam consenso e coerção. As democracias, nesse sentido, constituem-se como estruturas fechadas às pressões populares e preservam seus núcleos institucionais para tomada de decisões como espaços privilegiados aos interesses da classe dominante, no contexto das chamadas democracias blindadas.

O conceito de democracia blindada é um caminho possível para se pensar a atualização da hipótese contra-hegemônica de que não há separação nem tensão fundamental entre capitalismo e democracia liberal-representativa. Não é, no entanto, o único. Isso, contudo, não invalida, ao contrário, confirma que as crises contemporâneas, a explosão da desigualdade e o caráter cada vez mais autoritário das democracias liberais tornaram imperioso levar a hipótese contra-hegemônica a sério. (DEMIER; GONÇALVES, 2017, p. 2373).

A análise de como as democracias blindadas se constituem no contexto de desenvolvimento desigual e combinado dos países da periferia do capitalismo, como o Brasil e a Venezuela, remete à discussão apresentada por Demier (2020) sobre as burguesias nativas das regiões “coloniais” e “semicoloniais”. Baseado nos estudos de Trotsky, o autor explica que a natureza social e política da burguesia nesses países é caracterizada por sua “relativa debilidade”:

O primeiro deles é que, em função do *desenvolvimento desigual e combinado* que opera na industrialização *ultra-retardatária* da periferia capitalista, as burguesias nativas das regiões “coloniais” e “semicoloniais”, assim como já havia ocorrido com a burguesia russa, depararam-se com proletariados que rapidamente cresciam e (saltando “etapas” também na formação de suas consciências) organizavam-se a partir das teorias operárias mais avançadas do cenário mundial, em especial o marxismo. Assim, a “relativa debilidade” das burguesias latino-americanas, por exemplo, explicava-se, em parte, pela força também “relativa” do proletariado; trata-se, acima de tudo, de uma questão de correlação de forças, e não de mensuração de naturezas sociais em absoluto. Para Trotsky, um pilar fundamental dessa correlação de forças favorável ao proletariado latino-americano, e que, portanto, fazia (faz) das burguesias da região classes “relativamente débeis”, era (é) o peso do capital estrangeiro nas economias submetidas ao imperialismo. (DEMIER, 2020).

As classes dominantes dos países periféricos dispõem de pouca capacidade para atender

as reivindicações trabalhistas e construir, ainda que esporadicamente, uma democracia-burguesa mais sólida, o que elucida o fato de que essas burguesias tenham buscado estruturas políticas bonapartistas, com fortes traços repressivos (DEMIER, 2020).

[...] não há dúvidas de que o regime democrático-burguês é, em “condições normais”, uma forma muito mais consistente, estável e segura para as classes dominantes do que os regimes ditatoriais de todos os matizes. Assim, não se trata, da parte de Trotsky, de considerar tal ou qual burguesia mais ou menos competente para o exercício de suas funções políticas, e sim do fato de que as burguesias *atrasadas* periféricas, por força das circunstâncias históricas, exerceriam sua dominação de um modo diferenciado, e mais frágil, daquele utilizado pelas burguesias imperialistas das nações originárias do capitalismo – salvo, naturalmente, quando dos períodos excepcionais de crise da dominação democrático-parlamentar nos países *avançados*. É, portanto, também nesse sentido que as burguesias *atrasadas*, em especial as “coloniais” e “semicoloniais”, são tomadas por Trotsky enquanto classes sociais “relativamente débeis”, ou seja, pelo fato de a dominação política exercida por elas sobre seus antagonistas de classe ser efetivada por intermédio de um mecanismo mais instável e inseguro do que aquele utilizado pelas suas *irmãs mais velhas*. (DEMIER, 2020).

A partir da discussão mais geral proposta por Demier, faz-se necessário compreender algumas características sobre o estado brasileiro. A hipótese sustentada por Behring (2018), com a qual concordamos, permite-nos pensar a respeito de que “houve no Brasil dos governos petistas deslocamentos em relação às orientações neoliberais mais duras do Consenso de Washington, implementadas nos anos 1990, ademais amplamente realizadas na primeira fase do neoliberalismo no Brasil nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso” (BEHRING, 2018, p. 52).

Behring (2018) salienta que como desdobramento desse contexto emergiram “novos mitos” fundados na ideia de um possível “neodesenvolvimentismo” e da nova “classe média”, que tentam encobrir o real alinhamento do Estado brasileiro, ou seja, neoliberal. O projeto lulopetista não rompeu com as bases neoliberais, ao contrário, trata-se da segunda fase – tendo sido a primeira no governo Fernando Henrique Cardoso – de seu aprofundamento, com permanência dos ajustes fiscais e favorecimento de setores estratégicos da economia, como, por exemplo, o agronegócio e o capital portador de juros. Com isso, é possível considerar que as bases macroestruturais da política econômica dos governos Lula e Dilma mantiveram intactas as bases neoliberais.

A autora ainda ressalta que houve, ao longo dos governos petistas, uma expansão de empregos de baixa remuneração – até 1,5 salário mínimo – o que estaria na contramão da retórica de expansão da nova classe média, construída a partir do ideal de estratificação social por renda, contrário à classe social. Do ponto de vista das condições objetivas houve mudanças importantes

para as pessoas que viviam na pobreza extrema, por meio dos programas de transferência de renda e ampliação das políticas sociais. O governo Lula encontrou um cenário econômico internacional mais favorável, o que possibilitou tomar medidas que auxiliaram na queda do desemprego, aumento do salário mínimo e expansão do crédito. No governo Dilma, em especial no segundo mandato, a conjuntura econômica e política, que ao longo dos anos já se demonstrava desfavorável, foi o terreno fértil para a consolidação das estratégias neoliberais.

No Brasil, o “neodesenvolvimentismo”, na verdade, tratou-se de social-liberalismo: o suporte para o desempenho das funções do Estado na periferia, no ambiente da crise. Houve mediações novas, mas não rupturas substantivas. E a contraface desse sentido do Estado brasileiro foi a agudização da luta de classes, mesmo que sem constituir alternativas globais, como se viu nas jornadas de junho de 2013, cuja disputa de sentimento com o golpe de Estado de novo tipo que abriu um novo e terceiro momento do neoliberalismo no país. (BEHRING, 2018, p. 61).

Para Behring (2018) o impeachment da presidenta Dilma Rousseff significou na verdade um “golpe de Estado de novo tipo”, a partir do qual se iniciou no Brasil um novo momento do neoliberalismo. O que estava por trás de tal manobra era o fortalecimento da burguesia nacional sob a orientação do capital internacional. Como programa político que condensa a agenda neoliberal nesse período recorda-se a plataforma política do Movimento Democrático Brasileiro (MDB, partido do ex-presidente do Brasil, Michel Temer) que divulgou o documento *Uma Ponte para o Futuro*, que na verdade se trata do resgate pleno da agenda neoliberal, e substancialmente representa a destruição da Constituição Federal de 1988 e dos direitos sociais nela consolidados, o que ficou expresso pelas medidas de congelamento dos “gastos” com as políticas sociais, contrarreforma trabalhista, privatizações e a tão anunciada contrarreforma da previdência. Uma agenda de medidas de austeridade que aprofunda as desigualdades sociais e intensifica a precarização das relações sociais, ou seja, contraria a manutenção e expansão dos direitos sociais – nos dizeres de Behring (2018), trata-se da “retomada da programática mais dura do Consenso de Washington”.

É fato que o governo do presidente Bolsonaro tampouco rompe com as bases neoliberais, ao contrário, sua campanha foi marcada pelo discurso de ajuste e austeridade econômica. Todavia, a lógica do capital – a qual encontrou no governo Bolsonaro o alicerce político, moral e ideológico necessário – que justifica a barbárie, o ataque à democracia e impulsiona a violência, é sem dúvida a forma mais deletéria de caracterização do Estado brasileiro desde a redemocratização do país.

## 1.4 Classes Sociais no Capitalismo

Quando retomamos a categoria “classes sociais” faz-se uma explícita demarcação da negação das ideias de estratificação econômica que deram origem às chamadas classe baixa, média e alta, bem como suas variações.

A tentativa de esvaziamento político da categoria classe social, principalmente após 1970, muito se relaciona com os ideais liberais de que a concentração de riqueza e poder está relacionada ao indivíduo, sua força de vontade, seu desejo, ou melhor, uma habilidade pessoal. Afinal, todos agora podem empreender, estabelecer sua própria jornada de trabalho, seus próprios salários e o grande fetiche da autonomia, podem ser seus próprios patrões. Na verdade, conforme as palavras de Antunes (2018) o proletariado de serviços na era digital é subjugado por contratos de trabalho “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis” e com metas inalcançáveis.

O paradoxo do abandono da categoria classe social e o reforço da ideia de estratificação por nível de renda é incoerente quando analisamos a retomada aberrante da desigualdade social em escala global. Ora, seria verdade então que milhões de trabalhadoras e trabalhadores não dispõem de força de vontade suficiente para se “inserir” no mercado de trabalho e conseguirem prover sua própria existência e da sua família com autonomia?

Efetivamente, a sociedade é muito mais que a junção de indivíduos; ela se constitui por relações complexas e o lugar que os sujeitos sociais ocupam na produção influencia diretamente na unidade real. Não se trata de determinismo econômico, afinal, quem põe centralidade ao fator econômico são aqueles que defendem que a riqueza está relacionada ao esforço individual. Referimo-nos ao lugar em que o sujeito social se encontra e por meio do qual são estabelecidas relações privadas e públicas, econômicas e políticas, legais e normativas, culturais e simbólicas, que condessam sua própria consciência.

Cabe pontuar que a questão étnico-racial e de gênero, nacionalidade e condição física mediará a forma como os sujeitos sociais vivenciam cotidianamente os desdobramentos da acumulação e concentração de riqueza e, em sua outra apresentação, a expropriação e exploração. Ao pensar em imigrantes as transversalidades quanto à nacionalidade, idioma, cultura, religião e fenótipo também implicarão nesse local socialmente ocupado. Todos como uma única face da totalidade concreta que dá unidade ao capitalismo.

De acordo com Osorio (2019) a relação com os meios de produção está ligada à propriedade, o que fará uma primeira divisão para determinar as classes sociais no capitalismo. A obtenção da riqueza se dá por quatro grandes formas: pela mais-valia (excedente de trabalho

não pago), pela renda, por salários e pelas formas de relação mercantil, a saber, a venda e/ou circulação de mercadorias (OSORIO, 2019).

As classes se diferenciam pelo seu lugar na organização social do trabalho, com notoriedade para o poder dos conglomerados no controle ou não dos processos produtivos, quanto ao controle de qualidade, andamento do trabalho e tempo de produção. Aí se tem uma variedade de conglomerados humanos que se encontram nessa posição, em oposição aos que não podem exercer essas ações, como apresentado por Osorio (2019).

### QUADRO 1 - AS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO

<b>Classes sociais</b>	<b>Propriedade ou não propriedade dos meios de produção</b>	<b>Forma de apropriação da riqueza</b>	<b>Controle ou não controle da produção</b>	<b>Lugar na organização societária</b>
Proletariado	Não proprietário	Salário	Não controle	Dominado
Pequena burguesia	Não proprietária/ proprietária	Salário/mercantil simples	Não controle/ controle	Dominado/ dominante
Campesinato	Proprietário	Mercantil simples	Controle	Dominado
Burguesia	Proprietária	Mais-valia	Controle	Dominante
Proprietário de terra	Proprietário	Renda	Controle/não controle	Dominante

FONTE: OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. 2. ed. São Paulo. Outras expressões”, 2019, p. 120.  
Elaboração: Osorio (2019).

A partir da apresentação dos critérios essenciais que distinguem a posição de classe que os sujeitos sociais ocupam é preciso considerar que existem frações e setores no interior das classes. Em cada fase do processo produtivo (Circulação – Produção – Circulação), os sujeitos sociais se especializam nas mais diferentes etapas. Há diversas frações do proletariado, que podem ser ou não pequenos proprietários – donos de pequenos comércios, oficinas, mercearias e etc. Em outra subdivisão estão aqueles que são profissionais liberais: engenheiros, arquitetos, advogados, contadores e mais, ou aqueles que estão em condições mais precárias: artesãos, ferreiros, sapateiros e etc.

Mesmo dentro da burguesia dominante existem subdivisões entre aqueles que representam o capital bancário, industrial, e os grandes proprietários de terra. Assim, para cada

classe e fração é possível diferenciar aqueles que se apoderam de um elevado montante de riqueza, daqueles que se apropriam de montantes médios ou pequenos; esse movimento não é estático e se diferencia em cada momento histórico (OSORIO, 2019).

Para pensar no fluxo de imigrantes venezuelanos no Brasil é importante caracterizar a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva. A busca incessante por lucros provoca um aumento no investimento em processos tecnológicos e maquinaria em detrimento do trabalho humano, o que conseqüentemente gera uma população trabalhadora sobrando, ou seja, população sobrando relativa à necessidade do capital.

Esse contingente sobrando é o motor necessário para que haja a intensificação da exploração aos trabalhadores ativos, já que há uma longa fila de espera para ocupar os postos precarizados de trabalho. “Assim, o capital faz com que os destinos de ambos os setores da população trabalhadora estejam plenamente vinculados, de modo que o esgotamento de uns será o aumento da fome de outros e vice-versa” (OSORIO, 2019, p. 130).

De acordo com o Perfil Sociodemográfico e Laboral da Imigração Venezuelana (2017)<sup>31</sup>, os imigrantes possuem anos de estudos significativos, mas apenas 5% recebe mais de dois salários-mínimos; 71% reside em moradia, dividindo o imóvel com outras pessoas; 54,2% dos entrevistados utilizam seus rendimentos para enviar remessas monetárias — de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 — para cônjuge e filhos na Venezuela, com o objetivo de contribuir para o sustento desses familiares.

Com isso é possível observar que essa população relativa também transita nas linhas do pauperismo, que é a expressão mais precarizada da superpopulação relativa, a qual luta continuamente pela sobrevivência própria e das suas redes de relações. Geralmente são trabalhadores capacitados, mas que vivem em constante situação de desemprego, trabalhadores adoentados ou com sequelas irreversíveis, viúvas e órfãos.

No mundo do capital estes setores tendem a sobreviver pelo apoio de familiares ou vizinhos também pobres e numerosos. Os estudos sobre a exclusão, quando focam na população excedente, em geral ignoram que esta exclusão é na verdade a forma de inclusão desses setores na dinâmica da acumulação capitalista, que sofrem esta modalidade de exclusão por estarem incluídos naquela dinâmica, e que é esse processo que gera uma exclusão por inclusão. (OSORIO, 2019, p. 131).

O relatório da pesquisa “Nós e as Desigualdades” divulgado pela Oxfam Brasil em abril de 2019 trata sobre a redução das desigualdades no país a partir da percepção da população.

---

<sup>31</sup> Aqui, apresentamos uma síntese dos dados que foram extraídos ao longo da obra de SIMÕES, Gustavo (Org.). Perfil sociodemográfico e laboral da Imigração Venezuelana. Curitiba: Editora CRV, 2017.

A pesquisa, que foi executada pelo Instituto Datafolha, por meio de questionário estruturado e aplicado em pontos de fluxo populacional relevante, num total de 2.086 entrevistados<sup>32</sup> em todas as regiões do país, apresentou alguns pontos interessantes como: 86% creem que o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre pobres e ricos; 57% não acreditam que as desigualdades diminuirão nos próximos anos; 77% concordam com o aumento dos impostos de pessoas muito ricas para financiar políticas sociais; 84% concordam que é obrigação dos governos diminuir a diferença entre muito ricos e muito pobres; 64% concordam que o fato de ser mulher impacta negativamente a renda; 52% concordam que negros ganham menos por serem negros.

É possível observar uma percepção coletiva com relação à questão de gênero como marcador de desigualdade, com menor expressão para a questão étnico-racial: o racismo à brasileira, escamoteado, corrobora para isso. Outro elemento importante foi a centralidade do Estado na provisão e garantia de políticas sociais e sua atuação na redução das disparidades sociais. O que as pesquisas em geral não mostram são as raízes históricas, políticas e econômicas que corroboram para a manutenção e concentração de poder, expropriação e exploração, o que evidenciaria o lugar central que as classes sociais representam para a perpetuação do capitalismo.

Para compreender as características das classes sociais na América Latina, faz-se necessário retomar a discussão apresentada por Fernandes (1973) sobre a organização dessas nações. Segundo o autor, as nações latino-americanas representam um tipo de colonialismo “organizado e sistemático”, que foi iniciado com a chegada dos espanhóis e portugueses no continente e adquiriu complexidade depois da emancipação desses países. Assim, há uma incapacidade dos países da América Latina de impedir a subordinação econômica, cultural e política aos países de capitalismo central. O poder torna-se institucionalizado a partir da constante supressão da população da vida democrática, e, como consequência, um projeto de nação sociopolítica e economicamente integrado deixa de ser realidade. Dessa forma, os interesses das classes privilegiadas tornam-se os “interesses supremos da Nação” o que escamoteia a dominação estrutural e o poder externo, refletindo a tradição colonial de sujeição baseada em fins econômicos, agregada à ausência de conhecimento da população, que é em certa medida estimulada e controlada pelo capital internacional, o que representa umas das formas de dominação externa.

De acordo com Fernandes (1973) emergem, portando, dois problemas centrais para a

---

<sup>32</sup> Os dados, aqui sintetizados, foram extraídos do relatório da pesquisa.

América Latina: I – a nova configuração imperialista emplacada pelos Estados Unidos e II – as possibilidades de fazer frente ao imperialismo diante da expansão das corporações e da dominação americana, tendo em vista as fragilidades econômicas, políticas e sociais dos países latinos. O sistema de dominação externo legitimado política e legalmente se inicia com a relação de dependência entre as Coroas e os colonizados, caracterizado pela exploração ilimitada das riquezas naturais e escravidão da população negra e nativa, onde apenas os colonizadores participavam da estrutura de poder e tomada de decisões.

Com isso, outro período de dominação externa emergiu após a decomposição do antigo sistema colonial, pois as nações europeias, com destaque para a Inglaterra, mais interessadas no comércio, ocuparam o poder econômico resultante de tal corrosão. Os países dominantes detinham o controle dos processos econômicos, especialmente no período que constituiu o fim do século XVIII até as três primeiras décadas do século XIX.

As ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os produtos que eram importados, ao tempo em que as elites dominantes locais tinham interesse em continuar com o sistema de exportação.

O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES, 1973, p. 16).

Mais um tipo de dominação externa surgiu com a reorganização da economia mundial, decorrente da revolução industrial na Europa. As influências externas alcançaram todas as esferas da economia, bem como a sociedade e a cultura dos países periféricos e consolidaram o padrão de dominação externa imperialista.

O controle financeiro das emergentes economias satélites tornou-se tão complexo e profundo que o esquema exportação-importação foi refundido para incluir a integração do comércio interno, a “proteção” dos interesses rurais ou da modernização da produção rural, a “introdução” das indústrias de bens e consumo, a intensificação das operações bancárias etc. Em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadorias, negociáveis à distância, sob condições seguras e ultralucrativas” (FERNANDES, 1973, p. 17).

Em sua fase imperialista, o objetivo de integração nacional das economias dependentes sempre foi colocado em segundo plano, afinal, a transferência do excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas hegemônicas demarca a dominação externa em todas as suas formas. Ainda por padrão de dominação, a entrada de empresas estrangeiras

nos países latinos trouxe uma nova forma de organização, produção e marketing que expressam o capitalismo monopolista, em sua face corporativa e com potencial financeiro e de liderança que substitui o papel antes exercido pelas empresas nacionais: é o imperialismo total.

[...] o imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (FERNANDES, 1973, p. 18).

Para os países latino-americanos, mesmo para os mais avançados, as possibilidades concretas que propiciem o crescimento econômico e social são poucas, o que traduz a incapacidade de que, numa economia dependente, a burguesia nacional possa contribuir para superar a condição de subdesenvolvimento. Para Fernandes (1973) os interesses da burguesia nacional nesses países expressam valores egoístas, centrados em interesses privados, e que têm como desdobramentos: a concentração de renda e o aprofundamento da desigualdade social; a existência de múltiplas estruturas econômicas e sociopolíticas; o poder de algumas frações estratégicas para os grupos hegemônicos de dominação; a população nacional é excluída da estrutura social, econômica e política, como condição crucial para a dominação externa.

A reflexão de Fernandes (1973) corroborada nesta tese é de que o imperialismo total é sobretudo uma ação política e no seu centro está a empresa corporativa, ou seja, o capitalismo monopolista, que representa a ofensiva capitalista por sua sobrevivência e supremacia. Para as nações da América Latina, o novo padrão imperialista é devastador. Em alguns países o Estado conseguiu construir, relativamente, empresas de base moldadas para o mercado competitivo, mas essas estruturas foram adaptadas às necessidades das empresas corporativas, ou seja, as possibilidades de crescimento econômico e social foram colocadas à disposição das empresas e de seus interesses privados.

Mesmo diante da prevalência da supremacia dos Estados Unidos, os países de capitalismo avançado dispõem de recursos humanos e materiais para fazer frente aos ditames americanos, o que não é possível para os países da América Latina, pois o processo de “avanço” político e econômico na região reflete a posição de subordinação total aos interesses dos Estados Unidos, que exercem influência e controle nas mais diversas áreas da vida social. Ocorre, assim, uma ação que visa incorporar as nações latino-americanas ao ambiente sociocultural e econômico dos Estados Unidos:

[...] a estrutura da renda, a distribuição do prestígio social e a eficiência de alguns direitos humanos básicos, nos Estados Unidos, fornecem um mínimo de proteção social às minorias destituídas. O recurso ao conflito é

frequentemente necessário e permitido, pelo menos dentro de certos limites. Nos países latino-americanos, entretanto, não possuímos uma democracia real. A situação é bem conhecida nos Estados Unidos, especialmente nos círculos empresariais e no seio das agências oficiais, semioficiais e privadas que operam na região, e pelo governo [...] o que está em jogo são os requisitos políticos de uma incorporação dependente, mas eficaz desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. (FERNANDES, 1973, p. 25).

Essa incorporação dependente precisa de bases legais e políticas de sustentação, de modo que as classes sociais que exercem poder hegemônico corroboram para a construção de estruturas legitimadas por “ditaduras militares ou os regimes autoritários dissimulados” (FERNANDES, 1973, p. 25). Por consequência, as nações latino-americanas poderão incorporar mudanças do capitalismo, mas não de forma autônoma, com vias à integração nacional. Na outra parte da moeda, a dominação exercida contribui para o crescimento dos países de capitalismo avançado, mas impede uma transformação radical das estruturas de poder e uma rele autonomia.

O resultado é uma profunda concentração de renda, o que favorece a fração de classe que sobrevive da exploração da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que há a alocação permanente dos recursos nacionais para manutenção dos países de capitalismo avançado, pois os países de capitalismo central possuem mecanismos de autodefesa. Sem dúvidas, em sua fase monopolista, a manutenção de uma superpotência capitalista está condicionada ao controle e vigilância contínuos das empresas corporativas, sendo que sua expansão é um pilar importante de sustentação e controle imperialistas.

## 2 VENEZUELA: A CONSTRUÇÃO DE UMA OUTRA VIA?

O presente capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente será apresentada a análise acerca do surgimento do Chavismo na Venezuela, em especial, o contexto sociopolítico do país e o pensamento do líder bolivariano para a Venezuela e para a América Latina a partir da “árvore de três raízes”. Em seguida, é descrito o contexto de ascensão do governo Maduro e os conflitos em torno da figura do novo líder do país, com destaque para o papel dos militares. Nessa sessão também serão apresentadas algumas perspectivas teóricas que tecem críticas ao governo Maduro. Por fim, é exposta a conjuntura geopolítica internacional e os conflitos de interesses que envolvem o Brasil, Estados Unidos, Rússia e China com relação à Venezuela.

### 2.1 Chávez para Venezuela, Chávez para América Latina

Para Alves (2018), antes do governo Chávez a Venezuela vivia um contexto de descontentamento popular que se estendeu, principalmente, entre os anos de 1958 e 1990, fruto de uma política governamental de três partidos burgueses: União Republicana Democrática (URD), AD (Acción Democrática) e o COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente). O pacto político entre esses partidos, conhecido como *Punto Fijo*, tinha o objetivo de “fortalecer as instituições do regime democrático-burguês, em especial, o parlamento e o judiciário. Assim, houve uma pactuação, na qual existiu a alternância de poder na presidência da República, mas a URD deixou o pacto e, conseqüentemente, o cenário político. “Essa burguesia possuía caráter rentista petroleiro na época da ‘Venezuela Saudita’” (ALVES, 2018, p. 24).

Hitner (2011) aponta que o século XX marcou a inserção da Venezuela no cenário internacional por meio da exportação de petróleo, principal atividade econômica do país. Conforme Barros (2007), em 1913 foi descoberto o primeiro campo de petróleo na Venezuela; contudo, apenas em 1922, após a descoberta do poço de Barroso 2, é que a Venezuela se confirmou como um país potencialmente produtor de petróleo. Três décadas depois o petróleo modificou a economia do país, tomando centralidade em detrimento da exportação de produtos agrícolas.

Foi justamente por isso que nas décadas de 1920 a 1950 demarcou-se a entrada massiva de capital estrangeiro no país, voltado para a exploração de petróleo. Daí o ideário de que a Venezuela seria a Arábia Saudita da América do Sul. “Com os primeiros descobrimentos do

petróleo, iniciou-se uma grande concorrência do capital petrolífero internacional para obter concessões na Venezuela, o que gerou, internamente, uma consciência nacional rentista” (HITNER, 2011, p. 29).

Em outros países da América Latina, nas primeiras décadas do século XX, iniciou-se a industrialização. Os rumos da Venezuela acabaram por consolidá-la como país com uma economia restrita ao petróleo e dependente da renda ligada ao produto no cenário internacional. Com isso, os segmentos da burguesia que desde o século passado detinham o controle econômico e político do país, apenas se adaptaram à nova conjuntura em ascensão.

Apesar de haver algumas iniciativas por parte do Estado para impulsionar a industrialização e aumentar o controle da atividade petrolífera, os atraentes preços do petróleo no mercado internacional, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, impuseram derrota às tentativas de diversificar a economia, o que atendia aos interesses do capital estrangeiro e a burguesia nacional venezuelana.

A alta dos preços do petróleo “acomoda” a classe trabalhadora. Esse fato, consequência da descoberta precoce de petróleo no país, o distinguirá dos demais países da região e marcará a existência de uma “estabilidade histórica” na Venezuela, que perdurará por todo o período de Punto Fijo, até sua falência e ascensão do Governo Chávez, que se coloca discursivamente contrário aos interesses da burguesia. (HITNER, 2011, p. 31).

Em outro trabalho Hitner (2012) esclarece a característica da economia venezuelana a partir da tese do “capitalismo rentístico”, ou seja, a renda petroleira é na verdade uma renda internacional da terra, o que quer dizer que não está ligada à forma de desenvolvimento da produção interna do país, pois as movimentações econômicas são influenciadas pela renda internacional.

Baptista (2006) apresenta importantes contribuições acerca do tema; A característica rentista da economia venezuelana indica que desde as primeiras décadas do século XX a dinâmica da economia do país foi baseada no petróleo. No âmbito de estudo da Economia Política, o petróleo é um universo singular, um objeto natural que existe por si mesmo, já está disposto, não é consequência de uma ação premeditada e executada a partir da ação humana, ou o resultado de um processo de trabalho como na esfera fabril. Dessa forma, por essência, a economia da Venezuela torna-se complexa pela base de extração da riqueza.

De acordo com Baptista (2006), entre os anos de 1920 e 1995 aproximadamente 91% do petróleo extraído no país foi comercializado internacionalmente, ou seja, o preço de mercado

do petróleo era pago de acordo com o mercado internacional. O autor considera que a problemática do capitalismo rentista da Venezuela consiste no fato de que a entrada de renda no país não é diversificada, pois se concentra na renda do petróleo. Outro aspecto relevante é que, com o passar do tempo, a economia rentista baseada no petróleo foi transfigurada e tratada como se fosse produto fruto de bens e serviços produzidos na economia doméstica (BAPTISTA, 2006).

Hitner (2012) afirma que o Estado, por sua vez, administra os ativos e, historicamente, desde a descoberta de petróleo, corroborou para a manutenção da concentração de renda dos rentistas que vivem da exploração do petróleo, enquanto a maior parte da população vive com parcas concessões clientelistas. Ainda que por vias desiguais, de certa forma, os desdobramentos do impulso econômico puderam por um tempo escamotear as desigualdades do país. O *Punto Fijo*, por meio do poder político, determina a forma como a renda petroleira será repartida e seus beneficiários.

[...] a sociedade rentista apresenta uma característica patrimonialista, em que é mais satisfatório encontrar uma posição social que permita uma aproximação maior em relação ao Estado do que encontrar uma maneira de aumentar a produtividade do trabalho. O regime puntofijista foi, portanto, um sistema de repartição do poder político no qual os partidos tinham um papel central e dividiam, por isso, a renda petroleira (HITNER, 2012, p. 47-48).

No contexto regional, a década de 1970 para a América Latina foi marcada pelo endividamento dos países, o que não foi diferente na Venezuela. Mesmo com a renda do petróleo o país seguiu sem mostrar expressivos índices em outros ramos da economia.

Nesse período, o governo de Carlos Andrés Pérez (1974 a 1979/1989 a 1993), seguindo os preceitos neoliberais, favoreceu o mercado internacional com a abertura da economia e diminuição dos impostos pagos pelas companhias internacionais na compra do petróleo.

O governo seguinte de Rafael Caldera (1994 a 1999) também deu continuidade ao projeto neoliberal e em 1998, com a crise econômica que afetou a economia do país por causa do rebaixamento do preço do petróleo, as eleições presidenciais contavam com candidatos com um discurso vinculado ao neoliberalismo e Hugo Chávez com um discurso de defesa da soberania nacional e da instituição militar. Chávez tinha propostas afins aos interesses da população empobrecida do país e rechaçava a privatização do petróleo.

Sob esta conjuntura, a Venezuela demonstrava os germes de um processo de crise do sistema partidário da democracia puntofijista: crise de legitimidade da democracia e pressões populares; frações hegemônicas sem condições políticas de governar; proletariado sem organização suficiente para a tomada do poder. Estas e outras questões abriram espaço para que o ramo militar da burocracia assumisse o papel de força social e assim assumisse o governo na Venezuela. O resultado disso foi a eleição vitoriosa do ex-tenente militar da Força Armada da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías (VIEIRA, 2016, p. 25-26).

As eleições presidenciais na Venezuela em 1998 marcaram um novo momento para este país, mas também para toda a América Latina. O que houve de diferente nesse contexto? A vitória de Chávez representou o início de um projeto contra-hegemônico, em especial com relação à forma como a riqueza era socialmente distribuída e a necessidade de resgatar a soberania popular face aos interesses internacionais.

De acordo com Harnecker (2018), o novo rumo proposto por Chávez, descrito pelo mesmo como socialismo do século XXI, distinção feita da experiência soviética, não permitiria reproduzir os erros de outrora: ao contrário, era preciso avançar na construção de uma nova hegemonia popular.

Para a autora, o termo socialismo começou a ser impulsionado por Chávez em 2004 na cerimônia de encerramento do encontro Mundial de Intelectuais e Artistas em Defesa da Humanidade, ocorrido em Caracas.

Na ocasião, o líder venezuelano discursou sobre a necessidade de buscar alternativas ao capitalismo. Uma delas seria o socialismo, entretanto era preciso repensá-lo, considerando as experiências vividas. Já no ano seguinte, em 2005, na cidade de Porto Alegre (Brasil), Chávez reafirmou a necessidade de ultrapassar o capitalismo e construir o socialismo.

Então, na IV Cúpula da Dívida Social, no dia 25 de fevereiro do mesmo ano, ele disse que não havia alternativa ao capitalismo que não fosse o socialismo, mas advertiu que tinha que ser um socialismo diferente dos conhecidos, que havia que “inventar o socialismo do século XXI”. Esta é a primeira vez que o termo “socialismo do século XXI” foi usado em público. (HARNECKER, 2018, p. 90).

A ideia do líder venezuelano era que, necessariamente, precisava-se abrir mão de modelos internacionais e construir o socialismo de acordo com a realidade de cada país. Contudo, independente das particularidades dos países, três elementos fundamentais são partilhados comumente: a democracia participativa e protagonista na vida política, a transformação econômica e a ética solidária. Esses fundamentos devem estar apoiados nos princípios de igualdade entre homens e mulheres, no amor e na solidariedade.

Harnecker (2018) salienta que antes de Chávez a história de organização política na Venezuela não contava com movimentos populares muito expressivos como em outros países da América Latina. No final da década de 1980 os trabalhadores, ainda que em parca expressão, começaram a perceber que o discurso suntuoso do presidente à época, Carlos Andrés Pérez, que iniciou seu segundo mandato em 1989, estava em desacordo com as reais condições de vida da maioria da população venezuelana, que vivia num contexto de profundo empobrecimento e assolada pela corrupção.

Damasceno (2010) afirma que em 1989 o movimento operário, inicialmente formado pelos trabalhadores ligados à área têxtil e funcionários públicos, impulsionou uma série de reivindicações. Agregado a isso, começam a emergir levantes em cidades venezuelanas como o que ocorreu em Guayana, no estado de Bolívar, onde os trabalhadores tomaram a frente do “Sindicato Único de trabajadores de la industria siderúrgica y sus similares”, sindicato esse que havia sofrido intervenção federal desde 1982, a qual objetivava pôr um freio no movimento operário nessa região com grande concentração de indústrias do ramo siderúrgico.

Os estudantes da Universidad Central de Venezuela (UCV) também questionavam a ausência de políticas governamentais para a área da educação e o anúncio do aumento abusivo de 100% na tarifa do transporte público, com data prevista para início em 27 de fevereiro de 1989. A ação foi violentamente reprimida, inclusive com o assassinato de uma jovem e de um trabalhador dessa Universidade. Esse fato gerou maior adesão popular e também maior repressão por parte do Estado.

Foi um verdadeiro massacre a ação do exército, que se iniciou ao meio dia do dia 28 de fevereiro. Quando chegou o dia 1º de março, ainda pela manhã, os soldados estavam exaustos de tanto confronto na capital. No interior do país, sob uma intensa força, o exército com todo o tipo de atrocidades, com fuzilamento, espancamento, aprisionamento, submete estes locais, salvando o governo com um banho de sangue dado à população. Com este controle do interior do país, na noite do dia 1º, foi para capital um contingente de 10.800 soldados, armados para uma guerra convencional, para submeter a capital. (DAMASCENO, 2010, p. 96).

Esse período foi marcado pelo massacre, extermínio e perseguição a ativistas; a ação do povo ficou conhecida como Caracaço, em referência à expressividade do movimento na cidade de Caracas.

Porém, ainda em 1970 e de forma pouco expressiva, Chávez lidera um movimento de militares do exército que eram contrários à política institucional, movimento que inicialmente recebeu o nome de Ejército Bolivariano Revolucionario 200. Com o passar do tempo agregam-

se outros segmentos militares e civis ao movimento, que passa a se chamar Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (MRB 200), que também teve como líder Hugo Chávez. O MRB 200 também impulsionou o levante cívico-militar conhecido como Caracaço. Harnecker (2004) exprime no livro “Un Hombre, Un Pueblo” a partir de entrevistas realizadas com Chávez, os acontecimentos que ocorreram em 27 de fevereiro de 1989:

Aquele 27 de fevereiro de 1989, quando o povo de Caracas saiu massivamente às ruas em repúdio ao pacote econômico aprovado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez e os massacres que então ocorreram, foram acontecimentos que marcaram muito a minha geração. Algum escritor venezuelano escreveu que nesse 27 de fevereiro o povo venezuelano saiu às ruas e não retornou delas. A repressão selvagem fez com que o povo recuasse, mas continuou pressionando de sua casa: atos, escritos, murais por aqui; concentrações pequenas, algumas passeatas por aí. Houve estudantes e dirigentes sociais mortos; houve prisões, perseguições. Quando Carlos Andrés Pérez enviou a Força Armada à rua para reprimir aquela explosão social e houve um massacre, os militares bolivarianos do MBR 200 analisamos que havíamos ultrapassado o limite e decidimos que era preciso ir às armas. Não podíamos continuar sendo os Cérberos de um regime genocida. Esse acontecimento foi um catalisador do Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR 200). Começamos então a acelerar a organização do Movimento, a busca de contatos com civis e movimentos populares, a pensar na estratégia, na ideologia, mas, principalmente, na estratégia: como fazer para transcender uma situação e buscar uma transição para outra. (HARNECKER, 2004, p. 21).

A organização do povo venezuelano em Caracas contra as políticas neoliberais do presidente Carlos Andrés Pérez foi resultado do pacote de medidas do governo, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que previa uma série de privatizações de empresas públicas, diminuição do gasto público, maior abertura comercial, aumento no preço da gasolina e do transporte público.

O levante foi violentamente sufocado: “De fato ocorreu o banho de sangue, Comenarez aponta o número de 2 mil mortes no Caracaço, um espanto para uma Venezuela tida até então como pacífica. A máscara caiu, de aí por diante este país não seria o mesmo” (DAMASCENO, 2010, p. 97).

Apesar da extrema ação repressiva, o contexto tornou explícito a contradição entre acumulação e socialização da riqueza, bem como a necessidade de mudança estrutural no país, o que impulsionou Chávez a liderar o movimento Frente Patriótica, que deveria contar com o apoio social, político e militar, a começar pela construção de uma nova Constituinte.

Discutíamos sobre como romper com o passado, como superar esse tipo de democracia que só servia aos interesses dos setores oligárquicos; como acabar com a corrupção. Sempre negamos totalmente a figura de um golpe militar tradicional ou de uma ditadura militar ou uma junta militar de governo. Tínhamos muito presente o ocorrido na Colômbia nos anos 1990-1991 quando

ali se realizou uma Assembleia Constituinte. Claro! Muito limitada, porque ao final acabou subordinada ao poder constituído. Foi o poder constituído que desenhou a Constituinte colombiana e a colocou em prática e, portanto, esta não pode transformar a situação porque foi prisioneira do poder constituído. Esse processo foi a fonte de inspiração do movimento de venezuelanos que se chamou Frente Patriótica. Era um grupo de intelectuais, entre eles alguns juristas que, em 1990-1991, emitiu alguns comunicados e se pronunciou por uma Assembleia Constituinte, citando o exemplo da Colômbia. Começamos a pedir materiais, a ler, a buscar uma assessoria jurídico-política e, já antes do 4 de fevereiro trazíamos a tese de convocar uma Assembleia Constituinte como único caminho para sair da armadilha da falsa democracia, aquela representativa que terminou se tornando o pacto de Ponto Fixo. Havíamos pensado em algumas ações a serem impulsionadas no caso de a rebelião houvesse obtido êxito. Chegamos a elaborar alguns decretos para convocar uma Assembleia Constituinte. Claro! Sem haver discutido a ideia suficientemente. Acho que não tínhamos então nem a força nem os atores preparados para impulsionar aquele projeto, mas em todo caso plantamos a semente e foi então que o país começou a se perguntar: Bem, o que é isso de uma Constituinte? (HARNECKER, 2004, p. 21-22).

Nos anos seguintes foi reafirmada a necessidade de construção de alianças, inclusive com setores políticos e do conjunto de trabalhadores, para dar força à mudança estrutural no país. Assim, o teor revolucionário toma força e em 04 de fevereiro de 1992 Chávez e um grupo de militares comandam um levante contra o governo de Carlos Andrés Pérez, levante esse que fracassou, mas trouxe outras oportunidades para Chávez, tornando-o mais visível e foco de resistência.

Não houve tal mobilização popular, nada. Ficamos então isolados na rebelião, sem povo, como no vazio, como peixe fora d'água. Mao dizia, como tu sabes, que o povo está para o exército como a água para o peixe. Ficamos como peixe fora d'água e essa foi uma das razões pela qual eu decidi entregar as armas na manhã do dia 4, próximo das 9 ou 10 da manhã. [...] Em seguida vieram os fatos do 4 de fevereiro de 92, já bastante conhecidos. O protesto popular se desencadeou quando o povo se deu conta que um grupo de militares estava junto dele. Nesse momento o povo passou dessa situação em ebulição reprimida para uma etapa de expansão explosiva. Essa rebelião militar foi, acho, a maior da história venezuelana. (HARNECKER, 2004, p. 24).

Klachko e Arkonada (2017) apontam que apesar do fracasso do plano revolucionário de 1992 a Venezuela não foi mais a mesma; estava formado o terreno político pelo qual ascendeu em 1997 o Movimento Quinta República (MVR), também criado por Chávez, e que em 2007 incorporou-se ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), canal que passa a congregar os ideais chavistas e da Revolução Bolivariana.

Se o campo popular bolivariano teve o MRB-200, MVR e PSUV como as principais referências políticas [...] a gênese do projeto político pode ser encontrada na chamada árvore das três raízes, que além das velhas tradições ideológicas da esquerda se soma a influência dos heróis Simón Bolívar,

Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 145).

Em 1998 Chávez ganha as eleições presidenciais e é justamente no bojo dos anos 2000 que, por vias democráticas, emergem governos com tendências mais de esquerda na América Latina. Viu-se a ascensão de Ricardo Lagos no Chile em 2000, Lula no Brasil em 2002, Nestor Kirchner na Argentina em 2003, Tabaré Vasquez no Uruguai em 2005, Evo Morales na Bolívia em 2005, Rafael Correa no Equador em 2006 e nesse mesmo ano Daniel Ortega na Nicarágua. Nos anos seguintes, em alguns países houve mudanças dos líderes, mas com a mesma tendência de esquerda, como, por exemplo, no Brasil com a vitória de Dilma Rousseff. Em outros casos houve a reeleição de líderes como na Venezuela, Equador e Bolívia. A ascensão desses governos foi heterogênea e contou em alguns lugares com o apoio das forças populares, com o poder organizativo dos movimentos de esquerda e também a partir do destaque de lideranças mais ligadas a causas sociais nos partidos tradicionais.

Todavia, essa conjuntura na América Latina foi marcada por disputas, tensões e rompimento democrático com golpes político-jurídicos como os que destituíram o presidente Manuel Zelaya de Honduras em 2009, Fernando Lugo, presidente do Paraguai, em 2012 e a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Em outros houve tentativas de golpes como o que ocorreu na Bolívia em 2008 e no Equador em 2010, ou seja, enfrentamentos sociais de diferentes ordens.

Os enfrentamentos sociais, como sinalizam Klachko e Arkonada (2017) são resultado da organização da sociedade, que dentre suas expressões tem as classes sociais. Os autores sinalizam que as classes sociais são constituídas como tais pelo enfrentamento que têm com outras classes. “Em diferentes momentos históricos, grupos que se referem a frações de classes sociais ou a alianças de classes se organizam para levar a cabo enfrentamentos sociais, e os modos de organização variam de acordo com a forma e o conteúdo da luta” (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 15).

Ceceña (2009) ao analisar o contexto do golpe promovido contra o presidente hondurenho Manuel Zelaya em 2009, sinalizava que o que estava em curso era mais uma estratégia do governo dos Estados Unidos para deter o crescimento da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), projeto encabeçado pelo presidente Chávez. Era necessário buscar caminhos para intervir na região, em especial na Venezuela, Equador e Bolívia. Tratava-se de criar projetos para desestabilizar os governos locais.

Com a anuência e até mesmo o entusiasmo das oligarquias locais, e com a coparticipação dos grupos de ultradireita instalados em alguns governos da

região, se constrói na América Latina muito mais que um novo Israel, onde o raio de ação se deve medir com as distâncias que os aviões de guerra e monitoramento alcançam em um só voo, sem necessidade de reabastecer; ou com o tempo de chegada aos objetivos circunstanciais, que é muito reduzido desde as posições colombianas; ou com a capacidade de resposta rápida diante das contingências nas principais cidades dos arredores: Quito, Caracas e La Paz; ou com a segurança econômica que lhes dá se estabelecerem ao lado da faixa petrolífera do Oriconoco, equivalente aos depósitos da Arábia Saudita, ao lado do rio Amazonas, principal fluxo superficial de água doce do Continente, ao lado dos maiores depósitos de biodiversidade do planeta, diante do Brasil e com a possibilidade de aplicar a técnica da bigorna e do martelo, contando com a cooperação do Peru, a qualquer um dos três países da América do Sul que tenham ousado enfrentar a hegemonia. (CECEÑA, 2009, p. 03, tradução nossa).<sup>33</sup>

Regalado (2009) esclarece que países como Venezuela, Bolívia e Equador se tornam linhas de frente das ofensivas imperialistas na América Latina, pois os presidentes Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador) tinham suas táticas políticas e ideológicas expressamente anti-imperialistas, com medidas de protecionismo econômico e busca de apoio social contrário aos Estados Unidos. Dessa forma, as reformas implementadas deveriam construir o terreno fértil para a revolução.

A contradição segue sendo entre os partidários da revolução, entendida como a necessidade de se criar uma sociedade anticapitalista, socialista, e os partidários da reforma, entendida como um conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais, de um ou outro modo, a serem aplicados dentro do capitalismo. (REGALADO, 2009, p.04, tradução nossa).<sup>34</sup>

Stolowicz (2010) já anunciava algumas tendências para a América Latina, indicando a propensa radicalização conservadora crescente na região, a qual inclui uma maior repressão das lutas populares e pactos que impulsionam a precariedade e diminuição dos investimentos, além

---

<sup>33</sup> No original: “Con la anuencia y hasta entusiasmo de las oligarquías locales, con la coparticipación de los grupos de ultraderecha instalados en algunos gobiernos de la región, se construye en América Latina mucho más que un nuevo Israel, desde donde el radio de acción se debe medir con las distancias que los aviones de guerra y monitoreo alcanzan en un solo vuelo, sin necesidad de cargar combustible; o con los tiempos de llegada a los objetivos circunstanciales, que son muy reducidos desde las posiciones colombianas; o con la capacidad de respuesta rápida ante contingencias en las principales ciudades de los alrededores: Quito, Caracas y La Paz; o con la seguridad económica que les da establecerse al lado de la franja petrolera del Orinoco, equivalente a los yacimientos de Arabia Saudí, al lado del río Amazonas, principal caudal superficial de agua dulce del Continente, al lado de los mayores yacimientos de biodiversidad del planeta, frente a Brasil y con posibilidades de aplicar la técnica del yunque y el martillo, contando con la cooperación de Perú, a cualquiera de los tres países que en Sudamérica han osado desafiar al hegemonía.” (CECEÑA, 2009, p. 03).

<sup>34</sup> No original: “La contradicción sigue siendo entre los partidarios de la revolución, entendida como la necesidad de crear una sociedad anticapitalista, socialista, y los partidarios de la reforma, entendida como un conjunto de cambios económicos, políticos y sociales, de uno u otro signo, a ser aplicados dentro del capitalismo.” (REGALADO, 2009, p.04).

da flexibilização dos contratos, que se tornam mais inseguros para o trabalhador pela perda de direitos, o que intensifica sua exploração.

A radicalização conservadora também engloba a desestabilização dos governos de esquerda e centro-esquerda e a retirada desses do comando político, ainda que as ações realizadas por esses governos sejam melhores do que as de governos de direita. As condições já anunciadas podem ser observadas ao longo dos anos por meio da ascensão de governos de direita e extrema-direita na América Latina. Contudo, a luta anti-imperialista consiste na busca por recuperação da soberania nacional com relação aos recursos naturais e gestão financeira, ampliação da atuação na área social, e sobretudo, a participação política do povo.

[...] pois não estamos diante do capitalismo em fase de maturação, mas em decadência. Mas este não está derrotado, não renuncia a defender os privilégios, e ainda que tenha pouca margem para reformas que absorvam as contradições que gera, conserva uma desproporcional capacidade de direção ideológica. As exigências são hoje maiores porque estão em jogo a sobrevivência da humanidade e do planeta, e esse processo deve ser efetivamente disputado. (STOLOWICZ, 2010, p. 28, tradução nossa).<sup>35</sup>

Marta Harnecker (2018) apresenta contribuições acerca do pensamento e da ação política de Chávez e as mudanças internas que ocorreram na Venezuela por meio da participação do povo, inicialmente com o processo de democratização dos espaços de autogestão popular e os conselhos comunais (conselhos municipais, conselhos de estudantes, conselhos de trabalhadores, conselho de camponeses), que foram tentativas de desconcentrar o poder do Estado por meio da constituição de comunas.

Um elemento central que constituiu o pensamento e a estratégia política de Chávez tinha relação com a necessidade de mudança da correlação de forças internas na Venezuela e no plano internacional, mas era imprescindível construir uma base social. Efetivamente, o que estava sendo desenhado era uma sociedade contrária ao capitalismo, um rompimento cultural, econômico e político, o que seria impossível sem adesão popular.

Chávez percebeu muito cedo as particularidades deste processo de transição que se iniciava em seu país, e que seria o precursor de processos semelhantes em outros países da América Latina. Entre essas particularidades, a de que essa transição não se realiza a partir do zero, se realiza partindo do aparelho do Estado, ao se eleger por via institucional, julgou necessário mudar as regras do jogo institucional como primeiro passo para, a partir daí, ir superando os

---

<sup>35</sup> No original: “[...] porque no estamos ante el capitalismo en maduración sino en senilidad. Pero éste no está derrotado, no renuncia a defender los privilegios, y aunque tiene poco margen para reformas que absorban las contradicciones que genera, todavía conserva una desproporcionada capacidad de dirección ideológica. Las exigencias son hoy mayores porque está en juego la sobrevivencia de la humanidad y del planeta, y ese derrotero debe ser efectivamente disputado.” (STOLOWICZ, 2010, p. 28).

imensos obstáculos que sabia que iriam se apresentando no caminho. (HARNECKER, 2018, p. 21).

A análise de Chávez compreendia que um Estado forte cria as condições necessárias para a vitória em plano internacional, alcançando assim a soberania nacional e integração global. O Estado forte promove mudanças nas estruturas historicamente constituídas, podendo alterar o arcabouço legal-normativo, bem como a própria correlação de forças nas instâncias burocráticas por meio da presença de dirigentes revolucionários que promovessem o protagonismo popular, o que consequentemente possibilitaria a transformação no Estado “de baixo para cima”. É necessário, portanto, combater o burocratismo com o qual os dirigentes políticos comumente se deparavam e construir uma nova via que não reproduzisse os equívocos dos partidos de esquerdas, mas avançar consolidando a hegemonia do povo.

As ideias de Chávez também tomam proporções internacionais e em 2009 foi criado um banco do Sul, ligado a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), como uma via estratégica para o financiamento multilateral na América do Sul, em confrontação ao FMI.

Apesar da expressão de tão boas intenções, o processo de implementação do Banco do Sul sofreu vários tropeços, inclusive as reticências do Brasil que preferiu o papel regional de seu próprio Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDES). Em inícios de 2013, o Banco do Sul ainda não havia começado a operar” (HARNECKER, 2018, p. 58).

Também em contraposição ao dólar, surge em 2008 o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (Sucre) com pretensão de se tornar uma moeda única regional, em princípio virtualmente e posteriormente como moeda física. As transações ocorriam principalmente entre a Venezuela e o Equador, mas também com menor expressividade com a Bolívia.

Conforme Cereza, Simarro e Soler (2013) os países integrantes da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), também liderado pela Venezuela, identificaram a necessidade de criar mecanismos de cooperação e integração regional. Com isso, era necessário transformar a estrutura monetária e financeira como parte da resposta regional à crise da economia mundial.

A justificativa da relevância da iniciativa e de seu conteúdo básico ficaram claramente expostos na Declaração final da Cúpula em que os líderes da ALBA denunciavam “a ausência de propostas verossímeis e contundentes” para se enfrentar a crise e seus “devastadores” efeitos. Coincidindo que a saída da crise não se podia encontrar “em respostas oligárquicas e erráticas” como as que nesse momento haviam começado a enunciar-se em fóruns como o G-20, encontravam no âmbito regional, em contrapartida, um espaço “privilegiado para dar respostas imediatas e efetivas” para a crise econômica e financeira mundial. Com esta convicção formularam a proposta de “constituir uma zona econômica e monetária da ALBATCP” que protegesse

as suas economias “da depredação do capital transnacional” e que fomentasse o seu desenvolvimento, se constituindo em “um espaço livre das instituições inoperantes.” (CEREZAL; SIMARRO e SOLER, 2013, p. 154, tradução nossa).<sup>36</sup>

Na esteira de propostas de mudanças para o contexto regional, Chávez também impulsionou a fundação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), com a participação de praticamente todos os países da América, exceto Estados Unidos e Canadá.

A cúpula inaugural da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) em dezembro de 2011 marcou um passo significativo para consolidar um sistema de integração regional que funcionará como uma alternativa à Organização dos Estados Americanos (OEA) dominada pelos EUA. Com uma impressionante reunião de 33 chefes de estado em Caracas, incluindo a frente e o centro do presidente venezuelano Hugo Chávez, eles formalizaram a criação da CELAC e declararam sua intenção de forjar uma agenda autenticamente latino-americana sob seus auspícios. [...] A CELAC aspira a aprofundar o nível existente de comunicação, articulação e cooperação intrarregional, inclusive no nível sub-regional. Segundo Chávez, a CELAC será a “casa” onde todas as entidades da região, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comunidade do Caribe (CARICOM) e o Mercado Comum da América Central (MCCA), poderão se encontrar e consolidar suas posições. [...] No topo da agenda da CELAC estão a criação de uma nova arquitetura financeira regional; um uso mais racional da energia, com melhor acesso à energia para os países que não dispõem de meios adequados; aprimoramento da infraestrutura de transporte que permita a integração geográfica; a erradicação definitiva da fome e da pobreza através de uma melhor segurança alimentar e nutricional; acesso universal à educação e saúde; projetos de água e saneamento; e garantias mais abrangentes para os direitos humanos dos migrantes por meio de uma maior cooperação interestadual. (LA BARRA; DELLO BUONO, 2012).

Outro aspecto valorizado por Chávez foi a aproximação comercial entre a China e os países da América Latina. A força do país asiático advém do potencial econômico que exerce no continente pela capacidade de absorção de matéria-prima disponível em larga escala. Como explica Arce (2013), o poder econômico impulsiona o poder político da China, com uma série de consensos e dissensos entre os países de capitalismo central e periférico.

---

<sup>36</sup> No original: “La justificación de la pertinencia de la iniciativa y su contenido básico quedaron expuestos claramente en la Declaración final de la Cumbre en donde los mandatarios del ALBA denunciaban “la ausencia de propuestas creíbles y contundentes” con las que enfrentarse a la crisis y sus “devastadores” efectos. Coincidiendo en que la salida de ella no podía encontrarse “en respuestas oligárquicas y erráticas”, como las que en ese momento habían empezado a enunciarse desde foros como el del G-20, encontraban, en cambio, en el ámbito regional un espacio “el privilegiado para dar respuestas inmediatas y efectivas” a la crisis económica y financiera mundial. Con esta convicción formularon la propuesta de “constituir una zona económica y monetaria del ALBATCP”, que protegiese a sus economías “de la depredación del capital transnacional”, que fomentase “el desarrollo” de sus economías, constituyendo “un espacio liberado de las inoperantes instituciones.” (CEREZA; SIMARRO e SOLER, 2013, p. 154).

Para a América Latina a aproximação com a China representa uma mudança de rumos nas relações internacionais, no contexto regional e internamente, ao mesmo tempo que aparece como via alternativa aos ditames dos Estados Unidos e da União Europeia, especificamente com relação à Venezuela:

A Venezuela aposta em uma relação que tenta diversificar sua estrutura econômica (montagem de computadores, de celulares e outras atividades intensivas em tecnologia), mas sabe que sua melhor arma é o petróleo e que sua importância como fornecedora para a China cresce nas dimensões pretendidas por Chávez; o que quer que aconteça com a Venezuela será, em última análise, um assunto de segurança nacional para a China. (ARCE, 2013, p. 103, tradução nossa).<sup>37</sup>

O esforço político de Chávez estava centrado na necessidade de fortalecer a região e romper com a relação de dependência internacional, em particular com os Estados Unidos, por meio de um projeto societário, o socialismo do século XXI. Em 21 de novembro de 2009, durante o I Congresso Internacional dos Partidos de Esquerda, ocorrido em Caracas, Hugo Chávez comandou a realização do I Congresso Extraordinário do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

O evento foi marcado pelo protagonismo de Chávez e teve como prioridade a discussão acerca da atuação dos líderes políticos e sociais, a crise capitalista, a ação revolucionária socialista, especialmente a real construção de um partido político revolucionário. Para o líder da revolução bolivariana, a Venezuela se colocava no cenário internacional como “o centro de gravidade, o epicentro das lutas revolucionárias, das lutas socialistas, hoje no mundo, começando o século XXI, está aqui em nossa América; e à Venezuela cabe ser o epicentro nessa batalha” (CHÁVEZ, 2009, p.26, tradução nossa).<sup>38</sup>

Chávez assume como tarefa vanguardista e prioritária a necessidade de romper com o imperialismo e derrotar o capitalismo: tratava-se de “socialismo ou barbárie”, e o que estava em questão era a necessidade de construir bases políticas, ideológicas e sociais para que o partido efetivamente revolucionário protagonizasse uma mudança radical para a América Latina.

---

<sup>37</sup> No original: “Venezuela apuesta a una relación que intenta diversificar su estructura económica (ensamble de computadoras, de celulares y otras actividades intensivas en tecnología), pero sabe que su mejor arma es el petróleo y que si su importancia como proveedor para la China crece en las dimensiones que Chávez pretende, lo que suceda con Venezuela será, a la larga, un asunto de seguridad nacional para la China.” (ARCE, 2013, p. 103).

<sup>38</sup> No original: “El centro de gravedad, el epicentro de las luchas revolucionarias, de las luchas socialistas, hoy en el mundo, comenzando el siglo XXI, está aquí en nuestra América; y a Venezuela le toca ser epicentro em esa batalla.” (CHÁVEZ, 2009, p. 26).

## 2.2 A Árvore de Três Raízes e o Pensamento de Chávez

Para entender o pensamento de Hugo Chávez é necessário retomar alguns pressupostos teóricos, políticos e ideológicos que permitem compreender como se deu a construção de uma plataforma político-revolucionária que emergiu na América Latina na tentativa de construir e consolidar uma região independente, autônoma e com soberania reconhecida. Para tanto, inicialmente, será preciso recorrer ao *Libro Azul*, o qual marca o início do *Plan de la Patria 2013-2019* e do Projeto Nacional Simón Bolívar, pensados por Chávez. Essas diretrizes sinalizam as estratégias para a Venezuela no século XXI.

O projeto de uma sociedade popular perpassa pela mudança cultural, educacional e, sobretudo, pelo rompimento com estruturas herdadas pelo histórico de colonização; uma direção utópica com a formação de um novo Estado que ao transformar sua estrutura legislativa, executa e age para atender aos interesses genuinamente populares, um governo de participação no qual o povo é protagonista.

O Projeto Nacional Simón Bolívar se organiza a partir de um processo evolutivo e transformador que deve modificar a estrutura econômica e social, política, jurídica e ideológica na Venezuela. Em uma perspectiva mais ampla, o Projeto Nacional Simón Bolívar atribui à cultura uma área com potencial transformador e revolucionário por meio do livre desenvolvimento da criatividade. O sujeito tem influência sobre o sistema social e a partir da constituição de uma sociedade original – que rompe com os preceitos historicamente determinados – desenvolve a capacidade de exercer autonomia no contexto social com o objetivo de transformá-lo. O modelo proposto põe ênfase na globalidade, que se refere à integração do sistema social, cultural e dos fatores individuais.

As origens do projeto apresentado por Chávez apontam para um “modelo ideológico indígena e enraizado no mais profundo de nossa origem e no subconsciente histórico do ser nacional” (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p 02, tradução nossa).<sup>39</sup> O embrião do pensamento societário baseia-se na educação popular, na criatividade e no ideário de Simón Rodríguez, Simón Bolívar e Ezequiel Zamora, alguns dos nomes mais importantes na luta libertária dos povos da América Latina contra os ditames espanhóis. A perspectiva teórica e política que substanciou o pensamento de Chávez está centrada, principalmente, na “árvore de três raízes” ou EBR: “a E, de Ezequiel Zamora; a B, de Bolívar e a R, de Robinson” (PLAN

---

<sup>39</sup> No original: “modelo ideológico autóctono y enraizado en lo más profundo de nuestro origen y en el subconsciente histórico del ser nacional” (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p 02).

DE LA PATRIA 2013-2019, p.02, tradução nossa).<sup>40</sup>

O modelo de raiz Robinsoniana<sup>41</sup> apresentava indagações acerca dos caminhos a serem seguidos pelas nascentes repúblicas na América Latina. A reflexão contém provocações sobre a necessidade de criar instituições ou recorrer aos modelos de outros tempos, em referência à herança colonizadora, o que significa um erro na construção da república. A chamada utopia concreta Robinsoniana fundamenta-se num tipo de sociedade solidária, na qual o ser humano seja o elemento fundamental. As ideias centrais da utopia concreta Robinsoniana são:

a) A ideia de consulta é completamente democrática, com uma concepção profundamente participativa de seu objetivo: Para tratar de seu bem estar, não se deve perder conselheiros, nem meios de consultar; cada homem excluído do conselho é um voto a menos e um prejuízo, pois há que se pensar nele para que não ofenda, e por ele quando o necessitam.

b) O fim supremo da sociedade é “satisfazer os desejos” dos homens, mas com a condicionante da consulta prévia e geral sobre os meios de alcançar tal fim. Aprofundando-se no conceito, temos que a ação de satisfazer implica “pagar inteiramente o que deve ser” e o desejo vem dado por um movimento enérgico da vontade em direção ao conhecimento, possessão ou o desfrute de uma coisa”. E a vontade reside na “potência da alma, que é movida a fazer ou não fazer uma coisa”. (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p. 04-05, tradução nossa).<sup>42</sup>

Nesse modelo a sociedade tem o potencial para abrir aos homens o caminho para a libertação. Libertação de suas forças interiores numa passagem entre o estritamente individual para fortalecer o pensamento e criar seu próprio modo de existir, a partir da contínua e solidária interação com seus semelhantes. Com a ampliação da faculdade criadora o indivíduo admitirá, num momento posterior, compreender a si mesmo e seu próprio conhecimento.

A segunda raiz, a Bolivariana (Simón Bolívar), também resgata os ideais Robinsonianos de inventar uma nova sociedade na América Latina, liberta do domínio espanhol; caso contrário, o resultado seria o erro de continuar a reprodução de velhos modelos. Todavia,

---

<sup>40</sup> No original: “la E, de Ezequiel Zamora; la B, de Bolívar y la R, de Robinson” (Plan de la Patria 2013-2019, p.02).

<sup>41</sup> Em referência ao pensamento e a práxis de Simón Rodríguez, que mudou seu nome original para Samuel Robinson.

<sup>42</sup> No original: a) La idea de consultarse es completamente democrática, con una concepción profundamente participativa del término: Para tratar de su bienestar, no deben perder consultores, ni medios de consultar, cada hombre excluido del consejo es un voto de menos y un perjuicio, porque hay que pensar en él, para que no ofenda, y por él cuando lo necesitan. b) El fin supremo de la sociedad es “satisfacer los deseos” de los hombres pero con el condicionante de la consulta previa y general sobre los medios de lograr tal fin. Profundizando en el concepto, tenemos que la acción de satisfacer implica “pagar enteramente lo que debe ser” y el deseo viene dado por un movimiento enérgico de la voluntad hacia el conocimiento, posesión o disfrute de una cosa”. Y la voluntad radica en “la potencia del alma, que mueve a hacer o no hacer una cosa”. (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p. 04-05).

o contínuo esforço para a compreensão sobre a necessidade de organização das instituições perpassava o entendimento das especificidades dos territórios quanto à população existente: “tenhamos presente que nosso povo não é o europeu, nem o norte-americano, que é mais uma mistura de África e América que uma emanção da Europa” (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p.3, tradução nossa)<sup>43</sup> e como era regulado pelo arcabouço jurídico legal: “Nossas leis são funestas relíquias de todos os despotismos antigos e modernos, que este edifício monstruoso desmorone, caia e, empurrando suas ruínas, levantemos o templo à justiça e, sob os auspícios de sua santa inspiração, ditemos um Código de leis venezuelanas.” (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p.3, tradução nossa).<sup>44</sup>

A terceira raiz, Zamorana (de Ezequiel Zamora), expressa o ideário de terras para homens livres, eleições populares e o horror à oligarquia. Assim, o Projeto Nacional Simón Bolívar, *Plan de la Patria 2013-2019*, destaca a importância do poder social, entendido como todas as forças atuantes na sociedade que expressam suas intenções a partir da Constituição Federal e convertem-se em poder estatal. A Constituição apresenta os elementos estruturais e político-jurídicos de um Estado que é formado por uma sociedade original:

A Constituição Nacional do modelo de sociedade original deve ser pertinente e perfeitamente compatível com os demais componentes da estrutura estatal e social, especialmente na ordem econômica, social, cultural e geopolítica. Ele só poderá ser alcançado a partir de uma Assembleia Nacional Constituinte de caráter plenipotenciário, a qual deve elaborar a Carta Magna na situação de transitoriedade, em um ambiente de profunda participação da sociedade civil, através de diversos mecanismos de democracia direta. (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p. 6, tradução nossa).<sup>45</sup>

Nesse sentido, o Estado deve exercer suas funções de maneira harmônica e bem distribuída em todo o território nacional. “O Estado Federal, que assim vai se constituir, receberá o nome de Estado Federal Zamorano, em homenagem a Ezequiel Zamora, General do

---

<sup>43</sup> No original: “tengamos presente que nuestro pueblo no es el europeo ni el americano del norte, que más bien es un compuesto de África y América, que una emanación de la Europa.” (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p.3).

<sup>44</sup> No original: “Nuestras leyes son funestas reliquias de todos los despotismos antiguos y modernos, que este edificio monstruoso se derribe, caiga y, apartando hasta sus ruinas, elevemos el templo a la justicia y, bajo los auspicios de su santa inspiración, dictemos un Código de leyes venezolanas.” (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p.3).

<sup>45</sup> No original: “La Constitución Nacional del modelo de sociedad original debe ser pertinente y perfectamente compatible con los demás componentes de la estructura estatal y social, especialmente en el orden económico, social, cultural y geopolítico. Ello sólo podrá lograrse a partir de una Asamblea Nacional Constituyente de carácter plenipotenciario, la cual debe elaborar la Carta Magna en la situación de provisionalidad, en el marco de una profunda participación de la sociedad civil, a través de diversos mecanismos de democracia directa.” (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p. 6).

Povo Soberano, cujo projeto de Federação foi distorcido por aqueles que traíram os princípios da Revolução Federal”. (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p. 6, tradução nossa).<sup>46</sup>

O *Plan de la Patria 2013-2019* estabelece que o Estado Federal Zamorano contaria com a seguinte estrutura jurídica: 1. A Constituição Nacional, 2. As normas jurídicas, 3. As constituições dos estados que fazem parte da Federação. Os poderes constituídos serão: 1. Poder Executivo 2. Poder Legislativo 3. Poder Judiciário 4. Poder Eleitoral 5. Poder Moral.

Há no pensamento bolivariano a premissa de construir um modelo de sociedade diferente das existentes. Simón Bolívar entoava o discurso acerca das próximas idades e dos séculos futuros, num horizonte onde se constituiu a imagem da sociedade desejada, sociedade essa em que se compartilham a liberdade, a justiça, a glória e que se torna elemento filosófico repartido também por Simón Rodríguez, moldando o sistema ideológico robinsoniano. É justamente na “árvore de três raízes” que se funda o pensamento revolucionário de Chávez e a necessidade de lançar mão do Projeto de educação popular, pilares do *Plan de la Patria 2013-2019*.

O *Plan Bolívar 2000* foi um conjunto de medidas adotadas pelo governo Chávez que melhorou as condições de vida da população pobre. Uma ação inicial foi a tentativa de retomar o controle estatal da PDVSA (Petróleo de Venezuela S/A), a partir do redimensionamento dos lucros da exportação do petróleo, ganhos necessários para o investimento em políticas sociais.

Ações do governo para as camadas populares eram direcionadas à educação, saúde e infraestrutura, entre outros, o que provocou uma aproximação dos militares com a população mais empobrecida, pois no início do governo a base opositora ocupava os assentos em diversas áreas do parlamento.

Dessa maneira os militares, pela influência política que exerciam, eram o segmento com capacidade de mobilização e possibilidade para implementar o projeto bolivariano. Hugo Chávez era um líder carismático, o que fez com que ganhasse popularidade e seguidores que assumiram o projeto antineoliberal, em defesa das camadas populares e empobrecidas.

Com a ascensão do governo Chávez foram exacerbados os conflitos entre as classes dominantes na Venezuela representadas pelo capital comercial, capital estrangeiro ligado ao

---

<sup>46</sup> No original: “El Estado Federal, que así se constituya, recibirá el nombre de Estado Federal Zamorano, en homenaje al General del Pueblo Soberano, Ezequiel Zamora, cuyo proyecto de Federación fue tergiversado por quienes traicionaron los postulados de la Revolución Federal”. (PLAN DE LA PATRIA 2013-2019, p.6).

petróleo, burguesia industrial e latifundiários, seja na disputa por cargos burocráticos, seja na defesa de seus interesses por meio de políticas específicas.

Assim, enquanto praticamente todos os países latino-americanos avançavam em direção à implantação do projeto neoliberal em seus respectivos Estados nacionais (principalmente ao privatizarem empresas estatais estratégicas e ao suprimirem direitos sociais dos trabalhadores), a eleição de Chávez apontava para outro caminho: a defesa de melhor distribuição de renda a partir da principal riqueza produzida pelo país, o petróleo, além de uma maior participação política das classes populares. Chávez absorveu a frustração de muitos grupos e partidos excluídos da democracia representativa puntofijista, implementando profundas reformas, inclusive institucionais, e convocando estes setores a assembleias (SIC) e referendos (VIEIRA, 2016, p. 33).

As mudanças implementadas pelo governo tinham uma maior participação popular pela via da democracia participativa. Conforme Romero e Mijaras (2016), o conceito de cidadania presente na Constituição de 1999 da Venezuela é diferente da democracia representativa ocidental clássica, na qual se inspira grande parte das constituições ocidentais, pois trata-se de um conceito “radical” compreendido como “democracia participativa e de liderança”.

Vieira (2016) ressalta que durante os quatorze anos do governo Chávez ocorreram em nível nacional treze momentos nos quais a população pôde manifestar sua vontade diretamente por meio de plebiscito e referendos, com várias emendas à Constituição Federal. A partir da análise de diferentes indicadores econômicos, sociais e políticos durante o governo Chávez a autora constrói uma periodização e destaca nele quatro fases:

[...] de 1999-2003, marcada por um período de situação revolucionária, com elementos populistas e antiimperialistas (SIC); a segunda fase, de 2004-2006, quando o regime político assume características bonapartistas e se produz uma reorganização do bloco no poder onde a burguesia de estado torna-se dominante, algo específico do capitalismo de Estado; uma terceira fase de 2007-2009, onde observamos elementos socialistas e antiimperialistas (SIC) e uma última fase, de 2010-2013, marcada pela crise do capitalismo de Estado. Assim sendo, entendemos o governo Chávez como uma síntese de múltiplas determinações, o qual não seria apreendido em sua totalidade se nos prendêssemos em um ou outro conceito político na tentativa de caracterizá-lo (VIEIRA, 2016, p. 205).

De acordo com Romero e Mijares (2016) a continuidade do governo de Chávez para o de Nicolás Maduro apresentava-se como algo natural, já que ambos eram do mesmo partido, PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) e além de atuar como chanceler desde 2006, Maduro era o vice-presidente nomeado por Chávez após sua reeleição em 2012, indicado como seu sucessor político. Porém, muitos fatores mudaram, pois no cenário internacional

ligado ao petróleo não havia uma boa aceitação da Venezuela. Temos, inclusive, que com a queda expressiva do preço do barril em junho de 2014 a receita do país foi atingida diretamente. Outra característica relevante é a de que Maduro não é uma personalidade carismática como Chávez.

Para os autores, no plano internacional o governo venezuelano se expressa, desde 1999, a partir do tripé que envolve: o papel da Petróleos de Venezuela (PDVSA), estatal que controla o petróleo; o papel do PSUV, principal partido do país; e o presidente Chávez. Com relação a políticas externas dos governos Chávez e Maduro, essas formaram uma parte orgânica de seu projeto e do debate venezuelano sobre seu destino nacional. Sobre a política externa da Venezuela os autores destacam que há uma dualidade: 1- a Venezuela é um Estado com projeção internacional; 2 - é um Estado revolucionário, sustentado na fortaleza construída pelos recursos petrolíferos.

As relações políticas do governo no contexto internacional priorizam governos críticos do liberalismo, em busca de reduzir a dependência dos Estados Unidos, bem como a “uma estrutura de poder que visa refletir um mundo multipolar e anticapitalista”. No arcabouço legal, o artigo 322 da Constituição venezuelana, define-se que a segurança do país é responsabilidade do Estado, dos cidadãos e das pessoas vinculadas juridicamente ao Estado.

A política externa bolivariana se baseia constitucionalmente na tese da guerra assimétrica, entendida como a implementação de uma política defensiva social-militar responsiva a qualquer ato julgado como uma agressão, considerada a co-responsabilidade (SIC) do Estado e da sociedade para defender o país (ROMERO; MIJARES, 2016, n.p.).

Com relação ao Poder Legislativo, para Romero e Mijares (2016) há muitos atos do Poder Executivo que devem passar pelo controle dessa esfera, mas tradicionalmente os discursos indicam que o parlamento tem poucos poderes acerca da política externa. No caso da Venezuela, desde 1999 a base de apoio do governo no legislativo restringiu o impacto que esse poder poderia ter sobre tais questões. Em muitos momentos a maioria parlamentar aprovou as questões apresentadas pelo Poder Executivo, sem debate e sem a tentativa de consenso com opositoristas. Esse contexto foi alterado depois da expressiva vitória da oposição na eleição legislativa em dezembro de 2015.

Dentre os desafios impostos ao governo Maduro destacam-se a queda nos preços do petróleo, as dificuldades enfrentadas pelo Brasil e pela Rússia, principais parceiros econômicos e políticos da Venezuela, bem como as dificuldades enfrentadas com os países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Conforme Vaz (2016), a crise política, econômica e social que a Venezuela atravessa configura-se por três elementos básicos: 1 - a dificuldade de governabilidade e a perda de legitimidade pelo governo Nicolás Maduro, bem como o aumento do isolamento internacional e as medidas de exceção; 2 - a crescente erosão econômica e os “desequilíbrios macroeconômicos” no contexto internacional e a desestruturação no plano “microeconômico”; 3 - o aprofundamento da violência e da criminalidade como expressão da crise social. Outro aspecto refere-se à perda de apoio do governo no parlamento, que em 2015 alcançou 70%.

Atrelado a isso houve o próprio processo de insatisfação popular que culminou numa série de protestos em 2014 o que ao longo dos anos se acirrou com a escassez de alimentos, insumos básicos e infraestrutura.

Nesse contexto, e estando fortalecida, as forças de oposição se mobilizaram nos últimos meses para acionar o dispositivo constitucional que prevê a possibilidade de um referendo que pode interromper o mandato presidencial. Para tanto, seria preciso o apoio, mediante coleta de assinaturas, de 1% dos eleitores formalmente cadastrados (cerca de 200 mil). A campanha de coleta de assinaturas terminou reunindo um milhão e oitocentas mil assinaturas, colocando o governo em uma condição ainda mais defensiva (VAZ, 2016, p. 02).

Um aspecto importante refere-se ao fato de que o governo detinha o apoio popular, dentre outras circunstâncias, pelo investimento em políticas sociais, o que se tornou comprometido em virtude do contexto de crise econômica. Assim, o aumento do desemprego, a baixa capacidade de governabilidade, o crescimento da violência, a ausência de apoio no contexto internacional e o crescimento da oposição formaram múltiplos fatores que acentuaram a instabilidade política, econômica e social no país.

Uma eventual escalada de violência política no país pode desencadear, nesse sentido, dinâmicas de transbordamento da crise, tornando as regiões fronteiriças, em particular, espaços de grande sensibilidade e vulnerabilidade. É importante considerar que, na América do Sul, e particularmente no contexto amazônico, as regiões de fronteiras são normalmente suscetíveis a dinâmicas políticas, econômicas e securitárias domésticas e regionais, característica que se torna mais aguda em situações de crises internas que expõem a fragilidade dos mecanismos e instâncias de gestão públicas nesses espaços e à qual se soma a tendência de securitizar as agendas e os próprios espaços fronteiriços, como se observa no caso venezuelano (VAZ, 2016, p. 04).

Com isso, como sinaliza Vaz (2016) os países fronteiriços são afetados diretamente, com destaque para a Colômbia, devido à relação econômica de bens e mercadorias, bem como à circulação de pessoas nas fronteiras. O autor destaca que aproximadamente 3 milhões de colombianos residiam na Venezuela. Porém, nos últimos anos, houve uma mudança nesse

cenário político e os acordos bilaterais tornaram-se fragilizados, o que acarretou numa série de deportações de colombianos que viviam na Venezuela e em alguns casos o retorno voluntário ao país de origem.

Outro território que pode ser diretamente impactado por fluxos migratórios ditados pela escalada da crise venezuelana é Curaçao, possessão holandesa próxima à costa venezuelana no Mar do Caribe e que, inclusive, já arquitetou, conjuntamente com a Cruz Vermelha, um plano de emergência para tal eventualidade, dado o fato de ser a ilha um ponto privilegiado de voos para o restante do Caribe, para a América Central e, principalmente para a Europa. A esse respeito, é importante lembrar que cerca de 3 milhões de venezuelanos têm direito à cidadania espanhola, 1 milhão à cidadania italiana e outros 400 mil, à cidadania portuguesa, o que faz com que Espanha, Itália e Portugal, além da própria Holanda, possam ser afetados também por pressões migratórias decorrentes da crise venezuelana (VAZ, 2016, p. 05).

Ainda sobre o contexto político da Venezuela, de acordo com Simões (2017) o governo de Nicolás Maduro vem enfrentando uma série de dificuldades e tensões, com destaque para a atuação do Supremo Tribunal Venezuelano na aprovação de leis que restringem os direitos da Assembleia Nacional. Em 2017 os conflitos se intensificaram e o Poder Legislativo foi transferido para o Supremo Tribunal.

Em maio de 2017, Maduro anuncia que assinou um decreto para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para mudar a Constituição de 1999, legislação de reforma e redefinir seus poderes executivos, afastando com isso o Poder Legislativo ordinário de maioria oposicionista. (SIMÕES, 2017, p. 47).

O autor destaca que as eleições ocorreram em julho de 2017 sob inúmeras críticas e acusações por parte da oposição. Outras medidas adotadas pelo governo agravaram a situação do país, como, por exemplo quando, em janeiro de 2017, Nicolás Maduro decretou um novo estado de exceção e emergência econômica na Venezuela, com a consequência de haver uma maior dificuldade para a entrada de investimentos internacionais no país. Dentre as dificuldades vivenciadas no país, Simões (2017) aponta para a gravidade das condições de vida da população expressa pelo aumento da pobreza, crescimento dos índices de desnutrição entre crianças, falta de acesso a serviços de saúde e medicamentos, bem como alimentação, sendo o conjunto desses fatores um impulsionador crucial para o fluxo migratório.

### 2.3 Os (des)caminhos de Maduro

Conforme Vieira (2016) o debate teórico na América Latina sobre o governo de Hugo Rafael Chávez Frias possui diversas abordagens. Para a autora, é possível identificar análises teóricas que afirmam características do populismo, do socialismo do século XXI, do anti-imperialismo, do bonapartismo e do capitalismo de Estado na América Latina.

Ainda de acordo com Vieira (2016) o governo de Chávez pode ser entendido a partir do conceito Marxiano de bonapartismo. Segundo a autora, o “bonapartismo” está relacionado a um regime político instaurado em uma conjuntura de crise de hegemonia que tem como característica o equilíbrio de forças e onde o executivo nacional funciona como um ‘árbitro’ entre as classes em luta” (VIEIRA, 2016, p. 156).

Vieira (2016) esclarece também que a super liderança e o centralismo na figura de Chávez é o que definem o caráter bonapartista do seu governo.

Conforme essa perspectiva, o governo Chávez pode ser considerado como bonapartista uma vez que o contexto histórico que antecedeu à eleição presidencial propiciou o surgimento de um líder carismático que passa a dirigir o Estado, deslocando-o da administração direta da burguesia. A burguesia venezuelana não tinha mais condições de governar como antes, e tampouco a classe trabalhadora tinha forças ou se propunha a fazê-lo. (VIEIRA, 2016, p. 154).

De acordo com Vieira (2016) o discurso de Chávez foi marcado por traços carismáticos e heterogêneos que contemplava um projeto nacional, mas também internacional. A ascensão do líder bolivariano foi fruto do contexto político e econômico de insatisfação popular, com o fim do pacto *Punto Fijo*, que também provocou uma crise de representatividade e liderança no país.

A adoção do bonapartismo na análise do governo Chávez também se fundamenta na centralização no executivo e no personalismo, devido ao caráter carismático do líder. A concepção partidária do governo Chávez desde sua eleição em 1998 pelo MVR (Movimento V República) indica o caráter personalista do seu projeto político, no qual se destaca a “superliderança” do presidente e as decisões tomadas por uma pequena cúpula. Além disso, as seleções de dirigentes ou de posições políticas eram feitas de forma pessoal. Apesar de organizar e mobilizar as massas, elas não foram integradas aos órgãos de decisão do partido. (VIEIRA, 2016, p. 155).

Dieterich (2011) ao analisar o sistema político de Chávez e Fidel Castro tece as seguintes considerações:

O sistema político da Revolução Bolivariana é essencialmente carismático e bonapartista, enquanto que o da Revolução Cubana é basicamente racional-burocrático e tradicional. Hoje em dia, ambos modelos compartilham duas falhas fundamentais: a) em sua configuração histórica estão estruturalmente esgotados, ou seja, seu ciclo de vida produtivo acabou; b) sua carência sistemática chave é a sua inadequada cibernética (dialética) frente à complexidade dos processos e a nova estrutura de classe do século XXI. (DIETERICH, 2011, tradução nossa).<sup>47</sup>

Para Dieterich (2011) a condução política criada por Chávez foi um modelo carismático-bonapartista com identificação semirreligiosa de seus partidários com relação ao discurso do líder que foi centrada na figura heroica de Chávez.

O heroísmo e a capacidade de salvação do líder, real ou presumido, é a fonte de obediência de seus partidários. Como no heliocêntrico judeu-catolicismo e na mecânica celeste de Newton, o líder é o sol que determina as órbitas de seus satélites: a burocracia civil, a burocracia armada, a classe política do PSUV, os meios de comunicação estatais, etc. O caráter inorgânico e fragmentário do Estado chavista e sua subsequente ineficiência – que se revelou uma vez mais na torpe manipulação da informação sobre a doença do Presidente, onde a informação do Nuevo Herald (CIA) se mostrou mais verídica que a do Estado “bolivariano” – são o resultado inevitável. (DIETERICH, 2011, tradução nossa).<sup>48</sup>

É certo que o governo de Chávez esteve marcado na figura do líder e seus ideais, mas também se caracterizou pela participação popular e redistribuição de renda, ou seja, o “caráter inorgânico e fragmentário do Estado chavista” é questionável à medida que o governo tinha o apoio popular e conseguiu construir coalizões num contexto de acirramento da luta de classes, como aponta Vieira (2016, p. 158): “O contexto político e econômico do governo Chávez foi marcado pelo acirramento da luta de classes. Isso pode ser observado tanto na disputa entre classes, mas também intraclasses”.

Vieira (2016) indica que as ações adotadas pelo governo Chávez desde o primeiro ano de gestão geravam descontentamento entre as frações representantes do capital.

---

<sup>47</sup> No original: “El sistema político de la Revolución Bolivariana es esencialmente carismático y bonapartista, mientras que el de la Revolución Cubana es básicamente racional-burocrático y tradicional. Hoy día, ambos modelos comparten dos deficiencias fundamentales: a) en su configuración histórica están estructuralmente agotados, es decir, su ciclo de vida productiva ha terminado; b) su carencia sistémica clave es su inadecuada cibernética (dialéctica) frente a la complejidad de los procesos y la nueva estructura de clase del siglo XXI.” (DIETERICH, 2011).

<sup>48</sup> No original: “La heroicidad y capacidad de salvación del líder, real o supuesto, es la fuente de obediencia de sus partidarios. Como en el heliocéntrico judeo-catolicismo y la mecánica celeste de Newton, el líder es el sol que determina las órbitas de sus satélites: la burocracia civil, la burocracia armada, la clase política del PSUV, los medios de comunicación estatales, etc. El carácter inorgánico y fragmentario del Estado chavista y su subsiguiente ineficiencia - que se reveló una vez más en el torpe manejo de la información de la enfermedad del Presidente, en el cual resultó más verídica la información del Nuevo Herald (CIA) que la del Estado “bolivariano” - son el resultado inevitable.” (DIETERICH, 2011).

As leis aprovadas na nova Constituição em 1999 e as Leis Habilitantes de 2001, colocaram diversas frações do capital em oposição ao governo. Diversas entidades e representantes de frações de classe se manifestaram contra estas leis e contra o governo, dentre elas a Fenapesca, a Fedecámaras, representantes dos setores industriais, bancário e dos meios de comunicações [...] As intervenções na área petrolífera geraram conflitos com as classes dominantes tradicionais e com setores da burocracia estatal. Nos três primeiros anos de gestão, Chávez já havia nomeado cinco presidentes para a estatal (PDVSA) de petróleo. Com esta instabilidade e a nomeação da nova diretoria presidida então por Gastón Parra, em fevereiro de 2002, parte significativa da alta gerência (composta por engenheiros e administradores do antigo governo) entrou em confronto aberto com o governo [...] O resultado dessa oposição foram dois Paros (em 2001 e em 2002) e um golpe de Estado em abril de 2002. Os Paros paralisaram 90% da atividade econômica. Pequenas e médias indústrias e comércios quebraram, assim como houve um aumento de 20,3% na taxa de desemprego. Os empresários de médio e grande capital, incluindo os poderosos donos dos meios de comunicação, perderam milhões de dólares. (VIEIRA, 2016. p. 159).

Para Vieira (2016), a Venezuela nos primeiros anos do governo Chávez tinha poucas indústrias de pequeno e médio porte. Com isso, inicia-se um longo período de negociações com as diferentes frações do capital e a política governamental é direcionada para atender, especialmente, o pequeno e médio capital.

Tentando evitar a fuga de capitais e a crise que abatia o país, o governo colocou como meta de seu programa o combate à volatilidade resultante das flutuações do preço internacional do petróleo, a necessidade de uma política fiscal para gerar poupança, reorientando o gasto público para obras de infraestrutura. Investiu milhões no setor agrário para fortalecer a produção nacional de alimentos que, na Venezuela é quase em sua maioria importada dos EUA, Brasil etc., estabelecendo desta maneira políticas protecionistas, mas de abertura econômica em outros setores como de tecnologias, eletricidade, comunicações e turismo. No setor industrial, o governo estabeleceu estímulos para a reativação econômica, ou seja, alívios tributários, e políticas tributárias diferenciadas para algumas regiões. (VIEIRA, 2016. p. 159).

Conforme Lopéz Maya (2006) durante o primeiro governo de Hugo Chávez foram produzidos alguns rompimentos com segmentos militares, mas por outro lado, também com os militares, o bolivarianismo contou com inúmeras organizações populares, algumas atuando de forma autônoma do Estado; mas, sem sombra de dúvidas, a maioria das organizações tiveram seu crescimento impulsionado pelo próprio Chávez.

Estas organizações compensam a debilidade do MVR e dos partidos da aliança e garantem a permanente mobilização que caracteriza o modelo político bolivariano. Entre as organizações que respaldam o bolivarianismo, as mais importantes do ponto de vista político foram fundadas pelo Presidente. Entre elas se encontram os Círculos Bolivarianos, constituídos nos primeiros anos de governo, que exerceram um papel destacado ao inculcar os conteúdos da Constituição de 1999 em setores populares e ao defender o Presidente durante

o golpe de Estado e a paralisação-sabotagem petroleira; e as Unidades de Batalha Eleitoral (UBE), impulsionadas por Chávez durante o referendo revogatório presidencial de 2004. Entre os movimentos sociais se destacam os indígenas e afrodescendentes, fortalecidos pelo apoio e reconhecimento que o Estado deu aos seus direitos. (LOPÉZ MAYA, 2006, p. 20, tradução nossa).<sup>49</sup>

A autora reafirma que o governo de Chávez foi construído num clima de intensa polarização e conflito, fruto da resistência de setores econômicos, políticos, midiáticos, religiosos e sindicais que estavam no poder anteriormente. Mesmo assim, em dezembro de 2006, Chávez foi reeleito para um novo mandato de seis anos com 63% dos votos válidos, graças ao crescimento econômico e investimento em gastos sociais.

Em outro estudo López Maya (2016), ao analisar o segundo mandato de Chávez, considera que as eleições representaram a concentração de poder na pessoa do líder bolivariano ao tempo em que houve um aprofundamento do processo de destruição dos contrapesos institucionais. Assim, o governo apoiou-se e se manteve a partir do controle absoluto dos poderes legislativo, judiciário, eleitoral e social.

A proposta de Estado socialista “comum”, apresentada por Chávez como proposta de reforma constitucional em 2007, não obstante, foi rechaçada pela população em um plebiscito convocado pela Assembleia Nacional nesse dezembro. Isto não deteve o presidente Chávez, que nos meses e anos seguintes encontrou, graças à subordinação do Poder Judiciário à sua vontade, interpretações legais e recursos administrativos para estabelecer o marco jurídico e político de um novo regime, que se desenvolveria paralelamente ao constitucional. Diferentemente da democracia participativa da CRBV, a proposta socialista de Chávez careceu de debates e consensos na sociedade. (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 165, tradução nossa).<sup>50</sup>

A autora indica que a situação política começa a tornar-se menos favorável ao chavismo a partir dos anos 2009, quando os preços dos hidrocarbonetos passaram a sofrer

---

<sup>49</sup> No original: “Estas organizaciones compensan la debilidad del MVR y de los partidos de la alianza y garantizan la permanente movilización que caracteriza el modelo político bolivariano. Entre las organizaciones que respaldan al bolivarianismo, las más importantes desde el punto de vista político han sido las fundadas por el Presidente. Entre ellas se encuentra los Círculos Bolivarianos, constituidos en los primeros años de gobierno, que jugaron un papel destacado al inculcar los contenidos de la Constitución de 1999 en sectores populares y al defender al Presidente durante el golpe de Estado y el paro-sabotaje petrolero; y las Unidades de Batalla Electoral (UBE), impulsadas por Chávez durante el referendo revocatorio presidencial de 2004. Entre los movimientos sociales destacan los indígenas y afro-descendientes, fortalecidos por el apoyo y el reconocimiento que el Estado ha hecho a sus derechos.” (LOPÉZ MAYA, 2006, p. 20).

<sup>50</sup> No original: “La propuesta de Estado socialista “comunal”, presentada por Chávez como propuesta de reforma constitucional en 2007, no obstante, fue rechazada por la población en un plebiscito convocado por la Asamblea Nacional ese diciembre. Esto no frenó al presidente Chávez que en los meses y años siguientes encontró, gracias a la subordinación del Poder Judicial a su voluntad, interpretaciones legales y recursos administrativos para establecer el marco jurídico político de un nuevo régimen que se desarrollaría paralelo al constitucional. A diferencia de la democracia participativa de la CRBV, la propuesta socialista de Chávez careció de debates y consensos en la sociedad.” (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 165).

quedas no mercado mundial, principalmente pela contração da economia mundial como resultado, dentre outras circunstâncias, da crise hipotecária estadunidense. Posteriormente, mesmo com um período de leve recuperação, o governo foi omissivo aos sinais de mudança econômica no cenário internacional do petróleo e manteve o aumento das despesas fiscais e políticas sociais com direção cada vez mais clientelista.

A partir de 2012 os preços petrolíferos voltaram a baixar, e a tendência continuou com o atual presidente, Nicolás Maduro, até o momento da conclusão deste artigo (início de 2016). À medida que o governo aplicou a mesma estratégia de 2009, vale dizer, não fazer nada e esperar uma nova alta dos preços, o país foi mergulhando em uma crise global e profunda com cifras socioeconômicas de inflação, retrocesso do PIB e pobreza análogas às vistas no final do século XX. (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 165, tradução nossa).<sup>51</sup>

López Maya (2016) indica que a crise venezuelana, em certos aspectos, pode ser considerada similar à que levou o chavismo ao poder, contudo, as políticas adotadas pelo governo não resolveram os problemas históricos estruturais, e inclusive do ponto de vista institucional e político a crise atual é mais grave em virtude da decomposição das instituições de democracia representativa.

[...] aprofundou a ineficiência e corrupção administrativa endêmicas, enquanto a polarização política e a falta de reconhecimento do oficialismo de seus adversários políticos – que desqualifica e considera “inimigos” – contribuiu com a quebra crescente das normas de convivência social. Assim mesmo, o estatismo exacerbado da proposta socialista acentuou a doença holandesa<sup>52</sup>, mal recorrente da nossa economia, reduzindo pela metade o aparato industrial e prostrando a produção agropecuária pelos confiscos de fazendas e gado. A inesperada baixa dos preços do petróleo desde meados de 2014 tornou insustentáveis as massivas importações da época de bonança, abrindo uma descomunal escassez e desabastecimento de alimentos, remédios e bens básicos. O controle do câmbio, imposto desde 2002, com várias taxas oficiais para o dólar, incitou a corrupção com o comércio de divisas, enquanto o controle de preços estimula o contrabando de gasolina e produtos regulamentados para países vizinhos. (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 168, tradução nossa).<sup>53</sup>

<sup>51</sup> No original: “A partir de 2012 los precios petroleros volvieron a bajar, y la tendencia ha continuado con el actual presidente Nicolás Maduro, hasta el momento de terminar este artículo (inicios de 2016). En la medida en que el gobierno aplicó la misma estrategia de 2009, vale decir, de no hacer nada y esperar una nueva alza de precios, el país se fue sumiendo en una crisis global y profunda con análogas cifras socioeconómicas de inflación, retroceso del PIB y pobreza a las vistas a fines del siglo XX.” (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 165).

<sup>52</sup> Em economia, doença holandesa refere-se à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro.

<sup>53</sup> No original: “[...] ha profundizado la endémica ineficiencia y corrupción administrativa, mientras la polarización política y la falta de reconocimiento del oficialismo de sus adversarios políticos –que descalifica y considera “enemigos”– ha contribuido con el quiebre creciente de las normas de convivencia social. Así mismo, el exacerbado estatismo de la propuesta socialista acentuó la enfermedad holandesa, mal recurrente de nuestra economía, reduciendo el aparato industrial a la mitad y postrando la producción agropecuaria por las confiscaciones de haciendas y hatos. La inesperada baja de los precios petroleros desde mediados de 2014 ha

Dentre as dificuldades enfrentadas na Venezuela a autora destaca que houve um crescimento exacerbado da violência no país: em 2014 o “Observatorio Venezolano de Violencia” divulgou dados de que o número de assassinatos no país chegou a 82 por 100 mil habitantes, o que o colocou na posição de um dos mais violentos do mundo.

López Maya (2016) relata que na segunda metade de 2012 Chávez ganha as eleições presidenciais contra as forças de oposição lideradas pela coalizão de partidos da plataforma Mesa de la Unidad Democrática (MUD) com 55,09% do voto popular, o que representou a porcentagem mais baixa na carreira política de Chávez. Contudo, devido ao seu falecimento, anunciado formalmente em 05 de março de 2013, o líder bolivariano não pôde levar à frente o projeto político. Dessa forma, em abril do mesmo ano ocorreram novas eleições e a vitória de Maduro contra o candidato da MUD, Capriles Radonski, foi anunciada por uma vantagem de 1,5% dos votos válidos.

A continuação do mercado petrolero instável e deprimido, um presidente agora sem carisma e politicamente débil, e uma orientação governamental errática, polarizada e surda a qualquer reconhecimento do crescente descontentamento da população marcaram a gestão de Maduro. Nos últimos dois anos, a este desempenho governamental se agregou a baixa sustentada dos preços do barril de petróleo no mercado mundial, contribuindo para que o chavismo venha perdendo importantes respaldos políticos expressos no enfraquecimento de seu capital eleitoral, a diminuição da popularidade do Presidente e no surgimento de dissidências políticas internas. (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 169, tradução nossa).<sup>54</sup>

A autora afirma que a morte de Chávez foi marcada por um enorme vácuo político, principalmente porque nos últimos anos do seu governo houve a concentração de praticamente todo o poder e decisões nas mãos do líder bolivariano. Com isso, as eleições presidenciais no país, um mês após a morte de Chávez, com pouca margem de vitória, aprofundou a situação política conflitiva que se desdobrou num cenário de violência e crise de legitimidade com relação ao governo Maduro.

---

hecho insostenible las masivas importaciones de la época de bonanza, abriendo una descomunal escasez y desabastecimiento de alimentos, medicinas y bienes básicos. El control de cambios impuesto desde 2002, con varias tasas oficiales para el dólar, ha incitado la corrupción con el comercio de las divisas, mientras los controles de precios estimulan el contrabando de gasolina y productos regulados hacia países vecinos.” (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 168).

<sup>54</sup> No original: “La continuación del mercado petrolero inestable y deprimido, un presidente ahora sin carisma y politicamente débil, y una orientación gubernamental errática, polarizada y sorda a cualquier reconocimiento del creciente descontento de la población, han marcado la gestión de Maduro. En los últimos dos años, a este desempeño gubernamental se agregó la baja sostenida de los precios del barril petrolero en el mercado mundial, contribuyendo a que el chavismo venga perdiendo importantes respaldos políticos expresados en el debilitamiento de su caudal electoral, la disminución de la popularidad del Presidente y en la aparición de disidencias políticas internas.” (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 169).

Vários ingredientes fazem difícil a superação desta crise de maneira pacífica. Um é a persistência do discurso polarizado, ofensivo e agressivo do oficialismo. Em um contexto no qual mais da metade dos eleitores votou contra o chavismo, ignorar, ofender, perseguir opositores e até prender líderes, dificulta a atmosfera política. Permitir o exercício da violência por parte de grupos e políticos associados ao governo contra dirigentes opositores, como se sucedeu em instituições como a Assembleia Nacional, ou em protestos pacíficos como marchas e concentrações oposicionistas em 2014, onde aparecem grupos paramilitares – chamados coletivos – prochavistas armados e em funções de repressão, não faz mais do que acumular indignação e ressentimentos. A venezuelana é uma sociedade que exhibe hoje altos níveis de violência social e agora crescentes práticas de violência política. (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 170, tradução nossa).<sup>55</sup>

López Maya (2016) tece críticas profundas ao governo Maduro, caracterizando-o como uma ordem política tirânica ou despótica que se sustenta por um sistema de valores “onde a sacralização de Chávez como figura *quase* divina de uma religião de Estado se combina com a legitimação por direito próprio daqueles que declaram ser seus herdeiros” (López Maya, 2016, p. 171, tradução nossa).<sup>56</sup>

Para a autora a direção do governo intensifica os descontentamentos de diversos setores da sociedade, por conseguinte, a resposta institucional está centrada no controle da sociedade mediante uma crescente repressão e militarização que, junto com a crise socioeconômica, intensifica, aprofunda e mantém instável a base sociopolítica do país. Além disso, outro aspecto considerado para o agravamento da “crise global venezuelana” tem relação com a ineficiência das ações da administração pública.

Segundo Romero (2016) as Forças Armadas Nacionais da Venezuela desde 2005 começaram uma profunda transformação entre ser uma instituição autônoma para converter-se num corpo armado do processo chavista.

A organização militar foi “colonizada” por um grupo de militares da reserva e da ativa que estão a favor da revolução bolivariana. É dentro deste contexto que as Forças Armadas se convertem em um tema prioritário para o governo

---

<sup>55</sup> No original: “Varios ingredientes hacen difícil la superación de esta crisis de manera pacífica. Uno es la persistencia del discurso polarizado, ofensivo y agresivo del oficialismo. En un contexto en el que más de la mitad de los electores votó en contra del chavismo, ignorar, ofender, perseguir a opositores e incluso apresar a líderes, oscurece la atmósfera política. Permitir el ejercicio de la violencia por parte de grupos y políticos asociados al gobierno contra dirigentes opositores, como ha sucedido en instituciones como la Asamblea Nacional, o en protestas pacíficas como marchas y concentraciones opositoras en 2014, donde aparecen grupos paramilitares – llamados colectivos – prochavistas armados y en funciones de represión, no hace más que acumular indignación y resentimientos. La venezolana es una sociedad que exhibe hoy altos niveles de violencia social y ahora crecientes prácticas de violencia política.” (LOPÉZ MAYA, 2016, p. 170).

<sup>56</sup> No original: “donde la sacralización de Chávez como figura *cuasi* divina de una religión de Estado se combina con la legitimación por derecho propio de quienes declaran ser sus herederos.” (López Maya, 2016, p. 171).

de Maduro, no momento em que se gera uma grande incerteza sobre a era pós-Chávez. (ROMERO, 2016, p. 77, tradução nossa).<sup>57</sup>

Ainda de acordo com Romero (2016), o regime chavista avançou no controle político, mas não pôde conter a crise econômica desde 2012. Dentre os fatores, a queda do preço do barril de petróleo, os resultados negativos do Produto Interno Bruto, a falta de reservas de divisas e o aumento dos preços de bens e serviços tornaram-se expressões visíveis da crise que o país enfrenta. O autor considera que o contexto é agravado pelos crescentes índices de violência e assassinatos que se espalham por todo o país. Dentre as dificuldades encontradas pela oposição para fazer frente ao governo Maduro, Romero (2016) destaca quatro elementos centrais:

[...] 1) O Governo segue atuando como o principal provedor de bens e serviços; 2) A oposição se mostra dividida; 3) À oposição faltam recursos para garantir o controle de uma votação que é manipulada por uma entidade eleitoral tendenciosa; 4) Não há nenhum indício de uma inquietação militar. Pelo contrário, se observa uma crescente militarização do governo. Em outra ordem de ideias, desde o ponto de vista legislativo a chamada “Revolução Bolivariana” vem radicalizando sua agenda intervencionista e estatista. Trata-se de um pacote de leis que começou a ser aprovado em 2007 e se acelerou nos períodos 2010-2012 e 2013-2014, que atacam diretamente as liberdades econômicas, freando a produção e encurralando o setor privado da economia. (ROMERO, 2016, p. 78, tradução nossa).<sup>58</sup>

Para o autor a Revolução Bolivariana foi radicalizando sua agenda intervencionista e estadista, a partir de um conjunto de Leis que começou a ser aprovada em 2007 e se intensificou em 2010-2012 e em 2013-2014 passou a atentar diretamente contra as liberdades econômicas, freando a produção e a propriedade privada. Ele ainda salienta que durante o ano de 2014 se aprofundou a crise econômica no país com a derrubada dos preços do petróleo; déficit da balança comercial e aumento da dívida externa; inflação e crescimento da economia informal. Com isso, parte da oposição promoveu protestos nas ruas e a resposta do governo se deu por meio de ações repressivas, judiciais e antidemocráticas. Já em 2015 o país apresentou um

<sup>57</sup> No original: “La organización militar se ha “colonizado” por un grupo de militares retirados y activos que están a favor de la revolución bolivariana. Es dentro de este contexto que la Fuerza Armada se convierte en un tema prioritario para el gobierno de Maduro, en el momento en que se genera una gran incertidumbre sobre la era post-Chávez.” (ROMERO, 2016, p. 77).

<sup>58</sup> No original: “[...] 1) El Gobierno sigue actuando como el principal proveedor de bienes y servicios; 2) La oposición luce dividida; 3) A la oposición le faltan recursos para garantizar el control de una votación que es manipulada por un ente electoral parcializado; 4) No hay ningún indicio de una intranquilidad militar. Por el contrario, se observa una creciente militarización del gobierno. En otro orden de ideas, desde el punto de vista legislativo la llamada “Revolución Bolivariana” ha venido radicalizando su agenda intervencionista y estatista. Se trata de un paquete de leyes que comenzó a aprobarse en el 2007 y se aceleró en el 2010-2012 y en el 2013-2014 y que atentan directamente contra las libertades económicas frenando la producción y acorralando al sector privado de la economía.” (ROMERO, 2016, p. 78).

balanço pouco otimista, pois a baixa do preço do petróleo se une ao alto custo de vida, e como consequência ocorre um avanço sem precedentes da violência e da escassez de bens e serviços. Dessa forma, os protestos se intensificam junto com a crítica ao projeto político em curso, o socialismo do Século XXI’.

### 2.3.1 Os Militares e o Governo Maduro

Para Jácome (2018), a crescente atuação dos militares na política e economia venezuelanas inclui, dentre outras frentes, o desempenho de ações repressivas nos protestos sociais e dos trabalhadores, bem como a atuação em setores de inteligência e atividades empresariais.

De acordo com Pismataro (2018) Hugo Chávez sempre concebeu as Forças Armadas, junto à população, como atores centrais do projeto revolucionário; assim, desde a Constituição de 1999 começaram a haver mudanças no regime das formas armadas.

Desta maneira se afastou das premissas de um sistema de democracia liberal em que os militares devem ser apolíticos, não-deliberativos, sujeitos e subordinados ao controle civil. Avançar no projeto revolucionário demandou mudanças institucionais, tanto de natureza, como de ideologia e de organização do setor militar, além de sucessivas limpezas para afastar os oficiais institucionais que foram obstáculo para o desenvolvimento do projeto. As primeiras mudanças foram introduzidas na Constituição de 1999. A Força Armada deixou de ser “apolítica, obediente e não-deliberativa” para ser concebida simplesmente como uma instituição “sem militância política”. Recentemente o ministro da Defesa, Vladimir Padrino, recordou como na Assembleia Nacional Constituinte de então se debateu sobre a necessidade de que os militares deliberassem sobre as políticas de Estado, devido aos princípios de segurança da Nação. (PISMATARO, 2018, p. 163-164, tradução nossa).<sup>59</sup>

Jácome (2018) também corrobora com a visão de que, inicialmente, o pensamento de Chávez tinha por perspectiva a união cívico-militar para o desenvolvimento das etapas da Revolução Bolivariana. Para a autora, o crescimento do papel dos militares na economia e política venezuelanas durante os últimos 18 anos esteve na contracorrente dos objetivos de um

---

<sup>59</sup> No original: “De esta manera se alejó de las premisas de un sistema de democracia liberal en el que los militares deben ser apolíticos, no deliberantes, sujetos y subordinados al control civil. Avanzar en el proyecto revolucionario requirió de cambios institucionales, tanto de naturaleza, como de ideología y de organización del sector castrense, además de sucesivas purgas para apartar a los oficiales institucionales que fueran obstáculo para el desarrollo del proyecto. Los primeros cambios se introdujeron en la Constitución de 1999. La Fuerza Armada dejó de ser «apolítica, obediente y no deliberante» para ser concebida simplemente como una institución «sin militancia política». Recientemente el ministro de la Defensa, Vladimir Padrino, recordó como en la Asamblea Nacional Constituyente de entonces se debatió sobre la necesidad de que los militares deliberarán sobre las políticas del Estado, debido a los principios de seguridad de la Nación.” (PISMATARO, 2018, p. 163-164).

maior controle democrático sobre os setores de segurança e defesa: “Como eixos centrais desse controle democrático estão a garantia de supervisão das atividades militares, assim como as da polícia e organismos de inteligência pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também por organizações da sociedade civil e meios de comunicação”. (JÁCOME, 2018, p. 119-120, tradução nossa).<sup>60</sup>

A América Latina tem empreendido esforços para construir sistemas democráticos que tenham por base a Constituição e as Leis no marco do Estado democrático de direito, afirma Jácome (2018). Com relação à Venezuela, a autora considera que se desenvolveu uma governabilidade autoritária acompanhada da crescente militarização da sociedade com momentos distintos antes os governos de Chávez (1999-2013) e Nicolás Maduro a partir de 2013, períodos que para ela são caracterizados da seguinte forma:

1999 – 2007, com o fortalecimento de uma emergente elite econômica, política e militar que desenvolveu mudanças na concepção da defesa e da segurança. Neste quadro, surgiram como novas ameaças em potencial ações desde os Estados Unidos e uma possível intervenção através da Colômbia e se deu início ao discurso sobre o “inimigo interno”. (JÁCOME, 2018, p. 120, tradução nossa).<sup>61</sup>

2007 – 2013 se centrou no projeto do “socialismo do século XXI”, no qual se aprofundaram a politização e a partidarização da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). (JÁCOME, 2018, p. 120-121, tradução nossa).<sup>62</sup>

2013: “e a terceira etapa se iniciou depois da morte do presidente Chávez, quando em abril de 2013 Maduro assumiu o comando, o que deu início a um período de “chavismo sem Chávez”. Sem ascendência sobre o setor militar, mas com uma crescente dependência deste para se manter no poder, o presidente Maduro abriu espaço não somente para uma maior militarização do poder como também para um crescente poder econômico das Forças Armadas.” (JÁCOME, 2018, p. 121, tradução nossa).<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> No original: “Como ejes centrales de ese control democrático están la garantía de supervisión de las actividades militares, así como las de policías y organismos de inteligencia por los poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, y también por organizaciones de la sociedad civil y medios de comunicación.” (JÁCOME, 2018, p. 119-120).

<sup>61</sup> No original: “1999 - 2007, con el fortalecimiento de una emergente elite económica, política y militar que desarrolló cambios en la concepción de la defensa y la seguridad. En este marco, se plantearon como nuevas amenazas potenciales acciones desde Estados Unidos y una posible intervención a través de Colombia y se dio inicio al discurso sobre el «enemigo interno»”. (JÁCOME, 2018, p. 120).

<sup>62</sup> No original: “2007 – 2013 se centró en el proyecto del «socialismo del siglo xxi», en el cual se profundizaron la politización y la partidización de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana (fanb)”. (JÁCOME, 2018, p. 120-121).

<sup>63</sup> No original: “2013: Y la tercera etapa se inició tras la muerte del presidente Chávez, cuando en abril de 2013 tomó el mando Maduro, lo que dio inicio a un periodo de «chavismo sin Chávez». Sin un ascendente sobre el sector militar, pero con una creciente dependencia de este para mantenerse en el poder, el presidente Maduro abrió espacios no solamente para una mayor militarización del poder sino también para un creciente poderío económico de las Fuerzas Armadas.” (JÁCOME, 2018, p. 121).

A autora indica que Chávez centrou sua concepção de segurança nacional baseado na necessidade de defender o país contra as ameaças externas, ou seja, contra uma possível intervenção dos Estados Unidos, como também dos inimigos internos que estariam aliados ao capital internacional.

O governo de Chávez caracterizava-se por um projeto cívico-militar personalíssimo, que incluía os militares como base de apoio, mas não dependia deles para sua manutenção porque havia apoio popular. Todavia, no governo Maduro há algumas mudanças, especialmente diante da crescente crise econômica e social do país.

O primeiro passo no processo foram as mudanças introduzidas através da Constituição de 1999, que incluíram a transformação das Forças Armadas em Força Armada Nacional, com o que se criou um único comando: a abordagem da “corresponsabilidade” entre o Estado e a sociedade em matéria de segurança e defesa, assim como a incorporação formal às funções da Força Armada a cooperação em tarefas de segurança interna e sua participação no desenvolvimento nacional. Igualmente, se eliminou o papel supervisor do Poder Legislativo, que ficou nas mãos do presidente da República, e se outorgou aos militares maior autonomia frente ao poder civil, o que viola um dos princípios importantes do controle democrático sobre este setor. (JÁCOME, 2018, p. 122, tradução nossa).<sup>64</sup>

As mudanças no ordenamento das Forças Armadas se estenderam ao longo dos anos do governo Chávez e já no segundo mandato, conforme esclarece Jácome (2018):

Em 2007, depois de sua reeleição, Chávez privilegiou a revolução “socialista” e o papel militar em sua defesa. Introduziu-se o lema “Pátria, socialismo ou morte. Venceremos”, que viola o artigo 328 da vigente Constituição de 1999, que aponta que a Força Armada é uma instituição profissional e sem militância política. Além disso, a partir de 2008, mediante leis regulamentadoras outorgadas por uma Assembleia Nacional onde estava presente somente o oficialismo, o falecido primeiro mandatário implementou uma série de normas legais que serviam como apoio ao seu projeto de partidarização da Força Armada. Em 22 de julho de 2008, por decreto, promulgou a nova Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana. Esta norma, que foi reformada várias vezes por decretos presidenciais, levou a transformações não somente na estrutura e institucionalidade, mas também na doutrina militar. Foi neste momento quando se incorporou o termo “bolivariana”, entendido como Forças Armadas. (JÁCOME, 2018, p. 122, tradução nossa).<sup>65</sup>

<sup>64</sup> No original: “El primer paso en el proceso fueron los cambios introducidos a través de la Constitución de 1999, que incluyeron la transformación de las Fuerzas Armadas en Fuerza Armada Nacional, con lo que se creó un solo mando; el planteamiento de la «corresponsabilidad» entre el Estado y la sociedad en materia de seguridad y defensa, así como la incorporación formal a las funciones de la Fuerza Armada de la cooperación en tareas de seguridad interna y su participación en el desarrollo nacional. Igualmente, se eliminó el papel supervisor del Poder Legislativo, que quedó en manos del presidente de la República, y se otorgó a los militares mayor autonomía frente al poder civil, lo que contraviene uno de los principios importantes del control democrático sobre este sector.” (JÁCOME, 2018, p. 122).

<sup>65</sup> No original: “En 2007, después de su reelección, Chávez privilegió la revolución «socialista» y el papel militar en su defensa. Se introdujo el lema «Patria, socialismo o muerte. Venceremos», que vulnera el artículo 328 de la vigente Constitución de 1999, que señala que la Fuerza Armada es una institución profesional y sin militancia

Para a autora este mesmo Decreto de 2008 incorporou a Milícia Nacional Bolivariana – grupo de civis que atuam como uma força paralela em defesa do país e do presidente – como um complemento das Forças Armadas. “Esta milícia dependeria diretamente do presidente da República e sua atuação incluiria a manutenção da ordem interna”. (JÁCOME, 2018, p. 123, tradução nossa).<sup>66</sup>

Para Pismataro (2018) a partir da concepção de segurança nacional e defesa integral foi desenvolvendo-se uma doutrina militar anti-imperialista que considera os Estados Unidos a principal ameaça para a segurança do país.

Na atualidade, a FANB se prepara para levar a cabo uma guerra popular de resistência (Ramos e Otálvaro, 2008; Jácome, 2008; Buttó, 2010). É por isto que desde a chegada do chavismo aumentou a compra de armas. Entre os períodos de 2002-2006 e 2007-2011 a Venezuela passou de ocupar a posição 46 entre os principais importadores do mundo a ocupar a 18, um crescimento de 555%. Com a crise económica as compras se reduziram no ano de 2015, mas os protestos levaram o Governo a aumentá-las de novo, mantendo a posição 18 no ano seguinte (Sipri, 2016). Da mesma forma, depois das manifestações de 2014 e do resultado desfavorável das eleições parlamentares de dezembro de 2015, o Governo decidiu aumentar o orçamento militar em 163% entre 2015 e 2016; o mesmo aconteceu com o pessoal militar: passou-se de um efetivo de 194.744 em 2014 para 365.315 em 2016, e no caso da Milícia, de 70.000 a 365.046, respectivamente. (PISMATARO, 2018, p. 265, tradução nossa).<sup>67</sup>

Pismataro (2018) afirma que houve visão ampliada de segurança que estendeu sua intervenção para a segurança interna, a partir de duas Resoluções emitidas pelo Ministério da Defesa no início dos anos 2016 que ratificaram a intervenção militar para manter a “paz pública”.

---

política. Adicionalmente, a partir de 2008, mediante leyes habilitantes otorgadas por una Asamblea Nacional donde estaba solamente presente el oficialismo, el fallecido primer mandatario implementó una serie de normas legales que servían como apoyo a su proyecto de partidización de la Fuerza Armada. El 22 de julio de 2008, por decreto, promulgó la nueva Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana. Esta norma, que fue reformada varias veces por decretos presidenciales, conllevó transformaciones no solamente en la estructura e institucionalidad, sino también en la doctrina militar. Fue en este momento cuando se incorporó el término «bolivariana», por entenderse que la Fuerza Armada.” (JÁCOME, 2018, p. 122).

<sup>66</sup> No original: “Esta milicia dependería directamente del presidente de la República y su actuación incluiría el mantenimiento del orden interno”. (JÁCOME, 2018, p. 123).

<sup>67</sup> No original: “En la actualidad, la FANB se prepara para llevar a cabo una guerra popular de resistencia (Ramos y Otálvaro, 2008; Jácome, 2008; Buttó, 2010). Es por ello que desde la llegada del chavismo se disparó la compra de armas. Entre los periodos de 2002-2006 y 2007- 2011 Venezuela pasó de ocupar el puesto 46 entre los principales países importadores del mundo a ocupar el 18, un crecimiento de 555%. Con la crisis económica las compras se redujeron en el año 2015, pero las protestas llevaron al Gobierno a aumentarlas de nuevo, manteniendo el puesto 18 el año siguiente (Sipri, 2016). Asimismo, después de las manifestaciones de 2014 y del resultado desfavorable de las elecciones parlamentarias de diciembre de 2015, el Gobierno decidió aumentar el presupuesto militar en 163% entre 2015 y 2016; lo mismo ocurrió con el personal militar, se pasó de unas fuerzas de 194 744 en 2014 a 365 315 en 2016, y en el caso de la Milicia de 70 000 a 365 046, respectivamente.” (PISMATARO, 2018, p. 265).

Jácome (2018) esclarece que o Gabinete Executivo do governo Maduro teve aproximadamente 30% dos cargos ocupados por militares; além disso, há um desconhecimento sobre os reais índices de violência no país, em especial, os números de homicídios.

Mas apesar do domínio que os militares tinham sobre as instâncias de segurança cidadã, ainda que não existam dados oficiais, o número de homicídios e a violência tem crescido anualmente. Neste sentido, há discrepâncias entre os dados oficiais e os de diversas organizações não governamentais (ONGs) que acompanham a violência no país. O ministro do Interior, Justiça e Paz, através de um tweet, anunciou que em 2017 os homicídios haviam caído em 15,2% e contabilizavam 14.389. No entanto, não existe um relatório oficial que permita corroborar esta afirmação. Ao invés disso, o Observatório Venezuelano da Violência, que apresenta relatórios públicos anuais, informou que no mesmo período ocorreram 26.616 mortes violentas, que indicam que com um número de 89 por cada 100.000 habitantes, o país segue sendo um dos mais violentos do mundo. (JÁCOME, 2018, p. 123, tradução nossa).<sup>68</sup>

Outra área de intersecção política dos militares ocorre por meio da relação entre a Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB) e o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV).

A relação partido-força militar – PSUV e FANB – parece identificar-se com o projeto cívico-militar. Há uma simbiose das políticas sociais com a institucionalidade militar e com um Estado que tem sido progressivamente permeado pela presença tanto dos membros da Força Armada dentro da política em seu papel de funcionários e de políticos, como por parte do partido PSUV como um instrumento ou braço político para implementar as políticas públicas através de seus quadros operativos nas regiões. Esta interrelação e copropriedade do projeto político faz com que não se possa falar de uma independência dos militares em relação às instâncias civis ou de uma participação diferenciada partido-cúpula militar, porquanto se pode falar de uma integridade das partes com uma funcionalidade pontual em cada grupo. É uma “aliança” com responsabilidades específicas no projeto revolucionário. (PISMATARO, 2018, p. 269, tradução nossa).<sup>69</sup>

<sup>68</sup> No original: Pero pese al dominio que han tenido los militares sobre las instancias de seguridad ciudadana, aunque no existen cifras oficiales, el número de homicidios y la violencia se han incrementado anualmente. En este sentido, hay discrepancias entre los datos oficiales y los de diversas organizaciones no gubernamentales (ong) que efectúan seguimiento de la violencia en el país. El ministro de Interior, Justicia y Paz, a través de un tuit, anunció que en 2017 los homicidios habían caído en 15,2% y se contabilizaban 14.389. Sin embargo, no existe un informe oficial que permita corroborar esta afirmación. En cambio, el Observatorio Venezolano de Violencia, que presenta informes anuales públicos, informó que en ese mismo periodo se produjeron 26.616 muertes violentas, que indican que con un número de 89 por cada 100.000 habitantes, el país sigue siendo uno de los más violentos del mundo. (JÁCOME, 2018, p. 123).

<sup>69</sup> No original: “La relación partido-fuerza militar — PSUV y FANB — parece conformarse en el proyecto cívico-militar. Hay una simbiosis de las políticas sociales con la institucionalidad militar y con un Estado que ha sido progresivamente permeado por la presencia tanto de los miembros de la Fuerza Armada dentro de la política en su papel de funcionarios y de políticos, como por parte del partido PSUV como un instrumento o brazo político para implementar las políticas públicas a través de sus cuadros operativos en las regiones. Esta interrelación y copropiedad del proyecto político hace que no se pueda hablar de una independencia de los militares a las instancias civiles o de una participación diferenciada partido-cúpula militar, por cuanto se puede hablar de una integridad de las partes con una funcionalidad puntual de cada grupo. Es una «alianza» con responsabilidades específicas en el proyecto revolucionario.” (PISMATARO, 2018, p. 269).

Conforme a autora, além da esfera política há três frentes de maior envolvimento dos militares na economia: 1- como regulador político dos temas econômicos; 2 - por meio da participação na administração das empresas públicas; 3 - em sua nova roupagem como empresários.

A piora da crise econômica e o desabastecimento de produtos básicos conduziu à alocação de militares no âmbito da gestão econômica do Estado, em particular, na provisão de alimentos e sua distribuição através dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP). Para isto, o presidente designou o ministro da Defesa, que é um militar da ativa, como chefe da Grande Missão de Abastecimento Soberano e Seguro. (PISMATARO, 2018, p. 269, tradução nossa).<sup>70</sup>

Pismataro (2018) afirma que com a falta de alimentos e suprimentos básicos em agosto de 2016 o presidente designou generais para serem responsáveis pela distribuição de alimentos e medicamentos essenciais por meio dos CLAP. Com isso os militares passaram a controlar toda cadeia de produção, distribuição, comercialização e importação de produtos básicos, alimentícios, farmacêuticos, higiene pessoal e mais.

Como administradores, os militares não somente têm em suas mãos a direção do Ministério do Petróleo, como também a gestão da Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA), da qual vêm 96% das exportações do país. Adicionalmente, eles administram o setor elétrico, o metrô de Caracas e o controle acionário da Corporação Venezuelana da Guiana, de onde derivam as principais entradas dos enormes recursos minerais e naturais que a Venezuela possui. Por último, sob o governo de Maduro se estabeleceu um conjunto de empresas militares anexas ao Ministério da Defesa. Desde a criação, em 1975, da Companhia Anônima Venezuelana de Indústrias Militares não se via por parte dos militares tamanha vocação empresarial. Empresas ligadas aos setores de transportes, construção, agricultura, comunicações, finanças, bebidas e até mineração integram o atual “empório empresarial”. Da mesma forma, suas empresas se converteram em fornecedoras do Estado. (PISMATARO, 2018, p. 272, tradução nossa).<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> No original: “El deterioro de la crisis económica y el desabastecimiento de productos básicos condujo a la asignación de los militares en el ámbito de la gestión económica del Estado, en particular, en la provisión de alimentos y su distribución a través de los Comités Locales de Abastecimiento y Producción (CLAP). Para ello, el presidente designó al ministro de la Defensa, quien es un militar activo, como jefe de la Gran Misión Abastecimiento Soberano y Seguro.” (PISMATARO, 2018, p. 269).

<sup>71</sup> No original: “Como administradores, los militares no solamente tienen en sus manos la dirección del Ministerio del Petróleo, sino también la gerencia de Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA), de la cual provienen 96% de las exportaciones del país. Adicionalmente, ellos administran el sector eléctrico, el metro de Caracas y el holding de la Corporación Venezolana de Guyana, de donde derivan los principales ingresos de los enormes recursos mineros y naturales que posee Venezuela. Por último, bajo el gobierno de Maduro se han establecido un conjunto de empresas militares adscritas al Ministerio de la Defensa. Desde la creación en 1975 de la Compañía Anónima Venezolana de Industrias Militares no se veía por parte de los militares una vocación empresarial igual. Empresas vinculadas con los sectores transporte, construcción, agricultura, comunicaciones, finanzas, bebidas y hasta minería integran el actual «emporio empresarial». Asimismo, sus empresas se han convertido en proveedoras del Estado.” (PISMATARO, 2018, p. 272).

Como resultado Pismataro (2018) esclarece que se criou uma relação de lealdade entre os militares e o governo muito maior do que os interesses partidários estatais, “que une a instituição armada a um projeto político específico e a distancia de seu papel de fiadora da neutralidade e, em geral, da lei.” (PISMATARO, 2018, p. 272, tradução nossa).<sup>72</sup>

A autora destaca que o desde o início do governo Chávez e também com seu sucessor a política do governo se deu por meio da implementação de políticas públicas através de programas batizados como “as missões sociais”. Esse contexto gerou uma institucionalidade paralela que coexiste com a institucionalidade tradicional na execução de políticas sociais pelos ministérios. Além disso, as missões sociais possuem mecanismos de financiamento paralelo e dependem de forma quase direta do Poder Executivo. Com relação aos militares, a autora salienta que desde o início do Chavismo eles estiveram presentes na formulação e execução de políticas públicas, mas é no governo de Maduro que essa relação toma proporções maiores.

Com Maduro se foi mais longe. Como já se mencionou, através da Grande Missão de Abastecimento Soberano e Seguro, além da maior participação na administração pública. Esta maior intervenção dos militares na política pública se desenvolveu por intermédio de uma militarização da sociedade. Sob o conceito constitucional de corresponsabilidade dos civis e do Estado na defesa da nação os civis foram envolvidos, através da Milícia, em assuntos militares. A Milícia reflete a visão do chavismo de não separar o civil e o militar, mas todo o contrário: “o povo armado”, como a batizou Chávez. Na estrutura atual da FANB é um “corpo especial” e complementar aos quatro componentes tradicionais das forças militares – Exército, Marinha, Aviação e Guarda Nacional – em matéria de defesa. No âmbito operacional, depende do presidente da República, através do Comando Estratégico Operacional. Seus membros vêm principalmente das instituições públicas e do PSUV. A integração dos milicianos é, na superfície, voluntária, e sem exercer a profissão militar cumprem funções como soldados com faixas militares e um salário regular. (PISMATARO, 2018, p. 273, tradução nossa).<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> No original: “que ata a la institución armada a un proyecto político específico y lo distancia de su papel de garantía de la neutralidad y, en general, de la ley.” (PISMATARO, 2018, p. 272).

<sup>73</sup> No original: “Con Maduro se ha ido más allá. Como ya se mencionó a través de la Gran Misión Abastecimiento Soberano y Seguro, además de la mayor participación en la administración pública. Esta mayor intervención de los militares en la política pública se ha desarrollado de la mano de una militarización de la sociedad. Bajo el concepto constitucional de corresponsabilidad de los civiles y el Estado en la defensa de la nación se ha involucrado a los civiles a través de la Milicia en asuntos militares. La Milicia refleja la visión del chavismo de no separar lo civil y lo militar; sino todo lo contrario: «El pueblo en armas», como la bautizó Chávez. En la estructura actual de la FANB es un «cuerpo especial» y complementario a los cuatro componentes tradicionales de las fuerzas militares —Ejército, Armada, Aviación y Guardia Nacional— en materia de defensa. En el ámbito operacional, depende del presidente de la República a través del Comando Estratégico Operacional. Sus miembros provienen principalmente de las instituciones públicas y del PSUV. La integración de los milicianos es, en la superficie, voluntaria y sin ejercer la profesión militar cumplen funciones como soldados con rangos militares y un sueldo regular.” (PISMATARO, 2018, p. 273).

De acordo com Jácome (2018) Maduro teve que enfrentar desde o início do seu mandato uma crise econômica que era inevitável, devido ao modelo rentista, estatista e centralizado do governo Chávez. Dessa forma, a escolha política do governante foi investir ainda mais num modelo de Estado controlador e centralizado, e para tanto fez concessões aos militares, os quais passam a ocupar lugares estratégicos na economia venezuelana.

Uma análise da participação dos militares na economia do país entre 2013 e 2017 confirma esta afirmação. A sustentação do governo do presidente Maduro tem sido os militares, convertidos não somente em atores políticos como também em empresários que controlam os setores mais importantes da economia. (JÁCOME, 2018, p. 125, tradução nossa).<sup>74</sup>

Para a autora o avanço do papel político e econômico dos militares conduziu à erosão do controle democrático sobre o setor de defesa e segurança. Por outro lado, cresceram os envolvimento do setor em corrupção, narcotráfico e violência.

[...] tanto nacional como internacionalmente, há um consenso sobre a desprofissionalização das Forças Armadas, assim como denúncias sobre a participação de alguns de seus oficiais – de alta, média e baixa patente – em atividades de narcotráfico, crime organizado transnacional e em contrabando de gasolina, alimentos e tráfico de pessoas, especialmente na fronteira colombo-venezuelana. Este enfraquecimento da institucionalidade também se observa na crescente preocupação, dentro da FANB, relativa a roubos e extorsão por parte de membros da tropa, assim como abusos de poder e recentes denúncias sobre a falta de alimentos, que inclusive se deram a conhecer através das redes sociais. Estima-se que há uma ausência de ética, valores e princípios dentro do setor e que os casos de impunidade aumentaram. (JÁCOME, 2018, p. 127, tradução nossa).<sup>75</sup>

A relação nebulosa entre o governo de Nicolás Maduro e os militares se apresenta como um cenário incerto e temeroso, pois com o crescimento do descontentamento popular, a grave crise econômica, a ausência da capacidade de compra e consumo de insumos básicos pela população em virtude da hiperinflação e a impopularidade do presidente, agudiza-se ainda mais

---

<sup>74</sup> No original: “Un análisis de la participación de los militares en la economía del país entre 2013 y 2017 confirma esta afirmación. El sostén del gobierno del presidente Maduro han sido los militares, convertidos no solo en actores políticos sino también en empresarios que controlan los sectores más importantes de la economía.” (JÁCOME, 2018, p. 125).

<sup>75</sup> No original: “[...] tanto nacional como internacionalmente, hay un consenso sobre la desprofesionalización de las Fuerzas Armadas, así como denuncias sobre la participación de algunos de sus funcionarios –de alto, mediano y bajo rango– en actividades de narcotráfico y crimen organizado transnacional y en contrabando de gasolina, alimentos y tráfico de personas, especialmente en la frontera colombo-venezolana. Este debilitamiento de la institucionalidad también se observa en la creciente preocupación dentro de la fanb respecto a robos y extorsión por parte de miembros de la tropa, así como abusos de poder y recientes denuncias sobre la falta de alimentos que inclusive se han dado a conocer a través de las redes sociales. Se estima que hay una ausencia de ética, valores y principios dentro del sector y que se han incrementado los casos de impunida.” (JÁCOME, 2018, p. 127).

a crise venezuelana. Por outro lado, o governo de Maduro não resistirá sem o apoio dos militares que, sem sombra de dúvidas, é o setor que ocupa lugares estratégicos de comando e controle. Por outro lado, os militares não se encarregam apenas da segurança nacional, mas, em especial, do controle das atividades econômicas e, assim, da riqueza do país. Resta saber se com um possível agravamento das condições de vida dos cidadãos venezuelanos haverá uma escalada dos conflitos no país e como os militares se posicionarão nesse contexto.

## 2.4 A Comunidade Internacional e a Crise Venezuelana

Conforme Arellano (2019) o papel ativo da comunidade internacional na Venezuela se caracteriza a partir das seguintes fases:

Fase 1 - Político-diplomática: liderada especialmente pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, que solicitou a ativação do Art. 20 da Carta Democrática Interamericana (2001) que diz:

Caso num Estado membro ocorra uma alteração da ordem constitucional que afete gravemente sua ordem democrática, qualquer Estado membro ou o Secretário-Geral poderá solicitar a convocação imediata do Conselho Permanente para realizar uma avaliação coletiva da situação e adotar as decisões que julgar convenientes.

O Conselho Permanente, segundo a situação, poderá determinar a realização das gestões diplomáticas necessárias, incluindo os bons ofícios, para promover a normalização da institucionalidade democrática.

Se as gestões diplomáticas se revelarem infrutíferas ou a urgência da situação aconselhar, o Conselho Permanente convocará imediatamente um período extraordinário de sessões da Assembléia (SIC) Geral para que esta adote as decisões que julgar apropriadas, incluindo gestões diplomáticas, em conformidade com a Carta da Organização, o Direito Internacional e as disposições desta Carta Democrática.

No processo, serão realizadas as gestões diplomáticas necessárias, incluindo os bons ofícios, para promover a normalização da institucionalidade democrática.

Devido à impossibilidade de conseguir os votos necessários para adotar sanções contra a Venezuela, no marco da OEA houve a criação do Grupo de Lima como mecanismo de coordenação da comunidade internacional para “reestabelecer a democracia na Venezuela”.

Um elemento significativo nesta fase tem a ver com a ordem executiva aprovada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que ao correr os riscos que o processo bolivariano representa, estabelece sanções para as pessoas envolvidas em violações dos direitos humanos. A esta linha de ação logo se incorporam os governos do Canadá e da União Europeia. Sobre a situação da Venezuela no Mercosul cabe ressaltar que, em primeiro lugar, se

aplicou a cessação pela violação da grande maioria dos compromissos e, finalmente, decidiu-se aplicar a Cláusula Democrática e se aprovou a suspensão do governo da Venezuela. (ARELLANO, 2019, p. 78, tradução nossa).<sup>76</sup>

Com relação ao Mercosul, Arellano (2019) afirma que primeiramente foi aplicada a sanção pelo descumprimento dos compromissos e em seguida a suspensão do Venezuela com a aplicação da Cláusula Democrática.

Para Romero e Mijares (2016) a América do Sul está hoje institucionalmente organizada na UNASUL, mas possui dois mecanismos de integração regional importantes: o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico (que inclui o México, um país não sul-americano).

Em 1991 foi editado o Decreto N° 350 que promulgou o Tratado para constituição do Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – o MERCOSUL – que estabeleceu dentre suas prerrogativas a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos e com o passar dos anos também incluiu debates relativos a temas políticos, de direitos humanos, sociais e de cidadania.

De acordo com as informações oficiais disponíveis no Portal do Mercosul no Brasil, os membros fundadores – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – e a Venezuela, que completou seu processo de adesão em meados de 2012, abrangem, aproximadamente, 72% do território da América do Sul (12,8 milhões de km<sup>2</sup>, equivalente a três vezes a área da União Europeia); 69,5% da população sul-americana (288,5 milhões de habitantes) e 76,2% do PIB da América do Sul, que em 2016 era de US\$ 2,79 trilhões de um total de US\$ 3,66 trilhões<sup>77</sup>.

Se tomado em conjunto, o MERCOSUL seria a quinta maior economia do mundo, com um PIB de US\$ 2,79 trilhões. O MERCOSUL é o principal receptor de investimentos estrangeiros diretos (IED) na região. O bloco recebeu 47,4% de todo o fluxo de IED direcionado à América do Sul, América Central, México e Caribe em 2016 segundo dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla para o inglês “United Nations Conference on Trade and Development”).

---

<sup>76</sup> No original: “Un elemento significativo en esta fase tiene que ver con la orden ejecutiva aprobada por el presidente de los Estados Unidos Barack Obama, que al asumir los riesgos que representa el proceso bolivariano, establece sanciones a las personas involucradas en violaciones de los derechos humanos. En esta línea de acción luego se incorporan los gobiernos de Canadá y la Unión Europea. Sobre la situación de Venezuela en el Mercosur cabe resaltar que, en primer lugar, se aplicó la cesación por el incumplimiento de la gran mayoría de los compromisos y, finalmente, se decidió aplicar la Cláusula Democrática y se aprobó la suspensión del gobierno de Venezuela.” (ARELLANO, 2019, p. 78).

<sup>77</sup> MERCOSUL. Saiba mais sobre o Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol>. Acesso em: 19 abr. 2020.

A Venezuela concluiu o processo de adesão ao Bloco em 2012, mas em dezembro de 2016 foi suspensa por descumprimento de seu Protocolo de Adesão e desde agosto de 2017 por violação da Cláusula Democrática do Bloco. A Cláusula Democrática do Mercosul instituída pelo Protocolo de Ushuaia (1998) dispõe em seu Art. 1º que “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes”. O Art. 3º sinaliza que a ruptura da “ordem democrática” implicará em medidas que envolvem desde a suspensão nos diferentes órgãos que compõem o Bloco e os processos de integração até a suspensão dos direitos e obrigações.

Esses procedimentos devem ser adotados de forma consensual pelos Estados Partes do Protocolo, levando em consideração inicialmente a consulta ao Estado afetado. Em caso de sanções aplicadas, essas apenas cessarão após o reestabelecimento da “ordem democrática”. O protocolo foi anexado ao Tratado de Assunção e se estende a todos os Estados do Mercosul e àqueles que dele vierem a fazer parte.

De acordo com Monte e Anastasia (2016), embora o Protocolo estabeleça a condicionalidade para a participação no Mercosul da garantia das instituições democráticas, não há uma definição explícita sobre democracia no documento. As autoras defendem que existem várias teorias democráticas e, segundo elas, o Mercosul foi criado no contexto de redemocratização dos países da América do Sul após longos períodos ditatoriais.

No Protocolo não há referência à democracia e apenas em 24 de julho de 1998 a terminologia foi institucionalizada por meio do Protocolo de Ushuaia, documento que foi assinado pelos Estados que fundaram o Bloco (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) mais a Bolívia e o Chile, na condição de Estados-associados. A tese defendida pelas autoras é de que: Cláusula Democrática foi mobilizada estrategicamente pelos membros do bloco: interesses políticos e econômicos dos diferentes atores, sob determinadas condições do contexto institucional e político, traduziram-se estrategicamente em preferências por diferentes definições de democracia (MONTE; ANASTASIA, 2016, p. 12).

Apesar das autoras utilizarem como experiência a aplicação da Cláusula Democrática numa conjuntura de disputa política, que resultou na entrada da Venezuela no Bloco após a suspensão do Paraguai, com o impeachment do ex-presidente Fernando Lugo em 2012, é importante destacar que o Paraguai foi o único país contrário à adesão da Venezuela ao Mercosul. Quanto à entrada da Venezuela no Bloco, as autoras apontam que diferentes concepções de democracia foram mobilizadas pelos atores políticos em apoio à Venezuela e para a suspensão do Paraguai.

É importante destacar que à época da entrada da Venezuela no Bloco o Congresso Nacional brasileiro, que votou e definiu favoravelmente, era formado em sua maioria por uma base de apoio ao Governo Federal, sob a direção do Partido dos Trabalhadores, com indicações mais de esquerda, seguindo a mesma tendência da maioria dos Estados Partes do Protocolo (Brasil e Uruguai).

Com isso, as autoras consideram que o uso da Cláusula Democrática do Mercosul estava relacionado aos interesses políticos e econômicos e que “traduziram-se estrategicamente em preferências por diferentes definições de democracia” (MONTE, ANASTASIA, 2016, p. 31). Em 05 de agosto de 2017 foi veiculada a decisão sobre a suspensão da Venezuela no Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia, por descumprimento da Cláusula Democrática, medida que suspendeu todos os direitos e obrigações inerentes do país com relação ao Bloco.

Enfatizamos que a suspensão está condicionada ao “restabelecimento da ordem democrática”, mas que essa decisão agrava o isolamento do país no contexto regional num momento em que, diferentemente daquele de adesão ao Bloco, há um crescimento dos governos de direita na América do Sul e no mundo.

Conforme Arellano (2019) após a aplicação da suspensão no âmbito do Mercosul os efeitos esperados não aconteceram. Assim, iniciou-se uma nova fase caracterizada pela aplicação de medidas mais duras, em especial com relação ao caráter econômico e financeiro, liderada pelos Estados Unidos.

Com a chegada de Donald Trump se vai iniciando uma fase mais dura e coercitiva, com a progressiva introdução de sanções econômicas e financeiras contra empresas do Estado, em particular a PDVSA, com o objetivo de enfraquecer o regime e ter como resultado sua fratura ou ruptura. Com o tempo, a crise venezuelana se exacerba em todos os sentidos: crise humanitária, hiperinflação, desabastecimento, desnutrição e fome. O que aumentou a diáspora venezuelana à região em busca de sua sobrevivência, alimentos e medicamentos, e então emprego. Mas também se exacerba a crise política com a violação dos direitos humanos e a perseguição aos dissidentes. (ARELLANO, 2019, p. 79, tradução nossa).<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> No original: “Con la llegada de Donald Trump se va iniciando una fase más dura coercitiva, con la progresiva introducción de sanciones económicas financieras contra empresas del Estado, en particular a Pdvsa, con el objetivo de debilitar el régimen y sumar a su fractura o ruptura. Con el tiempo, la crisis venezolana se exacerba en todos los sentidos: crisis humanitaria, hiperinflación, desabastecimiento, desnutrición y hambre. Lo que incrementó la diáspora de pobreza venezolana a la región en búsqueda de su sobrevivencia, alimentos y medicamentos, luego empleo. Pero también se exacerba la crisis política con la violación de los derechos humanos y la persecución a la disidencia.” (ARELLANO, 2019, p. 79).

O autor indica que outro momento da intervenção internacional na Venezuela ocorreu em janeiro de 2019, quando Juan Guaidó se autoproclamou presidente e recebeu apoio de mais de 50 países. Contudo, o contexto geopolítico se agravou com os acontecimentos ocorridos em 2019: “a grave situação gerada com a tentativa de entrada da ajuda humanitária, em 23 de fevereiro passado, e mais recentemente o desastre elétrico e toda a crise conexas que gera (serviços públicos, água, gasolina, etc.), nos obrigam a refletir sobre o estado da situação e as ações que se deveriam promover”. (ARELLANO, 2019, p. 80, tradução nossa).<sup>79</sup>

Arellano (2019) indica ainda que outro discurso crescente em 2019 na comunidade internacional com relação a Venezuela foi sobre a possibilidade de uma possível intervenção Militar, mas que em geral não há acordo com os países do Mercosul e da União Europeia.

A maioria da comunidade internacional expressou formalmente sua oposição a uma opção militar, particularmente a União Europeia (situação que era conhecida). Também se percebe uma mudança no tom do alto governo dos Estados Unidos, em particular de Elliot Abrams, sobre o potencial cenário militar. O cenário das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, fica descartado pelo poder de veto da Rússia e da China. (ARELLANO, 2019, p. 81, tradução nossa).<sup>80</sup>

A seguir será apresentado o posicionamento político de alguns dos principais países que lideram o bloco de oposição e a favor do governo de Nicolás Maduro e em que medida essas posições corroboram para o agravamento da crise na Venezuela.

#### 2.4.1 Relação Brasil e Venezuela

Para Oliveira (2019) a crise do capital que atingiu o globo mundial continua se aprofundando. Nesse sentido, há um decréscimo no papel dos Estados Unidos ao mesmo tempo em que cresce a influência da China no mundo. Dessa forma, há um conflito econômico entre as potências, agravado pelo fato de os Estados Unidos possuírem supremacia militar e política; mas o poder econômico do país só se sustenta porque o dólar é a moeda das transações

---

<sup>79</sup> No original: “La grave situación generada con el intento de ingreso de la ayuda humanitaria, el pasado 23 de febrero, y más recientemente el desastre eléctrico y toda la crisis conexas que genera (servicios públicos, agua, gasolina, etc.), nos obligan a reflexionar sobre el estado de la situación y las acciones que se deberían promover.” (ARELLANO, 2019, p. 80).

<sup>80</sup> No original: “La mayoría de la comunidad internacional ha expresado formalmente su oposición a una opción militar, particularmente la Unión Europea (situación que era conocida). También se percibe un cambio en el tono del alto gobierno de Estados Unidos, en particular de Elliot Abrams, sobre el potencial escenario militar. El escenario de las Naciones Unidas, en particular el Consejo de Seguridad, queda descartado por el poder de veto de Rusia y China.” (ARELLANO, 2019, p. 81).

econômicas: “Este conflito econômico entre as grandes potências (econômicas e militares) já adquiriu a forma mais recente de guerra: a das guerras localizadas (nas quais as grandes potências evitam o enfrentamento direto) e as guerras de ‘quarta geração ou híbridas’”. (OLIVEIRA, 2009, p. 127, tradução nossa).<sup>81</sup>

De acordo com o autor a conjuntura econômica e política mundial mudou a posição do Brasil no contexto geopolítico do globo.

Duas causas principais: na economia, com o descobrimento de grandes reservas de petróleo (pré-sal) e o incremento das relações econômicas com a China (principal consumidor das exportações brasileiras); e na política exterior Sul-Sul (com o ingresso no grupo BRICS e a criação de um banco de investimentos maior que o Banco Mundial). Este deslocamento da economia e da política exterior, fora do campo de influência dos Estados Unidos, teve seu início no governo militar (Geisel, anos 70) mas foi no governo de Lula que se afirmou com clareza. Diante deste quadro geopolítico, entende-se o grande interesse de grupos petroleros, financeiros e políticos dos Estados Unidos em trazer o Brasil de volta à sua área de influência. Aqui coincidem interesses internos e externos. (OLIVEIRA, 2009, p. 128, tradução nossa).<sup>82</sup>

Oliveira (2019) indica que para conseguir governabilidade, os governos Lula e Dilma (2003 - 2016) acabaram formando um pacto com a elite dominante e seus governos abriram mão de projetos como as reformas agrária, tributária e política, bem como a auditoria da dívida pública e política. Com isso, a elite apoiou o projeto neodesenvolvimentista que atendia os interesses dos trabalhadores, mas a partir de 2012 os efeitos da crise econômica de 2008 se acentuaram, o que conseqüentemente impôs restrições aos gastos sociais do governo, desencadeando uma perda de apoio popular. Por outro lado, a descoberta das reservas de petróleo no Brasil impulsionou o capital internacional, especialmente grupos empresariais dos Estados Unidos, a se organizarem. Ademais, os Estados Unidos percebiam com a aliança dos BRICS um possível enfraquecimento do seu poder político na América do Sul. Dessa maneira, esses interesses acabaram contribuindo com o processo de impeachment da presidenta Dilma

---

<sup>81</sup> No original: “Este conflicto económico entre las grandes potencias (económicas y militares) ya ha adquirido la forma más reciente de guerra: de las guerras localizadas (en las cuales las grandes potencias evitan el enfrentamiento directo) y las guerras de ‘cuarta generación o híbridas’”. (OLIVEIRA, 2019, p. 127).

<sup>82</sup> No original: “Dos causas principales: en la economía, con el descubrimiento de grandes reservas de petróleo (pre-sal) y el incremento de las relaciones económicas con China (principal consumidor de las exportaciones brasileñas); y en la política exterior Sur-Sur (con el ingreso en el grupo BRICS y la creación de un banco de inversiones mayor que el Banco Mundial). Este desplazamiento de la economía y de la política exterior, fuera del campo de influencia de Estados Unidos, tuvo sus inicios en el gobierno militar (Geisel, años 70) pero fue en el gobierno de Lula que se afirmó con claridad. Ante este cuadro geopolítico, se entiende el gran interés de grupos petroleros, financieros y políticos de Estados Unidos en traer a Brasil de vuelta a su área de influencia. Aquí coinciden intereses externos e internos.” (OLIVEIRA, 2019, p. 128).

Rousseff, ao mesmo tempo que impediram o retorno do Partido dos Trabalhadores ao governo.

Assim, a eleição de Bolsonaro em 2018 e seu discurso “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” esconde os interesses das elites econômicas – estas sim, na verdade, estariam acima de tudo e todos. Para Oliveira (2019) a eleição de Bolsonaro foi o passo necessário para garantir a subordinação do Brasil aos interesses das empresas e ao governo dos Estados Unidos.

Bolsonaro, afastado do Exército, elegeu-se deputado federal e somente se destacou entre seus pares quando, no impeachment de Dilma, assumiu a dianteira no combate ao PT. Por meio do uso das redes sociais (segundo ensinou Steve Bannon), fazendo-se batizar no rio Jordão por um pastor evangélico, prometendo armas as pessoas para a autodefesa, assumindo posição contrária aos direitos de gênero e apontando para um economista ultraliberal (Paulo Guedes) como seu superministro, Bolsonaro agregou em sua campanha muitos setores da sociedade: a elite econômica, a classe média que via seu status ameaçado pela ascensão dos pobres, policiais constrangidos por defensores de direitos humanos, a maioria dos pastores evangélicos, importantes setores do clero católico e quase todos os meios de comunicação, que lhe prestaram ao menos um obsequioso silêncio. A combinação dessas forças, mais a mobilização através de redes sociais e suas fake news, conquistou a adesão da grande maioria do eleitorado, que ansiava por mudanças depois de quatro anos de recessão econômica. (OLIVEIRA, 2019, p. 129, tradução nossa).<sup>83</sup>

Oliveira (2019) destaca que Bolsonaro e seu grupo, inclusive, o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, insistem no debate ideológico de que o maior inimigo da liberdade é o “marxismo cultural”, que atuaria para destruir a família, a moral e os costumes tradicionais.

Ainda que pareça insana, esta ideologia tem o respaldo de setores religiosos e de alguns intelectuais ressentidos por não terem prestígio nas universidades. Preservada na bolha das redes sociais, ela resiste à ridicularização que sofre hoje. Este grupo se alia incondicionalmente à política de Donald Trump: ofereceu bases militares, propôs a transferência da embaixada para Jerusalém e foi o primeiro governo a reconhecer Juan Guaidó depois dos Estados Unidos. Não obstante, creio que não duvidaria em favorecer a intervenção militar

---

<sup>83</sup> No original: “Bolsonaro, egresado del ejército, se eligió diputado federal y sólo se destacó entre sus pares cuando, en el impeachment de Dilma, asumió lugar de frente en el combate al PT. Por medio del uso de las redes sociales (según enseñó Steve Bannon), haciéndose bautizar en el río Jordán por un pastor evangélico, prometiendo armar a las personas para la autodefensa, asumiendo posición contraria a los derechos de género y apuntando a un economista ultraliberal (Paulo Guedes) como su superministro, Bolsonaro agregó en su campaña a muchos sectores de la sociedad: la elite económica, clases medias que veían su estatus amenazado por el ascenso de los pobres, policías constreñidos por defensores de derechos humanos, la mayoría de los pastores evangélicos, importantes sectores del clero católico y casi todos los medios de comunicación que le prestaron al menos un obsequioso silencio. La combinación de esas fuerzas, más la movilización a través de redes sociales y sus fake-news, conquistó la adhesión de la gran mayoría del electorado, que ansiaba cambios después de cuatro años de recesión económica.” (OLIVEIRA, 2019, p. 129).

contra o regime venezuelano, se esta é a vontade de Donald Trump. (OLIVEIRA, 2019, p. 130, tradução nossa).<sup>84</sup>

Uma importante reflexão trazida por Harvey (2014) diz respeito ao imperialismo cultural. Nesse sentido, desde o segundo pós-guerra os Estados Unidos investem pesadamente no modo de vida americano como o modelo civilizatório a ser alcançado, o que Harvey denomina como “pró-americanismo”: “E assim teve início o amplo ataque cultural aos valores europeus “decadentes” e a promoção da superioridade da cultura americana e dos ‘valores americanos’.” (HARVEY, 2014, p. 54).

O imperialismo cultural exerceu um papel crucial na consolidação da hegemonia norte-americana, por meio da grande indústria cinematográfica, Hollywood, que incansavelmente veicula produções sobre o modo de vida americano, caracterizado pela paz e prosperidade e pela luta constante para proteger a sociedade dos inimigos externos.

“O sonho americano” a ser alcançado só poderá ser vivido em sonho, já que a realidade é totalmente diferente. Exemplos de outras formas de influência do imperialismo cultural são os meios de comunicação, a música, a arte e, em sua forma mais sofisticada, os processos democráticos eleitorais, por meio do resgate de discursos e ações que incitam a violência física contra determinados grupos, o racismo, o sexismo, a homofobia e a xenofobia.

Qualquer semelhança não é mera coincidência quando nos referimos ao que é reproduzido no Brasil com relação ao lado de lá do Equador. O improvável para muitos aconteceu, e em novembro de 2017, Donald J. Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. Quais seriam as investidas ideoculturais imperialistas para explicar esse fenômeno? A tese acerca do crescente empobrecimento da população, em especial nos estados em que os trabalhadores brancos foram sucumbindo às dificuldades econômicas ao longo dos governos democratas é bastante difundida, mas outro ponto analítico, apresentado pela revista *The Atlantic* e pelo *Public Religion Research Institute* (PRRI)<sup>85</sup>,

---

<sup>84</sup> No original: “Aunque parezca insana, esa ideología tiene el respaldo de sectores religiosos y de algunos intelectuales resentidos por no tener prestigio en las universidades. Preservada en la burbuja de las redes sociales, ella resiste a la ridiculización que sufre hoy. Este grupo se alía incondicionalmente a la política de Donald Trump: ofreció bases militares, propuso la transferencia de la embajada a Jerusalén y fue el primer gobierno en reconocer a Juan Guaidó después de Estados Unidos. Peso, creo que no dudaría en favorecer la intervención militar contra el régimen venezolano, si ésta es la voluntad de Donald Trump.” (OLIVEIRA, 2019, p. 130).

<sup>85</sup> Beyond Economics: Fears of Cultural Displacement Pushed the White Working Class to Trump/ PRRI/The Atlantic. Disponível: <https://www.ppri.org/research/white-working-class-attitudes-economy-trade-immigration-election-donald-trump/>

indica que o racismo e a necessidade de manutenção cultural foram fatores precípuos na escolha do eleitorado branco trabalhador: “[...] o modelo demonstra que, além do partidarismo, os temores sobre os imigrantes e o deslocamento cultural eram fatores mais poderosos do que as preocupações econômicas na previsão do apoio a Trump entre os eleitores brancos da classe trabalhadora” (JONES, 2017).

Os eleitores brancos trabalhadores afirmaram que se sentem como “estranhos em sua própria terra”, por isso a necessidade de proteger suas fronteiras das ameaças externas e o impulso fervoroso de deportar os imigrantes ilegais que vivem no país.

Em outro estudo<sup>86</sup>, os professores do departamento de ciência política da Universidade de Massachusetts Amherst, Brian F. Schaffner, Matthew MacWilliams e Tatishe Nteta, exibiram que, efetivamente, o que motivava os eleitores brancos trabalhadores a votarem em Trump foi o sexismo e o racismo, e de forma secundária a questão econômica.

Os autores apontam que o debate eleitoral em 2016 trouxe para a arena pública a questão de raça e gênero. Quanto ao perfil dos eleitores brancos, a pesquisa indica que a diferença entre Trump e Clinton, dentre os votantes com nível universitário, foi de menos de quatro pontos. Já entre os eleitores brancos com menos de 40 anos de idade essa diferença subiu expressivamente, 40 pontos. Os autores concluem que o racismo e o sexismo foram forças poderosas que estruturaram a escolha do voto em 2016.

Em outras palavras, se os brancos sem formação universitária tivessem adotado uma atitude de alguma forma progressista em relação ao racismo e sexismo de tal forma que esta correspondesse às dos brancos com nível universitário, Clinton teria ganho o voto popular por 4 pontos ao invés de 2 pontos. Dada a estreiteza com que Clinton perdeu em estados como Wisconsin, Michigan, Pensilvânia e Flórida, essa mudança poderia ter tido um efeito dramático em termos de resultados no Colégio Eleitoral. (SCHAFFNER; MACWILLIAMS; NTETA, 2018. p. 27, tradução nossa).<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> *Understanding White Polarization in the 2016 Vote for President: The Sobering Role of Racism and Sexism* (Entendendo a Polarização Branca na Votação de 2016 para Presidente: o papel mais importante do racismo e do sexismo, em tradução livre).

<sup>87</sup> No original: In other words, if non-college educated whites became somewhat more progressive in their attitudes toward racism and sexism so that they matched those of college educated whites, Clinton would have won the popular vote by 4 points instead of 2 points. Given the narrowness with which Clinton lost states like Wisconsin, Michigan, Pennsylvania, and Florida, such a shift could have had a dramatic effect in terms of the Electoral College outcome. (SCHAFFNER; MACWILLIAMS; NTETA, 2018. p. 27).

Na versão à brasileira, o improvável também aconteceu: o Brasil elegeu Jair Messias Bolsonaro, que suscitou a retórica conservadora, de defesa da moral, da família e dos bons costumes, num período de crescente divulgação de escândalos de corrupção, aumento exacerbado da violência urbana e o movimento antipetista.

Uma questão central pairava no ar: como, podendo escolher dentre treze candidatos à presidência, o povo brasileiro fez vista grossa diante de declarações como as transcritas abaixo<sup>88</sup> e elegeu o capitão para colocar ordem na “balbúrdia” deixada pelo Partido dos Trabalhadores?

Ele merecia isso: pau-de-arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também” (1999).

“Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim” (2016).

“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece” (2003 e 2014).

“Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (2018).

“Como eu estava solteiro na época, esse dinheiro do auxílio-moradia eu usava para comer gente” (2018).

“Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista” (2011).

“Se eu chegar lá, não vai ter dinheiro para ONG. Esses inúteis vão ter que trabalhar” (2017).

As inúmeras teses sobre a motivação dos eleitores divulgadas em diferentes meios de comunicação estão centradas no movimento antipetista, na luta contra a corrupção, por causa da crise econômica, a favor da família e dos bons costumes. Afinal, em nossa “democracia racial”, no “país mestiço”, da “mulata brasileira”, no qual uma mulher foi eleita presidente e depois destituída, não cabe sustentar o argumento de que os perversos racismo e sexismo “à brasileira” são espinhas dorsais que corroboram para a manutenção das disparidades sociais e funcionam como estratégias de controle e manutenção de poder dos grupos dominantes apoiados também por algumas frações da classe trabalhadora, que ideologicamente se veem representadas nesse discurso. Como resultado da eleição de Bolsonaro, o autor indica que o Brasil voltou a apresentar índices de crescimento e concentração de riqueza e renda, ao mesmo tempo que há um agravamento das desigualdades sociais, desemprego, pobreza e enfraquecimento dos movimentos populares.

---

<sup>88</sup> Bolsonaro em vinte e cinco frases polêmicas: Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>

Para Oliveira (2019), a posição do presidente Bolsonaro com relação às respostas ao contexto venezuelano é contraposta ao próprio escalão político do governo, em especial, os militares e o vice-presidente, que mesmos contrários ao governo Maduro não veem com bons olhos um possível apoio do país à intervenção militar.

A crescente aproximação entre o governo de Bolsonaro e o governo americano não é apenas resultado da afinidade ideológica, ainda que essa seja evidente, mas de fato Bolsonaro deverá cumprir a agenda neoliberal encabeçada pelos Estados Unidos, o qual tenta reafirmar sua posição econômica hegemônica na América do Sul contra o crescimento da Rússia e, em especial, da China. Pela influência geopolítica e econômica que o Brasil tem no continente, o governo brasileiro é um parceiro estratégico para os interesses americanos, inclusive em relação aos ataques contra a Venezuela.

#### 2.4.2 Os Estados Unidos e a Venezuela: antiga e longa história

Para Santos (2019) os conflitos em curso entre Caracas e Washington são os mesmos que existem há décadas: “Estes conflitos têm um grande ‘cheiro de petróleo’. Mas essa explicação, por si só, é simplista e determinista” (SANTOS, 2019, p. 96, tradução nossa).<sup>89</sup>

Conforme o autor, o conflito entre a Venezuela e os Estados Unidos surgiu como resultado da luta de ideias de diferentes visões sobre a organização da sociedade e sobre quais são as diretrizes para as relações políticas no continente. Afinal, após a queda do muro de Berlim abriram-se possibilidades para os Estados Unidos terem o controle ideológico com base no “neoliberalismo” e no “regionalismo aberto”, em especial a partir do “consenso de Washington”<sup>90</sup>. Para Santos (2019) a vitória de Chávez nas eleições de 1998 representou uma afronta à proposta dos Estados Unidos e seus aliados.

Através do que chego a chamar anos depois de “socialismo do século XXI”, o governo de Hugo Chávez privilegiou a denominada democracia participativa e protagonista, um papel ativo do estado na distribuição da renda petroléira, a soberania petroléira da Venezuela e o fortalecimento da OPEP, assim como a solidariedade, a multipolaridade e a integração política entre os

<sup>89</sup> No original: “Estos conflictos tienen un gran ‘olor a petróleo’. Pero esa explicación por si sola es simplista y determinista” (SANTOS, 2019, p. 96).

<sup>90</sup> “Consenso de Washington é um conjunto ou “pacote” de dez prescrições de políticas econômicas, consideradas uma receita padrão para a reforma, que teriam sido promovidas pelas organizações financeiras com sede em Washington, DC, nos EUA (tais como o FMI e o Banco Mundial) entre os países em desenvolvimento que enfrentavam crises. Essas prescrições abrangiam estabilização macroeconômica, abertura da economia para comércio e investimento e expansão das forças de mercado na economia doméstica”. Disponível em: <https://maisretorno.com/blog/termos/c/consenso-de-washington>. Acesso em: 01 jul. 2020.

países da América Latina e Caribe, considerados pelos Estados Unidos, desde 1823, como seu ‘quintal’”. (SANTOS, 2019, p. 96, tradução nossa).<sup>91</sup>

Para Santos (2019) a relação da Venezuela com os Estados Unidos é a relação bilateral mais complexa que o país teve nas últimas décadas. O discurso do governo de Washington sobre a necessidade de intervenção na Venezuela para garantir a proteção, os direitos humanos e a democracia parecem ser um tanto quanto exagerados, tendo em vista que há outros interesses em jogo:

[...] há outros interesses estratégicos que estão em jogo, incluindo que abertamente tenham admitido o retorno da “doutrina Monroe” como o princípio de sua relação com a América Latina e o Caribe. A administração Trump deixou claro, desde sua chegada ao poder, que revitalizaria a doutrina Monroe, reservando-se o direito de intervir e de acesso exclusivo ao continente, como expressou o ex-Secretário de Estado Roy Tillerson, na Universidade do Texas, em Austin, em 1º de fevereiro de 2018, durante sua primeira visita à região. À medida que a administração Trump tenta se retirar de outros *hotspots*, como o Afeganistão e a Síria, decidiu prestar mais atenção a sua própria vizinhança. Portanto, como expressaram deliberada e agressivamente seus porta-vozes, em uma linguagem que remonta à Guerra Fria, depois da Venezuela, vão pela Nicarágua e por Cuba, cujos governos consideram ideologicamente adversos e contrários ao seu interesse nacional. (SANTOS, 2019, p. 97, tradução nossa).<sup>92</sup>

É importante lembrar que a ação dos Estados Unidos contra seus opositores não acontece apenas por via armamentista – apesar de utilizada quando necessário. – As formas sofisticadas do império do capital operam também por meio dos embargos econômicos e comerciais, dos programas de austeridade e agora, com mais notoriedade, as *fake news*. Essas táticas agravam as desigualdades sociais e também são responsáveis pela morte de milhares de pessoas. Do ponto de vista legal, violam acordos internacionais, bem como a Carta da

---

<sup>91</sup> No original: “A través de lo que llevo a llamar años después el “socialismo del siglo XXI,” el gobierno de Hugo Chávez privilegió la denominada democracia participativa y protagónica, un papel activo del estado en la distribución de la renta petrolera, la soberanía petrolera de Venezuela y el fortalecimiento de la OPEP, así como la solidaridad, la multipolaridad y la integración política entre los países de América Latina y el Caribe, catalogados por Estados Unidos, desde 1823, como su ‘patio trasero’”. (SANTOS, 2019, p. 96).

<sup>92</sup> No original: “[...] hay otros intereses estratégicos que están en juego, incluyendo lo que abiertamente han admitido es el regreso de la “doctrina Monroe” como el principio de su relación con América Latina y el Caribe. La administración Trump dejó claro, desde su llegada al poder, que revitalizaría la doctrina Monroe, reservándose el derecho a intervenir y de acceso exclusivo al continente, tal y como lo expreso el ex Secretario de Estado Roy Tillerson, en la Universidad de Texas en Austin, el 1 de febrero de 2018, durante su primera visita a la región. A medida que la administración Trump intenta retirarse de otros hotspots, como lo son Afganistán y Siria, ha decidido prestar más atención a su propio vecindario. Por lo tanto, tal y como lo han expresado deliberada y agresivamente sus voceros, en lenguaje que nos remonta a la guerra fría, después de Venezuela, van por Nicaragua y por Cuba, cuyos gobiernos consideran ideológicamente adversos y contrarios a su interés nacional.” (SANTOS, 2019, p. 97).

Organização dos Estados Americanos<sup>93</sup>, que diz em seu Artigo 13: [...] *o Estado tem o direito de defender sua integridade e independência, prover sua preservação e prosperidade e, conseqüentemente, organizar-se como bem entender, legislar sobre seus interesses, administrar seus serviços e determinar jurisdição e competência dos seus tribunais.*

A “solução democrática” para preservar os direitos humanos na Venezuela veio por meio da indicação da Casa Branca do enviado especial para o país, Elliot Abrams, em janeiro de 2019. O histórico de quem deve assegurar a democracia na Venezuela é um tanto quanto tenebroso; Jon Schwarz (2019) descreve em seu artigo *Escolhido de Trump para levar “democracia” à Venezuela passou a vida esmagando a democracia*<sup>94</sup> a síntese de alguns envolvimento de Abrams em verdadeiros massacres contra populações em países como El Salvador, Nicarágua, Honduras, Panamá, Irã e Palestina, entre outros.

[...] em El Salvador, uma unidade militar salvadorenha criada e treinada pelo Exército dos EUA começou a abater todas as pessoas que encontrou em um vilarejo remoto chamado El Mozote. Antes de assassinar as mulheres e as meninas, os soldados as estupravam repetidamente, incluindo algumas de apenas 10 anos de idade, brincando que suas preferidas eram as de 12 anos. O dia seguinte, 12 de dezembro, foi o primeiro dia de trabalho para Elliott Abrams como secretário de Estado adjunto para os direitos humanos e assuntos humanitários no governo Reagan. Abrams entrou em ação, ajudando a encobrir o massacre. Em depoimento ao Senado, Abrams disse que notícias a respeito do que havia acontecido “não tinham credibilidade” e que tudo estava sendo “significativamente mal utilizado” como propaganda por guerrilheiros antigovernamentais. (SCHWARZ, 2019).

[...] Efraín Ríos Montt, que serviu como presidente da Guatemala no início dos anos 1980, foi considerado culpado em 2013 pelo sistema de justiça da própria Guatemala de cometer genocídio contra os indígenas maias do país. Durante a administração de Ríos Montt, Abrams pediu o levantamento de um embargo às remessas de armas dos EUA para a Guatemala, alegando que Ríos Montt havia “trazido progresso considerável”. (SCHWARZ, 2019).

Na Nicarágua, Abrams se tornaria mais conhecido por seu envolvimento entusiasmado com o esforço do governo Reagan para derrubar o revolucionário governo sandinista da Nicarágua. Ele defendeu a invasão total da Nicarágua em 1983, imediatamente após o bem-sucedido ataque dos Estados Unidos à pequena nação insular de Granada. (SCHWARZ, 2019).

O que esperar dessa intervenção “democrática” na Venezuela? Os ventos da história indicam que a bússola salvadora não está à deriva, mais do que isso, segue apontada numa

<sup>93</sup> Carta da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: [https://www.oas.org/em/sla/dil/inter\\_american\\_treaties\\_A-41\\_charter\\_OAS.asp#Chapter\\_IV](https://www.oas.org/em/sla/dil/inter_american_treaties_A-41_charter_OAS.asp#Chapter_IV)

<sup>94</sup> Escolhido de Trump para Levar a “Democracia” à Venezuela Passou a Vida Esmagando a Democracia. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/01/escolhido-trump-democracia-venezuela/>

direção clara e objetiva, a de que a qualquer custo é imprescindível efetivar o projeto hegemônico imperialista, afinal, “todas as opções estão sobre a mesa”<sup>95</sup>.

De acordo com Santos (2019) a estratégia de segurança nacional da administração Trump não tem sido focada na luta contra o terrorismo, bandeira que dominou os discursos dos governos que estiveram no país desde os ataques de 11 de setembro de 2001, mas a nova estratégia estadunidense tem como foco conter o avanço da China e da Rússia no hemisfério por serem considerados adversários estratégicos para a segurança nacional de Washington.

Sobre os interesses americanos com relação a Venezuela, Santos (2019) adverte acerca da necessidade de não se cair em generalizações, mas que é importante situar que há atores estratégicos que investem contra o governo de Caracas por dois motivos centrais: 1 - “política interna” dos Estados Unidos, em especial, da Flórida, Estado que historicamente foi contra o governo cubano e agora é destino de muitos venezuelanos contrários ao governo de Maduro; 2 - necessidade de neutralizar os vestígios da guerra fria, o que para muitos é representado por Cuba, Venezuela e Nicarágua.

Uma análise dos atores que estão dirigindo a ação americana em direção à Venezuela o comprova: ao leme está o Senador Marco Rubio, do estado da Flórida, conhecido conservador anti-castrista e adversário histórico da “revolução bolivariana”, conhecido hoje em dia por trás dos bastidores da cidade como o “vice-chanceler de fato” para o hemisfério ocidental da administração Trump. Mauricio Claver-Carone e John Bolton, do Conselho Nacional de Segurança da Casa Branca, conhecidos falcões em política exterior, sobretudo em direção aos países progressistas do hemisfério; Elliot Abrams, condenado e confesso de haver mentido ao congresso sobre seu conhecimento e participação no famoso caso Iran-Contras, durante a administração de Ronald Reagan, quando foi vice-chanceler; o Secretário de Estado Mike Pompeo, político conservador do estado do Kansas, membro do famoso grupo conservador *tea party*, quando foi congressista, e ex-Diretor da Agência Central de Informação (CIA); e o vice-presidente Mike Pence. Comenta-se nos bastidores em Washington que estão ausentes dessa ação sobre a Venezuela os burocratas especialistas de distintas agências como, por exemplo, a Divisão de Assuntos para o Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado, cujo papel parece estar reduzido a executar a política para a Venezuela tal e qual se decide no Conselho Nacional de Segurança da Casa Branca. (SANTOS, 2019, p. 98-99, tradução nossa).<sup>96</sup>

<sup>95</sup> Essa expressão remete à declaração feita pelo presidente Donald Trump em 26 de setembro de 2018 com relação a Nicolás Maduro, daí em diante a retórica do presidente americano demarcava a necessidade de saída do presidente da Venezuela.

<sup>96</sup> No original: “Un análisis de los actores que están dirigiendo el accionar estadounidense hacia Venezuela lo comprueba: al timón está el Senador Marco Rubio, del estado de Florida, conocido conservador anti-castrista e histórico adversario de la “revolución bolivariana,” conocido hoy en día detrás de vestidores en la ciudad como el ‘vicecanciller de facto’ para el hemisferio occidental de la administración Trump. Mauricio Claver-Carone y John Bolton, del Consejo Nacional de Seguridad de la Casa Blanca, conocidos halcones en política exterior, sobre todo hacia los países progresistas del hemisferio; Elliot Abrams, convicto y confeso de haberle mentado al congreso sobre su conocimiento y participación en el famoso caso Irán-Contra, durante la administración de

Santos (2019) destaca que mesmo nos Estados Unidos não há consenso sobre como poderão ser as transformações necessárias à Venezuela, dando como exemplo que os senadores do Partido Democrata e o ex-candidato à presidência Bernie Sanders são fortes críticos ao governo de Maduro. São, contudo, contrários também a uma intervenção direta por parte dos Estados Unidos, inclusive a Câmara de Representantes do Congresso Americano descartou essa possibilidade por meio da resolução HR 1004 de 16 de fevereiro de 2019, que proíbe uma ação militar contra a Venezuela sem que seja autorizada pelo Congresso.

O autor considera que é possível sintetizar as ações dos Estados Unidos com relação à Venezuela em dois períodos:

### **Primeiro período: 2004- 2013**

1. A partir do escândalo do WikiLeaks foram encontrados documentos que comprovam que o governo dos Estados Unidos tinha a clara intenção de sabotar o governo venezuelano e sua política exterior na região.

Durante este período, o grupo de democratas e republicanos pragmáticos, que estavam dispostos a coexistir com o governo em Caracas, conseguiram conter a influência de grupos dentro e fora do governo do presidente George W. Bush que buscavam o confronto, e que apoiaram o fracassado golpe de estado contra o presidente Chávez em abril de 2002, assim como a subsequente paralisação petroleira ao final de 2002 e princípio de 2003. Durante este período, este grupo de atores pragmáticos tentou corrigir o erro tático dos falcões americanos que haviam expressado seu apoio ao golpe de estado em 12 de abril de 2002, violando o princípio que tem regido a política externa dos Estados Unidos desde a queda do muro de Berlim: “a promoção da democracia”. (SANTOS, 2019, p. 101, tradução nossa).<sup>97</sup>

2. Um setor da oposição venezuelana nos Estados Unidos, em especial, nas cidades de Miami, Washington e Boston, assim como alguns setores conservadores da classe política e

---

Ronald Reagan, cuando fue vicescanciller; el Secretario de Estado Mike Pompeo, político conservador del estado de Kansas, miembro del afamado grupo conservador tea party, cuando fue congresista, y ex Director de la Agencia Central de Información (CIA); y el Vicepresidente Mike Pence. Se comenta tras vestidores en Washington que ausentes de ese accionar hacia Venezuela están los burócratas especialistas de distintas agencias como, por ejemplo, la División de Asuntos para el Hemisferio Occidental del Departamento de Estado, cuyo papel parece estar reducido a ejecutar la política hacia Venezuela tal y como se decide en el Consejo Nacional de Seguridad de la Casa Blanca.” (SANTOS, 2019, p. 98-99).

<sup>97</sup> No original: “Durante este período, el grupo de demócratas y republicanos pragmáticos, que estaban dispuestos a coexistir con el gobierno en Caracas, lograron contener la influencia de grupos dentro y fuera del gobierno del presidente George W. Bush que buscaban la confrontación, y que apoyaron el fallido golpe de estado contra el presidente Chávez en abril de 2002, así como el subsiguiente paro petrolero a finales de 2002 y principios de 2003. Durante este período, este grupo de actores pragmáticos intentó corregir el error táctico de los halcones estadounidenses que habían expresado su apoyo al golpe de estado el 12 de abril de 2002, violando el principio que ha regido la política exterior de Estados Unidos desde la caída del muro de Berlín: ‘la promoción de la democracia’”. (SANTOS, 2019, p. 101).

do governo americano pressionam há anos para que os Estados Unidos endureçam sua posição com a Venezuela.

Particularmente, a oposição organizada e radicada no sul do estado da Flórida encontrou conselheiros e aliados na comunidade cubano-americana anticastrista, com quem compartilham uma causa comum. Creem que a queda do atual governo em Caracas aumentaria a probabilidade de poder alcançar sua meta, de seis décadas, de derrotar o governo de Havana. (SANTOS, 2019, p. 102, tradução nossa).<sup>98</sup>

3. A diplomacia venezuelana esteve consciente sobre essas tensões e, ao mesmo tempo, o governo de Washington, por uma parte ainda que pequena, tentou construir estratégias com intuito de manter um relacionamento tolerável com o governo Chavista.

Esta estratégia incluía um árduo trabalho em Washington com o congresso dos Estados Unidos e com um setor minoritário do governo, em particular o de Obama, interessados em ter uma relação de respeito mútuo. A estratégia também incluía uma aproximação dentro e fora de Washington com o mundo acadêmico, os centros de pensamento, os meios de comunicação, empresas multinacionais, setores da diáspora venezuelana, assim como com comunidades despossuídas em toda parte do país. Além disso, desenhou-se todo um trabalho de informação e contato com estados e governos locais onde a Venezuela tinha interesses estratégicos. Esta estratégia permitiu estabelecer canais de diálogo que resultaram ser decisivos para conter as agressões de atores conservadores, tanto venezuelanos quanto estadunidenses. (SANTOS, 2019, p. 102, tradução nossa).<sup>99</sup>

4. Contudo, mesmo com as tentativas de conter a tensão entre os dois países, ainda no governo de George W. Bush começaram as sanções contra a Venezuela: essas ações tinham a finalidade de modificar a política da Venezuela, como historicamente é feito contra a Coreia do Norte, Cuba e Irã.

As primeiras sanções começaram em 2005, depois que a Venezuela exigiu a saída da DEA<sup>100</sup> do território nacional, o que levou ao primeiro conjunto de sanções contra a compra e manutenção de qualquer equipamento militar com

<sup>98</sup> No original: “Particularmente, la oposición organizada y radicada en el sur del estado de Florida encontró consejeros y aliados en la comunidad cubano-americana anticastrista, con quienes comparten una causa común. Creen que la caída del actual gobierno en Caracas aumentaría la probabilidad de poder alcanzar su meta, de seis décadas, de derrocar al gobierno en La Habana.” (SANTOS, 2019, p. 102).

<sup>99</sup> No original: “[...] Esta estrategia incluía un arduo trabajo en Washington con el congreso de Estados Unidos y con un sector minoritario del gobierno, en particular el de Obama, interesados en tener una relación de respeto mutuo. La estrategia también incluía un acercamiento dentro y fuera de Washington con el mundo académico, los centros de pensamiento, los medios de comunicación, empresas multinacionales, sectores de la diáspora venezolana, así como con comunidades desposeídas a lo largo y ancho del país. Además, se diseñó todo un trabajo de información y contacto con estados y gobiernos locales donde Venezuela tenía intereses estratégicos. Esta estrategia permitió establecer canales de diálogos que resultaron ser claves en contener las agresiones de actores conservadores, tanto venezolanos como estadounidenses.” (SANTOS, 2019, p. 102).

<sup>100</sup> Sigla para *Drug Enforcement Administration*, a agência americana antidrogas.

tecnologia americana. Desde então, e ao não alcançar seus objetivos de uma mudança de comportamento de Caracas, as sanções têm se multiplicado exponencialmente e se agrupam em seis distintos itens: terrorismo; tráfico de drogas; tráfico de pessoas; corrupção, práticas antidemocráticas e violação dos direitos humanos; sanções ao petróleo venezuelano e a PDVSA; e sanções a indivíduos, as quais ultrapassam a mais de 100 pessoas com afiliações ao governo venezuelano à data deste artigo. (SANTOS, 2019, p. 102- 103, tradução nossa).<sup>101</sup>

5. Entre os anos de 2004 até 2013, com a liderança diplomática do embaixador venezuelano, Bernardo Álvarez Herrera, Caracas conseguiu compreender os processos de tomada de decisões no cenário legislativo americano e soube trabalhar junto com atores estratégicos que puderam frear as ações mais severas contra a Venezuela. Esse contexto foi possível também pela conjuntura política da América do Sul, que apoiava o governo de Caracas. Pelo menos nesse período e, mais precisamente, na administração Obama, os Estados Unidos precisaram mudar sua estratégia contra Caracas. Todavia, com o estreitamento entre os governos Chavista, de Cuba e do Irã os Estados Unidos sentiram sua hegemonia ameaçada.

A relação com Cuba representou para a Venezuela o desafio de enfrentar em Washington a pressão anticastrista do sul da Flórida e do norte de Nova Jersey, que criticou o surgimento de organizações como a ALBA e PETROCARIBE, as quais vieram como um “salva-vidas” para o governo em Havana. A relação com o Irã representou para a Venezuela o desafio de enfrentar em Washington os constantes ataques da pressão pró-Israel, o qual acusou por anos a Venezuela de antissemitismo e de apoiar a grupos como Hezbolá, ignorando o laço histórico entre Teerã e Caracas, que são ambos países membros fundadores da OPEP. A complicada relação de Caracas com Bogotá merece especial atenção. Não é exagerado dizer que a relação entre Caracas e Washington, durante a administração de Álvaro Uribe, passava por Bogotá. Um clássico exemplo, entre dezenas que posso citar, além das acusações constantes das supostas relações entre o governo venezuelano e as FARC, e o perigo que representou para Caracas a expansão, em 2008, das bases militares norte-americanas em território colombiano, foi a utilização do tema venezuelano, por parte da diplomacia colombiana, como estratégia para conseguir a aprovação do tratado de livre comércio (TLC) com Washington. (SANTOS, 2019, p. 104-105, tradução nossa).<sup>102</sup>

<sup>101</sup> No original: “Las primeras sanciones comenzaron en 2005, después que Venezuela exigiera la salida de la DEA del territorio nacional, lo que llevó al primer conjunto de sanciones contra la compra y mantenimiento de cualquier equipo militar con tecnología estadounidense. Desde entonces, y al no alcanzar sus objetivos de un cambio en el comportamiento de Caracas, las sanciones se han multiplicado exponencialmente y se agrupan en seis distintos rubros: terrorismo; tráfico de drogas; trata de personas; corrupción, prácticas anti-democráticas y violación a los derechos humanos; sanciones al petróleo venezolano y a PDVSA; y sanciones a individuos, las cuales sobrepasan a más de 100 personas con afiliaciones al gobierno venezolano a la fecha de este escrito.” (SANTOS, 2019, p. 102- 103).

<sup>102</sup> No original: “La relación con Cuba represento para Venezuela el reto de enfrentar en Washington al cabildeo anticastrista del sur de Florida y del norte de Nueva Jersey, que criticó el surgimiento de organizaciones como el ALBA y PETROCARIBE, las cuales vieron como un “salvavidas” para el gobierno en La Habana. La relación con Irán representó para Venezuela el reto de enfrentar en Washington los constantes ataques del cabildeo pro-israelí, el cual acusó por años a Venezuela de antissemitismo y de apoyar a grupos como Hezbolá, ignorando el histórico lazo entre Teherán y Caracas al ser ambos países miembros fundadores de la OPEP. La

## Segundo Período- 2014 até os dias atuais

6. A morte de Chávez e a instabilidade política na Venezuela após as eleições de 2013 foram elementos centrais para o processo de deterioração da política exterior do país e as possibilidades concretas para lidar com as tensões com Washington.

Igualmente, a crise social e econômica que se desencadeou depois de 2014, a qual foi discutida amplamente pelos participantes ontem, tem provocado um enfraquecimento do “poder brando” da política externa venezuelana, executada com eficácia na década de 2003-2013, em particular em sua relação com os Estados Unidos. Isto nos ensina uma lição sobre o que considero como uma regra fundamental da política externa de qualquer país: a política externa é tão forte e efetiva como a força, legitimidade e estabilidade da política interna. Neste sentido, observamos que a Venezuela perdeu sua eficiência e eficácia, seja por projeto ou omissão, em sua estratégia em direção aos Estados Unidos. (SANTOS, 2019, p. 107, tradução nossa).<sup>103</sup>

7. A administração Trump decidiu romper o diálogo com Caracas e investiu ainda mais ideologicamente contra a proposta da revolução bolivariana.

Segundo, em Washington se perdeu o interesse de debater sobre a complexidade da experiência venezuelana, tal como se fazia na primeira década do século XXI. Ao contrário, tem-se solidificado uma matriz de opinião que simplifica e até ridiculariza a grave situação do país e os resultados do “socialismo do século XXI”, a qual leva a conclusões simplistas sobre qual deve ser a posição dos Estados Unidos diante da crise. Isto tem sido utilizado pelo presidente Trump para atacar seus adversários políticos, advertindo sobre o desastre que significaria a eleição de um “democrata socialista” para a presidência do país. (SANTOS, 2019, p. 107, tradução nossa).<sup>104</sup>

---

complicada relación de Caracas con Bogotá merece especial atención. No es exagerado decir que la relación entre Caracas y Washington, durante la administración de Álvaro Uribe, pasaba por Bogotá. Un clásico ejemplo, entre decenas que puedo citar, más allá de las acusaciones constantes de las supuestas relaciones entre el gobierno venezolano y las FARC, y el peligro que representó para Caracas la expansión, en el 2008, de las bases militares estadounidenses en territorio colombiano, fue la utilización del tema venezolano, por parte de la diplomacia colombiana, como estrategia para lograr la aprobación del tratado de libre comercio (TLC) con Washington.” (SANTOS, 2019, p. 104-105).

<sup>103</sup> No original: “De igual manera, la crisis social y económica que se desató después del 2014, la cual fue discutida ampliamente por los panelistas ayer, han provocado un debilitamiento del “poder blando” de la política exterior venezolana, ejecutada con efectividad en la década 2003-2013, en particular en su relación con Estados Unidos. Esto nos enseña una lección acerca de lo que considero es una regla cardinal de la política exterior de cualquier país: la política exterior es tan fuerte y efectiva como la fortaleza, legitimidad y estabilidad de la política interna. En ese sentido, observamos que Venezuela ha perdido su eficiencia y efectividad, ya sea por diseño u omisión, en su estrategia hacia Estados Unidos.” (SANTOS, 2019, p. 107).

<sup>104</sup> No original: Segundo, en Washington se ha perdido el interés de debatir sobre la complejidad de la experiencia venezolana, tal y como se hacía en la primera década del siglo XXI. Al contrario, se ha solidificado una matriz de opinión que simplifica y hasta ridiculiza la grave situación del país y los resultados del “socialismo del siglo XXI,” lo cual lleva a conclusiones simplistas de cuál debe ser la posición de Estados Unidos ante la crisis. Esto ha sido utilizado por el presidente Trump para atacar a sus adversarios políticos, advirtiendo sobre el desastre que significaría la elección de un “demócrata socialista” a la presidencia del país. (SANTOS, 2019, p. 107).

8. O crescimento de governos de direita na América do Sul, a começar em 2015 com o governo Macri na Argentina, Bolsonaro no Brasil em 2018 e a “renúncia” de Morales na Bolívia, aumentaram o isolamento do governo Maduro na região.

9. O avanço do tema venezuelano no cenário político americano que precede as eleições de 2020 impulsiona setores conservadores e radicais que acabam posicionando-se contra tudo o que representa a Venezuela (Maduro, Chávez) e também Cuba.

[...] O senador Marco Rubio, assim como a maioria dos representantes políticos da Flórida ante o Congresso Americano, e o próprio governador deste estado, Ron DeSantis, tem sido duros críticos do processo venezuelano das últimas décadas, em particular dos resultados econômicos e sociais do governo de Nicolás Maduro. Estes atores políticos têm encontrado, na crescente diáspora venezuelana neste estado, muitos organizados por setores radicais da oposição venezuelana, um campo fértil de organização política que lhes têm permitido retomar, junto a líderes cubano-americanos, as lutas anticastristas que agora se tornam também lutas antichavistas e antimaduristas. (SANTOS, 2019, p. 108-109, tradução nossa).<sup>105</sup>

10. A chegada ao poder do presidente Colombiano, Iván Duque, intensificou os conflitos regionais com Caracas ao tempo que incorporou o discurso de setores mais conservadores venezuelanos e americanos contra o governo Maduro.

#### 2.4.3 A Tática de Guerra Coletiva: Sanções Econômicas

Para Romano et al (2017) as sanções econômicas só podem ter êxito quando se trata de um Estado que tenha poder e influência política, econômica e militar suficiente para sancionar uma pessoa, empresa ou a toda população em razão de suposto interesse de segurança nacional. As estratégias de sanções econômicas dos Estados Unidos são componentes de uma guerra econômica e têm efeitos cada vez mais amplos, mediados também por uma guerra psicológica porque seus objetivos incluem a desestabilização, a deslegitimação do governo e o isolamento econômico e diplomático que pressionem de tal forma o governo que possam ocasionar uma mudança de regime.

<sup>105</sup> No original: “[...] El senador Marco Rubio, así como la mayoría de representantes políticos de Florida ante el Congreso estadounidense, y el mismo gobernador de ese estado, Ron DeSantis, han sido duros críticos del proceso venezolano de las últimas dos décadas, en particular de los resultados económicos y sociales del gobierno de Nicolás Maduro. Estos actores políticos han encontrado, en la creciente diáspora venezolana en ese estado, muchos organizados por sectores radicales de la oposición venezolana, un campo fértil de organización política que les ha permitido retomar, junto a líderes cubano-americanos, las luchas anti-castristas que ahora se tornan también como luchas antichavistas y antimaduristas.” (SANTOS, 2019, p. 108-109).

De acordo com Romano et al (2017) os mecanismos de pressão econômica são de todo o tipo como, por exemplo, corte de empréstimos, anulação de compras de produtos primários que são base da economia mundial, sanções econômicas e penas para países e empresas que se dispuserem a negociar e adquirir produtos do país sancionado.

Além disso, para que tais medidas sejam efetivas é necessário que existam aliados – Estados, empresas ou instituições. Quanto maior a quantidade de aliados, maior a força política contra o lado “inimigo” e mais danos. Tal logro não poderia ser possível sem o papel ativo dos meios de comunicação, os quais operam antes e no momento em que as sanções são aplicadas.

A imprensa e redes sociais têm um papel fundamental no momento prévio às sanções e no momento de sua aplicação. 1. Momento prévio à sua aplicação: Instalar/reforçar a concepção/percepção de que o governo atual é corrupto, ineficiente, que abusa do seu povo, que não sabe como fazer as coisas. 2. No momento de aplicar as sanções: Se reforça a concepção de que “a culpa” pela situação é do governo atual, que poderia evitar o mal estar do povo se decidisse renunciar e dar por terminado o mandato. Que os Estados Unidos pressionam desta maneira para evitar danos à população, à diferença do que poderia acontecer no caso de uma intervenção armada. (ROMANO ET AL., 2017, p. 02, tradução nossa).<sup>106</sup>

Em maio de 2019 o economista Manuel Sutherland, pesquisador do Centro de Investigación y Formación Obrera (CIFO) divulgou um Informe Especial no qual demonstra que as primeiras sanções contra a Venezuela começaram já em 2006 e os efeitos perduram ao longo dos anos. A seguir será apresentada a síntese divulgada pelo Informativo, que demonstra como tais medidas foram agravando sistematicamente a condição do país.

1. 2006. A Secretaria de Estado dos Estados Unidos declarou que o governo venezuelano não contribuía efetivamente com os esforços antiterroristas. “Ele o impulsionou a promulgar a Seção 40A do Ato de Controle da Exportação de Armas (22 U.S.C. 2781). Para de alguma maneira limitar o tráfico e exportação de armas elaboradas por empresas americanas com destino à Venezuela”. (SUTHERLAND, 2019, p. 17, tradução nossa).<sup>107</sup>

<sup>106</sup> No original: “La prensa y redes sociales tienen un rol fundamental en el momento previo a las sanciones y al momento de su aplicación 1. Momento previo a su aplicación: - Instalar/reforzar la concepción/percepción de que el gobierno de turno es corrupto, ineficiente, que abusa de su gente, que no sabe cómo hacer las cosas. 2. Al momento de aplicar las sanciones: - Se refuerza la concepción de que “la culpa” de la situación la tiene el gobierno de turno y que podría evitarle el malestar al pueblo si decide renunciar y dar por terminado el mandato. - Que los EEUU presionan de esta manera para evitar daños a la población. A diferencia de lo que podría suceder en caso de una intervención armada.” (ROMANO ET AL, 2017, p. 02).

<sup>107</sup> No original: “Ello le impulsó a promulgar la: Section 40A of the Arms Export Control Act (22 U.S.C. 2781). Para de alguna manera limitar el tráfico y exportación de armas elaboradas por empresas estadounidenses con destino a Venezuela”. (SUTHERLAND, 2019, p. 17).

2. 2008. O Departamento de Tesouro (DTE) dos Estados Unidos aplicou sanções individuais aos venezuelanos e agências de viagens que supostamente estavam aportando recursos para um grupo radical de origem libanesa vinculado ao Hezbollah: Ordem Executiva (O.E.) 13224.

3. 2008. O Departamento de Estado Americano (DTE) impôs sanções a 22 indivíduos com conexões com 27 empresas que supostamente estariam vinculadas ao narcotráfico e exportação de narcóticos aos Estados Unidos (Kingpin Act; P.L. 106- 120, Title VIII; 21 U.S.C. 1901 et seq.)

4. 2008. Começam as sanções contra os altos funcionários do governo venezuelano - General Hugo Carvajal, General Henry Rangel Silva, Ramón Rodríguez Chacín. As sanções seriam causadas por causa do suposto envolvimento destes funcionários com o narcotráfico e lavagem de dinheiro

5. 2011. Freddy Bernal e Amílcar Figueroa (políticos do Partido Socialista Unido de Venezuela) e o Major General Cliver Alcalá foram sancionados porque supostamente estavam envolvidos com crimes no Vietnã e com a guerrilha colombiana.

6. 2014. “[...] o Congresso americano chamou: uma escalada repressiva, este organismo emitiu a lei: ‘Defesa dos direitos humanos e civis da sociedade venezuelana’ (P.L. 113-278; 50 U.S.C. 1701 note). Esta lei buscava castigar aqueles que se viram envolvidos na repressão estatal aos protestos de 2014. Ele requer que o Presidente dos Estados Unidos imponha a revogação de vistos americanos e o congelamento de ativos relacionados com os acusados.” (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>108</sup>

7. 2015. Obama declara que a Venezuela é: “uma ameaça não usual e extraordinária à segurança e à política externa dos Estados Unidos”. No mesmo sentido foi declarada a emergência nacional para tratar da suposta ameaça: “Posteriormente, se bloqueiam ativos e se proíbe a entrada nos Estados Unidos de pessoas: “responsáveis pela erosão das garantias dos direitos humanos, a perseguição política e as limitações à liberdade de imprensa” (Registro Federal). Estima-se que ao menos 80 venezuelanos têm sido vítimas das sanções desde então, 73 na presidência de D. Trump (Rodríguez, Venezuela Red Book, 2019). Entre os receptores das mesmas se encontra Nicolás Maduro, sua esposa, Cilia Flores, oito membros do Tribunal

---

<sup>108</sup> No original: “[...] el Congreso estadounidense llamó: una escalada represiva, este organismo emitió la ley: “Defensa a los derechos humanos y civiles de la sociedad venezolana” (P.L. 113-278; 50 U.S.C. 1701 note). Esa ley buscaba castigar a quienes se vieron involucrados en la represión estatal a las protestas de 2014. Ello requiere que el Presidente de EEUU imponga revocatorias de visas estadounidenses y la congelación de activos relacionados con los imputados.” (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

Supremo de Justiça, Diosdado Cabello e Delcy Rodríguez”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>109</sup>

8. 2017. A vice-presidente da Venezuela é sancionada e em maio de 2018, Pedro Luis Martin, Oficial de Inteligência, também é sancionado.

9. 2018. Foi emitida a O.E. 13827, “nela se proíbe todo tipo de transações relacionados com o uso de qualquer moeda digital ou criptoativo emitido pelo governo venezuelano. Isso proíbe a aquisição da criptomoeda estatal, o Petro, por parte de americanos ou estrangeiros que mantenham negócios com os Estados Unidos. (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>110</sup>

10. 2018. Foi emitida a O.E. 13835, documento que proibiu que os americanos ou pessoas dentro do território americano pudessem comprar ou negociar “qualquer dívida ou garantia cuja propriedade do governo venezuelano ou PDVSA exceda os 50%. Ele dificulta ao extremo a reestruturação da dívida (Registro Federal).” (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>111</sup>

11. 2018. Trump emite a O.E. 13850, sanções de ordem econômica: “Nela se proíbem, bloqueiam qualquer tipo de operação relativa a transações de ouro, ou qualquer ativo (determinado pelo Departamento do Tesouro (DT)) que o governo venezuelano exerça com empresas americanas”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>112</sup>

12. 2019. Foi emitida a O.E. 13850: “é ampliada até alcançar a 7 indivíduos e 23 empresas acusadas de praticar atos de corrupção relativos ao intercâmbio de moedas através de operações cambiais que segundo o DTE geraram 2400 milhões de dólares em lucros provenientes da corrupção”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>113</sup>

<sup>109</sup> No original: “Posterior a ello, se bloquean activos y se prohíbe la entrada a EEUU de personas: “responsable de la erosión de las garantías de los derechos humanos, la persecución política y las limitaciones a la libertad de prensa”. (Federal Register). Se estima que al menos 80 venezolanos han sido víctima de las sanciones desde entonces, 73 en la presidencia de D. Trump (Rodríguez, Venezuela Red Book, 2019). Entre los receptores de las mismas se encuentra Nicolás Maduro, su esposa: Cilia Flores, ocho miembros del Tribunal Supremo de Justicia, Diosdado Cabello y Delcy Rodríguez” (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

<sup>110</sup> No original: “en ella se prohíbe todo tipo de transacciones relacionadas con el uso de cualquier moneda digital o criptoactivo emitido por el gobierno venezolano. Ello prohíbe la adquisición de la criptomoneda estatal: Petro, por parte de personas estadounidenses o de extranjeros que mantengan negocios con EEUU. (Federal Register)”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

<sup>111</sup> No original: “cualquier deuda o colateral (prenda o garantía) cuya propiedad del gobierno venezolano o PDVSA exceda el 50 %. Ello dificulta al extremo la reestructuración de la deuda. (Federal Register)”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

<sup>112</sup> No original: “En ella se prohíben, bloquean cualquier tipo de operación relativa a transacciones de oro, o cualquier activo (determinado por el Departamento del Tesoro (DT)) que el gobierno venezolano ejerza con empresas estadounidenses”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

<sup>113</sup> No original: “es ampliada hasta alcanzar a 7 individuos y 23 empresas acusadas de ejercer actos de corrupción

13. 2019. Em conformidade com a O.E. 13850, a Oficina de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento de Tesouro (OFAC) acrescentou sanções à estatal PDVSA, o que se estendeu a todas as propriedades da companhia que estivessem debaixo da jurisdição americana, que seriam bloqueadas. “Toda pessoa americana tem a proibição de estabelecer negócios com essa empresa venezuelana. As transações com duas subsidiárias da PDVSA nos Estados Unidos como CITGO e PDVSA Holdings relativas à importação de petróleo e aditivos está permitida até 28 de abril de 2019. Os pagamentos realizados a estas empresas da PDVSA nos Estados Unidos foram congelados em contas estadunidenses.” (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>114</sup>

14. 2019. Foi emitida a O.E. 13857 em que Juan Guaidó foi reconhecido como presidente “interino” da Venezuela, apesar de não haver na Constituição Venezuela esse tipo de representação.

15. 2019. O DTE sancionou as empresas: MINERVEN (empresa de mineração de ouro), BANDES (banco estatal de desenvolvimento), Banco da Venezuela (banco estatal universal). Ele dificulta ao extremo operações de pagamento internacional que a nação costumava realizar através do BANDES”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>115</sup>

16. 2019. O FMI “decidiu negar o acesso ao governo venezuelano de 400 milhões de dólares que em direitos especiais de giro, tem a república sob guarda do multilateral. O FMI argumenta que há uma forte crise política de legitimidade, já que Juan Guaidó se declarou como presidente ‘interino’ do país”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18, tradução nossa).<sup>116</sup>

17. 2019. Ativos estrangeiros venezuelanos são confiscados por aliados dos Estados Unidos. “Ele inclui 1200 milhões de dólares em ouro que o estado tem no Banco da Inglaterra

---

relativos al intercambio de monedas a través de operaciones cambiarias que según el DTE generaron 2400 millones de dólares en ganancias provenientes de la corrupción”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

<sup>114</sup> No original: “Toda persona estadounidense tiene prohibición de establecer negocios con esa empresa venezolana. Las transacciones con dos subsidiarias de PDVSA en EEUU como CITGO y PDVSA Holdings relativas a la importación de petróleo y aditivos está permitida hasta el 28 de abril de 2019. Los pagos realizados a estas empresas de PDVSA en EEUU se congelarán en cuentas estadounidenses”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

<sup>115</sup> No original: “MINERVEN (empresa de minería de oro), BANDES (banco estatal de desarrollo), Banco de Venezuela (banco estatal universal). Ello dificulta en extremo operaciones de pago internacional que la nación solía realizar a través de BANDES” (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

<sup>116</sup> No original: “decidió negar el acceso al gobierno venezolano de 400 millones de dólares que en derechos especiales de giro, tiene la república bajo resguardo del multilateral. El FMI argumenta que hay una fuerte crisis política de legitimidad, ya que Juan Guaidó se declaró como presidente “interino” del país”. (SUTHERLAND, 2019, p. 18).

e uma companhia de fertilizantes da PDVSA localizada na Colômbia: Monómeros, avaliada em 269 milhões de dólares”. (SUTHERLAND, 2019, p. 19, tradução nossa).<sup>117</sup>

Sutherland (2019) ressalta que tais medidas não se resumem apenas aos Estados Unidos, e que a União Europeia também tem agido no sentido de congelar ativos de pessoas ligadas ao alto escalão da burocracia venezuelana. Além disso, 14 países que integram o Grupo de Lima<sup>118</sup> também contribuem para o isolamento diplomático da Venezuela com a retirada de seus embaixadores do país e com o fechamento das embaixadas, e, de outro lado, atuam para que suas empresas não financiem ou façam transações com o governo venezuelano.

De acordo com Weisbrot e Sachs (2019) em agosto de 2017, quando o governo Trump impôs sanções financeiras à Venezuela, a economia estava em recessão há mais de três anos.

Ainda que não haja havido dados oficiais da Venezuela para estes indicadores desde 2015, as melhores estimativas disponíveis apontaram que o PIB real havia diminuído em 24.3% desde 2014 até 2016, e a inflação de preços ao consumidor de janeiro a agosto de 2017 esteve provavelmente a uma taxa anual entre 758 e 1350%. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07, tradução nossa).<sup>119</sup>

Conforme os autores, as sanções de agosto de 2017 proibiram o governo Maduro de solicitar empréstimos aos mercados financeiros americanos. Como consequência imediata o governo de Caracas não pôde reestruturar a dívida externa do país, pois para tal feito seria necessário emitir títulos em troca da dívida existente. Contudo, apesar de as medidas referirem-se ao mercado financeiro americano, na prática, as instituições financeiras que não são americanas também receberam com desconfiança as reais chances do governo de Caracas poder arcar com a dívida do país e, conseqüentemente, com os empréstimos obtidos no mercado internacional.

Embora tecnicamente as sanções de agosto de 2017 somente afetavam as transações que tiveram contato com o sistema financeiro dos Estados Unidos, na prática também afetaram as que estavam fora do sistema financeiro americano porque: 1) a reestruturação se negocia com grupos detentores de títulos, os quais, invariavelmente, os detentores de títulos dos Estados Unidos;

<sup>117</sup> No original: “Ello incluye 1200 millones de dólares en oro que el estado tiene en el Banco de Inglaterra y una compañía de fertilizantes de PDVSA ubicada en Colombia: Monómeros, valorada en 269 millones de dólares”. (SUTHERLAND, 2019, p. 19).

<sup>118</sup> Países que compõem o grupo do Grupo de Lima: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, unindo-se posteriormente Guiana e Santa Luzia.

<sup>119</sup> No original: Aunque no ha habido datos oficiales de Venezuela para estos indicadores desde 2015, las mejores estimaciones disponibles señalaron que el PIB real había disminuido en un 24.3% desde 2014 hasta 2016, y la inflación de precios al consumidor de enero a agosto de 2017 estuvo probablemente entre 758 y 1350% a una tasa anual. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07).

2) as instituições financeiras fora do sistema financeiro dos Estados Unidos tinham boas razões para temer que haveria mais sanções que os afetaria e, de fato, isto aconteceu em um ano e meio depois. Antes das sanções de agosto de 2017, a dívida que estava por se reestruturar era a da empresa petrolífera estatal, a PDVSA. A dívida soberana (do Governo) não se pôde reestruturar depois que a oposição ganhara a maioria da Assembleia Nacional em 2015. Isto se deveu a que os líderes da oposição na Assembleia Nacional declararam que não aprovariam nenhum novo empréstimo externo para o Governo. Sem esta aprovação, a legalidade de novos títulos do Governo derivados de uma reestruturação seria questionável, de acordo com a lei venezuelana; de fato, a oposição se comprometeu a não os pagar caso chegassem ao poder. Sob essas circunstâncias, uma reestruturação da dívida do Governo era impossível naquele momento. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07, tradução nossa).<sup>120</sup>

Os autores afirmam que no cenário interno da Venezuela, com o crescimento da oposição no Congresso Nacional após as eleições de 2015, houve um acirramento da disputa política no país e os líderes da oposição não apoiaram a posição do governo de contrair mais empréstimos para o país. Dessa forma, o governo Maduro também não o poderia fazer, pois não havia base jurídica que o permitisse: “também proibiram ao CITGO — afiliado da PDVSA e que tem umas 5 500 estações de serviço de gasolina nos EEUU — repatriar seus lucros para a Venezuela. Desde 2015 até 2017, o CITGO gerou aproximadamente 2.5 bilhões de dólares em benefícios para a PDVSA” (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07, tradução nossa).<sup>121</sup>

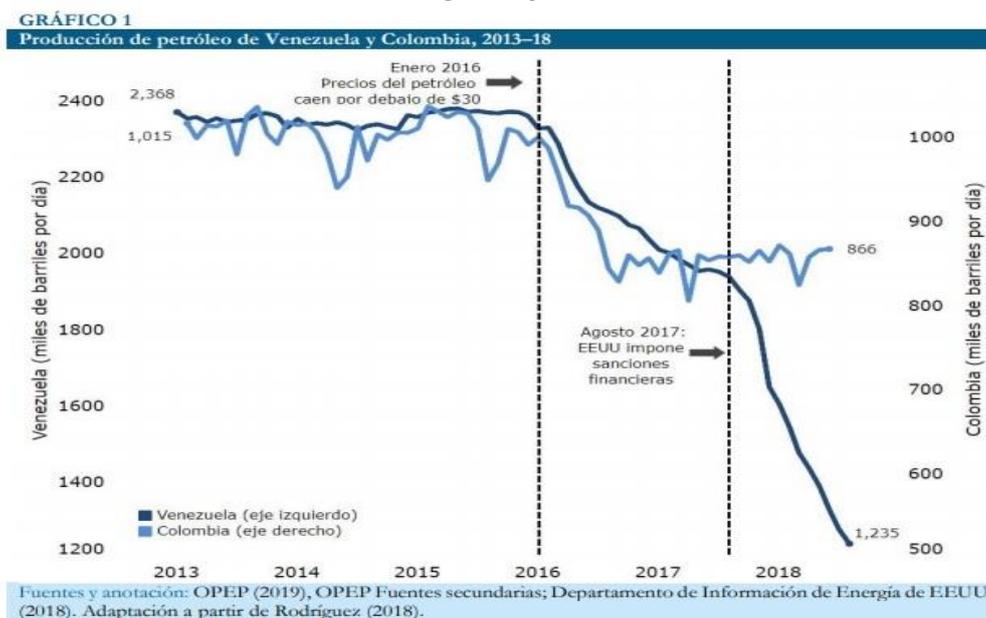
Não obstante, a dívida da PDVSA nesse momento chegava a aproximadamente 30 bilhões de dólares, dos quais 7 bilhões e 100 milhões de dólares eram o principal da dívida e os juros venciam nos próximos dois anos. Grande parte deste serviço da dívida poderia ter sido adiado com a reestruturação da dívida da PDVSA que se estava negociando antes das sanções de agosto de 2017. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07, tradução nossa).<sup>122</sup>

<sup>120</sup> No original: “Si bien técnicamente las sanciones de agosto de 2017 solo afectaban a las transacciones que tuvieran contacto con el sistema financiero de Estados Unidos, en la práctica también afectaron a las que estaban fuera del sistema financiero estadounidense porque 1) la reestructuración se negocia con grupos de tenedores de bonos, los cuales invariablemente incluirían a los tenedores de bonos de Estados Unidos; 2) las instituciones financieras fuera del sistema financiero de EEUU tenían buenas razones para temer que hubiera más sanciones que los afectarían y, de hecho, esto sucedió en un año y medio después. Antes de las sanciones de agosto de 2017, la deuda que estaba por reestructurarse era la deuda de la empresa petrolera estatal, PDVSA. La deuda soberana (del Gobierno) no se pudo reestructurar después de que la oposición ganara la mayoría de la Asamblea Nacional en 2015. Esto se debió a que los líderes de la oposición en la Asamblea Nacional declararon que no aprobarían ningún nuevo préstamo externo para el Gobierno. Sin esta aprobación, la legalidad de los nuevos bonos del Gobierno derivados de una reestructuración sería cuestionable, de acuerdo a la ley venezolana; de hecho, la oposición se comprometió a no pagarlos si llegaban al poder. Bajo esas circunstancias, una reestructuración de la deuda del Gobierno era imposible en aquel momento.” (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07).

<sup>121</sup> No original: “también prohibieron a CITGO — afiliado a PDVSA y que tiene unas 5 500 estaciones de servicio de gasolina en EEUU — repatriar sus ganancias a Venezuela. Desde 2015 hasta 2017, CITGO generó aproximadamente \$2.5 mil millones en beneficios para PDVSA”. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07).

<sup>122</sup> No original: “No obstante, la deuda de PDVSA en ese momento llegaba a aproximadamente \$30 mil millones, de los cuales \$7.1 mil millones era el principal de la deuda y los intereses vencían en los próximos dos años.

Sem sombra de dúvidas um dos eixos centrais que contribuíram para a derrocada da economia venezuelana e deterioraram as condições de vida da população foram os efeitos da sanção americana aplicada em agosto de 2017 na produção do petróleo da Venezuela, que já estava fragilizada. Weibrot e Sachs (2019), ao analisarem os efeitos das baixas nos preços de petróleo e os desdobramentos para as economias da Colômbia e Venezuela mostram que desde 2013 ambos países tiveram uma diminuição significativa em sua produção; contudo, após as sanções impostas à Venezuela houve um verdadeiro colapso para a produção diária de barris de petróleo. A seguir será apresentado o gráfico sobre a “Producción de petróleo de Venezuela y Colombia, 2013-18” elaborado por Rodriguez (2018) com base nos dados da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP).



A partir destes dados os autores concluem que em 2018 a produção de petróleo diminuiu 30.1% em comparação a 2017; a taxa neste ano foi de 11.5%. Ou seja, para as condições objetivas de um país que importa insumos essenciais como alimentos e medicações, uma perda nesta proporção implica diretamente no aprofundamento da pobreza e degradação das condições de vida da população.

É importante enfatizar que quase a totalidade das divisas que são necessárias para importar medicamentos, alimentos, equipamentos médicos, peças e equipamentos necessários para a geração de eletricidade, sistemas de água ou transporte, são recebidos pela economia venezuelana através da renda do Governo sobre a exploração do petróleo. Portanto, as sanções que reduzem os lucros do Governo e, por conseguinte, a renda do Governo, reduzem assim as importações destes bens essenciais que, em muitos casos, salvam vidas. É muito provável que a perda de tantos bilhões de dólares em divisas e a perda de renda do Governo constituíram o principal impulso que levou a economia a passar de sua alta inflação, quando se implementaram as sanções em agosto

---

Gran parte de este servicio de la deuda podría haberse pospuesto con la reestructuración de la deuda de PDVSA que se estaba negociando antes de las sanciones de agosto de 2017.” (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 07).

de 2017, à hiperinflação. É comum na história das hiperinflações que se desencadeiem por um grande impacto externo na renda do Governo e na balança comercial, como aconteceu na Venezuela depois da implementação destas sanções. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 09, tradução nossa).<sup>123</sup>

Conforme Weisbrot e Sachs (2019) para a “Red de Ejecución de Delitos Financieros” o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos emitiu comunicados que fragilizaram ainda mais a condição política e econômica da Venezuela.

[...] o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos emitiu um “Aviso às instituições financeiras sobre a corrupção política generalizada na Venezuela”. Declarou que “todos os ministérios e organismos governamentais venezuelanos, incluídas as empresas de propriedade do Estado, mostram-se vulneráveis à corrupção e à lavagem de dinheiro”, e recordou às instituições financeiras dos Estados Unidos suas obrigações reguladoras de “tomar medidas fundamentadas e prevendo os riscos para identificar e limitar qualquer exposição que possam ter aos fundos e a outros ativos associados à corrupção venezuelana do setor público. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 09, tradução nossa).<sup>124</sup>

As dificuldades agravaram-se após o dia 28 de janeiro com o reconhecimento de Juan Guaidó como “presidente interino” da Venezuela por parte de Trump e os países aliados:

Aqui devemos incluir não somente as sanções que foram explicitamente ditadas por estas ordens executivas, mas também as sanções que foram implícitas e ativadas por causa do reconhecimento de um Governo paralelo; e sanções adicionais resultantes de declarações, ameaças ou ações adicionais do Poder Executivo dos Estados Unidos. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 21, tradução nossa).<sup>125</sup>

<sup>123</sup> No original: “Es importante recalcar que casi la totalidad de las divisas que se necesitan para importar medicamentos, alimentos, equipos médicos, repuestos y equipos necesarios para la generación de electricidad, sistemas de agua o transporte, son recibidos por la economía venezolana a través de los ingresos del Gobierno de la exportación de petróleo. Por onde, las sanciones que reducen las ganancias del Gobierno y, por lo tanto, los ingresos del Gobierno, reducen así las importaciones de estos bienes esenciales que en muchos casos salvan vidas. Es muy probable que la pérdida de tantos miles de millones de dólares en divisas y la pérdida en ingresos del Gobierno constituyeran el principal empujón que llevó a la economía a pasar de su alta inflación, cuando se implementaron las sanciones en agosto de 2017, a la hiperinflación. Es común en la historia de las hiperinflaciones que se desencadenen por un gran impacto externo a los ingresos del Gobierno y la balanza de pagos, como sucedió en Venezuela luego de la implementación de estas sanciones.” (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 09).

<sup>124</sup> No original: “[...] el Departamento del Tesoro de EEUU emitió un “Aviso a las instituciones financieras sobre la corrupción política generalizada en Venezuela”. Declaró que “todos los ministerios y organismos gubernamentales venezolanos, incluidas las empresas de propiedad del Estado, se muestran vulnerables a la corrupción y al lavado de dinero”, y recordó a las instituciones financieras de EEUU sus obligaciones reglamentarias de “tomar medidas razonadas y previendo los riesgos para identificar y limitar cualquier exposición que puedan tener a los fondos y a otros activos asociados a la corrupción venezolana del sector público.” (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 09).

<sup>125</sup> No original: “En este apartado debemos incluir no solo las sanciones que fueron explícitamente dictadas por estas órdenes ejecutivas, sino también las sanciones que fueron implícitas y activadas a causa del reconocimiento de un Gobierno paralelo; y sanciones adicionales resultantes de declaraciones, amenazas o acciones adicionales del Poder Ejecutivo de Estados Unidos.” (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 21).

O contexto interno na Venezuela é agravado devido à hiperinflação que o país enfrenta. Conforme Weisbrot e Sachs (2019) a definição clássica de hiperinflação na literatura econômica refere-se a 50% ao mês. Na América Latina há sete episódios desse tipo e os governos tomaram medidas para conter tal situação que, em média, durou aproximadamente quatro anos.

Em uma situação de hiperinflação, as pessoas perdem cada vez mais a confiança na moeda nacional e não querem mantê-la. Portanto, em algum momento, a hiperinflação se converte em uma profecia autocumprida. Porém, a dinâmica que se cria pode fazer possível livrar-se da hiperinflação mais facilmente e mais rapidamente que uma inflação mais baixa, mas ainda assim alta. Isso acontece quando, como resultado da hiperinflação, as pessoas deixam de fixar os preços na moeda nacional e, ao invés disso, buscam a taxa de câmbio dos preços. Nesse momento, a estabilização do tipo de câmbio pode estabilizar rapidamente os preços internos. (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 21, tradução nossa).<sup>126</sup>

A partir do contexto apresentado é possível afirmar que as sanções econômicas aplicadas à Venezuela começaram contra pessoas físicas, mas ao longo do tempo, e em especial na administração Trump, os bens ativos do país foram sancionados, confiscados e embargados, especialmente a PDVSA. Tendo em vista a especificidade da economia venezuelana, que já estava enfrentando uma crise econômica devido à baixa no preço do petróleo, dentre outros motivos, a capacidade para importar bens essenciais como alimentos e medicação foram reduzidos drasticamente.

Por outro lado, o isolamento do país no contexto geopolítico internacional contribuiu para a perda de capacidade política de negociação e, internamente, as condições de vida da população deterioraram-se em meio às contradições que envolvem o desenvolvimento do governo Maduro. É certo que as sanções não possuem apenas uma face estritamente econômica, mas também são estratégias ideopolíticas para sufocar e ruir o regime opositor. Contudo, os danos humanos de tais medidas são trágicos e implicam também toda a comunidade internacional que corrobora para esse contexto.

---

<sup>126</sup> No original: “En una situación de hiperinflación, las personas pierden cada vez más confianza en la moneda nacional y no quieren mantenerla. Por lo tanto, en algún momento, la hiperinflación se convierte en una profecía autocumplida. Sin embargo, la dinámica que se crea puede hacer posible deshacerse de la hiperinflación más fácilmente y más rápidamente que una inflación más baja, pero aun así alta. Esto sucede cuando, como resultado de la hiperinflación, las personas dejan de mirar los precios en la moneda nacional y, en cambio, buscan la tasa de cambio de los precios. En ese momento, la estabilización del tipo de cambio puede estabilizar rápidamente los precios internos.” (WEISBROT; SACHS, 2019, p. 21).

#### 2.4.4 Rússia e China e as apostas na Venezuela

De acordo com Álvarez R. (2019) a Assembleia Nacional (AN) da Venezuela aprovou em 5 de fevereiro de 2019 o Estatuto que organiza o processo de transição democrática “para restablecer la vigencia de la Constitución”. Conforme o Estatuto aprovado pela AN o processo ocorreria em três etapas planejadas pelo presidente interino Juan Guaidó:

Liberação do regime ditatorial com a cessação da usurpação de poderes que exerce Nicolás Maduro. Conformação de um governo provisório de unidade nacional. Restabelecimento da democracia mediante eleições ‘livres, transparentes e competitivas’. (Álvarez R., 2019, p. 143-144, tradução nossa).<sup>127</sup>

Contudo, o autor salienta que os conflitos políticos no país são anteriores, em especial, após as eleições presidenciais ocorridas em 2018 que foram contestadas pela oposição, de maioria no Congresso; assim, Maduro teve que recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça para buscar apoio e tentar garantir sua governabilidade. Todavia, para a oposição ao governo de Caracas as eleições presidenciais de 2018 foram ilegais, ou seja, seu resultado tampouco tem validade. Dessa forma, os atos do presidente devem ser nulos e desobedecidos pela população.

O grupo de oposição se vale do Art. 350 da Constituição da República Bolivariana Venezuelana (CRBV) que estabelece: “O povo da Venezuela, fiel à sua tradição republicana, à sua luta pela independência, paz e liberdade, vai ignorar qualquer regime, legislação ou autoridade que contrarie os valores, princípios e garantias democráticos ou desprestigie os direitos humanos”.<sup>128</sup> Outro artigo usado como fundamento pela oposição é o 333: “Esta Constituição não perderá sua vigência se deixar de ser observada por ato de força ou porque foi revogada por qualquer outro meio distinto ao nela previsto. Em tal eventualidade, todo cidadão ou cidadã, investido ou não de autoridade, terá o dever de colaborar no restabelecimento de sua efetiva vigência.” (tradução nossa)<sup>129</sup>

Outro artigo importante da CRBV é o 233:

Serão faltas absolutas do Presidente ou Presidenta da República: sua morte, sua renúncia, sua destituição decretada por sentença do Tribunal Supremo de

<sup>127</sup> No original: “Liberación del régimen dictatorial con el cese de la usurpación de los poderes que ejerce Nicolás Maduro. Conformación de un gobierno provisional de unidad nacional. Restablecimiento de la democracia mediante elecciones ‘libres, transparentes y competitivas’”. (Álvarez R, 2019, p. 143-144).

<sup>128</sup> No original: “El pueblo de Venezuela, fiel a su tradición republicana, a su lucha por la independencia, la paz y la libertad, desconocerá cualquier régimen, legislación o autoridad que contraríe los valores, principios y garantías democráticos o menoscabe los derechos humanos”.

<sup>129</sup> No original: “Esta Constitución no perderá su vigencia si dejare de observarse por acto de fuerza o porque fuere derogada por cualquier otro medio distinto al previsto en ella. En tal eventualidad, todo ciudadano investido o ciudadana investida o no de autoridad, tendrá el deber de colaborar en el restablecimiento de su efectiva vigencia.” (CRBV, 2019)

Justiça; sua incapacidade física ou mental permanente certificada por uma junta médica designada pelo Tribunal Supremo de Justiça e com aprovação da Assembleia Nacional; o abandono do cargo, declarado como tal pela Assembleia Nacional, assim como a revogação popular de seu mandato. Quando a falta absoluta do Presidente eleito ou da Presidente eleita acontecer antes de tomar posse, se procederá a uma nova eleição universal, direta e secreta dentro dos trinta dias consecutivos seguintes. Enquanto se elege e toma posse o novo Presidente ou a nova Presidenta, o Presidente ou a Presidente da Assembleia Nacional se encarregará da Presidência da República. Se a falta absoluta do Presidente ou da Presidenta da República se produz durante os primeiros quatro anos do período constitucional, se procederá a uma nova eleição universal, direta e secreta dentro dos trinta dias consecutivos seguintes. Enquanto se elege e toma posse o novo Presidente ou a nova Presidenta, o Vice-Presidente Executivo ou a Vice-Presidenta Executiva se encarregará da Presidência da República. Nos casos anteriores, o novo Presidente ou Presidente completará o período constitucional correspondente. Se a falta absoluta acontece durante os últimos dois anos do período constitucional, o Vice-Presidente Executivo ou a Vice-Presidenta Executiva assumirá a Presidência da República até se completar o dito período (CRBV, 2019, tradução nossa).<sup>130</sup>

Para Álvarez R. (2019) Guaidó construiu o Estatuto para o governo de transição com base nesses artigos nos seguintes termos:

“‘governo de transição e unidade nacional’ se manterá nas funções até a celebração de eleições autênticas, em um período que não pode exceder os 12 meses. As presidenciais não serão convocadas no prazo de 30 dias, tal como estabelece o artigo 233 da C RBV que foi invocado para designar o presidente da Assembleia Nacional como presidente interino da república. O artigo 14 do Estatuto estabelece que o presidente da Assembleia Nacional será o presidente encarregado da república, cujo mandato se dividirá em duas etapas: antes e depois da cessação da usurpação. Na primeira etapa, o presidente encarregado, com a autorização e o controle da Assembleia Nacional, poderá ditar medidas especiais, tais como nomear conselhos administrativos em entidades públicas, incluindo as constituídas no estrangeiro; designar um procurador especial para a defesa e representação dos interesses da república

<sup>130</sup> No original: “Serán faltas absolutas del Presidente o Presidenta de la República: su muerte, su renuncia, su destitución decretada por sentencia del Tribunal Supremo de Justicia; su incapacidad física o mental permanente certificada por una junta médica designada por el Tribunal Supremo de Justicia y con aprobación de la Asamblea Nacional; el abandono del cargo, declarado como tal por la Asamblea Nacional, así como la revocación popular de su mandato. Cuando se produzca la falta absoluta del Presidente electo o Presidenta electa antes de tomar posesión, se procederá a una nueva elección universal, directa y secreta dentro de los treinta días consecutivos siguientes. Mientras se elige y toma posesión el nuevo Presidente o la nueva Presidenta, se encargará de la Presidencia de la República el Presidente o Presidenta de la Asamblea Nacional. Si la falta absoluta del Presidente o la Presidenta de la República se produce durante los primeros cuatro años del período constitucional, se procederá a una nueva elección universal, directa y secreta dentro de los treinta días consecutivos siguientes. Mientras se elige y toma posesión el nuevo Presidente o la nueva Presidenta, se encargará de la Presidencia de la República el Vicepresidente Ejecutivo o la Vicepresidenta Ejecutiva. En los casos anteriores, el nuevo Presidente o Presidenta completará el período constitucional correspondiente. Si la falta absoluta se produce durante los últimos dos años del período constitucional, el Vicepresidente Ejecutivo o la Vicepresidenta Ejecutiva asumirá la Presidencia de la República hasta completar dicho período.” (CRBV, 2019).

no exterior. Ao cessar a usurpação, começará a segunda etapa do presidente interino, na qual poderá exercer plenamente todas as competências inerentes à presidência da república e que durará 30 dias consecutivos, nos quais convocará finalmente as novas eleições presidenciais através do CNE.” (ÁLVAREZ R., 2019, p. 140, tradução nossa).<sup>131</sup>

O autor afirma que, efetivamente, estamos diante de uma luta entre diferentes modelos políticos que possuem em comum a economia de mercado. Um modelo seria o democrático deliberativo ocidental e outro autoritário colegiado, mais próximo do modelo Russo e Chinês.

Na disputa entre Estados Unidos, Rússia e China pelo controle da Venezuela se confrontam duas visões de organização política e social. Por um lado, a visão ocidental que busca formar repúblicas (seguindo o ideal romano) e promover sociedades democráticas (seguindo a noção grega). É a visão ocidental de repúblicas democráticas, sujeitas ao império da lei e não de um ditador, com divisão de poderes públicos autônomos (executivo, legislativo, judicial, eleitoral e moral), com alternância no exercício do poder político, através de eleições livres e competitivas. (ÁLVAREZ R., 2019, p. 148, tradução nossa).<sup>132</sup>

Álvarez R. (2019) considera que os acordos entre o governo da Venezuela com a Rússia e a China mostram um novo momento histórico na geopolítica venezuelana, que historicamente centrou esforços nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

A Venezuela é o principal destino de investimentos da China na América Latina e o segundo parceiro comercial da Rússia na região. Esta crescente presença da China e da Rússia na Venezuela atizam a disputa geopolítica que praticam os Estados Unidos e a União Europeia para limitar a influência chinesa e russa no que consideram e reclamam como seu ambiente natural. Mas a realidade é que todas as potências expandem sua presença e controle além de seu ambiente natural, com o fim de assegurar e manter sob controle as fontes de petróleo, gás, minerais e outras matérias primas requeridas pelos

<sup>131</sup> No original: “‘gobierno de transición y unidad nacional’ se mantendrá en funciones hasta la celebración de elecciones auténticas, en un período que no puede exceder de los 12 meses. Las presidenciales no serán convocadas en el plazo de 30 días, tal como lo establece el artículo 233 de la CRBV que ha sido invocado para designar al presidente de la AN como presidente interino de la república. El artículo 14 del Estatuto plantea que el presidente de la AN será el presidente encargado de la república, cuyo mandato se dividirá en dos etapas: antes y después del cese de la usurpación. En la primera etapa, el presidente encargado con la autorización y control de la AN, podrá dictar medidas especiales, tales como nombrar juntas administradoras en entes públicos, incluyendo las constituidas en el extranjero; designar un procurador especial para la defensa y representación de los intereses de la república en el exterior. Al cesar la usurpación, comenzará la segunda etapa del presidente interino en la que podrá ejercer plenamente todas las competencias inherentes a la presidencia de la república, durará 30 días consecutivos, en los cuales convocará finalmente las nuevas elecciones presidenciales a través del CNE.” (ÁLVAREZ R., 2019, p. 140).

<sup>132</sup> No original: “En la disputa entre Estados Unidos, Rusia y China por controlar a Venezuela se confrontan dos visiones de organización política y social. Por un lado, la visión occidental que busca formar repúblicas (siguiendo el ideal romano) y fraguar sociedades democráticas (siguiendo la noción griega). Es la visión occidental de repúblicas democráticas, sujetas al imperio de la ley y no de un dictador, con división de poderes públicos autônomos (ejecutivo, legislativo, judicial, electoral y moral), con alternabilidad en el ejercicio del poder político a través de elecciones libres y competitivas.” (ÁLVAREZ R., 2019, p. 148).

seus aparatos produtivos e indústria militar. (ÁLVAREZ R., 2019, p. 150, tradução nossa).<sup>133</sup>

Para o autor a presença da China e da Rússia no conflito venezuelano demonstra que há uma busca de balanço entre as potências. Por outro lado, a OTAN busca frear os avanços da Rússia na Ucrânia e os Estados Unidos desde 2002 oferecem ajuda militar à Geórgia, país que faz fronteira com a Rússia e está em conflito com ela há anos. Além disso, os Estados Unidos mantêm presença naval numa parte da China, e como contrapeso a Rússia e a China também buscam ter presença no continente americano.

A China enfrenta a insuficiência de recursos energéticos necessários para sustentar suas aspirações de crescimento e desenvolvimento futuros, enquanto que a Euro-Ásia, África e América Latina têm os recursos energéticos e minerais, mas não contam com as tecnologias para transformá-los. Em função de impulsionar a expansão de suas economias, ambas necessitam concretizar alianças. A China, para ter acesso aos recursos naturais e a América Latina para ter acesso à tecnologia e recursos financeiros. A América Latina tem as riquezas naturais e a China conta com as capacidades tecnológicas e o poder financeiro. Somente na Venezuela, a China tem arriscado mais de 60 milhões de dólares para se posicionar em um mercado com uma importante reserva de petróleo, gás e minerais estratégicos como é a América Latina. (ÁLVAREZ R. 2019, p. 151, tradução nossa).<sup>134</sup>

Álvarez (2019) indica que a disputa por controle no território da América Latina entre os Estados Unidos e a China é cada vez maior e o domínio dessa região para essas potências é extremamente importante para manter e controlar o cenário econômico mundial.

Com o fim de reduzir o déficit comercial, Trump anunciou a imposição de taxas de 25% a produtos chineses por valor de 50 bilhões de dólares. Na cúpula do G-20 celebrada em dezembro de 2018 na Argentina, ambos governos aceitaram uma trégua na guerra comercial. Xi Jinping prometeu corrigir o desequilíbrio importando mais produtos agrícolas, energéticos e industriais dos Estados Unidos, enquanto Donald Trump acordou suspender o aumento de taxas de 10 a 25% a produtos chineses por valor de 200 bilhões de dólares. Com isso, as potências em disputa pelo controle do mercado se

<sup>133</sup> No original: “Venezuela es el principal destino de inversiones de China en América Latina y el segundo socio comercial de Rusia en la región. Esta creciente presencia de China y Rusia en Venezuela atiza la disputa geopolítica que despliegan Estados Unidos y la Unión Europea para mantener a raya la influencia china y rusa en lo que consideran y reclaman como su entorno natural. Pero la realidad es que todas las potencias expanden su presencia y control más allá de su entorno natural, con el fin de asegurar y mantener bajo control las fuentes de petróleo, gas, minerales y otras materias primas que requieren sus aparatos productivos e industria militar.” (ÁLVAREZ R., 2019, p. 150).

<sup>134</sup> No original: “China enfrenta la insuficiencia de recursos energéticos necesarios para sustentar sus aspiraciones de crecimiento y desarrollo futuros, mientras que Euro-Asia, África y América Latina tienen los recursos energéticos y minerales, pero no cuentan con las tecnologías para transformarlos. En función de impulsar la expansión de sus economías, ambos necesitan concretar alianzas. China para tener acceso a los recursos naturales y América Latina para tener acceso a tecnología y recursos financieros. América Latina tiene las riquezas naturales y China cuenta con las capacidades tecnológicas y el poder financiero. Solo en Venezuela, China ha arriesgado más de \$ 60.000 millones para posicionarse en un mercado con un importante reservorio de petróleo, gas y minerales estratégicos como es América Latina.” (ÁLVAREZ R., 2019, p. 151).

distanciam apenas com relação ao tipo de regime político. Desdobra-se assim o conflito entre dois modelos de economia de mercado, com características predominantemente capitalistas, cuja diferença política consiste em uma governança autoritária com poder colegiado no caso chinês, versus uma governança deliberativa no estilo liberal, no caso dos Estados Unidos e Europa. (ÁLVAREZ R. 2019, p. 151, tradução nossa).<sup>135</sup>

Conforme a análise do autor os interesses da China são, essencialmente, econômicos e comerciais; já com relação à Rússia, trata-se de interesses geopolíticos e militares. O governo chinês vem apoiando a agenda econômica e financeira de Chávez e Maduro, enquanto a Rússia tem investido militarmente por meio da venda de armas, helicópteros e aviões.

Álvarez (2019) afirma que desde 2007 as relações entre a Venezuela e a China se estreitaram de tal modo que o Fundo Chinês investe desde então milhões de dólares em diferentes áreas da economia venezuelana como: educação, petróleo, transporte terrestre, aquático, aéreo, serviços penitenciários e muito mais, fazendo com que a Venezuela seja o país da América Latina com maior investimento do Fundo Chinês. Assim, as preocupações do governo aliado não estão centradas, fundamentalmente, na continuação do governo Maduro – apesar de verem a manutenção do Chavismo como mais vantajoso – ou Guaidó, mas sim na necessidade de recuperar e garantir os investimentos.

Por outro lado, os interesses da Rússia giram em torno da ampliação da influência geopolítica e militar na região. Dessa forma, as relações econômicas entre o governo de Caracas e China apresentam-se como uma combinação mais vantajosa, tendo em vista que a influência do país Asiático não entra diretamente em concorrência com os interesses do Kremlin.

Na reunião do Conselho de Segurança de 27 de fevereiro o representante da Rússia, Vasili Nebenzia, disse que os Estados Unidos cometem uma clara interferência na Venezuela e que “se toleram este tipo de ação, amanhã poderia ser executada contra qualquer outro país latino-americano”. Não é que a Rússia esteja determinada a intervir militarmente na Venezuela ou em outro país latino-americano como retaliação, mas pretende dissuadir qualquer tentativa de intervenção militar ao fazer saber que está preparada para seguir até as últimas consequências. Se os Estados Unidos não descartam nenhuma

---

<sup>135</sup> No original: “Con el fin de reducir el déficit comercial, Trump anunció la imposición de aranceles de 25 % a productos chinos por valor de 50.000 millones de dólares Desde entonces ambos países se han impuesto crecientes aranceles. En la cumbre del G-20 celebrada en diciembre de 2018 en Argentina, ambos gobiernos acordaron una tregua en la guerra comercial. Xi Jinping prometió corregir el desequilibrio importando más productos agrícolas, energéticos e industriales de Estados Unidos, mientras que Donald Trump acordó suspender el aumento de aranceles de 10 a 25 % a productos chinos por un valor de \$ 200.000 millones de dólares. Con eso, las potencias en disputa por control de mercado, se distancian apenas con relación al tipo de régimen político Se despliega así la pugna entre dos modelos de economía de mercado, con rasgos predominantemente capitalistas, cuya diferencia política radical en una gobernanza autoritaria con poder colegiado en el caso chino, frente a una gobernanza deliberativa al estilo liberal, en el caso de los Estados Unidos y Europa.” (ÁLVAREZ R., 2019, p. 151).

opção, a Rússia joga o mesmo jogo para dissuadir os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, criar confiança mútua com outros países aliados. Maduro sabe que conta com a Rússia, enquanto que a China assume uma posição moderada à medida que a situação se torna mais crítica. Para a China, o custo da guerra comercial que tem com os Estados Unidos já é muito alto e não vai se envolver em um conflito bélico com a primeira potência militar do mundo por defender o regime de Maduro. Não o fez por Taiwan, e muito menos o fará para cravar sua bandeira na Venezuela. (ÁLVAREZ R. 2019, p. 158- 159, tradução nossa).<sup>136</sup>

A Rússia e a China possuem diferentes interesses com relação à atuação na Venezuela. É inegável que o apoio das duas potências – de forma mais diplomática e comedida pela China – e aberta e declarada pela Rússia, são elementos centrais para os próximos acontecimentos geopolíticos na região. É possível afirmar que essas são as únicas alianças que, em certa medida, no cenário internacional, contribuem para a manutenção do governo Maduro e, conseqüentemente, impõe freios aos avanços mais agressivos dos Estados Unidos e seus aliados.

Contudo, os desdobramentos dessa conjuntura dependerão de como a correlação de forças se estabelecerá em nível internacional e internamente na Venezuela. Por outro lado, resta saber até que ponto os países aliados ao governo de Caracas estarão dispostos a assumir os riscos dessa aproximação, tendo em vista a influência política e econômica exercida pelo governo Trump.

#### 2.4.5 “!Unidad y lealtad con Nicolás!”: o balanço do governo Maduro sobre a conjuntura venezuelana

O slogan “!Unidad y lealtad con Nicolás!” (Unidade e Fidelidade com Nicolás!), estampado na primeira página do site oficial do Partido Socialista Unido Venezuelano (PSUV), expressa não só a tentativa de manter a coalisão em torno da chamada “terceira década da

---

<sup>136</sup> No original: “En la reunión del Consejo de Seguridad del 27 de febrero, el representante de Rusia, Vasili Nebenzia, dijo que Estados Unidos comete una clara injerencia en Venezuela y que “si toleran este tipo de acción, mañana podría ser ejecutada contra cualquier otro país latinoamericano”. No es que Rusia esté determinada a intervenir militarmente en Venezuela o en otro país latinoamericano como retaliación, pero pretende disuadir cualquier intento de intervención militar al hacer saber que está preparada para seguir hasta las últimas consecuencias. Si los Estados Unidos no descartan ninguna opción, Rusia juega la misma baraja para disuadir a los Estados Unidos y, a la vez, crear confianza mutua con otros países aliados. Maduro sabe que cuenta con Rusia, mientras que China asume una posición moderada a medida que la situación se torna más crítica. Para China ya es muy alto el costo de la guerra comercial que tiene con Estados Unidos y no se va a enfascar en un conflicto bélico con la primera potencia militar del mundo por defender al régimen de Maduro. No lo hizo por Taiwán, mucho menos lo va a hacer por clavar su bandera en Venezuela.” (ÁLVAREZ R., 2019, p. 158- 159).

Revolução Bolivariana”<sup>137</sup>, mas também demonstra que os esforços do governo de Caracas para se manter no poder ainda reluzem como uma chama acesa, principalmente após o tão conturbado ano de 2019. Num balanço divulgado pelo governo Maduro em 26 de dezembro de 2019 – “5 golpes fracasados de la oposición venezolana en 2019”<sup>138</sup> (cinco golpes fracassados da oposição venezuelana em 2019) – expõe que apenas em 2019 a direita venezuelana tentou “cinco grandes ações violentas” para desestabilizar o governo Maduro, a saber: 1 - 23 de fevereiro: Guaidó tentar invadir a Venezuela com o argumento de que levaria ajuda humanitária ao país; 2 - 30 de abril: começa a ser veiculado um vídeo onde supostamente Guaidó e seus apoiadores teriam ocupado a base La Carlota, em Caracas, mas depois descobriu-se que era mentira; 3 - 23 e 24 de junho: estava programada uma série de ações “em eventos de conspiração, distúrbios, bombardeios, explosões” que foram descobertos pelo governo Maduro; 4 - 29 de agosto: foi descoberto novamente outro plano de ataque à Venezuela: “Um esquema de ações similares foi desmontado no mês de agosto. Desta vez se tratava de atentados a serem realizados com explosivos C4 em diferentes pontos-chave de Caracas” (tradução nossa)<sup>139</sup>; 5 - 15 de dezembro: “Un esquema de acciones similares fue desmontado en el mes de agosto. Esta vez se trataba de atentados a ser realizados con explosivo C4 en diferentes puntos claves de Caracas” (tradução nossa)<sup>140</sup>.

Os motivos para o fracasso de tais empreitadas são considerados pelo governo Maduro como resultado da sua ação preventiva na tentativa de desarticular os opositores, bem como pela manutenção e apoio da Fuerza Armada Nacional Bolivariana (FANB) e do núcleo central do poder político madurista.

A explicação do governo Maduro sobre os ataques e as inúmeras tentativas de “golpes” tem como mentor principal os Estados Unidos que, apoiado pela burguesia venezuelana e países aliados, não deixa de empreender esforços para conquistar o último núcleo de resistência imperialista na América do Sul. Contudo, não há análise definida e permanente quando se fala em geopolítica, em especial, num contexto de tamanha instabilidade política.

<sup>137</sup> Em referência ao artigo publicado em 08 de janeiro de 2020 pelo PSUV denominado: “Maduro: Iniciamos la tercera década de la Revolución Bolivariana a paso de vencedores”. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/portada/revolucion-nicolas-maduro-victoria-decada-desarrollo-vida-pueblo-victoria-paz-estabilidad/#.XhcmdEdKjIU>.

<sup>138</sup> 5 golpes fracasados de la oposición venezolana en 2019. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/acciones-violencia-golpe-estado-derecha-venezuela-operacion-estados-unidos-acciones-donald-trump/>.

<sup>139</sup> No original: “Un esquema de acciones similares fue desmontado en el mes de agosto. Esta vez se trataba de atentados a ser realizados con explosivo C4 en diferentes puntos claves de Caracas”

<sup>140</sup> No original: “parte del plan consistía en el ataque a dos cuarteles en el este Sucre, oriente del país, que debían conectarse con acciones similares en los estados de Zulia, Táchira, Barinas, Aragua y Caracas”.

O governo Maduro enfrenta um grande desafio que envolve a urgente necessidade de melhorar as condições de vida do povo venezuelano, principalmente com relação ao acesso a bens e serviços essenciais, o que dificilmente ocorrerá sem o controle e decréscimo da hiperinflação que assola o país. Além disso, para manter a base de apoio da FANB muitas concessões precisam ser feitas, o que acaba comprometendo a governabilidade. Somadas a esses elementos existem as tentativas de articulação da burguesia venezuelana, que ganhou forças ao longo dos anos e em virtude do apoio internacional com grandes interesses políticos e econômicos no país.

## **2.5 Sobre a migração venezuelana**

De acordo com Simões (2017), com o agravamento da crise venezuelana, observa-se desde 2015 um crescimento exponencial do fluxo migratório de venezuelanos para outros países, como, por exemplo, Colômbia, Trinidad e Tobago e Brasil, entre outros. O trabalho do autor indica que no Brasil a migração venezuelana é essencialmente terrestre, proveniente da fronteira entre Santa Elena de Uairén e Pacaraima. Entre os anos analisados por Simões<sup>141</sup>, constatou-se que houve um aumento significativo dos pedidos de refúgio: “o número de solicitantes de refúgio venezuelanos passou de 280 em 2015, para 2.233 em 2016 e até junho de 2017, 6.438 venezuelanos pediram refúgio na capital roraimense”. Ademais, essa migração também possui como característica o fluxo pendular de mercadorias, insumos e pessoas na fronteira.

Conforme o Relatório “Migración desde Venezuela a Colombia: impactos y estrategia de respuesta en el corto y mediano plazo” (2018), elaborado pelo Banco Mundial a pedido do presidente colombiano, Iván Duque, a Venezuela, historicamente, constitui-se como destino para os imigrantes colombianos. Contudo, tal tendência vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, pois com o acirramento das condições de vida da população venezuelana houve uma inversão nesse fluxo. Com isso, a Colômbia tornou-se o primeiro destino dos imigrantes venezuelanos nos últimos anos e sem dúvidas o país, que já enfrentava problemas históricos e estruturais – concentração de renda, desigualdades e conflitos armados, entre outros – quando passa a receber um quantitativo expressivo de imigrantes vê suas contradições internas tornarem-se ainda mais evidentes.

---

<sup>141</sup> O estudo apresenta uma análise temporal de 2015 até junho de 2017.

A Colômbia deu passos significativos até a finalização do conflito interno que custou mais de 220 mil vidas. Apesar disso, após o conflito a Colômbia enfrenta desafios significativos que podem ser exacerbados com a migração venezuelana. Igualmente, o país continua enfrentando desafios estruturais para seu desempenho econômico, incluindo brechas territoriais para o desenvolvimento, altos níveis de desigualdade e concentração de meios de produção como a terra, o custo econômico que as décadas de conflito deixaram nos municípios mais afetados e a necessidade de incrementar sua produtividade e diversificar sua economia para indústrias não extrativistas. Alguns desses desafios se concentram nas áreas de fronteira, as quais se caracterizam por seus déficits de desenvolvimento, pelos efeitos do conflito armado e a concentração de sua economia nas indústrias extrativistas como o carvão e o petróleo. (MIGRACIÓN DESDE VENEZUELA A COLOMBIA: IMPACTOS Y ESTRATEGIA DE RESPUESTA EN EL CORTO Y MEDIANO PLAZO, 2018, p. 15, tradução nossa).<sup>142</sup>

Ainda de acordo com o Relatório “Migración desde Venezuela a Colombia: impactos y estrategia de respuesta en el corto y mediano plazo” (2018), em setembro de 2018 havia aproximadamente 1.235.593 pessoas que migraram da Venezuela para a Colômbia, número que incluía imigrantes venezuelanos em trânsito e em condição de permanência (em situação regular ou não), bem como cidadãos colombianos que emigraram. Ademais, os dados indicam que nos últimos cinco anos a imigração da Venezuela para a Colômbia se concentra sobretudo nas áreas de fronteira entre os países: Norte de Santander, Arauca e La Guajira, Bogotá e na Costa Atlântica.

O Relatório indica que as respostas do governo colombiano ao fluxo migratório compreenderam três etapas, tendo sido a primeira em 2015, no processo de recepção de emigrantes colombianos que voltavam da Venezuela. O segundo momento, em 2017, deu-se por meio do controle do fluxo na fronteira, regulação da situação migratória e construção de estratégias para possibilitar o acesso dos imigrantes a serviços básicos, como, por exemplo, saúde, educação e assistência social. O terceiro momento, em fevereiro de 2018, ocorreu a partir da intensificação do controle nas fronteiras, adoção de medidas relacionadas aos direitos

---

<sup>142</sup> No original: “Colombia ha dado pasos significativos hacia la finalización del conflicto interno que ha cobrado más de 220 mil vidas. A pesar de esto, el postconflicto en Colombia enfrenta un número de retos significativos que pueden ser exacerbados con la migración venezolana. Igualmente, el país continúa enfrentando retos estructurales para su desempeño económico, incluyendo brechas territoriales de desarrollo, altos niveles de desigualdad y concentración de medios productivos como la tierra, el costo económico que las décadas de conflicto dejaron en los municipios más afectados y la necesidad de incrementar su productividad y diversificar su economía hacia industrias no extractivas. Algunos de estos retos se concentran en áreas de frontera, las cuales se caracterizan por sus déficits de desarrollo, su afectación por el conflicto armado y la concentración de su economía en industrias extractivas como el carbón y el petróleo.” (MIGRACIÓN DESDE VENEZUELA A COLOMBIA: IMPACTOS Y ESTRATEGIA DE RESPUESTA EN EL CORTO Y MEDIANO PLAZO, 2018, p. 15).

humanos de imigrantes e emigrantes e, por último, ações de desenvolvimento econômico para os emigrantes.

Conforme a Coordenação Geral de Polícia de Imigração<sup>143</sup> do Departamento de Polícia Federal, em 2018 havia no Brasil 31.748 venezuelanos solicitantes de refúgio em todos os estados da federação; desse quantitativo, 24.595 encontravam-se em Roraima. A seguir será apresentado o Quadro “Solicitação de Refúgio – Venezuelanos – 2018”, o qual apresenta o quantitativo de solicitações por unidades da federação.

#### QUADRO 2 – SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO – VENEZUELANOS – 2018

UF	QTDE	UF	QTDE	UF	QTDE
RR	24.595	PA	48	ES	14
AM	5.797	DF	42	PB	8
CE	357	GO	40	RN	7
SP	338	RS	38	TO	6
RJ	110	MG	26	MS	5
RO	88	BA	25	PE	5
PR	86	MT	23	MA	2
SC	66	AC	21	AL	1

Fonte: Coordenação Geral de Polícia de Imigração

Elaboração: própria/Ano: 2020

Ainda conforme os dados disponibilizados pela Coordenação Geral de Polícia de Imigração (2018), o quantitativo de imigrantes venezuelanos solicitantes de residência – todos os amparos legais – foi de 11.146. Destes, 7.819 encontravam-se em Roraima, conforme será mostrado a seguir no Quadro “Solicitação de Residência – Venezuelanos – 2018 – Todos os amparos legais”.

<sup>143</sup> Em julho de 2018 solicitamos à Coordenação Geral de Polícia de Imigração do Departamento de Polícia Federal os dados relativos ao quantitativo de imigrantes venezuelanos no Brasil – solicitantes de refúgio e todos os amparos legais.

**QUADRO 3 – SOLICITAÇÃO DE RESIDÊNCIA – VENEZUELANOS – 2018 –  
TODOS OS AMPAROS LEGAIS**

UF	QTDE	UF	QTDE	UF	QTDE	UF	QTDE
RR	7.819	MG	161	RN	34	TO	15
SP	750	BA	122	MS	31	AL	14
AM	701	PA	93	SE	30	PB	12
PR	309	DF	79	GO	26	AP	7
SC	255	PE	76	RO	21	PI	6
RJ	223	MT	55	ES	20	AC	1
RS	217	CE	49	MA	20	-	-

Fonte: Coordenação Geral de Polícia de Imigração

Elaboração: própria/Ano: 2020

A partir de uma análise comparativa é possível identificar que o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil é pouco expressivo com relação à Colômbia, primeiro destino. Tal dado contradiz o discurso acerca de uma possível “crise migratória” no Brasil.

Os dados supracitados da Coordenação Geral de Polícia de Imigração (2018) demonstram que a migração venezuelana se concentra essencialmente em Roraima, fronteira com a Venezuela, tendência também identificada em relação à Colômbia, ou seja, a região de fronteira entre os dois países e a Venezuela é o território onde, essencialmente, se dá a migração. As zonas de fronteira com a Venezuela possuem características econômicas e sociais diferentes dos centros econômicos mais dinâmicos desses países, e acerca da Colômbia:

As zonas fronteiriças são historicamente atrasadas em seu desenvolvimento com relação ao resto do país. Esses municípios apresentam lacunas significativas com relação a seu nível de desenvolvimento econômico e acesso a serviços básicos, e em sua maioria possuem densidade populacional menor que outras regiões do país. Além disso, são áreas em que a pobreza foi reduzida de forma mais lenta. Apesar dos esforços recentes do governo para fortalecer as instituições e aumentar o investimento nas áreas de fronteira, a chegada de migrantes obrigou as autoridades locais a responder às necessidades das novas famílias, aumentando as pressões já existentes para reduzir as lacunas na prestação e qualidade dos serviços. (MIGRACIÓN DESDE VENEZUELA A COLOMBIA: IMPACTOS Y ESTRATEGIA DE RESPUESTA EN EL CORTO Y MEDIANO PLAZO, 2018, p. 15, tradução nossa).<sup>144</sup>

<sup>144</sup> No original: “Las zonas receptoras fronterizas han estado históricamente rezagadas en su desarrollo con respecto al resto del país. Estos municipios presentan brechas importantes en términos de su nivel de desarrollo económico y acceso a servicios básicos, y en su mayoría tienen una densidad poblacional menor al de otras regiones del país. Adicionalmente, son áreas donde la pobreza se ha reducido más lentamente. A pesar de los esfuerzos gubernamentales recientes en materia de fortalecimiento de la institucionalidad y aumento de inversiones en áreas de frontera, la llegada de migrantes ha obligado a las autoridades locales a responder a las necesidades de las nuevas familias, sumando a las presiones ya existentes para reducir las brechas de provisión y calidad de los servicios.” (MIGRACIÓN DESDE VENEZUELA A COLOMBIA: IMPACTOS Y ESTRATEGIA DE RESPUESTA EN EL CORTO Y MEDIANO PLAZO, 2018, p. 15).

Sobre a resposta dos Estados brasileiro e colombiano ao fluxo migratório venezuelano, segundo o Relatório “Migración desde Venezuela a Colombia: impactos y estrategia de respuesta en el corto y mediano plazo” (2018), em 2015 já havia iniciativas de respostas a tal realidade. Em relação ao Brasil, efetivamente, o Governo Federal assumiu a responsabilidade em 2018<sup>145</sup> com a criação da Operação Acolhida. À época, o país era dirigido pelo ex-presidente Michel Temer, que na 71ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, ocorrida em setembro de 2017, afirmou: “O Brasil é obra de imigrantes, homens e mulheres de todos os continentes. Repudiamos todas as formas de racismo, xenofobia e outras manifestações de intolerância. Damos abrigo a refugiados e migrantes”.

Apesar do discurso do ex-presidente acerca do acolhimento dos imigrantes no Brasil, o fluxo migratório venezuelano desvelou a tardia resposta do governo brasileiro, ocorrida apenas em 2018, pois do ponto de vista formal, já havíamos avançado com a construção de uma política migratória – Nova Lei de Migração – de valorização e respeito dos direitos humanos.

Tendo em vista o aprofundamento do caos político, econômico e social na Venezuela, a intensificação do deslocamento dos imigrantes na região tornou-se expressivo, principalmente, depois de 2015. Dessa maneira, o fluxo migratório para o Brasil era previsível. Ações planejadas previamente entre os diferentes níveis de governo possibilitariam construir e aprimorar as políticas sociais, bem como organizar o território, em especial, a área de fronteira que compreende o estado de Roraima, uma vez que as diretrizes normativas estavam constituídas na Nova Lei de Migração.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano<sup>146</sup> (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2010), o qual tem o objetivo de medir três dimensões básicas do desenvolvimento humano (renda, educação e saúde), em relação os estados brasileiros, Roraima encontrava-se na 13ª posição. Com relação aos estados da Região Norte<sup>147</sup> do país, Roraima apresentava o segundo melhor IDH. Tal informação, contudo, precisa ser compreendida de forma mais ampla, a partir da realidade dos municípios que compõem o estado e suas disparidades.

---

<sup>145</sup> Iniciativas do governo local e da sociedade civil já existiam, mas como uma questão federativa, a migração venezuelana foi assumida pelo Governo Federal apenas em 2018.

<sup>146</sup> O índice varia entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

<sup>147</sup> A **Região Norte** é o território de maior extensão do Brasil, possuindo uma área de fronteira muito ampla com a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Sete estados brasileiros a integram: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

**TABELA 1 – RANKING DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL (2010)**

### Ranking IDHM Unidades da Federação 2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.)

Ranking IDHM 2010	Unidade da Federação	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1 °	Distrito Federal	0,824	0,863	0,873	0,742
2 °	São Paulo	0,783	0,789	0,845	0,719
3 °	Santa Catarina	0,774	0,773	0,860	0,697
4 °	Rio de Janeiro	0,761	0,782	0,835	0,675
5 °	Paraná	0,749	0,757	0,830	0,668
6 °	Rio Grande do Sul	0,746	0,769	0,840	0,642
7 °	Espírito Santo	0,740	0,743	0,835	0,653
8 °	Goiás	0,735	0,742	0,827	0,646
9 °	Minas Gerais	0,731	0,730	0,838	0,638
10 °	Mato Grosso do Sul	0,729	0,740	0,833	0,629
11 °	Mato Grosso	0,725	0,732	0,821	0,635
12 °	Amapá	0,708	0,694	0,813	0,629
13 °	Roraima	0,707	0,695	0,809	0,628

Conforme o censo nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), Roraima possui quinze municípios e à época de realização da pesquisa tinha uma população de aproximadamente 450.470 pessoas, sendo que 63% – ou 284.313 pessoas – vivem na capital. Estima-se que em 2019 o contingente populacional fosse de 605.761 pessoas. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre as cidades do estado e o salário médio dos trabalhadores formais apresenta disparidades: a capital, Boa Vista, concentra os melhores resultados, com um IDHM de 0,752 e o salário médio dos trabalhadores de 3,6 salários mínimos, seguida de Pacaraima, com um IDHM de 0,650 e salário médio de 1,8 salários mínimos. Contudo, ainda que em segundo lugar no estado, a renda média mensal dos trabalhadores e o PIB per capita de Pacaraima é semelhante ao dos demais municípios, ou seja, apreende-se que Boa Vista possui a maior concentração de renda de Roraima e o IDHM da capital impulsiona o ranking do estado.

**QUADRO 4 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL  
E RENDA MÉDIA DE RORAIMA**

<b>Municípios</b>	<b>Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2018)</b>	<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (2010)</b>	<b>PIB per capita (2017)</b>
Alto Alegre	1,6 salários mínimos	0,542	17453,31 R\$
Amajari	1,4 salários mínimos	0,484	14119,38 R\$
Boa Vista	3,6 salários mínimos	0,752	26924,03 R\$
Bonfim	1,7 salários mínimos	0,626	22359,75 R\$
Cantá	1,6 salários mínimos	0,619	14684,91 R\$
Caracaraí	2,0 salários mínimos	0,624	16852,66 R\$
Caroebe	1,6 salários mínimos	0,639	17175,63 R\$
Iracema	1,5 salários mínimos	0,582	13932,51 R\$
Mucajaí	1,5 salários mínimos	0,665	17804,20 R\$
Normandia	1,6 salários mínimos	0,594	14108,20 R\$
Pacaraima	1,8 salários mínimos	0,650	13880,70 R\$
Rorainópolis	1,7 salários mínimos	0,619	18832,65 R\$
São João da Baliza	1,7 salários mínimos	0,655	20041,66 R\$
São Luiz	1,4 salários mínimos	0,649	15710,68 R\$
Uiramutã	1,6 salários mínimos	0,453	11847,26 R\$
Alto Alegre	1,6 salários mínimos	0,542	17453,31 R\$

Fonte: IBGE

Elaboração: Própria/Ano: 2020

Conforme os dados analisados, observou-se que as respostas dos Estados brasileiro e colombiano ao fluxo migratório venezuelano tiveram etapas e períodos diferentes. Inicialmente, quando comparamos o contingente de imigrantes que chegou a esses países

observamos que há uma grande disparidade, sendo a Colômbia o foco mais atrativo, o que consequentemente teve impactos mais significativos para esse país, especialmente com relação ao crescimento populacional nas cidades, bem como às possibilidades de acesso às políticas sociais pelos nacionais e imigrantes. Ademais, em ambos os casos – Brasil e Colômbia – a migração terrestre e na região de fronteira expressa-se como tendência. Dessa maneira, os estados que fazem fronteira com a Venezuela precisam ter ações estratégicas, por meio das políticas sociais, que possibilitem a entrada regular e a integração dos imigrantes no país de destino. Um elemento importante identificado é que no Brasil a resposta do Governo Federal só ocorreu, sistematicamente, a partir de 2018, sendo tardia diante de um fluxo migratório que se mostrava previsível e em ascensão, ou seja, o Governo Federal mostrou-se omissivo quanto a essa realidade, o que está na contramão dos princípios da política migratória brasileira.

### 3 POLÍTICA SOCIAL E MIGRAÇÃO

#### 3.1 Política Social: diferentes abordagens sobre o tema

O campo de estudo acerca da análise e avaliação de políticas sociais se situa em arenas teórica, política e metodológica diversas, portanto, é preciso esclarecer que a perspectiva que orienta esta tese compreende as políticas sociais como:

[...] processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidade. A condução histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa, em geral e também nas manifestações particulares nos Estados nacionais. (BEHRING, 2009, p. 304).

Contudo, é importante apresentar outras abordagens, inclusive, a perspectiva hegemônica-neoliberal, a socialdemocrata e a análise marxista, a fim de apreender de forma mais ampla o debate em torno do tema.

Para Boschetti (2018), na América Latina o uso de modelos avaliativos sob a influência de agências internacionais de financiamento (BIRD, BID, PNUD e mais) teve início a partir dos anos 1970, com mais influência nas décadas posteriores, sob a hegemonia da ótica gerencialista. Com isso, o uso de tais modelos dá ênfase a métodos e técnicas mais operacionais que se limitam a classificar a avaliação de políticas em diferentes tipos, a fim de aferir sua efetividade, eficácia, eficiência em diferentes momentos – ex-ante e ex-post – o que pode se desencadear em avaliação de impacto ou de processo. Por outro lado, a avaliação de políticas nesse campo teórico é utilizada como estratégia para justificar as contrarreformas do Estado e desmonte dos direitos.

De acordo com Behring (2009, p. 09), “as políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados”. Para a autora isso ocorre por meio da desregulamentação dos direitos sociais, bem como da priorização do fundo público para proteger o capital e da política de privatização. A autora compreende que na operacionalização estatal das políticas sociais, o uso de métodos e técnicas de avaliação sem a devida criticidade sobre o papel do Estado e das políticas sociais esconde o verdadeiro sentido da configuração das políticas sociais.

A ênfase na aplicação de um arsenal de métodos e técnicas avaliativas, desprovido de criticidade acerca do conteúdo e papel do Estado e das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais, levou a uma profusão de produções teóricas sobre avaliação, mais preocupadas com a medição e desempenho de uma suposta intervenção técnica e neutra do Estado, do que interessadas em revelar suas funções e papel na produção e reprodução das desigualdades sociais. (BOSCHETTI, 2009, p. 03).

Boschetti (2009) alerta para a importância de compreender a política social na totalidade e dinamicidade da realidade e seu caráter imprescindível para universalização dos direitos. Portanto, a análise e avaliação de políticas sociais perpassa sobretudo pela perspectiva política e ideológica que orienta sua direção, bem como pela natureza do Estado e papel das classes sociais numa determinada sociedade. Assim, não há neutralidade: ao contrário, a política social é um campo de tensão e disputa entre diferentes projetos societários.

A perspectiva liberal e neoliberal – hegemônicas – direcionam as políticas sociais para um campo restritivo que tende a mesurar um governo eficaz e com vistas a reduzir os impactos para o mercado.

Sob a perspectiva liberal, essas avaliações sustentam e defendem políticas sociais restritas a mínimos sociais destinados aos pobres incapacitados para o trabalho [...] o liberalismo e o neoliberalismo, de longa data usam essas avaliações para “denunciar” o peso excessivo do Estado e o “custo” elevado das políticas sociais para a economia, com vistas a defender sua redução ao máximo possível. Sua intencionalidade, explícita ou implícita, é a redução, enxugamento e transferência dos serviços e equipamentos públicos para o mercado, para assegurar as livres relações mercantis, necessárias à ampliação da acumulação, ou organizações não governamentais. (BOSCHETTI, 2018, p. 74).

Já a perspectiva social-democrata entende a política social como instrumento de “regulação necessário ao estabelecimento da demanda efetiva, sob orientação Keynesiana, e defende os processos avaliativos como estratégias de racionalização no uso dos recursos públicos a fim de buscar o equilíbrio entre a oferta e demanda” (BOSCHETTI, 2018, p. 75).

Por isso as políticas sociais são necessárias, pois garantem o acesso ao consumo, regulam o mercado, ao tempo em possibilitam um relativo “bem-estar” que assegura um padrão aceitável de desigualdade social, ou seja, compatibiliza a desigualdade real com a igualdade formal: “as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados os níveis de demanda e consumo, mesmo em épocas de crise”. (BOSCHETTI, 2009, p. 06).

A partir das categorias do método materialista-histórico-dialético – totalidade e contradição – é possível compreender o real significado do Estado na sociedade capitalista.

Assim, compreende-se o Estado como um processo contraditório centrado no conflito capital-trabalho, em especial, após a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, a conquista e o tensionamento por direitos sociais podem impor certos limites aos ganhos do capital, nos termos da sociedade capitalista e, pelo mesmo movimento, o Estado pode garantir as condições necessárias à reprodução do capital e à exploração da força de trabalho, ou seja, a política social congrega em si mesma o conflito capital-trabalho que é mediado pelo Estado.

Conforme Boschetti (2018), para a perspectiva marshalliana a cidadania não é incompatível com a desigualdade de classe, mas, na verdade, o mais importante é a igualdade de renda. Assim, a garantia dos mínimos sociais – em que cada cidadão tem seu status de cidadão ou igualdade formal – deve ter um limite; para além disso, as pessoas devem buscar melhores condições por mérito e esforço próprio no mercado. Por isso, para a tradição Marxista, “a igualdade de direitos no capitalismo só pode ser formal, porque sua base fundante é a desigualdade” (BOSCHETTI, 2018, p. 84).

Na sociedade capitalista a política social é um mecanismo fundamental para a emancipação política e garantia do Estado democrático de direito; a emancipação política não é uma etapa para se chegar à emancipação humana, mas nem por isso sua importância na conquista de direitos democráticos no capitalismo é desconsiderada – porém, inegavelmente, essa é a única possibilidade de emancipação nessa sociedade. “Assim, a luta da classe trabalhadora para reduzir jornada de trabalho, para aumentar salário, para garantir melhores condições de vida é uma luta para impor limites ao capital” (BOSCHETTI, 2018, p. 87).

Nesse sentido, o Estado, como espaço privilegiado para o atendimento das necessidades sociais, para cumprir suas múltiplas e contraditórias tarefas precisa apropriar-se da mais-valia socialmente produzida, daí a compreensão da importância da categoria “fundo público”, pois a partir de uma “punção compulsória” por meio de impostos, contribuições e taxas e a mais-valia socialmente produzida que se transformou em lucro, juro ou renda da terra e passou a ser apropriada, o Estado obtém os recursos para a realização de suas tarefas.

O fundo público exerce pelos menos quatro funções na economia capitalista: a) o financiamento do investimento capitalista, por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária das empresas e de seus sócios; b) a garantia de um conjunto de políticas sociais que asseguram direitos e permitem também a inserção das pessoas no mercado de consumo, independentemente da inserção no mercado de trabalho; c) assegura vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, e nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas; d) assegura no âmbito do orçamento público a transferência na forma de juros e amortização da dívida

pública para os detentores do Capital Portador de Juros (CPJ). (SALVADOR, 2017, p. 429).

Mas como isso se materializa efetivamente? Por meio do sistema tributário que pode ser progressivo ou regressivo<sup>148</sup>, o que dependerá da correlação de forças entre as classes.

[...] o fundo público não se forma apenas com o trabalho excedente, mas também com o trabalho necessário via tributação dos salários ou indiretamente via consumo da classe trabalhadora [...] Convém destacar que no Brasil a carga tributária incidente sobre o consumo e a tributação direta sobre os salários dos trabalhadores corresponde a mais de 70% da arrecadação tributária” (SALVADOR, 2018, p. 92).

A perspectiva marxista compreende que a origem da arrecadação tributária no capitalismo se dá por meio da extração da mais-valia. Assim sendo, o financiamento das atividades do Estado advém da exploração da força de trabalho “que possui uma qualidade única, que a distingue de todas as outras mercadorias: a criação do valor, pois a força de trabalho produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, e assim gera um valor superior ao que custa” (SALVADOR, 2018, p. 96).

Salvador (2018) afirma que o regime fiscal capitalista encontra seu eixo central nos impostos que incidem sobre os meios de subsistência mais importantes, o que acaba por encarecê-lo, donde se conclui que a tributação excessiva não é um acontecimento aleatório, mas um princípio do sistema capitalista.

[...] como forma de socorro ao capital e que beneficiou 56 segmentos econômicos, retirando do orçamento da seguridade social, em 2016, R\$ 64,02 bilhões (Salvador, 2017 a). Com base na teoria marxiana, pode-se indicar que as medidas tomadas pelo governo brasileiro de supressão dos impostos dos capitalistas não atuaram no sentido de gerar empregos ou possibilitar o aumento da remuneração dos salários, mas sim de recompor a taxa de lucros dos setores econômicos, na atual crise do capital. (SALVADOR, 2018, p. 97).

Por outro lado, é o orçamento público a parte visível do fundo público e seu direcionamento é um campo de disputa política constante entre diferentes interesses, ao tempo em que é através dele que há a materialidade do planejamento elaborado pelo Estado.

O estudo do orçamento deve ser considerado como um elemento importante para compreender a política social, pois é uma peça técnica que vai além da

---

<sup>148</sup> “Tributos regressivos são aqueles em que a alíquota diminui à proporção que os valores sobre os quais incide são maiores, ou seja, têm relação inversa ao nível de renda do contribuinte. Já os impostos progressivos são aqueles em que a alíquota aumenta à proporção que os valores sobre os quais incide são maiores, mantendo uma relação positiva com o nível de renda. Na medida em que a renda aumenta, o contribuinte paga mais imposto”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/117791-tributos-regressivos-e-progressivos/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

sua estruturação contábil, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários. O dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país (SALVADOR, 2012, p. 9).

Desse modo, o orçamento público ultrapassa simples análises técnicas, representando sobretudo um conjunto de decisões políticas indispensáveis para a ampliação e a efetivação dos direitos. “A análise do financiamento e gasto no âmbito das políticas sociais é um fecundo caminho para compreender sua estrutura orçamentária e seus impactos na natureza e alcance dos direitos” (BEHRING, 2009, p. 13), ou seja, o orçamento público é o eixo central para a materialização das políticas sociais, por isso é um campo de conflito entre diferentes segmentos que disputam sua repartição.

Salvador (2017) ressalta que a seguridade social e seu orçamento são peças-chave para a compreensão do ajuste fiscal e da captura do fundo público pelo Capital Portador de Juros (CPJ).

Como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social. O corolário é o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos liberados para os condutores das políticas econômicas atenderem os interesses do capital. Além de sustentar o discurso público de elevados “déficits previdenciários” para justificar contrarreformas previdenciárias. (SALVADOR, 2017, p. 427).

O autor afirma que outra medida de política fiscal que vem acentuando a retirada de recursos para o financiamento da seguridade social são as renúncias tributárias sobre as contribuições sociais. “Diante do agravamento da crise do capital, o governo intensificou, a partir de 2010, as concessões de renúncias fiscais para permitir a recomposição das taxas de lucros de diversos setores econômicos” (SALVADOR, 2017, p. 427).

No ajuste fiscal em curso desde 1993, a DRU tem sido um importante instrumento para retirar recursos das fontes tributárias exclusivas da seguridade social. A DRU tem sua origem no antigo Fundo Social de Emergência (FSE), que já em 2004 permitia a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da seguridade social. Nos exercícios financeiros seguintes, o propósito permanece, mas o nome muda para Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A partir do ano 2000 passa a vigorar a DRU com sucessivas prorrogações. A mais recente ocorreu por meio da EC n. 93, de 8 de setembro de 2016, que prorroga a DRU até 31 de dezembro de 2023. O novo texto também amplia de 20% para 30% o percentual das receitas de tributos federais que podem ser usadas livremente e altera quais tributos

podem ser desvinculados, incluindo os fundos constitucionais, taxas e compensações financeiras. (SALVADOR, 2017, p. 429).

A consagração do desmonte do financiamento das políticas sociais se deu em 2016 com a aprovação da Emenda Constitucional número 95, que impede a vinculação dos recursos para as políticas sociais conforme previsto na Constituição Federal de 1988 porque congelou as despesas primárias do governo – política social – excluindo as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida, num período de vinte anos, limitando-se à correção pela inflação.

O fundo público da seguridade social deveria ser construído, a partir das determinações constitucionais, com a criação de um orçamento da seguridade social (art. 165, § 5º, inciso III), visando enfrentar a perversa tradição fiscal brasileira de insuficiência de recursos para as políticas sociais. O OSS deveria ser elaborado “de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e assegurada a cada área a gestão de seus recursos”, conforme estabelecido na CF, art. 195, § 2º. O corolário das determinações constitucionais seria a constituição de um fundo público exclusivo da seguridade social com a canalização de recursos próprios e exclusivos para as políticas de saúde, da previdência e da assistência social, além do seguro-desemprego, distinto daquele que financia as demais políticas de governo. O orçamento da seguridade social no formato previsto na CF virou “letra morta” (Salvador, 2010). O ajuste fiscal tem implicado de forma permanente o (des)financiamento da seguridade social e corroborado com um discurso público de elevados “déficit previdenciários” como justificativas para contrarreformas previdenciárias. (SALVADOR, 2017, p. 430).

Por último, e não menos importante, as renúncias tributárias ao capital privado por meio da desoneração das contribuições sociais – fonte imprescindível para o financiamento da seguridade social – acentuam o contexto de desmonte dos direitos sociais que aliado à política neoliberal do atual governo Bolsonaro reacende e intensifica valores contrários às conquistas previstas na Constituição Federal de 1988, como será mostrado na sessão seguinte. Assim, nos próximos anos, sem a previsão de investimentos nas receitas primárias – política social – é possível perceber que os imigrantes venezuelanos chegam ao Brasil e encontram um país marcado pelo aprofundamento dos ditames neoliberais, perda dos direitos sociais e avanço do projeto de extrema direita antidemocrático e inconstitucional, o Bolsonarismo.

Conforme Behring (2019), o Bolsonarismo no Brasil expressa o projeto de extrema direita e se traduz como um “projeto societário devastador”, com traços de fascismo e que encontra parceiros no mundo, num movimento global de desmonte de direitos e estímulo ao ódio. Para a autora, as novas táticas de apropriação dos meios de comunicação para incrementar todo tipo de violência, inclusive, no Brasil, com o apelo para o uso de armas de fogo, para supostamente proteger as famílias, demonstra outra faceta em ascensão do projeto Bolsonarista,

que ainda em 2019 teve efeitos devastadores com o avanço das queimadas, invasão de terras indígenas, quilombolas e de pequenos produtores, aumento da violência contra mulheres e LGBTQI+, agressão contra jovens negros, sem contar no poder das milícias e narcomilícias

Enquanto isso, há um avanço da agenda econômica neoliberal e da reforma intelectual e moral para solidificar as bases desse projeto societário que se funda no mais arraigado individualismo e na deslaicização do Estado. Conforme Behring (2019), o Bolsonarismo como projeto societário de extrema direita, que ataca direitos e se coloca a serviço do capital e dos interesses internacionais é verdadeiramente contrário às políticas sociais e todas as pautas que, mesmo na ordem capitalista, possibilitem algum grau de avanço e emancipação política, como por exemplo: a defesa das liberdades individuais, contra o ajuste fiscal, a favor da reforma agrária, contra todas as formas de discriminação e preconceito, contra o racismo estrutural, em defesa do meio ambiente, contra o encarceramento em massa e criminalização dos movimentos sociais.

Behring (2019) ressalta que o capitalismo decadente e em crise vem bloqueando as esferas democráticas a favor da propriedade privada a dos interesses da burguesia, mas não se trata de cooptar corpos coletivos da classe trabalhadora, e sim de instituir o individualismo possessivo e meritocrático que vem alinhado à precarização do trabalho e ao empreendedorismo. Ademais, a ascensão do Bolsonarismo é sem dúvidas uma requisição política atual em tempos de crise do capital, disputa acirrada sobre o fundo público e expropriação dos trabalhadores.

### **3.2 Política Migratória**

De acordo com Mármora, as políticas públicas das migrações internacionais são as “respostas institucionais das causas, características e efeitos dos movimentos populacionais de ou para determinado território” (2017, p. 561). Segundo o autor, as causas, as características e os efeitos formam a dimensão objetiva que deve ser levada em consideração para apreensão das expressões e o impacto do fenômeno migratório. Além disso, as percepções e as demandas sociais abrangem valores culturais, éticos, atitudes, condutas e relações sociais estabelecidas entre os migrantes e as sociedades que os recebem. Para Mármora (2017) as políticas das migrações internacionais podem ser:

**Políticas de retenção:** têm a finalidade de evitar que ocorra o deslocamento de população para o exterior, ou seja, buscam o assentamento da população por meio da geração de empregos e aumento da produtividade.

**Políticas de promoção:** têm o objetivo de promover a entrada ou saída voluntária de imigrantes de um determinado país para outro.

Mármora (2017) esclarece que é justamente nas políticas de promoção que encontramos a conceituação dos sistemas migratórios, sendo os principais os sistemas de povoamento e os de migrações laborais. Os primeiros são recorrentes nos países que buscam essencialmente o aumento da sua população; já os laborais se fundam no impulso à atração de mão de obra.

As políticas de regulação estão voltadas para incidir sobre os fluxos migratórios estabelecidos, restringindo seu movimento, canalizando-o ou facilitando seu deslocamento. A restrição se executa diretamente por meio de programas de recursos humanos qualificados, migrações laborais e migração com capital. [...] as políticas de recuperação têm como objetivos específicos promover a repatriação dos nacionais residentes no exterior ou sua participação na sociedade de origem. [...] as políticas definidas a partir do objetivo da incorporação migratória buscam uma adequada inserção daqueles imigrantes já instalados na sociedade de chegada. Seus objetivos específicos estão vinculados ao padrão migratório sobre o qual se aplica a política de incorporação. (MÁRMORA, 2017, p. 563).

No âmbito da política de incorporação da migração a finalidade básica é a promoção da integração do imigrante na sociedade de destino. Os programas previstos incluem a inserção sociocultural dos imigrantes, o que abrange a assistência às associações de imigrantes e assistência social aos mesmos, bem como a inclusão sociolaboral. “Cada uma dessas políticas está dirigida a uma população-alvo determinada: as de retenção e as de promoção àqueles que ainda não emigraram, as de recuperação e incorporação àqueles que emigraram e as de regulação àqueles que estão em processo de migração”. (MÁRMORA, 2017, p. 564).

A compreensão acerca de como se constitui a política das migrações internacionais é imprescindível para a análise da política migratória de um dado país, no caso desta tese, o Brasil. Para tanto, a seguir será apresentada a Lei Migratória brasileira, suas contradições e avanços.

A Lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017, conhecida como Nova Lei de Migração, e o Decreto Nº 9.199 de 20 de novembro de 2017 que a regulamenta, reconhecem o preceito constitucional e asseguram em condições de igualdade com os nacionais a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como o estabelecimento de garantias civis, sociais, culturais e econômicas.

De acordo com Ventura (2017) passaram-se mais de trinta anos após o final da ditadura civil-militar que imperou no Brasil e apenas em 2017 foi revogado o Estatuto do Estrangeiro – Lei n. 6.815 de 1980. Conforme a autora o Estatuto do Estrangeiro é um “dos mais nefastos ‘entulhos autoritários’ (normas ditatoriais persistentes na ordem democrática) que vinha sobrevivendo à lenta, e casa vez mais precária, decantação do direito brasileiro em direção à democracia”. Com isso, rompeu-se com décadas de vigência de uma legislação que foi construída a partir da percepção do imigrante como uma ameaça à segurança nacional.

Para Ventura (2017) a Lei de Migração, construída por meio do diálogo entre a sociedade civil e o Estado, representa uma importante conquista para a democracia brasileira. Contudo, alguns vetos importantes perpetrados pelo Presidência da República ainda demonstram o caráter restritivo por parte de alguns órgãos sobre a migração internacional.

Na justificativa dos vetos, diferentes órgãos do Estado convocados a desfigurar o texto (Advocacia-Geral da União, Casa Civil e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministério da Fazenda e Ministério da Justiça e Segurança Pública) revelam seu profundo desconhecimento do tema das migrações internacionais, em particular de seus aspectos jurídicos, além de persistência de uma visão anacrônica e ineficiente da segurança nacional. (VENTURA, 2017, p. 429).

A autora considera que há três pontos essenciais de ruptura com a antiga legislação, o Estatuto de Estrangeiro. O primeiro diz respeito à mudança de referência ao migrante e não mais ao estrangeiro. A expressão estrangeiro “ênfatiza a estranheza, ao mesmo tempo em que ignora o léxico da mobilidade humana internacional, um dos relevantes fenômenos da atualidade” (VENTURA, 2017, p. 429). O autor do projeto de lei, senador Aloysio Nunes Ferreira, afirmava que o Estatuto do Estrangeiro não visava a acolhida. “É bem verdade que o conceito de migrante, previsto pelo primeiro artigo da lei, foi vetado, trazendo risco de inconsistência ao diploma legal que refere 22 vezes tal expressão”. (VENTURA, 2017, p. 429).

O conceito de migrante previsto inicialmente no Inciso I do § 1º do art. 1º da lei indicava: I - migrante: pessoa que se desloca de país ou região geográfica ao território de outro país ou região geográfica, incluindo o imigrante, o emigrante, o residente fronteiriço e o apátrida<sup>149</sup>. As justificativas para o veto são as seguintes:

O dispositivo estabelece conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais, violando a Constituição em seu

---

<sup>149</sup> Os vetos à Nova Lei de Migração podem ser acessados na página oficial da Câmara dos Deputados em: Legislação Informatizada - LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – Veto. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-veto-152813-pl.html>.

artigo 5º, que estabelece que aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro no território nacional. (LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA - LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – VETO, 2017).

Há graves incongruências com relação ao veto porque a terminologia aparece no dispositivo legal inúmeras vezes – sem conceito – e a definição de imigrantes continuou preservada, a saber:

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil; III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior; IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho; V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional; VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro. (LEI N. 13.445 DE 24 DE MAIO DE 2017).

Para Ventura (2017) a incorporação dessas expressões é um indicativo de que a lei brasileira entra em confluência com os documentos internacionais e o conhecimento acumulado na área de pesquisa e elaboração de políticas públicas em matéria de migrações internacionais. Conforme a autora, a segunda ruptura apresentada na atual legislação tem relação com a afirmação dos direitos humanos dos imigrantes, em especial pelo que está disposto no *caput* do Artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

No entanto, o Estatuto do Estrangeiro não continha um rol de direitos compatível com a Constituição Federal. Ainda mais grave, em virtude do seu artigo 65, o vetusto diploma previa a possibilidade de expulsão do estrangeiro que, de qualquer forma, atentasse contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o tornasse nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. O parágrafo único daquele artigo estendia a possibilidade de expulsão inclusive ao estrangeiro que se entregasse à vadiagem ou à mendicância. Somado ao artigo 107 do mesmo diploma, que vedava ao estrangeiro o exercício de atividade de natureza política, a lei ditatorial expunha o migrante à total discricionariedade do Estado, com possível deriva rumo à arbitrariedade, considerando a amplitude das expressões que figuravam na lei. (VENTURA, 2017, p. 430).

De acordo com os artigos 106 e 107 do Estatuto de Estrangeiro era proibido ao imigrante a organização em associações sindicais e o exercício de qualquer atividade de natureza política. Com isso, o arcabouço legal introduzido pela Nova Lei de Migração inaugura um novo paradigma centrado nos direitos humanos que é consagrado por meio dos princípios e diretrizes que balizam a política migratória brasileira.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; V - promoção de entrada regular e de regularização documental; VI - acolhida humanitária; VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil; VIII - garantia do direito à reunião familiar; IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante; XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante; XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas; XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço; XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante; XVIII - observância ao disposto em tratado; XIX - proteção ao brasileiro no exterior; XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas; XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas. (LEI N. 13.445 DE 24 DE MAIO DE 2017).

Outro aspecto importante previsto no arcabouço da Nova Lei de Migração legal é o artigo 4º, que reafirma o preceito constitucional no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 de igualdade entre brasileiros e imigrantes:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; II - direito à liberdade de circulação em território nacional; III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de

direitos; V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; VI - direito de reunião para fins pacíficos; VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento; XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ; XIV - direito a abertura de conta bancária; XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória. (LEI N. 13.445 DE 24 DE MAIO DE 2017).

Conforme Ventura (2017), há algumas restrições na nova legislação decorrentes do veto da Presidência da República, como é o caso do acesso a cargo, emprego e função pública. De acordo com as informações oficiais disponíveis no site oficial da Câmara dos Deputados as razões para o veto foram:

Os dispositivos possibilitariam o exercício do cargo, emprego ou função pública por estrangeiro não residente, em afronta à Constituição e ao interesse nacional. Além disso, trata em diploma relativo ao tema migratório de matéria reservada à regulação de provimento de cargo público, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, a teor do artigo 61, § 1º, II, 'c', da Constituição. Ademais, reserva a edital de concurso a definição, concessão ou restrição de direitos, o que configura-se inadequado à sua função de apenas direcionar a fiel execução da lei para acesso a carreiras públicas. (LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA - LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – VETO, 2017).

Outra restrição refere-se ao direito ao voto do migrante. Conforme Ventura (2017), persiste na atual legislação a vedação de votar e ser votado aos imigrantes “Nesse ponto, o Brasil apresenta claro atraso em relação a outros países, inclusive a ampla maioria dos Estados da América do Sul. Isso explica que o direito de votar e ser votado tenha se tornado uma das mais importantes reivindicações das organizações sociais que defendem os direitos dos imigrantes” (VENTURA, 2017, p. 431).

Para a autora, o terceiro aspecto de ruptura com o Estatuto do Estrangeiro trazido com a Nova Lei de Migração tem relação com a regularização da situação migratória: o artigo 38,

proibia expressamente a legalização do imigrante em situação irregular no país, o qual era considerado como “clandestino”.

Dificultar a regularização migratória constitui uma ameaça à segurança do Brasil e do migrante. Do Brasil, porque facilitar a regularização migratória permite ao Estado conhecer o migrante que aqui se encontra, dando ocasião à formulação de políticas públicas eficazes a partir uma informação qualificada. No que tange ao migrante, evidentemente, a situação migratória regular reduz sua vulnerabilidade, em especial no que se refere à sua exposição às redes de tráfico de pessoas e de exploração do trabalho em condições análogas à escravidão, além do crime organizado e da corrupção de funcionários públicos, inclusive policiais. (VENTURA, 2017, p. 431).

A imposição de critérios restritos para a regularização da migração não impede o contínuo deslocamento de pessoas, apenas contribui para acentuar a precariedade das condições de vida dos imigrantes e da população do país receptor. Assim, a adoção de uma política migratória em sintonia com os direitos humanos – acolhedora – é a melhor escolha para o desenvolvimento dos países que aproveitam o capital humano, econômico e simbólico da migração para melhorar as condições de vida de todos.

Em 15 de fevereiro de 2018 o Governo Federal expediu o Decreto Nº 9.285, que reconhece a crise humanitária na Venezuela, o que representa a manifestação pública do agravamento da situação política, econômica e social naquele país, bem como seu desdobramento no Brasil, a partir do grande volume de imigrantes venezuelanos que chegaram ao estado de Roraima. O artigo 1º diz que “Fica reconhecida a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório para o estado de Roraima, provocado pela crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela” (DECRETO Nº 9.285 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018). Embora o Decreto represente um avanço, a Lei 13.445 de 2017 coloca claramente o acolhimento humanitário na agenda migratória do país. Assim, os fluxos decorrentes de questões humanitárias não deveriam ser tratados caso a caso, mas ser objeto de regulamentação mais abrangente, a fim de evitar respostas tardias do Estado e viabilizar direitos.

Com esse reconhecimento, portanto, é necessária a construção de ações planejadas, intersetoriais e articuladas entre diferentes níveis de gestão que possam dar reais respostas às necessidades trazidas e vivenciadas pelos imigrantes no Brasil. Dentre as medidas tomadas pelo Governo Federal tem destaque a Medida Provisória Nº 820 de 15 de fevereiro de 2018 que “dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”. Conforme o Art. 2º considera-se:

I - situação de vulnerabilidade - condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa, nacional ou estrangeira, no âmbito da proteção social, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; II - proteção social - conjunto de políticas públicas estruturadas para prevenir e remediar situações de vulnerabilidade social e risco pessoal que impliquem em violação dos direitos humanos; e III - crise humanitária - desastre natural ou conflito causado pelo homem que resulte em violação direta ou indireta dos direitos humanos. Parágrafo único. A situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, no território nacional, será reconhecida por ato do Presidente da República.

Com isso, devem ser adotadas estratégias de assistência emergencial pelo Governo Federal, pelos Estados, Municípios e o Distrito Federal, por meio da adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos. Poderão ainda ser estabelecidos convênios ou instrumentos congêneres com entidades e organizações da sociedade civil para execução das ações. Conforme o Art. 4º a ampliação das ações ocorrerá a partir das seguintes políticas:

I - proteção social; II - atenção à saúde; III - oferta de atividades educacionais; IV - formação e qualificação profissional; V - garantia dos direitos humanos; VI - proteção dos direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena e comunidades tradicionais atingidas; VII - oferta de infraestrutura e saneamento; VIII - segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; IX - logística e distribuição de insumos; e X - mobilidade, distribuição no território nacional e apoio à interiorização (BRASIL, MEDIDA PROVISÓRIA Nº 820, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018)

Outra inovação que consta na Medida Provisória foi a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, regulamentado em 2018 pelo Decreto Nº 9.826, também da mesma data de edição da MP. O Comitê era composto por representantes de diversos Ministérios do Poder Executivo, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e pela Casa Civil, e considerado um serviço público relevante, não remunerado, com sede em Brasília.

Em 14 de agosto de 2019, sob o comando do presidente Jair Bolsonaro, foi promulgado o Decreto Nº 9.970 que dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. De acordo com o Art. 2º compete ao Comitê:

I - articular ações, projetos e atividades desenvolvidos com apoio dos Governos federal, estadual, distrital e municipal no âmbito da assistência emergencial; II - estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias do Governo federal para a implementação da assistência emergencial; III - supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos que atuem na execução das medidas estabelecidas pelo Comitê; IV - propor, aos órgãos competentes, medidas para assegurar os recursos necessários à implementação das ações, dos projetos e das atividades de assistência emergencial; V - firmar parcerias com: a) órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; b) entes federativos; c) organizações da sociedade civil; d) entidades privadas; e)

especialistas; e f) organismos internacionais; VI - acompanhar e avaliar a execução da assistência emergencial e adotar medidas para a mitigação de riscos; e VII - elaborar relatório semestral de suas atividades, com a avaliação da execução e dos resultados das políticas. § 1º Compete, ainda, ao Comitê Federal de Assistência Emergencial indicar Coordenador Operacional para atuar em área afetada por fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Conforme o Art. 3º o Comitê Federal de Assistência Emergencial é composto pelos seguintes membros.

I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá; II - Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; III - Ministro de Estado da Defesa; IV - Ministro de Estado das Relações Exteriores; V - Ministro de Estado da Economia; VI - Ministro de Estado da Educação; VII - Ministro de Estado da Cidadania; VIII - Ministro de Estado da Saúde; IX - Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional; X - Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e XI - Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Operativamente, de acordo com o Art. 6º, o Comitê Federal de Assistência Emergencial contará com quatro Subcomitês Federais: I - Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; II - Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; III - Subcomitê Federal para Interiorização; e IV - Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes.

§ 1º O Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes é composto por representantes dos seguintes órgãos: I - um do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que o coordenará; II - um do Ministério da Defesa; III - um do Ministério das Relações Exteriores; IV - um do Ministério da Economia; V - um do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; VI - um do Ministério da Cidadania; VII - um do Ministério da Saúde; VIII - um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e IX - um do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 2º O Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade é composto por representantes dos seguintes órgãos: I - um do Ministério da Cidadania, que o coordenará; II - um do Ministério da Justiça e Segurança Pública; III - um do Ministério da Defesa; IV - um do Ministério da Educação; V - um do Ministério da Saúde; e VI - um do Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos.

§ 3º O Subcomitê Federal para Interiorização é composto por representantes dos seguintes órgãos: I - um do Ministério da Cidadania, que o coordenará; II - um do Ministério da Justiça e Segurança Pública; III - um do Ministério da Defesa; IV - um do Ministério das Relações Exteriores; V - um do Ministério da Economia; VI - um do Ministério da Saúde; e VII - um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

§ 4º O Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes é composto por representantes dos seguintes órgãos: I - um do Ministério da Saúde, que o coordenará; e II - um do Ministério da Defesa.

O objetivo central de existência do Comitê Federal de Assistência Emergencial está previsto no artigo 1º: “Este Decreto dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”.

Ademais, o Brasil é signatário de acordos internacionais, mais especificamente com relação aos imigrantes na condição de refúgio: o marco regulatório foi materializado na Convenção das Nações Unidas de 1951 (Estatuto dos Refugiados), que surge no contexto pós Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948.

Nesse período – 1950 – havia uma preocupação com os fluxos de deslocamento provenientes da Segunda Guerra Mundial, ou seja, a atuação foi em sua grande parte em prol dos refugiados europeus. Diante disso, os Estados deveriam aderir à Convenção das Nações Unidas de 1951, comprometendo-se a assegurar condições para a sobrevivência dos refugiados nos territórios, levando em consideração desde a chegada, a permanência e regresso. O documento resultante da Convenção exemplifica os direitos dos refugiados, bem como as obrigações dos Estados. Sobre os direitos previstos, destacam-se: a liberdade religiosa, a assistência jurídica; a propriedade móvel e imóvel; a propriedade intelectual e industrial; o trabalho, o alojamento, a educação, a assistência pública, a previdência, a liberdade de locomoção e outros.

Por conseguinte, em 1967 foi editado o Protocolo com relação à Convenção que ampliou a possibilidade de incluir outras pessoas de diferentes contextos ao conceito de refugiados, estabelecendo mais atribuições aos Estados referentes à necessidade de fornecer informações ao Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas sobre as ações desenvolvidas. O Estado brasileiro, além de ratificar esses tratados é signatário da Declaração de Cartagena Sobre Refugiados de 1984, que foi resultado do Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários, realizado em Cartagena, na Colômbia, entre os dias 19 e 22 de novembro de 1984. Nesse momento houve a ampliação do conceito de refugiados, incorporando outras categorias que antes não eram abarcadas. Dessa forma, o conceito atual que orienta o conjunto de legislações no âmbito dos acordos internacionais é o que está previsto na Declaração de Cartagena, a saber:

Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ACNUR, 1984, p. 03).

No âmbito da legislação nacional, em 1997 o Brasil promulgou a Lei Nº 9.474 de 22 de julho de 1997, que tem por objetivo definir mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, bem como instituiu o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). O CONARE é um órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem a prerrogativa de analisar os pedidos de refúgio, decidir pela concessão, determinar a perda da condição de refúgio, orientar e coordenar ações de assistência e aprovar instruções normativas esclarecedoras para a execução das normas relativas a refugiados.

Assim, do ponto de vista legal e normativo há no Brasil um arcabouço estruturado que garante direitos aos imigrantes, ao tempo em que atribuiu ao estado a responsabilidade para proporcionar, em condições de igualdade com os nacionais, o acesso às políticas sociais. Contudo, faz-se necessário compreender, a partir da realidade concreta, como operam as relações políticas e contraditórias que condicionam o acesso dos imigrantes as políticas sociais no Brasil.

#### 4 O DISCURSO INSTITUCIONAL SOBRE A MIGRAÇÃO

Este capítulo apresenta a síntese dos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas nos órgãos públicos e da sociedade civil no estado de Roraima, a saber: Assembleia Legislativa do estado de Roraima; Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes); Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista; Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista; Secretaria Municipal de Gestão Social (Semges) de Boa Vista; Ministério Público do Trabalho de Roraima em Boa Vista; Universidade Federal de Roraima e o Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima. Para tanto, este capítulo está organizado da seguinte forma: será exposto, a partir das entrevistas com gestores públicos, o discurso institucional acerca da migração venezuelana, bem como o direcionamento político e as relações contraditórias que envolvem a construção das políticas sociais – dispostas na Nova Lei de Migração – e como se dá o acesso dos imigrantes a essas políticas sociais.

Conforme já referido nesta tese, é importante recordar que o neoliberalismo é um projeto societário e de classe, que envolve o domínio e controle econômico, político, moral e cultural em todas as esferas de socialização (HARVEY, 2014). Dessa maneira, o neoliberalismo se traduz como um sistema normativo que propaga a lógica do capital – intervenção mínima do Estado junto às demandas sociais – ao tempo em que constrói a forma como os sujeitos agem, pensam e se relacionam uns com os outros.

Como diz Behring (2018) para o pensamento marxista o Estado é interpretado como processo social e histórico. Com isso, rejeitam-se as perspectivas dicotômicas do “bem” ou “mal”, mas se tenta apreendê-lo na totalidade concreta, ou seja, a sociedade capitalista com suas contradições, lutas de classes e, acrescento ainda, permeada por disparidades étnico-raciais e de gênero, de nacionalidade e condição física. Nesse sentido, faz-se necessário reproduzir no nível do pensamento o Estado como uma categoria, numa perspectiva ontológica.

A partir das entrevistas realizadas e dos referenciais adotados nesta tese, construiu-se a categoria “criminalização da migração”, a qual pretende explicar como, com o envio das Forças Armadas para o Estado de Roraima, a resposta do Estado neoliberal brasileiro ao fluxo migratório venezuelano é operada de forma contraditória: tal medida representa o recrudescimento do Estado brasileiro no tratamento da questão migratória, afinal, com a colocação do tema no âmbito da segurança nacional, gradativamente se esvazia o sentido da migração como um movimento que pode potencializar o crescimento e trocas interculturais e subjetivas para as sociedades.

Além disso, instaura-se no território um imaginário de conflito, violência, tensão, invasão e perigo iminente, o que conseqüentemente influencia no inconsciente coletivo e na forma como as pessoas locais respondem à migração. Dessa maneira, estimula-se no inconsciente coletivo a noção de que o trato da migração deve ser respondido no âmbito da segurança nacional, por meio do uso das Forças Armadas, ou seja, a ideia de “combate ao inimigo”.

Ademais, a criminalização da migração também é representada na retórica que reafirma a estigmatização dos imigrantes, esses como sujeitos não confiáveis, violentos e criminosos. Essa concepção esteve presente nos discursos dos representantes das Secretarias do município de Boa Vista e da Secretaria estadual de Roraima que participaram desta pesquisa.

Todavia, o discurso dos representantes da sociedade civil e da UFRR, apesar de não considerarem como ideal o uso das Forças Armadas, percebem tal medida como a resposta possível, tendo em vista que o estado de Roraima possui um longo histórico de corrupção e desvio de verbas públicas, ou seja, a intervenção federal foi a saída necessária frente à desarticulação entre as diferentes esferas de governo, inclusive como consequência da inércia do Estado brasileiro diante do fluxo migratório venezuelano.

Outra categoria construída a partir das análises desta pesquisa é a categoria “culpabilização do imigrante”, a qual foi elaborada para explicar como no discurso alheio o lugar do imigrante passa a ser o de culpado por todos os males e problemas da sociedade de destino. A presença indesejada do imigrante é atribuída com ênfase nos aspectos negativos que supostamente só passaram a existir com a chegada destes, ou seja, a desorganização do espaço urbano, a deterioração das políticas sociais e dos equipamentos públicos, o prejuízo para a vida dos nacionais, o aumento da pobreza, as doenças, os maus costumes e a insegurança, tudo isso é responsabilidade dos imigrantes

Além disso, atribuíram-se também aspectos depreciativos da figura pessoal no uso de adjetivos como o sujo, o degradante, o maltrapilho, de aparência reprovável ou repugnante, o que está atrelado à constante desqualificação das potencialidades do imigrante, como também reforçam estereótipos de que os imigrantes são preguiçosos, não trabalham, não se esforçam, vivem de doações, possuem o vício de pedir e mais.

Dessa forma, os grupos historicamente marginalizados não possuem autonomia e poder sobre sua própria representação e o discurso produzido por outrem é que forma a representação do sujeito imigrante. Com isso, os grupos dominantes exercem alteridade na construção de um conjunto de sentidos sobre o “Outro”.

A seguir será explanado como essas perspectivas aparecem nas narrativas dos representantes do poder público, bem como as contradições e tendências político-ideológicas que acabam por influenciar a construção das políticas sociais no estado de Roraima para a população imigrante.

Como já mencionado na introdução deste trabalho, o conjunto de questões dirigidas aos gestores teve o objetivo de entender a percepção institucional sobre a migração e o acesso dos imigrantes às políticas sociais. Portanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas a partir de quatro eixos norteadores: 1. Direitos previstos e implementados; 2. Abrangência dos direitos; 3. Ação intersetorial entre as políticas, 4. Financiamento e 5. Conflitos no território.

Sobre o alcance dos imigrantes venezuelanos à política de saúde, o gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista, ao problematizar as condições do sistema de saúde após a migração ligou a queda da qualidade dos serviços prestados – tempo de atendimento, escuta e encaminhamentos – à chegada dos imigrantes venezuelanos, ou seja, o acesso da população brasileira teria se tornado mais “complicado” porque os imigrantes acabam sendo atendidos com prioridade em virtude da “vulnerabilidade” em que se encontram.

[...] para nós brasileiros, digamos assim, ficou um pouco mais complicado com relação ao acompanhamento das equipes para essas pessoas, porque atenção básica, ela visa o acompanhamento das pessoas em um território. Então, as equipes hoje eu posso dizer que as unidades de saúde estão sobrecarregadas. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA VISTA).

Em outro trecho da entrevista o representante da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista explicou que com a chegada dos imigrantes houve um aumento de doenças no Estado e maior sobrecarga de trabalho para os profissionais de saúde.

O sarampo que veio, entrou, veio de lá, mas assim, digamos que a nossa sociedade também não está com cobertura vacinal adequada, porque senão não tinha acontecido tudo o que tá acontecendo. Então a gente tem aumento e reintrodução de novos agravos, né, coisas que o sarampo já estava controlado. Já estamos em alerta para febre amarela. O que mais? Pólio também tivemos alerta, difteria [...] no grosso, eu acho que é isso mesmo, a situação está crítica, bem crítica. Tem demandas muito grandes, a gente tem de várias coisas e assim os profissionais estão desgastados e sobrecarregados. Então a gente está vivendo uma situação tanto na atenção básica como na especializada. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA VISTA).

Apesar de a narrativa se referir à “situação crítica” da saúde pública como responsabilidade dos imigrantes, é importante frisar que em 24 de maio de 2014 o governador

do Estado de Roraima havia decretado estado de emergência<sup>150</sup> na saúde pública por causa da ausência de recursos financeiros, leitos de internação e medicamentos. E em menos de um ano, janeiro de 2015, foi decretado novamente estado de emergência<sup>151</sup> na saúde pública do estado por motivos semelhantes, ou seja, antes da migração venezuelana a saúde pública em Roraima já enfrentava grandes dificuldades.

O gestor da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista afirmou que entre os meses de janeiro e dezembro de 2019, apenas na atenção básica, houve uma perda de 27 médicos, em sua maioria vinculados ao Programa Mais Médicos, e com isso a cobertura da atenção básica diminuiu consideravelmente. Essa informação aparece na narrativa como um dado sem qualquer problematização, mas, por outro lado, as dificuldades na saúde pública são atribuídas aos imigrantes venezuelanos. Ressaltamos que a saída dos profissionais de saúde e a ausência de recomposição do quadro indicam que há uma desresponsabilização do Estado no cumprimento das garantias Constitucionais com relação à saúde: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Art. 196 da Constituição Federal de 1988).

De acordo com matéria divulgada pelo jornal El País Brasil em 17 de janeiro de 2020, à época do fim do acordo entre Brasil e Cuba – Programa Mais Médicos – havia no Brasil 18.240 médicos cubanos atuando no Programa. No período de divulgação da matéria já havia menos de 21,6% desse número e dentre as regiões mais afetadas no Brasil, está a Região Norte. Com isso, é possível perceber que os problemas de saúde pública no estado de Roraima seguem se agravando ao longo dos anos, independentemente do fluxo migratório.

Quanto ao orçamento público destinado à política de saúde, o representante da Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista afirmou que não tinha conhecimento se houve, em especial, dotação particular para programas de saúde específicos para os imigrantes, ou ampliação dos serviços já existentes em virtude da migração.

E com relação ao orçamento, eu não vou saber te falar bem de orçamento não, eu sei que a atenção básica a gente recebe o quadro fixo e o quadro variável. Para o quadro fixo vem um valor “X” em cima de IBGE, população do IBGE, e o variável é de acordo com a quantidade de equipes cadastradas, agora vai

---

<sup>150</sup> G1. Governador decreta estado de emergência na Saúde, em Roraima. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/05/governador-decreta-estado-de-emergencia-na-saude-em-roraima.html>. Acesso em: 27 fev. 2020.

<sup>151</sup> G1. Governo de Roraima decreta situação de emergência na Saúde do estado. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/01/governo-de-roraima-decreta-situacao-de-emergencia-na-saude-do-estado.html>. Acesso em: 27 fev. 2020.

ser por pessoas cadastradas. Vai ter uma mudança agora, mas hoje é isso, quadro fixo, quadro variável, na Atenção Básica. E o financiamento é em cima do valor fixo que vem no mês, mas o valor baseado num cadastro das equipes. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA VISTA).

Observou-se que os aspectos relacionados ao orçamento público, este entendido como uma peça política imprescindível para efetivação das políticas sociais, não foram problematizados pelo entrevistado, e a ausência de conhecimento por parte do gestor aparece na narrativa como uma informação adicional e não como dado relevante para compreensão dos desdobramentos da política de saúde no município.

Constata-se que com o aumento do fluxo migratório de venezuelanos, consequentemente, houve uma maior demanda de acesso às políticas sociais, contudo, o estado de Roraima já tinha um sistema de saúde deficitário antes da migração. Sendo assim, não é possível atribuir a esse grupo populacional a responsabilidade pelos problemas históricos existentes na saúde pública do estado, fazendo-se necessário salientar que inevitavelmente, com o aumento do contingente populacional, os problemas já existentes tornam-se mais expressivos. A narrativa do gestor apresenta um conteúdo que reafirma o ideário social de percepção do imigrante como “estrangeiro”, sujeito estranho ao território e responsável por inúmeros problemas sociais.

De acordo com Silva (2017), a categoria “estrangeiro” remete a um estatuto jurídico que sofreu mudanças ao longo da história. Outros aspectos de ordem política, econômica e cultural também precisam ser considerados ao pensar no tema. Um aspecto relevante diz respeito ao Estado-nação de origem, que pode ocupar uma posição qualificada como “inferior” ou não a partir da posição hierárquica – econômica, política e social.

Nas cidades antigas de Roma ou de Atenas, por exemplo, a distinção entre um cidadão e um estrangeiro se dava pelo acesso ao culto dos deuses da cidade, vedado a esse último por não pertencer à mesma urbe. [...] em outras palavras, ele não era um cidadão e a sua incorporação à vida da cidade só era possível pela via econômica, isto é, na medida em que se se tornasse cliente de um cidadão. [...] na tradição greco-romana o estrangeiro não era considerado cidadão e, portanto, não gozava de direitos, tais como o de propriedade, o de estabelecer relações comerciais, ou até mesmo o de se casar com uma “nativa”. (SILVA, 2018, p. 41).

Para compreensão acerca da construção de padrões sociais que corroboram para reprodução de estruturas desiguais sobre a construção ideológica de determinados grupos sociais recorre-se à obra clássica *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2007), de Edward Said. Segundo o autor o Oriente é praticamente uma construção ocidental, e desde a Antiguidade, foi traduzido como lugar de seres exóticos, místicos, de experiências estranhas

e encantadoras. A obra se encarrega de problematizar a idealização da imagem do árabe a partir do século XIX, ao tempo em que demonstra como o Orientalismo foi apropriado pelos Estados Unidos como estratégia de controle e poder político e ideológico.

Para Said (2007) o mundo ocidental elaborou uma percepção deturpada do Oriente como o "Outro", num esforço para diferenciá-lo e assim, subjugar o Oriente aos interesses das colônias. Said investigou as narrativas construídas pelos ocidentais desde produções acerca das Cruzadas ou textos famosos, como a peça *Otelo, o Mercador de Veneza*, de Shakespeare, nos quais localizou comumente a representação do Oriente como local habitado por bárbaros.

Conforme o autor, a ideia de subdesenvolvimento e/ ou inferioridade atribuído ao Oriente é, na verdade, uma forma de validar o eurocentrismo; este modo civilizatório é visto então como superior, desenvolvido, a sociedade ideal. Portanto, a representação "ocidental" do que seria o "Oriente" estava centrado na necessidade de buscar diferenciar o Outro e assim justificar o poder colonial.

Para tanto, foram-se construindo bases teóricas, políticas e ideológicas de legitimação dessa estrutura de poder que fez do Orientalismo uma base de conhecimento sobre o Oriente.

O Orientalismo, portanto, não é uma visionária fantasia europeia sobre o Oriente, mas um corpo elaborado de teoria e prática em que, por muitas gerações, tem-se feito um considerável investimento material. O investimento continuado criou o Orientalismo como um sistema de conhecimentos sobre o Oriente, uma rede aceita para filtrar o Oriente na consciência ocidental, assim como o mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou verdadeiramente produtivas – as afirmações que transitam do Orientalismo para a cultura em geral (SAID, 2007, p.34).

Para Said (2007) o "Orientalismo" expandiu-se a partir do século XIX quando uma série de estudiosos que trabalhavam a serviço do Império Britânico e Francês – sociólogos, filólogos, antropólogos e historiadores –e escreveram sobre o que seria o Oriente de forma distorcida, mas intencional.

Minha ideia é que o interesse europeu e depois americano no Oriente era político segundo alguns dos óbvios relatos históricos que apresentei, mas que foi a cultura que criou esse interesse, que atuou dinamicamente junto com a lógica política, econômica e militar bruta para fazer do Oriente o lugar variado e complicado que ele evidentemente era no campo de estudo que chamo Orientalismo (SAID, 2007, p.40).

Assim como na realidade explicada por Said (2007), ao pensarmos no contexto das migrações internacionais constroem-se também estruturas políticas, teóricas e ideológicas acerca de determinados grupos sociais – imigrantes – que são adensadas por questões étnico-raciais e gênero, de origem, condição física, linguística, religiosa entre outros. Ao analisarmos a migração venezuelana, os estereotípicos atribuídos a esse grupo populacional incidem

diretamente na percepção coletiva sobre esses sujeitos. Dessa maneira, ao afirmar que as dificuldades no âmbito da saúde pública em Boa Vista se deram em decorrência da migração, além de encobrir a realidade histórica do município, politicamente, é uma estratégia de desresponsabilização do estado que incidirá na forma como a população local perceberá essa migração, podendo gerar movimentos contrários à migração.

Ademais, apesar de a narrativa do gestor público da Secretaria de Saúde de Boa Vista apresentar uma possível estruturação dessa política pelo município de Boa Vista para atender as necessidades dos nacionais e imigrantes, o reconhecimento formal-legal, que representa um avanço aos direitos dos trabalhadores, nos limites do capitalismo, contraditoriamente, também garante as condições necessárias à reprodução do capital que se dá diretamente pela intervenção do Estado:

O reconhecimento formal de direitos no âmbito do Estado Social Capitalista, se por um lado possibilitou a melhoria de condições de vida, por outro, também revelou o quanto é incompatível a igualdade substantiva e a emancipação humana com a cidadania burguesa, contrariando suposições como as de Marshall (dentre outras), para quem a cidadania é capaz de superar a desigualdade. Não são poucas as análises que, ao incorporar a perspectiva marshalliana de cidadania, compreendem a conquista de direitos como possível caminho para a emancipação humana, confundindo cidadania com emancipação humana. (BOSCHETTI, 2018, p. 82).

Conforme esclarece Boschetti (2018) o reconhecimento do direito pelo Estado Social capitalista possibilitou alguma melhoria na vida cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras, mas encarcerou a real natureza capitalista que é a impossibilidade de igualdade substantiva e a emancipação humana com a cidadania burguesa.

O discurso dos gestores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista foi mais contundente com relação à política migratória brasileira, trazendo ênfase para a discussão sobre a competência de controle da fronteira entre o Brasil e Venezuela, em especial, sobre a necessidade de pensar no seu fechamento. Com relação ao acesso dos imigrantes venezuelanos à política de educação, um dos gestores ressaltou que há falta de “humildade” por parte deles, os quais possuem muitos direitos e recorrem às instâncias de fiscalização e de controle porque não querem compreender e aceitar as regras de um novo país, atribuindo aos imigrantes venezuelanos o impacto negativo para a vida das pessoas do estado de Roraima e para as políticas sociais.

Essa percepção foi corroborada por outro gestor dessa Secretaria ao afirmar que os “país” venezuelanos só “querem a vaga para passar 15 dias” e em seguida vão embora. Ademais, o sistema de “call center” usado para a matrícula é considerado eficiente pelos

gestores, desde que o venezuelano fale “devagarzinho”. Outro ponto mencionado é que as ONGs poderiam auxiliar os imigrantes a finalizarem o cadastro junto ao sistema eletrônico, bem como explicar “tudinho” a respeito de qual unidade de ensino eles devem se dirigir.

Contudo, um elemento que não foi problematizado pelos entrevistados é o fato de que nos “call centers” não há intérpretes, o que conseqüentemente impacta na comunicação e divulgação das informações. Ademais, ao apontar que as ONGs poderiam auxiliar os imigrantes na efetivação de matrícula escolar, tal medida tende a transferir a responsabilidade que é da Secretaria Municipal de Educação para a sociedade civil.

Zanforlin (2017) afirma que os seres humanos, socialmente, constroem padrões e esquemas formulados subjetivamente, nos quais tendem a tipificar as pessoas. Porém, a diferença entre tipificar e estereotipar está no fato que “o estereótipo reduziria as características que aprendemos de alguém, ou de algum grupo de pessoas, enxergando-as, ou maximizando-as a fim de simplifica-las e fixa-las, condenando-as a um sentido único.” (Zanforlin, 2017, p. 287). A autora argumenta ainda que o estereótipo formulado unilateralmente está vinculado à manutenção de poder, já que acaba por determinar que o que seria “normal” é permitido e o que foge a esse padrão deve ser excluído. Além disso, são produtos de um tempo e espaço determinados e não são isentos de tensões e conflitos sociais.

Sublinhamos que as representações reverberam o tempo social em que estão inseridas, como também as lutas políticas da sociedade, sendo, portanto, um reflexo histórico-político e ideológico, podendo conceder pistas para que se caminhe no sentido da desmistificação ou manutenção na luta pela hegemonia. (ZANFORLIN, 2017, p. 287).

Os grupos historicamente marginalizados não dispõem de controle sobre sua própria representação, ao passo que os vários discursos produzidos formam quase unânime a representação do “Outro”, e com isso exercem autoridade e força na construção de um conjunto de sentidos sobre o Outro (Zanforlin, 2017). Nesse sentido, pensar as migrações internacionais num contexto de fluxo entre países do sul global – Venezuela e Brasil – requer compreender como se dá o processo de construção de estereótipos, mais especificamente acerca do sujeito imigrante e os desdobramentos para acesso desse grupo aos direitos garantidos por meio das políticas sociais.

Durante a entrevista os gestores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista se limitaram a falar sobre os desdobramentos para o estado de Roraima com a chegada dos imigrantes venezuelanos, ressaltando que a “violência” cresceu, e, apesar de serem poucos

os casos noticiados em que houve envolvimento de um imigrante venezuelano, simplesmente por se tratar de um deles “indigna a população”:

A nossa violência que aqui cresceu muito. E aí acontece de um caseiro, o casal de caseiro venezuelano mata o proprietário da fazenda e foge com um carro. Aí já cria uma revolta. Aí tem outro, que deu ajuda para o venezuelano e o venezuelano matou. Aí tem situação perto de um abrigo, o Jardim Floresta, que o venezuelano vai assaltar uma residência, o pessoal corre atrás e o venezuelano ainda fura a pessoa que correu atrás. Aí a pessoa se revolta. Então esses acontecidos, por mais que sejam poucos, só que por ser um venezuelano indigna a população. Então isso ainda existe. Por outro lado, tem a parte do Boa-Vistense que eu acho assim: Falta um pouco de compaixão. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE BOA VISTA).

Nota-se que os discursos se complementam e explicitam posições contrárias à migração e que a posição política e ideológica dos entrevistados reforça o estigma e a culpabilização do imigrante pelos problemas do estado de Roraima. Com isso, as narrativas evidenciam a posição de classe dos gestores e ao mesmo tempo demonstram que conseqüentemente haverá dificuldade para a construção de políticas sociais que efetivamente possam democratizar o acesso à população imigrante. A partir da teoria social crítica, trata-se de compreender o conteúdo do discurso institucional analisando a posição de classe que os sujeitos ocupam no sistema produtivo.

Para Osorio (2019), o lugar que se ocupa num sistema de produção social historicamente determinado tem relação com a distinção da dupla relação de exploração-explorados e dominação-dominados. Não se trata de uma relação simples e linear, mas é certo que toda classe, fração ou setor social transitará nessa dupla relação. Todavia, isso não diz tudo acerca das classes sociais, mas é um ponto de partida para a análise do conjunto de fatores que definem a posição real dos sujeitos sociais. Por assim dizer, cada sistema de produção social cria suas próprias classes.

O proletariado é a classe que não possui os meios de produção e recebe apenas o salário, situando-se “no campo das classes dominadas no sistema societário” (OSORIO, 2019, p. 120). A pequena burguesia é constituída pelas frações de proprietários e não proprietários de meios de produção; alguns se apoderam da riqueza por meio de relações mercantis simples, outros recebem salários, e podem ou não controlar os processos produtivos com interesse ou não de desempenharem ações/funções das classes dominantes.

Conforme o autor, o campesinato possui a propriedade da terra, domina o processo produtivo e exerce atividades mercantis simples, mas se situa nas classes dominadas. A burguesia se caracteriza por deter os meios de produção, apropria-se da mais-valia e pertence à

classe dominante. Já o proprietário fundiário é a classe que possui a propriedade da terra, pode ou não controlar o processo produtivo e também faz parte das classes dominantes.

Osorio (2019) esclarece que entre a pequena burguesia não proprietária, que são aqueles que vivem do salário e atuam no aparato do Estado, também existem subdivisões, pois há diferença entre os burocratas de baixo escalão e os que tomam decisões estratégicas.

Dessa maneira, o conteúdo do discurso dos gestores situa-se no campo de representação burguesa – pequena burguesia – e apesar de sua condição enquanto trabalhador, ideologicamente, observa-se a reprodução da lógica neoliberal dominante que reforça a intervenção mínima do Estado na área social, ao tempo em que há uma crescente culpabilização dos sujeitos e redimensionamento do fundo público para atender as necessidades do capital.

Acerca da intervenção do Estado no neoliberalismo Behring (2018) esclarece:

O neoliberalismo não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de primeira hora, pois esse permaneceu com forte presença econômica e social, e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maior parte dos países, pelo contrário. Tudo indica que a diminuição do “peso” do Estado vinculou-se mais às privatizações e à diminuição da tributação dos ricos, mas sem diminuir a carga tributária, ou seja, sustentando-se cada vez mais sobre o trabalho necessário. O Estado, então, redireciona a alocação do fundo público, sendo elemento constitutivo dessa lógica destrutiva. (BEHRING, 2018, p. 50).

A narrativa do gestor da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do estado de Roraima sobre o mercado de trabalho no Estado enfatizou que com a chegada dos imigrantes o contexto de falta de trabalho para os brasileiros “se agravou”, inclusive devido aos imigrantes que com “determinação” conseguem emprego mais facilmente. O representante dessa Secretaria criticou ainda a população brasileira, a qual considera possuir o “vício” de sempre recorrer à justiça do trabalho, considerando que por isso as mudanças na legislação trabalhista foram positivas, pois impedem a “cultura de judicialização” tão comum nos brasileiros. Dessa maneira, o “Outro”, sujeito estigmatizado, o qual posiciona-se contrário às regras sociais estabelecidas tende a conseguir vantagens incondizentes com o lugar preestabelecido.

Ainda acerca da construção sobre o Outro, na obra clássica *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Goffman (2004), afirma que o estigma é entendido como uma marca, uma forma registrada que antecede o sujeito nas relações cotidianas. Para o autor, as relações inter e intrapessoais baseiam-se em diferentes referenciais, desde o que atribuímos e esperamos do sujeito que é baseado, o que identificamos como identidade social virtual, até aquilo que realmente a pessoa apresenta, seja física, moral e intelectualmente, isto é, sua identidade social real.

Goffman (2004) compreende o estigma como uma qualificação desqualificadora que conduz à depreciação do sujeito a quem é atribuído. Para o autor, é possível estabelecer três tipos singulares de estigma: 1) os relacionados à abominação do corpo, ou seja, referem-se à forma como os corpos dos sujeitos se apresentam, com ou sem deficiência, gordo, magro e etc.; 2) as culpas individuais que estão relacionadas com questões de cunho moral, a partir dos padrões socialmente estabelecidos; 3) a origem étnico-racial e de gênero, culturais, religiosas, linguísticas e etc.

Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção social e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (Goffman, 2004, p. 7).

Ao interpretar as formas como o estigma se manifesta no cotidiano dos sujeitos estigmatizados, Goffman (2004) afirma que há uma “carreira moral do estigma”, isto é, existem experiências vivenciadas de forma semelhante pelas pessoas que possuem um estigma particular. Para tanto, o autor considera que há etapas particulares que perpassam desde o reconhecimento do estigma a partir do olhar de quem estigmatiza, processo que se torna naturalizado, até, do outro lado, as consequências e a percepção daqueles a quem são atribuídos os estigmas. Aí emerge o momento conflitivo, quando a rede de proteção privada – família e etc. – não pode salvaguardar o sujeito, momento que se modifica conforme “a classe social, o lugar de residência e o tipo de estigma, mas em cada caso, a sua aparição dará origem a uma experiência moral” (Goffman, 2004, p. 31).

Com relação à migração venezuelana, a narrativa institucional implicará na forma como as políticas sociais serão formuladas e implementadas. Pelo lugar estratégico e o poder político representado pelo Estado, a reafirmação e/ou construção de estigmas contrários à migração contribuem para a reprodução do imaginário coletivo que percebe o imigrante como sujeito responsável pela precarização das políticas sociais e empecilho para que os brasileiros as acessem. No discurso institucional do gestor da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do estado de Roraima os brasileiros também aparecem como sujeitos estereotipados e carregados de estigmas.

De acordo com Zanforlin (2017) o eurocentrismo, como marco definidor dos discursos normativos, ainda persiste na atualidade. A autora enfatiza o papel da mídia e dos meios de comunicação na reprodução dos estereótipos e como espaços fundamentais na construção de

narrativas sobre o Outro, ou seja, podem tanto se configurar como veículos ideológicos que corroboram para a preservação de estruturas de poder, como também criar estratégias de transformação social e rompimento das estruturas de poder.

Logo, o estudo das questões sobre o ato discursivo de estereotipar é dado a partir da análise dos vários discursos sobre o somatório de textos distribuídos em múltiplas disciplinas, e em que é possível detectar os contextos históricos que propicia, determinadas narrativas. Nesse sentido, destacamos que na contemporaneidade são os textos de mídia que surgem como principal lócus de investigação das negociações em torno dos sentidos e das representações. (ZANFORLIN, 2017, p. 288).

Assim, corrobora-se o pensamento da autora de que o discurso institucional na contemporaneidade é um instrumento para a manutenção do poder e da subjugação do Outro. Especialmente sobre a migração venezuelana para o Brasil, as notícias veiculadas em um dos principais sites de notícias do país tendem a propagar discursos que reafirmam estereótipos e culpabilizam a migração, com manchetes como essas: “Com fronteira fechada há 28 dias, Roraima decreta emergência devido à migração venezuelana”<sup>152</sup>; “Ocupações crescem e mais de 1,3 mil venezuelanos vivem em prédios abandonados em Roraima”<sup>153</sup>.

A figura do imigrante, como sujeito coletivo, carrega em si marcas e selos que são transversalizados a partir da posição que o país de origem ocupa no cenário mundializado, e como já dito nesta sessão, características socioculturais específicas também influenciarão no lugar designado a esse grupo no país de destino.

Os imigrantes venezuelanos no Brasil, quando na condição de estigmatizados, também são atravessados por essas marcas, e, além disso, sofrem os atributos depreciativos acerca dos motivos pelos quais se deu a migração. Com isso, esvazia-se o potencial agregador trazido pelo processo migratório, bem como tende-se a desconsiderar a posição política e protagonista que pode ser exercida individual ou coletivamente pelos imigrantes, isto é, ora se reitera a necessidade de ações assistenciais, sempre focadas na ausência material, ora se percebe os imigrantes como sujeitos onerosos ao Estado brasileiro. Em ambos os casos, o estigma encobre o real do sujeito, do imigrante, o que é agravado quando acompanhado de ações xenofóbicas e de extrema intolerância.

<sup>152</sup> G 1. Com fronteira fechada há 28 dias, Roraima decreta emergência devido à migração venezuelana. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/05/01/cresce-numero-de-venezuelanos-que-entram-no-brasil-em-meio-a-novos-protestos-e-confrontos.ghtml>. Acesso em: 09 mar. 2020.

<sup>153</sup> Idem. Ocupações crescem e mais de 1,3 mil venezuelanos vivem em prédios abandonados em Roraima. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/06/28/ocupacoes-crescem-e-mais-de-13-mil-venezuelanos-vivem-em-predios-abandonados-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 09 mar. 2020.

Esse processo se dá num contexto de mundialização do capital, sob a égide do neoliberalismo. Dessa maneira, as políticas sociais tornam-se cada vez mais focalizadas, centradas em situações-limite, condicionadas e dispendiosas para o Estado (Behring, 2009). Como consequência emerge a figura do cidadão consumidor, ou seja, tem-se a percepção de que os direitos sociais devem ser acessados individualmente, via mercado, cabendo ao Estado a provisão básica como diretriz seletiva, o que é contrário à universalização. O conteúdo do discurso institucional dos entrevistados reafirma a tendência de que as ações do Estado se situam numa arena satisfatória, atribuindo à migração o “colapso” das políticas sociais. Contudo, de acordo com Behring (2009), há uma reorientação do Estado por meio da sua desresponsabilização, o que é característica do neoliberalismo.

Na verdade, a nosso ver, são estratégias de gestão, administração, compensação e vigilância e contenção dos pobres [...] a grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil. (BEHRING, 2009, p. 77)

Para Boschetti (2009), a partir da teoria social crítica, trata-se de compreender o papel que as políticas sociais desempenham na produção e reprodução das desigualdades sociais, ou seja,

[...] é fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito e que, para exercer essa função, como seu objetivo primeiro, devem ser entendidas e avaliadas como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos. (BOSCHETTI, 2009, p. 03).

Durante a entrevista com o gestor da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social contou-se que a narrativa é repleta de comparações dicotômicas entre os “bons” e “maus” trabalhadores: ora os imigrantes são mais dedicados no contexto laboral porque possuem mais necessidade, ora ocuparam os postos de trabalho dos brasileiros. Contudo, o discurso de culpabilização do sujeito por sua realidade, em descompasso com as determinações sociais, políticas e econômicas é reafirmado constantemente, pois aqueles que supostamente trabalham com mais “determinação” estão empregados, enquanto os outros acabam sendo substituídos. A lógica individualista e de concorrência entre os trabalhadores é reafirmada por meio da narrativa da meritocracia, o que esconde a real condição dos trabalhadores porque, por trás desse trabalho com “determinação” e “afinco”, há uma intensificação da exploração da força de trabalho.

Lógico que a quantidade de pessoas que tinham no Estado não supria a necessidade, as pessoas não eram todas empregadas, mas a coisa se agravou

com a vinda dos venezuelanos para cá, que começou desde 2016, né! Pelo que a gente conversa, a gente já percebe que em 2016 as pessoas que já tinham uma escolaridade melhor já começaram a sair, aqui era uma passagem. Poucos ficavam. As pessoas que ficavam já conseguiam algum emprego pela qualificação, pela determinação de trabalho porque o brasileiro sempre teve um grande vício em relação a justiça do trabalho. Antigamente se trabalhavam 6 meses, entrava e solicitava seguro-desemprego, fazia tudo para ser demitido para ganhar o seguro-desemprego. Aí houve umas alterações na legislação trabalhista. Só pode solicitar o seguro-desemprego depois de um ano, o próximo depois de um ano e meio, e aí começa a espaçar, porque antes era uma fábrica de ganhar dinheiro, a cada 6 meses o funcionário trabalhava e pedia as contas. A maioria dos funcionários brasileiros entravam numa empresa e já começava, estou com desvio de função. O patrão está me coagindo. Por mais que você desse uma demissão com os direitos, sempre que o trabalhador entrava na Justiça do Trabalho, ingressava com ação na justiça do trabalho, a gente tinha que já entrar fazendo acordo, porque ele sempre tinha que levar um pouco a mais, apesar da gente pagar tudo certinho. Falo a gente, porque eu também sou empresário. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA DO TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL).

Sobre políticas de promoção para o acesso ao mercado de trabalho aos imigrantes, o entrevistado afirmou que não há ações específicas e que os imigrantes têm os mesmos direitos e oportunidades que um brasileiro, afinal “nós não temos distinção”, inclusive, nos “abrigos” para crianças e idosos “abandonados” também há imigrantes. Segundo o gestor existem oportunidades de trabalho e qualificação para os imigrantes. Contudo, quando o governo atual assumiu o estado estava em “situação de vulnerabilidade financeira”, ou seja, com muitas dificuldades para dinamizar a economia e gerar emprego.

Observa-se no discurso do gestor da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima que as dificuldades financeiras enfrentadas pelo estado são atribuídas à má gestão das administrações passadas e dos órgãos de controle e fiscalização, como, por exemplo, o Ministério Público e a FUNAI, que por protegerem a população indígena acabam impedindo a construção e uso – em áreas indígenas – de estações que promoveriam o crescimento econômico para Roraima: “Sempre os entraves do Ministério Público, monte de coisa, porque não pode colocar antena no meio da reserva indígena, o índio não deixa, não pode, tem que pagar milhões para ele, a FUNAI não permite” (REPRESENTANTE DA SECRETARIA DO TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL).

A percepção estereotipada e estigmatizante do entrevistado quando se refere aos brasileiros inevitavelmente impactará na construção de políticas sociais com princípios e diretrizes de equidade e justiça social que assegurem a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a participação da sociedade civil na construção das políticas sociais e em sua gestão democrática, pois, efetivamente, o discurso

revela um grande descompasso com as lutas históricas da população brasileira, como, por exemplo, da população indígena.

Segundo o gestor da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do estado de Roraima o desconhecimento do idioma português “interfere muito” para o acesso dos imigrantes à política de trabalho. O entrevistado usou um exemplo da vida privada para dizer que os entraves na comunicação fazem com o que os brasileiros ao contratarem um imigrante “percam a paciência”.

Então, acho que o idioma interfere muito e realmente é um entrave mesmo porque a gente mora aqui, a gente entende, mas se eles não entendem? Eu tenho um pessoal para fazer um serviço lá em casa de pedreiro, aí [...] diz “me passa aí o esquadro”; “o que é esquadro?” “Me passa o rolo”. “Como?” Não entende, parece uma torre de babel, não consegue entender. A pessoa não tem paciência, tem que ensinar uma profissão, já tem que ensinar o trabalho de rotina e a pessoa ainda não entender o que a pessoa está pedindo, eu acho muito complicado. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA DO TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL).

A reafirmação do discurso neoliberal é percebida nas narrativas de todos os gestores, mas em especial, observa-se no discurso do gestor da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social uma posição completamente favorável à contrarreforma trabalhista, pois, segundo o entrevistado, os direitos trabalhistas oportunizavam mais benefícios aos trabalhadores, os quais mesmo sem ter direito, buscam a justiça do trabalho porque são “mal-acostumados”. Por isso, perderam espaço para os imigrantes venezuelanos que, em virtude da necessidade, trabalham com mais “afinco” e não estão suscetíveis aos mesmos “vícios” que os brasileiros. O entrevistado considera que o Estado de Roraima vem empreendendo esforços para construir políticas sociais que atendam às necessidades da população, contudo, cabe retomar o entendimento acerca do Estado e os limites de expansão de direitos no capitalismo.

Conforme Mascaro (2013), o Estado assume uma forma específica no capitalismo contemporâneo, pois em modos de produção anteriores não havia uma divisão entre aqueles que dispõem do poder econômico e aqueles que detêm o poder político, diferentemente do capitalismo, onde há essa separação e o burguês não necessariamente é o agente estatal.

No capitalismo essa relação se complexifica porque, por vezes, os interesses econômicos e políticos podem não coincidir. Nessa análise, para o autor, somente com a separação de uma “instância estatal” pode ocorrer a reprodução capitalista. Com isso, a partir da separação entre os produtores e os meios de produção é estabelecido o trabalho assalariado. “O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob a forma assalariada”

(MASCARO, 2013, p. 18). Para o autor o Estado exsurge como resultado da relação entre o capital e o trabalho, como um terceiro, e não deve ser percebido como uma instância neutra a serviço da burguesia. A partir dessa perspectiva o Estado, como um terceiro, não atua apenas com medidas repressivas, mas também de constituição social.

[...] é preciso compreender na dinâmica das próprias relações capitalistas a razão de ser estrutural do Estado. Somente é possível a pulverização de sujeitos de direito com um aparato político, que lhes seja imediatamente estranho, garantindo e sustentando sua dinâmica. Por isso, o Estado não é um poder neutro e a princípio indiferente que foi acoplado por acesso à exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação (MASCARO, 2013, p. 19).

Assim, conforme Mascaro (2013) o Estado é a “condensação” das relações sociais dessa sociabilidade, e é pela própria estrutura de reprodução do capital que se compreende o Estado e sua função na valorização do capital. Dessa forma, o Estado não é o centro criador do capitalismo e tampouco o “dirigente” desse modo de produção.

O Estado é capitalista porque sua forma estrutura as relações de reprodução do capital. Por isso, deve-se entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, mas sim por razões estruturais.” (MASCARO, 2013, p. 59).

Sendo assim, a luta de classes aparece como um elemento fundamental, pois revelará a condição política e econômica do capitalismo. A luta de classes permeia tanto a exploração da força de trabalho quanto a vida política. Nesse contexto o Estado não atua para acabar com a luta de classes, mas para sua permanência e contradição.

A partir de uma análise mais crítica, nota-se que o discurso do entrevistado é completamente conflitivo e contrário aos direitos sociais, em especial os trabalhistas, tornando-se evidente que a lógica do capital opera a partir da construção de bases ideológicas e políticas no aparelho do Estado, com a colocação de seus representantes no controle da máquina estatal.

Em geral, o único aspecto positivo da migração descrito pelo representante da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima referiu-se ao crescimento financeiro em alguns setores da economia, mas o discurso do entrevistado constantemente demarcava que os imigrantes possuem muitos direitos, mais que os brasileiros, já que acessam aos serviços públicos com prioridade. Assim, o descontentamento e a aversão da população de Roraima à migração venezuelana não ocorrem por causa da xenofobia, mas sim porque os brasileiros não têm acesso às políticas sociais como os imigrantes.

O discurso da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima sobre a configuração da política de trabalho e o acesso dos imigrantes reafirma que não há necessidade de estratégias específicas para inserção destes no mercado do trabalho, pois os imigrantes e os brasileiros possuem os mesmos direitos. Dessa forma, os canais para qualificação profissional e os empregadores não fazem distinção entre ambos, não havendo necessidade de ações específicas voltadas aos imigrantes.

Com relação ao acesso dos imigrantes à política de assistência social, o gestor da Secretaria Municipal de Gestão Social de Boa Vista disse que não houve orientação por parte da Prefeitura Municipal para a criação de qualquer equipamento especializado voltado ao atendimento dos imigrantes venezuelanos, os quais devem ser atendidos nos equipamentos públicos existentes, assim como os brasileiros.

Em princípio, não sei se você já falou com outros gestores, outras pessoas de outras secretarias, mas por uma decisão de gestão, a gestora, a prefeita Municipal de Boa Vista, e aí a partir daí, todos os serviços, toda a rede de saúde, educação, assistência, segurança seguem essa linha de que não houve nada, não se criou nada específico para migrante venezuelano, por exemplo. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL).

O entrevistado contextualizou a configuração do município de Boa Vista antes da migração ressaltando que apesar de ser uma capital, os problemas vivenciados em grandes centros urbanos não eram tão expressivos ali, como, por exemplo, “população de rua”, “pobreza extrema” e “crianças ou adolescentes em sinais de trânsito”. Assim, com o fluxo migratório venezuelano, inicialmente, mais visível a partir da presença dos indígenas Warao<sup>154</sup> no contexto das ruas “saltou aos olhos da população”.

No âmbito da Assistência Social, mais especificadamente, o fluxo se intensificou nos últimos dois anos, 2017 e 2018, a migração e a crise da Venezuela ela data de um pouco antes, mas o fluxo intensificou de dezembro de 2017 a janeiro de 2018. Aí começaram a população de rua, algumas questões na verdade, algumas questões sociais que até pela estrutura da cidade, que você percebe, ela é uma capital, o Estado é o menor da Federação, menor PIB, menor população [...] hoje em dia, de forma mais permanente que é questão de rua, a pobreza extrema e absoluta, o trabalho infantil, crianças ou adolescente em sinais de trânsito na rua, isso não, não, não é que não existisse, mas não era uma questão. Criança em sinal de trânsito não existia, isso eu posso te afirmar, até esse advento. Então, o fluxo migratório quando ele veio, ele veio primeiro com a população que foi para rua, e que saltou aos olhos da população e do poder público em geral, foram os imigrantes venezuelanos da

---

<sup>154</sup> A presente pesquisa não abrangeu os indígenas Warao pela especificidade que envolve este grupo populacional e pelas possibilidades concretas de alcança-los neste trabalho.

etnia Warao. (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO SOCIAL).

Outras transformações no município de Boa Vista também foram referidas pelo gestor da Secretaria Municipal de Gestão Social de Boa Vista, como, por exemplo, a chegada dos imigrantes venezuelanos não indígenas, os “crioulos<sup>155</sup>”, e também o crescimento do número de mulheres venezuelanas que acabaram indo para contextos de prostituição no município e ficaram conhecidas como “ochenta<sup>156</sup>” – em alusão ao preço cobrado pelo programa – mulheres que não tinham essa vivência na Venezuela, mas ao chegar em Roraima faziam programas com a finalidade de levantar recursos para sobrevivência.

O entrevistado explicou que a resposta do Estado brasileiro ao fluxo migratório venezuelano foi tardia, e só começou a ocorrer após a visita a Roraima do ex-presidente do Brasil, Michel Temer, em 2018. Com isso, deu-se início à política de abrigo, em nível federal, por meio da Operação Acolhida<sup>157</sup>.

Os abrigos públicos sob a responsabilidade do estado e do município possuíam vagas limitadas e por isso não podiam comportar a quantidade de imigrantes, mas com a Operação Acolhida a União tomou a responsabilidade pelo controle das atividades de abrigo no estado e algumas tratativas foram iniciadas entre os três entes da federação.

O entrevistado alegou que foi cogitada a possibilidade do Governo Federal disponibilizar aluguel social – no âmbito da política de assistência social – para os imigrantes, mas tal medida não foi em frente porque políticos locais, aproveitando-se do contexto, começaram a incitar a população local alegando que a prefeitura de Boa Vista estava oferecendo aluguel social para os imigrantes, o que acabou gerando um “caos” na cidade.

Sobre o acesso dos imigrantes venezuelanos à política de assistência social o entrevistado enfatizou que a porta de entrada para o Sistema Único de Assistência Social é por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) onde, ao ser atendido, o indivíduo

---

<sup>155</sup> Conforme o entrevistado, o termo “crioulo” é utilizado pelos indígenas Warao para se referir aos não indígenas.

<sup>156</sup> “Ochenta” é a tradução em espanhol do numeral oitenta.

<sup>157</sup> Conforme informações disponíveis no website oficial da Operação Acolhida, a Operação está organizada em três eixos: “1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro; 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e 3) interiorização – deslocamento voluntário de venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica”. A Operação acolhida foi a resposta do Estado brasileiro, União, ao fluxo migratório venezuelano, a partir do envio das Forças Armadas para gerenciar o fluxo migratório na Região Norte do país, em especial, Roraima. Apesar de a gestão ser das Forças Armadas, participam da assistência aos imigrantes organismos internacionais e outras instituições da sociedade civil.

e/ou família é cadastrado no CADÚnico do Governo Federal, podendo acessar aos programas e benefícios, inclusive o de transferência de renda (Bolsa Família).

É oportuno pontuar que não houve autorização do gestor da Secretaria Municipal de Gestão Social de Boa Vista para divulgação dos dados de acesso dos imigrantes ao Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e demais programas e projetos da política de assistência social em âmbito local. Segundo o entrevistado, há muita resistência por parte da sociedade local, pois consideram que os venezuelanos estão “tomando” as vagas da população brasileira. Contudo, o programa Bolsa Família e o BPC são verbas federais disponibilizadas pela situação de “vulnerabilidade” em que as pessoas se encontram, ou seja, não têm relação direta com a quantidade de pessoas solicitantes.

Ao analisar o acesso dos imigrantes venezuelanos à política de assistência social retoma-se a discussão acerca do Estado Social capitalista. Segundo Behring (2018) o Estado Social capitalista atua na regulação das relações econômico-sociais e mesmo em sua face mais democrática não abandona sua essência capitalista, pois contribui decisivamente para a reprodução e integração da força de trabalho, que é um elemento indispensável na manutenção das relações de produção capitalista.

Para Behring, “O Estado Social se situa na relação estrutural entre Estado e economia no capitalismo, ou seja, não pode ser dissociado do modo de produção capitalista e de sua essência: o processo de constituição do valor e do mais valor (mais-valia) determinado pela exploração da força de trabalho.” (2018, p. 80).

Observa-se que o discurso do gestor da Secretaria Municipal de Gestão Social de Boa Vista reafirmou os “problemas” trazidos pela migração venezuelana, em especial pelo aumento de pessoas em situação de rua, nas praças e logradouros públicos da cidade de Boa Vista, o que corrobora a perspectiva de culpabilização da migração. Porém, mostrou-se mais reflexivo que os demais gestores sobre a tardia resposta do Governo Federal ao fluxo migratório venezuelano, como também expôs a gravidade das condições de vida das mulheres venezuelanas em contexto de prostituição que, expostas a muitos riscos, são mais estigmatizadas. Dessa maneira, “ao reconhecer e estender direitos sociais amplos, o Estado Social contradiz as requisições diretas do sistema de acumulação, daí sua natureza contraditória”. (BOSCHETTI, 2018, p. 80).

O conflito político entre grupos partidários citado pelo entrevistado, sobre o qual não quis entrar em detalhes, é descrito como responsável por incitar a população local contra os imigrantes, atribuindo a esses a responsabilidade pela ausência de vagas nos equipamentos públicos, aumento dos índices de violência e deterioração do município de Boa Vista, ou seja, a migração estaria sendo utilizada como “bode expiatório” para desestabilizar o governo

municipal e promover determinados grupos políticos.

Percebe-se que a decisão política de não autorizar a divulgação dos dados acerca do acesso dos imigrantes venezuelanos à política de assistência social é contraditória, pois, segundo o entrevistado, pretende-se com isso proteger a gestão atual, já que a população local não tomará conhecimento dos dados e assim não se sentirá prejudicada, mas, por outro lado, fere o princípio de transparência da administração pública porque impede o controle social de dados que são públicos.

É possível notar que, em geral, as narrativas dos gestores públicos sobre os imigrantes possuem dois pontos centrais: 1 - os imigrantes desejáveis, aqueles que possuem qualificação e capacidade de agência para se organizar e por isso migram para outros estados da federação e outros países; 2 - os imigrantes que dependem do Estado, vivem da mendicância, do assistencialismo, não gostam de trabalhar e não contribuem para o desenvolvimento econômico e social do estado de Roraima.

Esses últimos são os imigrantes que vivem nos abrigos públicos ou nas “invasões” de prédios do Estado, ou seja, não dispõem de capacidade organizativa para migrar e acabam ficando em Roraima, sobrevivendo da assistência pública do Estado. Além disso, o discurso dos entrevistados sobre os “muitos direitos” dos imigrantes está de forma subjacente demarcando um enquadramento – o local designado aos imigrantes – os quais devem submeter-se sem questionamentos às regras e normas do Brasil, o que implicitamente remete à ideia de que está se fazendo um “favor”. Contudo, tal narrativa está na contramão da Nova Lei de Migração, pois o exercício do direito, inclusive de buscar órgãos de fiscalização e controle, é uma prerrogativa garantida legalmente e deve ser respeitado sem qualquer tipo de discriminação. O que efetivamente essas narrativas traduzem é a concepção e natureza do Estado capitalista e a disputa de classes persistente nessa sociabilidade.

Osorio (2019) salienta que dentre as peculiaridades do Estado, há pelo menos quatro que resumem sua relevância na sociedade capitalista: 1 - O Estado é a instituição singular que tem a capacidade de apresentar e implementar interesses sociais particulares como se fossem de toda a sociedade; 2 - O Estado condensa valores e costumes compartilhados, estabelece objetivos comuns para os integrantes da sociedade, ou seja, se coloca como representante dos interesses da comunidade; 3 - como centro do poder político, é síntese das relações de poder; 4 - O Estado assume o papel de reproduzir concepções no campo material, político, ideológico e social.

A expressão do Estado pode ocorrer por seu aparato “visível”: instituições, funcionários, leis, normas e regulamentos. Outra expressão do Estado é por meio da sua expressão oculta ou

“invisível”, e nesse sentido sua tarefa é atravessada por ações de dominação e poder de classes sociais.

O mesmo processo que permite a reprodução material da sociedade gesta a reprodução dos agrupamentos humanos próprios da forma capitalista de organização societária, ou seja, as classes, frações e setores sociais, que expressos de forma concentrada, remetem ao capital e ao trabalho. (OSORIO, 2019, p. 20).

Criar mecanismos para tornar realidade os interesses sociais complementares ou contraditórios é uma tarefa fundamental e inicial do Estado. Nesse sentido, a exploração só pode ocorrer numa arena de dominação e força. E o Estado capitalista sempre será um Estado de classes, uma síntese específica de redes e relações de força, as quais possibilitam que se mantenham a exploração e a dominação.

O véu que encobre a função precípua do Estado capitalista – relações de dominação e exploração de classes – é reforçado pelo debate na sociedade capitalista sobre a separação entre a economia e a política, que são apresentadas como processos autônomos e independentes.

O Estado capitalista seria o resultado de um possível consenso entre os sujeitos que entregam sua soberania em prol de condições de existência comum. Porém, no capitalismo, os processos econômicos e políticos efetivamente caminham lado a lado e em constante tensão.

Observa-se nas narrativas que a ausência de políticas e ações específicas que promovam a inserção dos imigrantes nas políticas sociais demonstram a ausência e/ou parco conhecimento das prerrogativas da Nova Lei de Migração, porque não trabalha as especificidades desse grupo, ao tempo em que também não prepara a sociedade de chegada para acolhê-los, por meio da desconstrução dos estigmas da migração e da promoção de informações que explicitem a importância da mesma para a economia e geração de renda.

Em geral, os discursos se complementam e explicitam posições adversas à migração, e assim a posição política e ideológica dos entrevistados reforça o estigma e a culpabilização do imigrante pelos problemas do estado de Roraima.

A partir das análises realizadas neste estudo elaborou-se a categoria “política migratória emancipatória<sup>158</sup>”, a qual está no campo da emancipação política e é assumida pelo Estado por meio do reconhecimento no plano legal, mas também por meio da implementação de ações que reafirmam os direitos dos imigrantes em condições de igualdade com os nacionais. Isso significa que o reconhecimento dos direitos pelo Estado capitalista amplia, por meio das

---

<sup>158</sup> Como já apresentado nesta tese, a discussão proposta de uma política migratória emancipatória situa-se no campo da emancipação política, ou seja, nos limites de expansão dos direitos no capitalismo.

políticas sociais, o acesso dos imigrantes aos programas, projetos, benefícios, bens e serviços na sociedade de destino.

A política migratória emancipatória tem como uma das diretrizes a defesa da democracia e é construída com a ampla participação dos grupos a quem se destina e dos nacionais da sociedade de destino, promovendo, portanto, a ampliação e consolidação da cidadania aos imigrantes, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos.

Além disso, por agregar os nacionais, estimula uma consciência coletiva de não criminalização e culpabilização do imigrante, e, assim, a política migratória emancipatória possui também como diretriz a defesa dos direitos humanos, porque é contrária à reafirmação de estigmas pejorativos sobre a migração. Dessa maneira, o Estado impulsiona a qualidade dos serviços prestados à população imigrante porque também tem como diretriz a defesa do potencial da migração. Por isso, torna a sociedade de destino um território mais aberto para agregar conhecimentos e práticas que potencializam a resolutividade de problemas no território, ou seja, não vê o imigrante como óbice, mas como parte possível para sua solução.

Dito isso, o critério para escolha dos parlamentares da Assembleia Legislativa do estado de Roraima levou em consideração a pluralidade de percepções acerca da migração venezuelana, portanto, foram escolhidos dois parlamentares: um de esquerda e outro de centro-direita. Com isso, após o contato inicial com a assessoria parlamentar foram agendadas as entrevistas, mas não possível entrevistar o parlamentar da frente centro-direita porque a agenda foi cancelada, e segundo informações da assessoria de comunicação, as perguntas deviam ser encaminhadas por e-mail para serem respondidas em seguida, mas mesmo após cumprir as exigências, até a data de divulgação desta tese não houve resposta.

O deputado estadual entrevistado afirmou que Roraima é o menor estado da federação em número populacional e possui como característica intrínseca a migração, em especial, de nordestinos, mas também de pessoas oriundas de outras partes do Brasil, como gaúchos que vieram incentivados pelo Estado brasileiro para povoar a região. Sobre a situação do Estado de Roraima antes da migração venezuelana, o parlamentar apresentou uma percepção mais crítica, inclusive assumindo que o estado enfrentava “problemas” desde antes da migração.

O parlamentar afirmou que historicamente havia intercâmbio de pessoas e mercadorias entre o Brasil e a Venezuela. Todavia, a questão central foi de que as políticas sociais governamentais não acompanharam as transformações em curso no mesmo ritmo.

Sempre tivemos problemas como todos outros lugares, não dá para dizer que a migração venezuelana é causadora de todos os males de Roraima, pelo

contrário, pode ter acentuado o processo por uma questão óbvia, porque a população do estado aumentou 10% de uma hora para outra, num espaço de tempo muito pequeno, o que não acompanhou a evolução das políticas sociais governamentais. Esse fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil e vice-versa, sempre existiu, nós já tivemos milhares de brasileiros, de Roraimenses, dentro da Venezuela por questões de turismo, por questões de estudo, por questões de negócios, e sempre tivemos outra quantidade de venezuelanos em Roraima e outras partes do Brasil pelos mesmos fatores. [...] não diria que os venezuelanos são responsáveis pelo início dos problemas do estado. (DEPUTADO ESTADUAL).

A percepção do parlamentar quanto às respostas do Governo Federal ao fluxo migratório venezuelano expressa críticas contundentes por causa da desarticulação com os demais entes federados – estadual e municipal. No decorrer da entrevista foi ressaltado que apesar de a Operação Acolhida ser relevante, mostra-se insuficiente para a complexidade do fenômeno migratório. Além disso, segundo o parlamentar, o estado de Roraima precisa empreender maiores esforços para aperfeiçoar as políticas sociais, em especial, na área de capacitação dos profissionais que atuam com a população imigrante devido à crise humanitária na Venezuela.

Ao pensarmos no fluxo migratório venezuelano é recorrente o discurso acerca da crise humanitária que o país enfrenta, mas, afinal, em que consiste uma crise humanitária? De acordo com Ramos, Donda e Silva (2017), crises humanitárias:

São situações complexas desencadeadas por processos ou eventos que se desenvolvem naturalmente ou são causados pela ação humana ou ainda pela ação combinada de ambos (causas diretas ou imediatas), bem como compreendem fatores estruturais ou contemporâneos subjacentes (causas indiretas ou estruturais) que compõem o contexto em que tais crises ocorrem. (RAMOS; DONDA; SILVA, 2017, p. 32).

Ramos, Donda e Silva (2017), citam o trabalho de Martin, Weeransingue e Taylor (2014), indicando que estes autores compreendem como crise humanitária qualquer situação em que exista ameaça generalizada à vida, segurança, subsistência básica e à saúde que ultrapasse a capacidade de resposta dos sujeitos e da comunidade em que vivem. Para Ramos, Donda e Silva (2017) as situações de crise humanitária ou emergência podem acontecer numa determinada conjuntura em que o Estado e suas instituições não conseguem antever ou reparar os desdobramentos de uma crise dessa natureza. Contudo, o próprio Estado pode ser fator de situações de crise ou emergência humanitárias.

É importante registrar que as crises e emergências humanitárias, além das perdas humanas e materiais, podem ter como consequência a movimentação forçada de pessoas dentro do próprio Estado afetado (*deslocamento interno*) ou internacionalmente (com cruzamento da fronteira estatal e ingresso em outro Estado). Assim sendo, indivíduos na condição de solicitantes de refúgio

ou de refugiados, deslocados internos, apátridas, migrantes humanitários, “refugiados ambientais”, migrantes de fluxos mistos, além das chamadas populações imobilizadas (trapped populations ou poblations atrapadas), são beneficiários das ações humanitárias, em virtude da inviabilidade de sobrevivência e permanência com dignidade e segurança nos locais de origem ou residência. (RAMOS; DONDA; SILVA, 2018, p. 33-34).

A resposta ao contexto de crise humanitária tem como diretriz a ação humanitária, que de acordo com Ramos, Donda e Silva (2018):

é a mobilização de esforços – humanos e materiais – que tem como objetivo principal prevenir e aliviar o sofrimento humano em situações de conflitos, guerras, rebeliões, perseguições, outras formas de violência e abusos, desastres naturais ou provocados pela ação humana, emergências sanitárias, bem como graves rupturas de natureza política, econômica e social, nas quais há o comprometimento significativo da vida e da segurança humana. (RAMOS; DONDA; SILVA 2018, p. 31).

Os autores afirmam que a ação humanitária tem como destinatários indivíduos ou grupos atingidos por situações emergenciais que necessitam de intervenção nos seus lugares de origem e internacionalmente “a ação humanitária deve ser prestada de forma imparcial, sem qualquer discriminação, considerando-se tão somente as necessidades e o interesse das vítimas, com vistas a garantir sua integridade, segurança e dignidade.” (RAMOS; DONDA; SILVA, 2018, p. 31). Sobre as formas de operacionalização da ação humanitária, os autores apontam:

1) *proteção humanitária*: tem como objetivo garantir a dignidade e o respeito aos direitos das pessoas afetadas e protegidas, sendo as atividades direcionadas às causas e circunstâncias das violações de direitos que justificaram a ação humanitária.

2) *Assistência ou ajuda humanitária*: compreende o apoio material, logístico e técnico mais imediato, visando a reconstrução ou recuperação da infraestrutura coletiva afetada e o atendimento às necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade até o restabelecimento das instituições e a reabilitação da população atingida.

3) *Assistência ao desenvolvimento*: embora sua inclusão no âmbito da assistência humanitária propriamente dita seja controversa na doutrina, pode ser considerada um *continuum* da assistência, compreendendo o auxílio tecnológico, de formação e capacitação dos governos afetados para o enfrentamento em longo prazo das causas estruturais subjacentes às situações de crise humanitária.

Dessa maneira, a acolhida não é uma mera estratégia de recepção dos imigrantes, mas deve ser vista e incorporada na agenda pública e política como uma estratégia central e necessária para a garantia dos direitos humanos dos imigrantes. No Brasil, apesar de haver o reconhecimento do Estado quanto à “crise humanitária” na Venezuela, isso não implica necessariamente uma política de Estado que tem como norte a acolhida; não se trata apenas do reconhecimento formal, mas de como esse reconhecimento se materializa no cotidiano de vida dos imigrantes e nos territórios. Caso contrário, é possível que ocorra a reprodução de estereótipos e estigmas que reforçam atributos depreciativos da migração

O deputado estadual entrevistado discorreu acerca do orçamento público do Estado, e segundo ele o Poder Legislativo tem pouca interferência no assunto porque a peça orçamentária é encaminhada para análise pelo executivo. Assim, pode-se fazer mudanças pontuais e redirecionar as verbas, mas, mesmo assim, estas podem ser redirecionadas para “outras prioridades”.

Quando ao legislativo, nós não temos um poder grande de encaminhamento dessas questões porque quem gere o orçamento do Estado é o governo, nós mexemos no orçamento na sua feitura, na discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e agora na Lei Orçamentária Anual, mas a gente recebe uma peça orçamentária já pronta indicando que isso é para isso, o mínimo é que a gente tenta tirar de um lugar e colocar em outro, mas sabendo que aquilo vai diminuir. É muito engessado o orçamento que recebemos e algumas iniciativas que nós tentamos para direcionar acabam não sendo aprovadas por razão de outras prioridades. (DEPUTADO ESTADUAL).

Conforme matéria divulgada pelo site G1<sup>159</sup> em 13 de dezembro de 2019 a Assembleia Legislativa de Roraima aprovou a Lei Orçamentária Anual (LOA) com valor de 30% a mais para o exercício financeiro do ano seguinte do que em 2018.

A Assembleia Legislativa de Roraima aprovou na noite dessa quinta-feira (12) o orçamento de R\$ 4.777.523.439 bilhões para o estado em 2020. Agora, a Lei Orçamentária Anual (LOA) segue para sanção do governador Antonio Denarium (PSL). Com a aprovação, o orçamento para o ano que vem deve ser cerca de 30% maior que o de 2019, quando foram previstos a execução de R\$ 3.629 bilhões --- valor congelado em razão da crise financeira do estado. A LOA para 2020 foi aprovada por 14 votos favoráveis dos 24 parlamentares da Ale-RR. A votação foi conduzida pelo presidente da Casa, deputado Jalser Renier (SD). De acordo com a Ale-RR, deputados da base governista tentaram obstruir a votação se ausentando da sessão que foi interrompida de tarde e retomada por volta das 21h40. Com R\$ 917 milhões, a Educação foi o setor

---

<sup>159</sup> Assembleia Legislativa aprova orçamento de quase R\$ 5 bilhões para Roraima em 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/13/assembleia-legislativa-aprova-orcamento-de-quase-r-5-bilhoes-para-roraima-em-2020.ghtml>

que ficou com a maior parte do orçamento. Além disso, com a repartição foram R\$ 880 milhões para a Saúde, e R\$ 534 milhões para instituições que fazem parte da Segurança Pública. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APROVA ORÇAMENTO DE QUASE R\$ 5 BILHÕES PARA RORAIMA EM 2020, G1, 2019).

De acordo com as informações disponíveis na matéria, a ampliação do orçamento visa cobrir despesas de pessoal em áreas estratégicas como educação, saúde e segurança pública, e nenhuma menção é feita sobre qualquer dotação orçamentária destinada para a questão migratória no Estado.

Sem dúvidas, o orçamento é um mecanismo estratégico imprescindível para a efetivação das políticas sociais e garantia dos direitos, mas por se tratar de uma peça política, seu direcionamento está relacionado com a capacidade de pressão dos diferentes grupos organizados ao pleitear a destinação dos recursos. A ausência e/ou parca dotação orçamentária para políticas sociais específicas – como a migração – pode ser percebida também como uma resposta política do Estado, ainda que seja a desresponsabilização.

Durante a entrevista foi perguntado ao parlamentar acerca das ações desenvolvidas pela Assembleia Legislativa de Roraima após o crescimento do fluxo de imigrantes venezuelanos. Segundo o entrevistado, em 2016 houve a primeira audiência pública com presença da sociedade civil – organismos internacionais, venezuelanos, representantes dos municípios e do estado de Roraima – e dentre os encaminhamentos dados dois foram considerados emergências: 1- a construção de uma política pública estadual de acolhimento, tendo como referência a experiência de São Paulo; 2 - uma lei específica para revalidação de diplomas, em especial, para aproveitar a mão de obra dos médicos qualificados que chegavam ao estado de Roraima. Porém, as negociações não avançaram por causa da burocracia institucional e também por causa do “rechaço” popular e de algumas categorias profissionais.

O projeto de revalidação de diplomas foi rechaçado a nível de redes sociais, a nível da população, todas as formas de xenofobia possível vivida por eles, nós, parlamentares, que estávamos defendendo essa proposta também enfrentamos. Seja por parte de alguns médicos do Conselho Regional de Medicina que são contrários, como da população em geral [...] a população fica com a imagem muito ruim da presença migratória, pela forma como ocorreu [...] muitas pessoas não entendem e acham que a solução é pegar todo mundo e colocar para fora, fechar a fronteira. (DEPUTADO ESTADUAL).

Conforme o Art. 3º da Nova Lei de Migração, a política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes, dentre outros:

I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; VI - acolhida humanitária; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência

jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil.

Dessa forma, os dois projetos mencionados pelo parlamentar – política pública estadual de acolhimento e lei específica para revalidação de diplomas – estão em consonância com as diretrizes da Nova Lei de Migração, mas por se tratar de políticas sociais que garantem a ampliação do acesso, a ausência de apoio político contribuiu para que os parlamentares não avançassem nas propostas. Dessa forma, não houve evolução significativa no âmbito legislativo das demandas com relação à incorporação das solicitações dos imigrantes venezuelanos, seja por dotação orçamentária – emendas parlamentares – seja pela aprovação de projetos de lei em nível estadual.

Ademais, o entrevistado afirmou que é preocupante o crescimento das ações xenofóbicas contra os imigrantes venezuelanos no estado de Roraima<sup>160</sup>, o que caracterizou como “crise xenofóbica” ou sentimento de ameaça “com a presença do outro”. O parlamentar considera que a “questão do acolhimento” não foi trabalhada com a população e isso ocasiona todo o tipo de crise:

A crise xenofóbica em Roraima tem sido muito grande, tem sido muito difícil [...] parte da sociedade olha do ponto de vista de se sentir ameaçado com a presença do outro, a questão do acolhimento ainda não foi desenvolvido em muitos, e isso tem gerado crises imensas, crises na segurança, crises de xenofobia altíssima, crises de preconceito, de discriminação, de violência, de morte, de queimar as pessoas, jogar álcool, enfim, todos os horrores possíveis, cenas da população pelas vias de fato se revoltar em Pacaraima. (DEPUTADO ESTADUAL).

Conforme Rosa (2017) a xenofobia é um sentimento social construído culturalmente que dissemina a repulsa à convivência próxima com imigrantes, grupos de imigrantes ou países inteiros. A autora afirma que esse sentimento se torna mais letal quando apropriado por narrativas de políticos e meios de comunicação.

A xenofobia é um sentimento que parte de ideias reificadas, essencializadas e dicotomizadas a respeito da valorização negativa da diferença cultural, linguística, religiosa ou racial que o estrangeiro, imigrante ou as minorias apresentam no espaço público. Sentimentos xenofóbicos não apresentam nenhuma margem para que as diferenças sejam interpretadas como elementos agregadores da unidade nacional ou da diversidade cultural, étnica, religiosa e racial entre os povos. Não permite que se transite ideologicamente para o

<sup>160</sup> Vídeos: brasileiros atacam imigrantes venezuelanos acampados em Roraima. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/08/18/interna-brasil,700794/brasil-brasileiros-atacam-imigrantes-venezuelanos-acampados-em-roraima.shtml>. Brasileiros atacam abrigo de venezuelanos em Roraima. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2018/03/internacional/617727-brasileiros-atacam-abrigo-de-venezuelanos-em-roraima.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2018/03/internacional/617727-brasileiros-atacam-abrigo-de-venezuelanos-em-roraima.html).

lugar do “outro”, tampouco que se construa uma reflexão de complementariedade das diferenças. (ROSA, 2017. p. 733).

A autora recorda que a xenofobia como construto histórico corroborou para muitas violações dos direitos humanos – o Holocausto, o Apartheid na África do Sul, a Guerra de Ruanda e outros – tornando-se mais intensa quando os fluxos migratórios são mais intensos, o que pressiona a sociedade de origem a posicionar-se como uniforme identitariamente, por meio do nacionalismo exacerbado.

Considerando que o nacionalismo se constrói de acordo com as aspirações temporais por meio do manejo cuidadoso da história, sua narrativa pode ser comparada a um mito, por meio do qual as contradições desaparecem ou estão submersas na constituição da própria narrativa, indicando que os nacionalismos são claramente fenômenos de natureza política e sempre partem do pressuposto de que a nação é uma entidade naturalmente dada no âmbito de um território delimitado e perfeitamente contínuo. (ROSA, 2017. p. 733-734).

Rosa (2017) afirma ainda, a partir dos “intrínsecos identitários” que são construídos socialmente nos países de destino, que a xenofobia pode ser considerada como “horror” ao outro, mas não se limita a isso. A autora considera que uma sociedade xenofóbica pode ser identificada a partir de alguns fatores: 1) inexistência de controle social e estatal quanto à disseminação de imagens depreciativas, xingamentos e discriminação; 2) presença sistemática de controle social, em especial, representado pelo aparelho coercitivo do Estado, que reafirma quem é ou não desejável, subjugando os imigrantes a sensações de insegurança e medo pela desmoderada fiscalização; 3) vigilância dos casamentos interétnicos, inter-raciais ou internacionais, através do estabelecimento de uma série de normas restritivas de visto e permanência.

Assim definida, a xenofobia é a aversão ao convívio intersubjetivo com pessoas ou comunidades de pessoas que apresentam características interpretadas como diferentes daquelas as quais os indivíduos acreditam que compõem seu *ethos* cultural, e não aos objetos originários de culturas diferentes e apresentados no mercado de consumo. (ROSA, 2017. p.734).

No Brasil, com a Nova Lei de Migração, tem-se no arcabouço legal a valorização dos direitos humanos dos imigrantes, inclusive os princípios e as diretrizes da Política Migratória brasileira expressas no Art. 3º, Inciso II da lei supracitada reafirmam “II- repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação”. Contudo, em termos concretos, tal preceito só pode ser materializado a partir da construção de uma agenda política de valorização, estímulo e respeito às diferenças, entendendo-as como necessárias para que os

sujeitos sociais – imigrantes ou nacionais – usufruam dos bens e serviços nos territórios em condições de igualdade, valorização e respeito à vida.

Acerca da articulação com a sociedade civil na construção de políticas para os imigrantes venezuelanos, o parlamentar afirmou que há uma relação complexa entre as esferas locais – estadual e municipal – com as agências internacionais, as quais são pouco transparentes, inclusive com relação ao recurso destinado para a manutenção dos contratos e permanência em Roraima.

Já chegam com um projeto já pronto, nós viemos para isso, para isso, e dessa forma que vamos está trabalhando. Para nós ainda é uma incógnita a questão das organizações, nós não temos muito acesso, tenho tido informações relevantes da Caritas brasileira, muito tranquilamente, eles detalham os projetos, como estão fazendo. Das organizações que estão aqui, a única que tive acesso foi a Caritas, o trabalho realizado pela Diocese tem se mostrado com maior transparência. (DEPUTADO ESTADUAL).

A última questão tratada na entrevista foi sobre a percepção do parlamentar de como poderia se dar a organização dos imigrantes venezuelanos no estado de Roraima. Segundo o entrevistado, algumas iniciativas na área de geração de renda estão sendo feitas por grupos de venezuelanos organizados, principalmente grupos familiares, mas com relação à organização política ainda não há expressividade.

[...] eles estão tendo que aprender uma nova maneira de se organizar social e economicamente para viverem aqui. Eu tenho encontrado pequenas iniciativas como a venda de arepas no bairro [...] três famílias que estão iniciando um pequeno negócio de venda de arepas em pontos [...] eu vi que há uma organização entre eles, em que uma família ajuda a outra em pontos específicos do bairro. (DEPUTADO ESTADUAL).

O discurso do parlamentar foi marcado por críticas à atuação do Governo Federal, mas as respostas da Assembleia Legislativa do estado de Roraima ao fluxo migratório venezuelano ainda se mostram ínfimas frente às necessidades do Estado. Contudo, a narrativa compreende o potencial da migração e contrastando com o discurso dos gestores das políticas sociais, não reforçou estigmas e preconceitos, inclusive o entrevistado reiterou durante toda a entrevista o potencial trazido para o estado de Roraima com a chegada dos venezuelanos, como, por exemplo, com a possibilidade de incorporação de profissionais qualificados necessários ao crescimento do Estado e o aquecimento da economia com a criação de novas formas de geração de renda. Todavia, não é possível afirmar que a percepção do parlamentar represente a Assembleia Legislativa de Roraima e tampouco seja um posicionamento hegemônico na instituição, em especial, devido ao parco avanço do tema – a partir de medidas concretas – naquela Casa Legislativa, o que pode representar uma perspectiva individual ou minoritária.

O discurso do docente da Universidade Federal de Roraima corroborou a perspectiva do parlamentar e de forma mais contundente questionou o discurso de “crise” migratória, pela conotação negativa que é atribuída quando se refere desse modo ao movimento migratório. O entrevistado declarou que a resposta do Estado – governos locais e federal – foi tardia, inclusive a pressão da sociedade civil, por meio das agências, passou a exigir do Estado intervenções mais imediatas.

O entrevistado considerou que com a chegada da Operação Acolhida o Governo Federal começou a repassar recursos direto para a Operação. Dentre os motivos para esse repasse direto está o fato de que o governo do estado de Roraima estava sendo acusado de corrupção, mas em certa medida essa ação enfraqueceu a atuação da sociedade civil local que prestava assistência aos imigrantes e tentava promover a integração com os nacionais. Observou-se na narrativa que com a chegada da Operação Acolhida a ONU, por meio das agências a ela vinculadas, começou a desenvolver projetos sem contar com a participação dos grupos que atuavam no território criando assim, nas palavras do docente, “um grande sistema ONU de gerenciamento” e como desdobramento houve o enfraquecimento da atuação da comunidade local.

O governo federal começou a passar verba diretamente para Operação Acolhida e para as agências, justificando que era por causa do governo, assim, isso não foi público, mas justificou-se de que era mais arriscado passar para o governo do Estado por questões políticas, do que para as agências e para a Operação Acolhida. Então quando isso acontece a sociedade civil, que tem inúmeros projetos locais de integração de imigração, híbridos, imigrantes e população local, eles começam a se enfraquecer por que muitas dessas agências, muitas, a Operação Acolhida escolhe alguns projetos que deverão entrar e quais não deverão entrar. Então entra quase que como um grande sistema ONU de gerenciamento e ele acaba às vezes, na minha visão, acaba não dando autonomia para a sociedade civil formular essas políticas, já chegam políticas formuladas de acolhimento internacional. Sistema ONU. (DOCENTE UFRR).

Sobre o financiamento para as ações de assistência aos imigrantes em Roraima, o docente afirmou que a ONU consegue captar recursos de muitas instituições internacionais e também das embaixadas de diversos países que estão no Brasil e acabam financiando projetos em Roraima, o que o entrevistado chamou de “governança migratória”. Com relação ao montante de recursos e os impactos da sua aplicação o entrevistado disse que não tem conhecimento, mas considera que a migração também é uma forma de conseguir recursos.

Existe uma competição aí também, a migração é também é uma, uma fórmula de se conseguir recurso. Porque você fica pensado aqui, “por que a Embaixada do Japão mandou para o Estado? né! Existe essa competição entre as agências também, então assim não se gera autonomia para ninguém. (Docente UFRR).

O entrevistado se posicionou de forma crítica com relação aos discursos de criminalização da migração venezuelana, enfatizando que a tardia resposta do governo local e federal ocorreram por meio da “militarização do processo migratório”.

Aqui todos os abrigos, eles são militarizados. Existe uma militarização do processo migratório. O que também convivendo aqui é difícil só criticar, porque é uma quantidade significativa de pessoas, numa cidade que você não consegue sair, caríssima, que não é nenhuma cidade preparada para este movimento. Então é triste ver que a saída seja a militarização. Poderia ter tido uma fortificação da sociedade civil ou das políticas governamentais, mas num estado que já as políticas públicas são fraquíssimas, isso é muito difícil. (DOCENTE UFRR).

Nota-se que o uso das Forças Armadas contribui para a construção do estereótipo de criminalização da migração, atribuindo a ela um caráter pejorativo, o que reforça a manutenção e o poder, demarcando os comportamentos e corpos entre o que é “normal” e permitido e o que não é aceito, o rejeitável. Com isso, os princípios que norteiam a Lei N. 13.445 de 2017, em seu Art. 3º (“a política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração”), contraditoriamente, são transmutados pela forma como foi conduzida a reposta institucional, principalmente, porque os princípios e as diretrizes da Nova Lei de Migração apresentam uma concepção de Estado favorável à migração, o que está relacionado com a valorização dos direitos humanos dos imigrantes, em igualdade de tratamento com os nacionais.

Observou-se ainda que o discurso do entrevistado enfatizou que o estado de Roraima já tinha inúmeros problemas, inclusive ocupava um lugar alto no ranking a nível nacional dos crimes de violência contra a mulher, trabalho infantil, bem como desemprego e corrupção; além disso, as políticas públicas já estavam sucateadas. Ademais, há na narrativa a afirmação de que a migração é usada como “bode expiatório para justificar a corrupção que sempre houve no Estado” (Docente UFRR).

Eu costumo falar que a gente tem que ter dó da pessoa que chega aqui, nesse sentido assim de: “que lugar estou chegando”, com tantos problemas sociais aqui, que vai chegar no Estado que é mais violento contra as mulheres, que tem um índice de abuso infantil gigante, que já tinha desemprego, que tem o sistema penitenciário falido, um sistema de saúde falido também [...] Meus alunos contam que os pais, avós, as vezes quando tem que usar o hospital público aqui, que só tem um, que é o HGR, sempre eles tiveram de comprar medicação, não falta a medicação agora. Então, a questão da migração virou

algo assim, um bode expiatório para justificar a corrupção que sempre houve no estado. (DOCENTE UFRR).

Observa-se que o fluxo migratório venezuelano acentua as contradições já existentes no estado de Roraima e que as medidas de acolhimento necessárias para a garantia e preservação dos direitos humanos dos imigrantes foram negligenciadas por muito tempo pelo Estado brasileiro; conseqüentemente as políticas sociais, que já enfrentavam uma série de desmontes e subfinanciamento, apresentaram limites no que tange às possibilidades de garantia de proteção social aos imigrantes e também aos brasileiros.

Sobre discurso veiculado de que a migração mudou a configuração do estado de Roraima, o docente esclareceu que tal percepção dependerá da “classe social” de quem fala, porque historicamente para as pessoas “mais vulneráveis” o Estado nunca foi um “paraíso”, ao contrário, é marcado pela violação de direitos, pela exploração das empregadas domésticas e pelo abuso do “vem roçar aqui na minha casa que eu te dou um calçado, uma Coca-Cola” (Docente UFRR).

O entrevistado mostrou-se mais crítico sobre as respostas das diferentes esferas de governo com relação ao fluxo migratório, assim, pelo fato de o Governador do Estado ser do antigo partido do atual presidente da república, Bolsonaro, havia muita especulação sobre se o governador conseguiria algumas vantagens para o estado, mas isso não aconteceu. Além disso, a direção política do governo local reforçava a ideia de fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela.

Nota-se que a tendência neoliberal do governo local, já identificada nesta tese, está em sintonia com o direcionamento do Governo Federal contrário à migração, o que impactará na construção e implementação de políticas sociais que contribuam para redução das desigualdades e promovam os direitos dos imigrantes. A tendência hegemônica que tem por diretriz política e ideológica a lógica do capital, tende a ser adversa para a equidade e justiça social. Sendo assim, a ausência e/ou parca compreensão sobre o potencial da migração presente no discurso do Estado pode ser um fator impulsionador da tensão entre nacionais e imigrantes, ao mesmo tempo que é contrário às conquistas trazidas com a Nova Lei de Migração.

O discurso do docente desnuda o suposto “Jardim do Éden” que é narrado por alguns segmentos políticos e por parte de uma parcela da população, que tendem a atribuir todos os problemas do estado à migração. De forma detalhada, o entrevistado explicou como se deu o processo de constituição de Roraima, marcado pelo estigma com relação a alguns grupos, pela violação dos direitos humanos e pela “falência” das políticas sociais.

Evidencia-se que o discurso do entrevistado se situa no campo de crítica ao viés conservador sobre os impactos nocivos da migração e ele, em especial, tece críticas contundentes ao que chamou de “militarização do processo migratório” por parte do Governo Federal e a diretriz de “xenofobia ao extremo” do governo estadual. Além disso, ressalta que muitas pessoas e grupos ganham com a migração porque em torno dela há também uma expressiva circulação de recursos oriundos de diversas áreas e países. Em síntese, o entrevistado se posiciona claramente em defesa de uma política migratória emancipatória que compreende o potencial da migração e os direitos humanos dos imigrantes.

O discurso do representante do Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima (CMDH) mostrou-se em sintonia com o discurso do docente da UFRR e do parlamentar entrevistados. O representante do CMDH afirmou que há no estado uma “xenofobia institucional” dirigida pelo governo que tenta colocar a população local contra os imigrantes, a partir do discurso de que a precarização das políticas públicas é culpa destes; por outro lado, para o imigrante, a narrativa do governo é que sequer há políticas públicas para os brasileiros.

O entrevistado questionou a percepção da sociedade quanto às necessidades dos imigrantes, pois, em geral, afirma-se que há uma “miséria”, mas sempre em termos econômicos – contudo, pouco se entende sobre a “dinâmica da miséria”, o que quer dizer que “a miséria impede a pessoa de planejar a própria vida ou dar conta de planejar a própria vida”. A necessidade imediata impulsiona as pessoas a pensarem no tempo presente e as escassas condições de vida impõem limites reais para o planejamento e organização dos sujeitos, ao mesmo tempo que aviltam as possibilidades de construir ideais e projetos comumente referidos na retórica hegemônica, como, por exemplo, propriedade e consumo.

Para Silva (2017) a acolhida é o ato contrário à ideia de estrangeiro; o autor afirma que na tradição judaico-cristã o entendimento acerca da condição entre estrangeiro e natural foi diluído, conforme previsto nas escrituras. Por conseguinte, no século XIX, movido pelas intenções religiosas, o bispo italiano Scalabrini instituiu as primeiras ações – com registros históricos – destinadas aos imigrantes italianos e que depois abrangeram a todos os migrantes.

Assim, na perspectiva cristã, já não há diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos são um só em Jesus Cristo. Gálatas 3:28. Orientado por esses valores cristãos em 1887, o bispo italiano Joao Batista Scalabrini criou uma congregação de sacerdotes com o intuito de acompanhar a emigração dos italianos em direção às Américas, num contexto marcado pelo empobrecimento dos camponeses e pela afirmação do Estado nacional italiano. (SILVA, 2017, p. 41-42).

Segundo o autor, em 1895 o bispo italiano fundou um segmento feminino para prestar assistência aos imigrantes ao redor do mundo. No Brasil a atuação da obra scalabriniana se iniciou nos centros urbanos do Sudeste, Sul e depois no Centro-Oeste e Norte. Tais ações deram origem ao Serviço Pastoral dos Migrantes em 1985, iniciativa vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que tem a finalidade de “dinamizar a pastoral humana no país, oferecendo aos diferentes grupos de migrantes abrigo, orientação jurídica, psicológica e religiosa, além de viabilizar a inserção laboral e a conquista de direitos”. (SILVA, 2017, p. 42).

Se no âmbito religioso a acolhida aos migrantes se ampliou para além das fronteiras católicas, incluindo outras denominações religiosas e organizações não governamentais (ONGs), inclusive, formadas pelos próprios imigrantes, no âmbito governamental ela se apresenta de forma limitada e condicional à falta de uma política migratória. (SILVA, 2017, p. 42).

Em 20 de agosto de 1938, sob a presidência de Getúlio Vargas, foi editado o Decreto nº 3.010, relativo à entrada de “estrangeiros” no território nacional; O artigo 126, que trata da “hospedaria”, previa:

Art. 126. À Hospedaria do Imigrantes do D. I. compete: 1º, receber o hospedar, pelo prazo máximo de seis dias, observadas as necessárias condições de conforto, higiene e moralidade, os agricultores recém-chegados (SIC) e os trabalhadores encaminhados por ordem superior; 2º, examinar, conferir e registrar os hóspedes segundo a lista fornecida por quem promova a introdução, observando a exatidão das declarações, a autenticidade dos documentos apresentados, mencionando as faltas notadas de pessoas e bagagens e acusando o recebimento quando houver necessidade; 3º, efetuar a matrícula dos indivíduos hospedados, fornecendo-lhes um cartão de matrícula em que figurem nome nacionalidade, idade, profissão, procedência e destino; 4º, organizar um boletim estatístico diário, mensal e anual do movimento geral de entrada e saída; 5º, requisitar das autoridades, competentes a força policial de que necessitar para manutenção da ordem; 6º, transportar pessoas bagagens para o E. O. desde que possuam cartões de matrícula de que conste destino, inspeção de saúde (SIC), vacina e atestado de boas condições físicas. § 1º O hóspede que adoecer e tenha de permanecer por mais de seis dias, continuará a gozar, bem como as pessoas de sua família, do alojamento, sustento e tratamento médico adequado enquanto durar a enfermidade. § 2º Fora do caso previsto no parágrafo anterior, só será permitida a permanência do agricultor e de sua família mediante autorização especial do Diretor do D. I., pagando o mesmo seu sustento, de acordo com a tabela de preços regulada por essa autoridade. (DECRETO Nº 3.010, DE 20 DE AGOSTO DE 1938).

Silva (2017) esclarece que essa política voltada ao acolhimento do imigrante foi modificada pelo Estado brasileiro “e foi substituída por uma política de albergamento voltada para populações mais ‘carentes’ nas cidades com maior afluxo de migrantes e imigrantes sul-

americanos, que, por razões laborais ou políticas, começaram a chegar a partir da década de 1950” (SILVA, 2017, p. 43).

A partir dos anos 1980, com o marco regulatório oriundo da ditadura militar, emerge a ideia do imigrante “clandestino” ou indocumentado, uma ameaça à segurança nacional, relegado à assistência de ações filantrópicas das igrejas e dos próprios imigrantes. O impacto dessa perspectiva acabava por sujeitar os imigrantes à violência, exploração e falta de acesso às políticas sociais. Apenas com a redemocratização dos países da América do Sul – pós ditaduras – a percepção da migração vai se transformando e passa a incorporar os direitos humanos. (SILVA, 2017).

Portanto, a Nova Lei de Migração, apesar dos vetos que sofreu, aponta um novo paradigma de compreensão da migração, mas sem dúvidas o maior desafio é a desconstrução dos estereótipos centrados na discriminação e no preconceito, em especial, com relação à origem e às questões étnico-racial e de gênero.

Sobre as políticas sociais no estado de Roraima, o entrevistado afirmou que com a migração “ não daria para colapsar” as políticas sociais, ao contrário, pois o colapso é anterior à migração e com a chegada dos venezuelanos tornaram-se evidentes os problemas que já existiam – mas o governo local busca “alguém para jogar carga em cima”.

Aí você pega os números, eles só te dão os números de venezuelanos, né. E quando você pega o número de venezuelanos, no universo de pessoas, você fala “Êpa!” Isso aqui não daria para colapsar. O colapso é anterior. Tem 10 anos que não se investe em educação nesse Estado. O que a chegada dos venezuelanos trouxe foi uma evidência de um colapso que já existia. Está entendendo? Eu cheguei há alguns anos e lembro que a minha vizinha estava doente e a filha dela tinha que brigar para ela ter um atendimento adequado. Pega as manchetes dos jornais e que você vai ver que o Hospital Santo Antônio já estava sucateado, que a maternidade não tinha o material necessário, que não tinha vaga no HGR. O problema é anterior, só que agora eles acharam alguém para jogar carga em cima, acharam burro de carga, né, talvez aí faça a diferença. (REPRESENTANTE DO CENTRO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE RORAIMA).

Observa-se que a análise do entrevistado acerca do discurso veiculado nos meios de comunicação sobre o aumento dos índices de violência após a imigração não condiz com o histórico do estado de Roraima, pois o estado está numa tríplice fronteira – Venezuela, Guiana e o Estado do Amazonas – e já tinha problemas como tráfico humano, tráfico de drogas e tráfico de armas.

Eu acho que foi na Folha Online que saiu que no último ano foram 40 decapitações em Roraima, decapitação não é um crime que envolva migrante, é um crime que envolve facção criminosa, talvez, embora muitos venezuelanos acabam entrando nessa dinâmica, o grande problema de Segurança Pública aqui não é imigração, é facção criminosa. Essa é uma falha do Estado, na minha opinião, porque naquela onda de mandar presos para prisões federais, aqui resolveram mandar uns pé de chinelo para algumas prisões federais, só que essa era uma medida por tempo limitado, e quando esses presos voltaram, eles voltaram faccionados. Está entendendo? O próprio estado trouxe isso para cá, indiretamente, né. E aqui é um ponto estratégico, a gente tem uma Tríplice Fronteira, né. Aqui tem tráfico humano, tráfico de drogas, tráfico de arma, deve ter tráfico até de pensamento. Claro que com um fluxo maior aumenta essas vulnerabilidades também, mas é muito mais fácil culpar o imigrante, né. Você vai lá na penitenciária agrícola Monte Cristo e ver a contagem de brasileiros de imigrantes, mas é muito mais fácil você manter esse discurso de responsabilização do imigrante, muito mais fácil. (REPRESENTANTE DO CENTRO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS DA DIOCESE DE RORAIMA).

O discurso do entrevistado apresenta uma perspectiva crítica com relação à resposta tardia do Estado brasileiro para a migração venezuelana. Além disso, enfatiza a falta de articulação entre as diferentes esferas de governo, bem como a perspectiva da “xenofobia institucional” em que a migração venezuelana é tratada. Nota-se que a percepção do entrevistado é de que a questão central do estado de Roraima não é a migração ou a população local, mas as disputas políticas, as quais usam o aparato do Estado para atender os interesses privados de manutenção do status quo e poder, isto é, aproveitam-se da migração para colocar a população local contra os imigrantes, atribuindo a esses a responsabilidade pelo sucateamento das políticas sociais.

A narrativa do entrevistado é enfática ao afirmar que o estado de Roraima já tinha um largo histórico de violação de direitos, como, por exemplo, facções, tráfico humano, tráfico de drogas e tráfico de armas. Portanto, com a chegada dos venezuelanos criou-se uma forma de “culpar” os imigrantes por questões históricas presentes no Estado. O discurso do representante da sociedade civil enfatizou a importância do papel desse segmento e da comunidade local na prestação de assistência aos imigrantes, questionando a ausência de apoio das instâncias governamentais, o que repercutiu no esgotamento dos recursos provenientes da comunidade. Como já referido nesta tese, a tendência de transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil está diretamente vinculada à perspectiva neoliberal de redução dos direitos sociais e direcionamento do fundo público para atender os interesses do capital em detrimento das necessidades sociais.

O discurso do entrevistado negou a existência de xenofobia generalizada da sociedade de Roraima, apesar de considerar que há grupos que atuam dessa forma. Porém o entrevistado

considera que efetivamente há uma “pobrefobia”, um processo de aversão aos pobres, principalmente porque os imigrantes venezuelanos possuem uma menor capacidade organizativa e chegam ao Estado em condições mais precárias. Nota-se que a diretriz do entrevistado é contrária à criminalização da migração, reforça a defesa dos direitos humanos dos imigrantes e possui um posicionamento político de valorização do potencial da migração e de uma política migratória emancipadora, ou seja, garante e reafirma os princípios previstos na Nova Lei de Migração.

## 5 OS VENEZUELANOS NO BRASIL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS

O presente capítulo tem a finalidade de apresentar e analisar as respostas dos imigrantes venezuelanos que participaram da presente pesquisa. Dessa maneira, buscou-se apreender aspectos acerca da vida na Venezuela, bem como a situação migratória, o acesso às políticas no Brasil e as experiências no Brasil. Foram entrevistados sete imigrantes, com idades entre 21 anos até 63 anos, e o grupo focal contou com a participação de quatro imigrantes, com idades entre 23 anos até 42 anos de idade. Sobre o status migratório, todos possuíam visto de residência – temporário ou permanente. Buscou-se contemplar a paridade de gênero – nas duas técnicas – mas nas entrevistas não foi alcançado. Todos os participantes da pesquisa possuíam pelo menos o ensino médio completo, dentre os entrevistados havia profissionais da área de medicina, engenharia e um contador. As entrevistas e o grupo focal ocorreram na cidade de Boa Vista, entre os meses de novembro e dezembro de 2019.

A partir da análise da organização da Lei N° 13.445 de 2017 (Lei de Migração), foi possível observar que a legislação se estrutura a partir de três eixos centrais, nos quais se relacionam seus princípios e diretrizes.

- Eixo 1– Direitos e deveres do migrante e do visitante: sobre os direitos, a Lei trata das liberdades civis, sociais, culturais e econômicas. 1. Civis e culturais - direito de ir e vir, direito à reunião familiar, de associação sindical, de isenção de taxas; de acesso à informação e proteção a vítimas e testemunhas, direito de reunião “para fins lícitos”. 2. Sociais - acesso a serviços públicos do âmbito da seguridade social, bem como educação, habitação, trabalho e assistência jurídica. 3. Econômicos - abertura de conta bancária e transferência de recursos. Os deveres relacionam-se ao cumprimento dos critérios de ingresso e permanência no Brasil, conforme o disposto na legislação e em acordos do qual o Brasil é signatário.
- Eixo 2 – Regulamentação da situação migratória: refere-se aos tipos de vistos, à situação documental e às possibilidades de regulação da situação migratória.
- Eixo 3 – Direitos e políticas públicas para o emigrante: de proteção e assistência consular; em caso de retorno ao Brasil de trazer bens novos e usados com isenção de impostos.

Dessa maneira, as principais políticas sociais previstas da legislação, pertinentes ao objeto de estudo deste trabalho são as que se encontram no Inciso XI do Art. 3°: educação,

assistência jurídica, trabalho, moradia, serviço bancário, assistência social, saúde e previdência. Por isso o alcance dos venezuelanos às políticas sociais teve como norte essas políticas. Contudo, uma grande lacuna identificada se refere ao ensino da língua portuguesa, que apesar de não constar no rol de direitos previstos na Lei, deve ser entendida como condição imprescindível para a integração do imigrante no território.

Como referido na introdução desta tese, as técnicas para coleta de dados foram organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: I- Trânsito: decisão de migrar, circunstâncias e planejamento; II- Situação migratória: conhecimento sobre os direitos, contato com o agente migratório, trâmites migratórios para permanência no Brasil; III- Políticas Sociais previstas na Lei N. 13.445 de 2017: acesso à educação, saúde, assistência social, assistência jurídica, serviço bancário e trabalho; IV- Vida no Brasil: cultura, alimentação, idioma, relação com a população local e violação de direitos.

### **5.1 Vida na Venezuela: circunstâncias e planejamento da migração**

Todos os entrevistados e os participantes do grupo focal discutiram abertamente sobre suas vidas na Venezuela, assim, constatou-se cinco tendências permanentes nos discursos: 1- os participantes da pesquisa possuíam imóveis próprios e estavam trabalhando no momento da migração; 2- houve pouco ou nenhum planejamento para migração – apenas dois participantes da pesquisa informaram que se planejaram, os únicos que falavam outros idiomas, inclusive, português; 3- o Brasil não era o primeiro destino migratório, a escolha se deu pela proximidade da residência e porque já havia familiares ou amigos no país; 4- a crise econômica e política, bem como a busca por melhores condições de vida é relatada como fator decisivo para migração.

#### **Caracterização do Grupo Focal**

João, jovem venezuelano, chegou ao Brasil em setembro de 2019. Na Venezuela trabalhava como autônomo com a mãe, vendendo salgados. Pretendia sair da Venezuela, mas não tinha um destino certo – foi quando sua prima o convidou para vir ao Brasil e lhe ofereceu a passagem de ônibus: “quando decidi vir para cá, não havia planejamento” (João, grupo focal, tradução nossa)<sup>161</sup>.

---

<sup>161</sup> No original: “cuando decidí venir aquí no había planificación”.

Fátima, casada, mãe de dois filhos, declarou que seu marido migrou para o Brasil em busca de melhores condições de vida, mas o dinheiro que ele portava só foi suficiente para comprar a passagem até Santa Elena do Uairén, onde começou a trabalhar descarregando carretas para conseguir dinheiro e seguir a viagem até Boa Vista. Seu marido esteve em situação de rua por quatro meses e foi convidado para trabalhar no interior do estado de Roraima num sítio. Fátima trabalhava numa concessionária de carros e após receber a primeira remessa do marido disse para as companheiras de trabalho: “eu vou, meu esposo já enviou meu primeiro milhão” (FÁTIMA, grupo focal, tradução nossa)<sup>162</sup>.

Diego e Maria, jovens, são casados e possuem uma filha. Diego disse que a primeira vez que viajou para o Brasil foi em janeiro de 2019, quando veio acompanhado do sogro e de um amigo. À época permaneceu no país por menos de quinze dias, pois não aguentou as saudades da esposa e da filha. Todavia, ao voltar para a Venezuela, refletiu: “olhei para a menina, não tínhamos nada, e regressei” (DIEGO, grupo focal, tradução nossa)<sup>163</sup>. A crise econômica e a expectativa por esperança de melhores condições de vida impulsionaram a migração.

### **Caracterização dos entrevistados**

Luiza afirmou que a situação econômica da Venezuela foi o que impulsionou a migração. Ademais, veio para acompanhar o companheiro, o qual migrou antes, mas não houve planejamento, nem tampouco dificuldade para sair da Venezuela. Na Venezuela estava no sétimo semestre do curso de recursos humanos e trabalhava numa livraria e, apesar de vir para o Brasil sem planejamento, seu companheiro, que migrou nove meses antes, enfrentou maiores dificuldades, inclusive, viu-se obrigado a trabalhar em troca de moradia, sem qualquer direito, mesmo alimentação.

Eu me formei no colegial e cheguei até o sétimo semestre de Recursos Humanos, mas não me formei na universidade, ou seja, cheguei ao sétimo semestre. Bom, minha filha, quando ele veio para cá, passou bastante apuro de princípio porque não veio com a passagem completa, ele chegou até Santa Elena, e de lá não sei como chegou ao Brasil, segundo o que ele me disse foi que o ajudaram a chegar até aqui e aqui ficou com uns amigos até que pôde conseguir um trabalho e com uns dias conseguiram um quarto, não aqui, mas lá em outro setor, e aqui ficaram até que se cumpriu o prazo de tempo do trabalho que ele fez. Por estar aqui e ali, bem, foi conseguindo diárias e isso e aquilo outro, e alugamos aqui. Ele trabalhou por teto. Sim, ele fez um trabalho

<sup>162</sup> No original: “yo voy, mi esposo ya envió mi primer millón”.

<sup>163</sup> No original: “miré a niña, no teníamos nada, regresé”.

e em troca lhe deram onde ficar por um tempo. Não houve pagamento nem alimentação, somente um lugar onde dormir. (LUIZA, entrevistada, tradução nossa)<sup>164</sup>.

Rosália, idosa venezuelana recém-chegada em Roraima com seus dois filhos ainda crianças, migrou para Boa Vista por causa da situação econômica na Venezuela e também porque está com sérios problemas de saúde. Ademais, sua filha mais velha, Olga, que migrou meses antes a incentivou. Entretanto seu marido, também idoso, ficou na Venezuela porque se recusa a sair do país.

Olga, jovem adulta, declarou que migrou meses antes da família, esteve em situação de rua e chegou a comer lixo em Boa Vista. Na Venezuela, ia começar a universidade.

Luciana trabalhava como médica na Venezuela e veio para o Brasil com o intuito de convencer os filhos a voltarem para seu país, os quais migraram por causa da crise econômica. Contudo, após um dos filhos ter adoecido e se submetido a uma cirurgia resolveu ficar no Brasil com a família.

Tiveram que operá-lo de apendicite e aí tive que ficar com ele, então decidi ficar aqui. Resolvi ficar porque me dei conta de que, na realidade, se meus filhos tivessem ficado doentes na Venezuela eu não sabia se haveria maneira de resolver. Então sim, ali eu me dei conta que era verdade que não podia voltar para a Venezuela. (LUCIANA, entrevistada, tradução nossa)<sup>165</sup>.

Marcelo disse que trabalhava na Venezuela como engenheiro numa grande companhia, e em sua primeira estadia no Brasil, em 2017, pretendia conhecer o país. Após alguns meses voltou para a Venezuela. Nesse mesmo período descobriu que estava com câncer nos ossos, e com o tratamento, o salário de engenheiro passou a ser insuficiente para manter os três filhos. Dessa maneira, resolveu migrar para o Brasil por causa do agravamento das condições econômicas e sociais em seu país, mas também porque era o país mais próximo da sua residência. Assim, planejou a migração por alguns meses e foi trazido até o Brasil por uma

---

<sup>164</sup> No original: “Yo me gradué en bachiller, y llegue hasta el séptimo semestre de recursos humanos pero no me gradué en la universidad, o sea, llegué hasta el séptimo semestre. Bueno, mi hijita, ay, cuando él se vino para ca, pasó bastante trabajo de principio porque él no se vino con el pasaje completo, el llegó hasta Santa Elena, de Santa Elena no sé cómo llegó aquí a Brasil, según él lo que me dijo fue que lo ayudaron a llegar hasta aquí y aquí se quedó con unos amigos hasta que pudo conseguir un trabajo y unos días de trabajo pues y consiguieron una habitación no aquí si no allá en otro sector y ahí se quedaron hasta que se cumplió el plazo del tiempo del trabajo que él hizo por estar ahí y de ahí bueno fue consiguiendo diarias y eso y alquilo otro, otro, y alquilamos aquí. El hizo trabajo por techo. Si, el hizo un trabajo y a cambio le dieron donde quedarse por un tiempo. No hubo pago ni alimentación, solamente donde dormir.” (LUIZA).

<sup>165</sup> No original: “Tuvieron que operarlo de apendicitis y ahí me tuve que quedar con él, entonces ahí decidí quedarme aquí. Porque resuelvo quedarme porque, me doy cuenta que en realidad que si mis hijos se hubiesen enfermado en Venezuela no sabía habido maneras de resolver. Entonces sí, allí yo me di cuenta que si, era verdad que no podía volver para Venezuela.” (LUCIANA).

ambulância, pois tinha sido submetido a cirurgias, e ao chegar na fronteira alguns amigos brasileiros o receberam.

Roberto e Marcos, respectivamente, padrasto e enteado, moram com a família em Boa Vista e vivenciaram processos migratórios diferentes. Roberto trabalhava como marceneiro, mas o salário não era suficiente para custear as despesas, e então soube por meio de um amigo que no Brasil a situação econômica era muito melhor, mas ao chegar deparou-se com uma realidade muito diferente. Marcos trabalhava como encarregado numa grande companhia na Venezuela, e após começar a observar o agravamento da situação econômica no país resolveu migrar para o Brasil, com um período de planejamento de aproximadamente onze meses.

## **5.2 Situação migratória e conhecimento sobre os direitos dos imigrantes no Brasil**

De acordo com o Perfil Sociodemográfico e Laboral dos Imigrantes Venezuelanos no Brasil (2017), a principal motivação declarada pelos participantes (51%) para a migração foi a crise econômica. Ademais, 51,8% informaram que estavam empregados e 20,8% trabalhavam por conta própria, e apenas 13,9% declararam que eram desempregados antes de vir para o Brasil. Além disso, a maior parte dos venezuelanos (61,4%) não domina um idioma estrangeiro. Por último, a pesquisa aponta que 59,8% dos participantes conhecia outros imigrantes venezuelanos.

A partir de uma análise comparativa é possível identificar que os resultados das entrevistas e do grupo focal seguem a mesma tendência identificada na referida pesquisa. Apesar do lapso temporal entre os estudos, observa-se a reprodução de alguns aspectos dessa migração: o primeiro refere-se à “crise econômica” como fator que contribuiu para deterioração das condições de vida dos imigrantes e impulsiona a migração; segundo, há um contingente considerável de imigrantes que estavam trabalhando no período em que ocorreu a migração. Ademais, o papel das redes sociais mostrou-se importante porque há um contingente expressivo de imigrantes que já conhecia outros imigrantes venezuelanos no Brasil.

De acordo com Fusco e Rezende (2018, p. 615) “as redes sociais, empiricamente, são o conjunto das interações cotidianas, efetivas e latentes, estabelecidas pelos atores sociais (indivíduos e organizações) ao longo do processo social constitutivo das instituições e comunidades humanas”. Os autores ressaltam que as redes sociais podem ser entendidas como uma forma relacional da estrutura social que tem o objetivo de representar um conjunto de atores sociais participantes de um sistema complexo da vida social. Além disso, as redes sociais

expressam uma multiplicidade de formas de interação social e o conteúdo material e simbólico dessas interações.

As redes sociais nos fluxos migratórios desempenham papel importante porque possibilitam a circulação de capital e informações que se relacionam com as estratégias pessoais e/ou de um grupo social. “Os mecanismos que operam nas captações de recursos, realizadas por intermédio de conexões sociais, facilitam o projeto de migrar e a adaptação no destino, ao mesmo tempo em que submetem e limitam o imigrante ao código social próprio da comunidade em que está inserido.” (FUSCO; REZENDE, 2018, p. 617).

Os autores esclarecem que os laços sociais se diferem pela função, intencionalidade e duração. Os laços fortes consistem em “negociações intensas entre os participantes: são duradouros e envolvem obrigações e emoções. Eles podem ser facilmente encontrados em grupos de pequena monta, claramente definidos, como membros de um domicílio e grupos de parentes.” (FUSCO; REZENDE, 2018, p. 616).

Os laços fortes com o país de origem são observados nas narrativas dos participantes e desempenham uma função contraditória, pois impulsionam a migração por causa do caráter “obrigatório”, ou seja, os indivíduos se sentem impulsionados a migrar para buscarem melhores condições de vida para a família, mas, ao mesmo tempo, tal medida acarreta em muito sofrimento pelo distanciamento das relações. O distanciamento familiar, social e cultural foi relatado por todos os participantes como aspecto de muito sofrimento e, em certa medida, torna-se um dificultador para a construção de outras redes no Brasil.

Assim, os achados desta presente pesquisa indicam a pertinência e atualidade do estudo Perfil Sociodemográfico e Laboral dos Imigrantes Venezuelanos no Brasil (2017). As fontes de dados permitem compreender aspectos relevantes acerca de como se dá a migração venezuelana, em especial, as condições de vida e as motivações para migração. Dessa maneira, é possível estimar as necessidades e aspirações trazidas por este grupo populacional, o que consequentemente pode influenciar no processo de elaboração de políticas sociais.

Sobre o conhecimento dos direitos dos imigrantes no Brasil, apenas duas pessoas alcançadas pela pesquisa <sup>166</sup> informaram que tinham noções gerais acerca dos trâmites migratórios para regularização. Os demais afirmaram que migraram sem conhecer qualquer trâmite legal quanto à entrada regular, bem como não dispunham de informações sobre a organização das políticas sociais. Essa parcela afirmou que as informações fornecidas pelas

---

<sup>166</sup> Grupo focal e entrevistas.

redes sociais foram decisivas no processo de construção e expectativas quanto à migração. Sendo assim, observou-se nas narrativas um discurso de contraste entre a realidade encontrada no Brasil e os relatos das redes sociais, em especial, quanto ao acesso às políticas sociais.

Acerca do status legal das pessoas alcançadas por esta pesquisa, todos informaram que eram residentes – temporários ou permanentes. A Lei N. 13.445 de 2017 estabelece, nos Princípios e das Garantias da política migratória brasileira, “V - promoção de entrada regular e de regularização documental”. Os achados desta pesquisa indicam que esse princípio tem sido assegurado, mas é preciso pontuar que desde 2016 observou-se o crescimento das solicitações de refúgio pelos imigrantes venezuelanos.

De acordo com Simões (2017), o crescimento das solicitações de refúgio pode ser esclarecido pelo fato de ser gratuito e possibilitar que o requerente permaneça de forma regular no Brasil. Além disso, oportuniza ao solicitante o acesso à documentação, como, por exemplo, carteira de trabalho. Segundo o autor, trata-se de uma tática migratória, mas que a longo prazo pode apresentar desvantagens, pois esse instituto legal impõe algumas restrições aos seus solicitantes, como a proibição de saída do território nacional.

[...] essa migração não encontra no refúgio o melhor instituto para sua permanência a médio e longo prazos. A lei 9.474/1997 (Regulamenta o refúgio no Brasil) estabelece no artigo 1º, inciso IV, que o indivíduo que sair do território nacional sem autorização perderá a condição de refugiado. Com relação aos solicitantes de refúgio (grande maioria dos venezuelanos em julho de 2017), existem casos em que a PF impediu o retorno (EBC, 2016), mesmo tendo esses solicitantes autorização para sair do Brasil. Essa má interpretação da PF pode fazer com que venezuelanos possam ser impedidos de retornar ao Brasil nos postos de controle. [...] Por não ser capaz de atender todos os pedidos no tempo em que são feitos, a Superintendência da PF em Roraima criou a figura do agendamento, problema esse que já foi maior antes do reforço policial em abril de 2017 e da atuação de voluntários que orientam os migrantes no preenchimento dos formulários.

Conforme a pesquisa Perfil Sociodemográfico e Laboral dos Imigrantes Venezuelanos no Brasil (2017) acerca do status legal, 82,4 % dos participantes da pesquisa afirmaram que eram solicitantes de refúgio. Apesar de o início da migração venezuelana ser marcado pela solicitação de refúgio, esse status migratório passou por mudanças significativas, especialmente quando, em 15 de fevereiro de 2018, por meio do Decreto N. 9.285, o ex-presidente da república, Michel Temer, “reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela”. Nesse ano duas Portarias Interministeriais importantes entraram em vigor.

A Portaria Nº 9 de 14 de março de 2018 regulamentou a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados. Essa normatização trouxe alguns critérios de flexibilização quanto à documentação exigida para a solicitação de residência, como, por exemplo, para indígena nacional de país fronteiriço, o qual pode ter flexibilizada a exigência do Art. 2º inciso “III - cédula de identidade ou passaporte”; e inciso “IV - certidão de nascimento ou casamento ou certidão consular, desde que não conste a filiação no documento mencionado no inciso”. Tal medida favoreceu diretamente aos indígenas Warao. Além disso, quanto aos não indígenas, apesar de haver uma relativa flexibilização, ainda se exigia algum tipo de comprovação; os casos estão previstos no parágrafo 2º do Art. 68 do Decreto Nº 9.199, de 2017 e referem-se às pessoas em condição de refúgio ou de apátrida reconhecida, pessoas a quem foi concedido asilo ou beneficiadas com acolhida humanitária.

§ 1º Caso o solicitante de autorização de residência seja indígena nacional de país fronteiriço e não possua os documentos elencados nos incisos III e IV, poderá ser aceito documento de identificação emitido pelo país de origem, acompanhado de autodeclaração de filiação, em virtude de sua situação de vulnerabilidade análoga às hipóteses previstas no § 2º do art. 68 do Decreto nº 9.199, de 2017. § 2º A autodeclaração de filiação de que trata o § 1º será antecedida dos cuidados previstos na Resolução Conjunta nº 01, de 09 de agosto de 2017, celebrada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, Conselho Nacional de Imigração - CNIg e Defensoria Pública da União, publicada no D.O.U. de 18/08/2017, quando se tratar de imigrante menor de dezoito anos que esteja desacompanhado ou separado. § 3º As certidões de nascimento e casamento mencionadas no inciso IV poderão ser aceitas independentemente de legalização e tradução. (PORTARIA N. 9 DE 14 DE MARÇO DE 2018).

A segunda Portaria Interministerial relevante editada em 2018 foi a Nº 15, de 27 de agosto, a qual altera a portaria Nº 9, de 14 de março do mesmo ano. A nova Portaria alterou os parágrafos 4º e 5º da Portaria Nº 9, garantindo ao imigrante “que esteja em situação de vulnerabilidade” em casos análogos àqueles previstos no parágrafo 2º do art. 68<sup>167</sup> a dispensa da apresentação de documentos previstos no inciso IV da Portaria Nº 9, ou seja, “IV - certidão de nascimento ou casamento ou certidão consular, desde que não conste a filiação no documento mencionado no inciso III”. Ademais, alterou-se também o parágrafo 5º: “A autodeclaração de filiação de que trata o § 4º será antecedida dos cuidados mencionados no §

---

<sup>167</sup> Decreto nº 9.199, de 2017 que regulamento a Nova Lei de Migração.

2º, quando se tratar de imigrante menor de dezoito anos que esteja desacompanhado ou separado de seu representante legal."

Dessa maneira, é possível observar que ao longo dos anos houve um processo de transição acerca do status migratório dos imigrantes venezuelanos no Brasil. Tal transição se deu em virtude das mudanças operadas a nível federal, o que possibilitou garantir a entrada e a regularização da situação migratória conforme preconizado pela Nova Lei de Migração.

### **5.3 Acesso às políticas sociais no Brasil: saúde, educação, assistência social, assistência jurídica, serviço bancário e trabalho.**

Esse bloco de questões buscou compreender como se dá o alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil. De acordo com o Art. 196 da Constituição Federal de 1988 “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. O caráter universal, a abrangência nacional e a complexidade de ações realizáveis, como, por exemplo, no âmbito da vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador e assistência terapêutica integral (Lei 8.080 de 1990) tornam, sem dúvidas, o Sistema Único de Saúde um complexo sistema imprescindível para a prevenção e recuperação da saúde.

Assim, os princípios e as diretrizes previstas no Art. 4º da Lei Nº 13.445 de 2017 (“Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados”), e do Inciso VIII do mesmo artigo, que dispõe o “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” – estão em consonância com as indicações constitucionais. Com isso, cabe ao Estado, em primeira ordem, construir políticas sociais que visem a redução de riscos e agravos à saúde, inclusive aos imigrantes.

A seguir será mostrada, sucintamente, a organização dos níveis de atenção do Sistema Único de Saúde.

#### **Atenção Básica:**

De acordo com a Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica, esta é:

Caracterizada como porta de entrada preferencial do SUS, possui um espaço privilegiado de gestão do cuidado das pessoas e cumpre papel estratégico na rede de atenção, servindo como base para o seu ordenamento e para a efetivação da integralidade. Para tanto, é necessário que a Atenção Básica tenha alta resolutividade, com capacidade clínica e de cuidado e incorporação de tecnologias leves, leve duras e duras (diagnósticas e terapêuticas), além da articulação da Atenção Básica com outros pontos da RAS. Os estados, municípios e o distrito federal, devem articular ações intersetoriais, assim como a organização da RAS, com ênfase nas necessidades locais, promovendo a integração das referências de seu território.

Conforme a Portaria supracitada as unidades ou equipamentos de saúde no âmbito da Atenção Básica são compostas por: Unidade Básica de Saúde, Unidade Básica de Saúde Fluvial, Unidade Odontológica Móvel. Além disso, devem contar com Equipe de Saúde da Família, Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, Agentes Comunitários de Saúde e outros. Essas unidades são a porta de entrada ao Sistema Único de Saúde e devem atuar no âmbito da prevenção de riscos e agravos à saúde.

### **Atenção Especializada**

Conforme informações disponíveis no site oficial do Ministério da Saúde, a atenção especializada – ou alta complexidade – envolve alta tecnologia e alto custo, tem o objetivo de propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade). Destina-se à resolutividade de problemas e agravos de saúde da população, que em virtude da complexidade, necessitam de assistências especializadas para diagnóstico e tratamento.

De acordo com a Portaria Nº 2.436 de 21 de setembro de 2017 (Política Nacional de Atenção Básica) a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde deve:

Estar adequada ao quantitativo de população adscrita e suas especificidades, bem como aos processos de trabalho das equipes e à atenção à saúde dos usuários. Os parâmetros de estrutura devem, portanto, levar em consideração a densidade demográfica, a composição, atuação e os tipos de equipes, perfil da população, e as ações e serviços de saúde a serem realizados. (PORTARIA N 2.436, 2017).

Dessa forma, a estruturação da atenção básica precisa, obrigatoriamente, levar em consideração as características dos territórios – quantitativo populacional e características epidemiológicas – e portanto, com o aumento do fluxo populacional em Roraima a partir da chegada dos imigrantes venezuelanos, houve mudança na dinâmica do território, ao mesmo tempo em que surgiu a necessidade de reorganização dos equipamentos e das equipes de saúde.

Assim, é possível identificar que do ponto de vista normativo, o SUS apresenta previsibilidade e diretrizes para que os equipamentos se adéquem a possíveis mudanças ocorridas nos territórios, inclusive com a formação de equipes para populações que apresentam vulnerabilidades específicas, como, por exemplo, os imigrantes.

Todos os profissionais do SUS e, especialmente, da Atenção Básica são responsáveis pela atenção à saúde de populações que apresentem vulnerabilidades sociais específicas e, por consequência, necessidades de saúde específicas, assim como pela atenção à saúde de qualquer outra pessoa. Isso porque a Atenção Básica possui responsabilidade direta sobre ações de saúde em determinado território, considerando suas singularidades, o que possibilita intervenções mais oportunas nessas situações específicas, com o objetivo de ampliar o acesso à RAS e ofertar uma atenção integral à saúde. (PORTARIA Nº 2.436, 2017).

A partir da pesquisa realizada com os imigrantes venezuelanos em Roraima – entrevistas e grupo focal – constatou-se que todos os participantes já acessaram o SUS por meio do programa de imunização. Além disso, todos possuíam o Cartão do SUS, e assim observou-se que após o processo de regularização legal, a política de saúde é a mais conhecida e a mais alcançada pelos imigrantes, especialmente por causa da cobertura de vacinação disponibilizada a esse grupo populacional. Contudo, quando se trata de outros níveis de atenção, como a atenção especializada, muitas dificuldades de acesso foram descritas pelos imigrantes como resultado da burocratização do sistema de saúde e de episódios de discriminação contra os imigrantes, como narrado por uma das entrevistadas.

Sim, eu fui, algumas vezes me trataram bem, outras vezes me trataram mal, sim, eu sou sincera com você, estou te dizendo a verdade. Porque somos venezuelanos, por exemplo, eu fui a dois dos [postos de saúde] aqui, e em um destes me disseram que não estavam consultando os venezuelanos, ou seja, não havia consulta no momento para os venezuelanos porque não havia vaga, havia muita gente e já estavam preenchidas, não havia vagas. E fui a outro e simplesmente me disseram que não, que voltasse depois. Sim, é um problema porque aqui no Brasil o sistema de saúde se colapsou, então não é porque há venezuelanos, é porque já está colapsado, e o que acontece, eu penso que para vocês é um impacto muito grande porque me parece que o sistema de saúde na Venezuela era melhor, mas aqui no Brasil, infelizmente, muitos, muitos brasileiros também vivem em uma situação muito, muito, muito [com muitos problemas, muitas falhas]. (LUIZA, entrevistada, tradução nossa)<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> No original: “Sí, he ido, algunas veces me han tratado bien, otras veces me han tratado mal, si te soy sincera, te estoy diciendo la verdad. Porque somos venezolanos, por ejemplo, he ido a dos de los (salud) aquí, en uno este me dijeron que no estaban dando cita a los venezolanos, o sea que no había cita para ahorita para los venezolanos porque no había vaga, había mucha gente y ya estaban llenas, no había vagas. Y fui a otro y simplemente me dijeron que no, que fuera después. Sí, es un problema porque acá en Brasil el sistema de salud

Em outra entrevista, Luciana afirmou que era muito difícil falar sobre o acesso dos imigrantes venezuelanos à política de saúde porque sempre se recordava do falecimento do seu neto recém-nascido em Boa Vista, o qual necessitou ser encaminhado para a UTI Neonatal, mas a vaga não foi disponibilizada a tempo. Rosália e Marcelo, que possuem doenças crônicas, relataram nas entrevistas que não conseguiram acesso a níveis de atenção especializadas; nesses casos, para terem acesso aos medicamentos, buscam ajuda nas redes sociais estabelecidas no Brasil. A narrativa do grupo focal foi de que era difícil acessar o sistema de saúde, inclusive, na atenção básica, para exames de rotina e consultas periódicas. Em síntese, observou-se que os participantes discorreram sobre muitas dificuldades para acessar os serviços de saúde nos diferentes níveis de atenção.

Conforme o 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil<sup>169</sup> (2019) a Secretaria de Estado de Saúde de Roraima atendeu nos serviços ambulatoriais em 2016, 2017, 2018 e até abril de 2019 um total de 79.873 imigrantes venezuelanos. O quadro demonstrativo de atendimentos nesses anos será apresentado a seguir na Tabela 1- Quantidade de Venezuelanos atendidos nos serviços ambulatoriais do município de Boa Vista em 2016, 2017, 2018 até 30 de abril de 2019, disponível no referido Relatório.

**TABELA 2 - QUANTIDADE DE VENEZUELANOS ATENDIDOS NOS SERVIÇOS AMBULATORIAIS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA EM 2016, 2017, 2018 ATÉ 30 DE ABRIL DE 2019\***

<b>ANO</b>	<b>Venezuelanos atendidos em serviços ambulatoriais na capital</b>
<b>2016</b>	<b>3.445</b>
<b>2017</b>	<b>12.718</b>
<b>2018</b>	<b>48,454</b>
<b>2019*</b>	<b>15.256</b>
<b>TOTAL</b>	<b>79.873</b>

Fonte: 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil; Secretaria de Estado de Saúde de Roraima.

Elaboração: própria/Ano:2020

se colapsó, entonces, no es porque tiene venezolanos es porque ya está colapsado, y que pasa, yo pienso que para ustedes es un impacto muy grande porque me parece que el sistema de salud en Venezuela era mejor, pero acá en Brasil, infelizmente, muchos, muchos brasileiros también viven en una situación muy, muy, muy (con muchos problemas, mucha deficiencia).” (LUIZA, ENTREVISTADA).

<sup>169</sup> Em 25 de fevereiro de 2019 foi apresentado o Requerimento para a criação de Comissão Externa na Câmara de Deputados do Congresso Nacional, destinada a tratar da “crise na Venezuela”, em especial na fronteira com o Brasil no estado de Roraima. O Requerimento foi protocolado pelo deputado do Partido Social Liberal (PSL/Roraima) Deputado Antônio Carlos Nicoletti, com o objetivo de *subsidiar o Governo Federal com informações para solucionar os problemas na fronteira do Brasil e da Venezuela causados pela crise que esse país enfrenta e viu agravada nos últimos dias*. A Comissão foi instituída em 26 de março de 2019 e elaborou o 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil, divulgado em julho de 2019.

Os dados sobre os atendimentos dos imigrantes venezuelanos entre os anos de 2016 a 2019 revelam que houve uma crescente ascensão dos atendimentos a esse grupo populacional. Apesar de em 2019 os números se mostrarem pouco expressivos com relação ao ano anterior, não é possível afirmar que houve uma queda no atendimento porque os dados de 2019 referem-se até o dia 30 de abril, portanto, considera-se que a mesma tendência identificada nos anos anteriores prevalecerá. Contudo, para revelar o alcance desse grupo populacional à política de saúde é preciso levar em consideração a abrangência de pessoas alcançadas. Conforme Boschetti (2009), a principal informação que compõe esse indicador – abrangência – é o número de pessoas beneficiadas, mas não se trata de analisá-lo isoladamente, o que estaria encobrindo a realidade: “Assim, esse indicador deve sempre ser relacionado ao universo a que a política e/ou programa deveria se destinar” (p.12).

Por exemplo, ao determinar qual é o real quantitativo de imigrantes venezuelanos que tentaram acessar a política de saúde e quantos efetivamente conseguiram, essa relação demonstrará se a política possui uma abrangência restrita ou não. A partir das fontes de pesquisa localizadas nesta tese não há registros do universo de imigrantes que buscaram os serviços de saúde nas suas mais diferentes esferas de atenção. Dessa maneira, não é possível fazer uma análise da abrangência da política. Ademais, com relação aos atendimentos ambulatoriais no interior do estado de Roraima, segundo o 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil (2019), a Secretaria de Estado de Saúde afirmou que “não há padronização dos procedimentos de coleta e sistematização de dados” (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p. 14). Isso significa que a própria Secretaria de Estado de Saúde não tem conhecimento acerca dos atendimentos realizados no interior do Estado de Roraima. Esse dado indica que há uma lacuna na sistematização das informações e há ausência de transparência, o que dificulta o controle social com relação ao acesso ao sistema de saúde pelos imigrantes no interior do estado de Roraima.

Sobre o número de venezuelanos internados em Boa Vista nos anos de 2016, 2017, 2018 até 30 de abril de 2019, o Relatório supracitado indica que 7.833 foram internados. Contudo, como já referido nesta sessão, há um limite interpretativo dos dados porque não é possível analisar a abrangência da política.

**TABELA 3- QUANTIDADE DE VENEZUELANOS INTERNADOS EM BOA VISTA NOS ANOS DE 2016, 2017, 2018 ATÉ 30 DE ABRIL DE 2019\***

<b>ANO</b>	<b>Consolidação do quantitativo dos venezuelanos internados em Boa Vista</b>
<b>2016</b>	<b>681</b>
<b>2017</b>	<b>1.591</b>
<b>2018</b>	<b>4.182</b>
<b>2019*</b>	<b>1.379</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.833</b>

Fonte: 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil; Secretaria de Estado de Saúde de Roraima.

Elaboração: Própria/Ano: 2020

Conforme o 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil os dados epidemiológicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Saúde apontam que houve um crescimento dos casos de sarampo e malária no estado de Roraima, em especial o sarampo, sendo que do número total de casos registrados mais de 60% são de venezuelanos: “De acordo com a Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde de Roraima, desde a semana Epidemiológica – SE 04/2018 até 13/2019 foram confirmados 361 casos de sarampo, sendo que destes, 219 foram registrados em venezuelanos.” (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p. 15).

Segundo os dados, outro fator que dificulta o acesso dos imigrantes venezuelanos aos serviços de saúde no estado de Roraima refere-se ao quantitativo de profissionais disponíveis na rede de saúde.

Segundo a Secretaria de Saúde, “muito além da demanda por leitos, medicamentos, procedimentos e equipe de saúde (médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, assistentes sociais), são necessários outros profissionais para a oferta dos serviços de atendimento e de suporte administrativo, técnico e operacional, sem os quais há comprometimento da normalidade e bom atendimento nas Unidades de Saúde. (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p. 15).

Apesar de o Relatório não fazer referência ao problema, como já demonstrado neste trabalho, desde 2014 Roraima vive um estado de emergência<sup>170</sup> na saúde pública, que é anterior à migração, ou seja, com o aumento do fluxo populacional os problemas se tornaram mais explícitos, pois houve um aumento significativo de pessoas que passaram a necessitar dos serviços. Atribuir aos imigrantes as dificuldades da política de saúde no Estado é uma estratégia que desloca a atenção acerca da responsabilidade do Estado – em nível federal e local – ao mesmo tempo que culpabiliza os imigrantes por questões históricas já existentes, o que acaba deslocando a atenção da opinião pública e da sociedade sobre as principais causas dos problemas no sistema de saúde do Estado de Roraima.

## EDUCAÇÃO

Esse conjunto de questões buscou identificar como se dá o alcance dos imigrantes venezuelanos à política de educação a partir de diferentes esferas<sup>171</sup>: capacitação profissional, ensino superior, revalidação do diploma, aprendizado da língua portuguesa. De acordo com os dados levantados na pesquisa de campo, os participantes, unanimemente, concordaram que o acesso à educação universitária pública no Brasil é um processo muito burocrático e inalcançável, assim como a revalidação do diploma de nível superior, a qual foi considerado inexecutável para um imigrante venezuelano. Em ambas as técnicas de pesquisa a burocratização para que um profissional imigrante atue em sua área de formação no Brasil é percebida como incapacidade do Estado em vislumbrar as potencialidades que a migração proporciona para o país de destino.

Quanto ao ensino de português, cursos de capacitação oferecidos pelo Estado – governos municipal, estadual e federal – e a revalidação de diploma, a percepção dos participantes do grupo focal é de que apenas as agências internacionais ONU e ACNUR desenvolvem os cursos de português, e mesmo os participantes estudando no curso de português oferecido pela UFRR entendiam que a iniciativa era da ONU, ou seja, a percepção coletiva do grupo era fortemente ligada à ideia de que as agências internacionais e a sociedade civil eram responsáveis por algum tipo de assistência ao imigrantes venezuelanos.

---

<sup>170</sup> G1. Governador decreta estado de emergência na Saúde, em Roraima. Disponível: [http:// g1.globo.com/rr /Roraima /noticia/2014/05/governador-decreta-estado-de-emergencia-na-saude-em-roraima.html](http://g1.globo.com/rr/Roraima/noticia/2014/05/governador-decreta-estado-de-emergencia-na-saude-em-roraima.html). Acesso em: 27 de fev. 2020.

<sup>171</sup> Por se tratar de um público maior de idade, com ensino médio completo, as informações acerca dos níveis de atenção: primário e secundário foram analisados a partir de dados secundários, os quais serão apresentados ainda nesta sessão.

Nas entrevistas tal tendência também aparece, mas de forma mais acentuada os participantes relataram que a ausência do Estado no que tange às políticas de integração - após a regularização do status migratório – é preponderante no estado de Roraima, em especial com relação à disponibilização de cursos e capacitações aos imigrantes.

Quando cheguei à universidade – sou profissional e queria revalidar meu diploma – vi a lista de coisas que era preciso fazer e comecei a chorar, simplesmente fiquei deprimida e comecei a chorar. Não tenho a oportunidade porque tenho que ir à Venezuela para obter todos estes documentos, gastar um dinheiro que não tenho. (FÁTIMA, grupo focal, tradução nossa)<sup>172</sup>.

Fátima, ao falar sobre a impossibilidade de revalidar seu diploma, afirmava que os imigrantes venezuelanos estavam prontos para ajudar o Brasil a crescer, mas “nós pedimos que nos ajudem a estudar, a nos preparar para o trabalho. Estou segura de que o Brasil será uma potência”. (FÁTIMA, grupo focal, tradução nossa)<sup>173</sup>.

Maria, participante do grupo focal, relatou que sentiu tristeza quando sua irmã foi à universidade porque achou que conseguiria estudar na UFRR, mas foi informada que necessitava passar por uma prova: “minha irmã tratou de ingressar na universidade, mas a informaram que necessitava fazer um exame e não sei o que vai acontecer” (MARIA, grupo focal, tradução nossa)<sup>174</sup>.

Conforme o 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil da Comissão Externa do Congresso Nacional, em 27 de maio de 2019 foi enviado o Ofício nº 02/2019-Coord ao governador de Roraima com os seguintes questionamentos acerca da organização do sistema de educação após a migração:

a) A partir de 2015, com o aumento do fluxo migratório de venezuelanos, foi observado algum impacto na demanda por vagas nas escolas estaduais? b) Quantos estudantes venezuelanos estão matriculados na rede estadual de ensino? c) No período de 2015 a 2019, houve aumento ou repasses adicionais de verbas do Governo Federal para a educação no Estado?. (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p. 22).

<sup>172</sup> No original: “Cuando llegué a la universidad y soy profesional y quería revalidar mi título, vi la lista de cosas que necesitaba hacer, comencé a llorar, simplemente me deprimí y comencé a llorar. No tengo la oportunidad porque tengo que ir a Venezuela para obtener todos estos documentos, gastar dinero, que no tengo.” (FÁTIMA, grupo focal).

<sup>173</sup> No original: “nosotros pedimos que nos ayudes a estudiar, a preparar para trabajar. Estoy segura que Brasil será una potencia”.

<sup>174</sup> “mi hermana trató de ingresar a la universidad, pero se le informo que necesitaba tomar un examen, no sé qué pasará”.

De acordo com o Relatório referido, a Secretaria Estadual de Educação e Desportos de Roraima informou que em 2019 havia nas escolas da rede estadual 1.417 estudantes venezuelanos matriculados no ensino médio e 4.516 na educação básica.

[...] a crescente migração venezuelana está sobrecarregando a Rede Pública Estadual de ensino e ocasionando “expressivo aumento das despesas para o Estado na prestação desse serviço”. O relatório revela que o número de venezuelanos matriculados vem crescendo a partir de 2015, sendo que, em 2019, houve uma “explosão” de matrículas de alunos dessa nacionalidade. Nesse ano, do universo de 72.471 estudantes matriculados na educação básica, 4.516 são venezuelanos. (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p. 22).

Com relação ao aumento de verbas do Governo Federal para o Estado entre os anos de 2015 a 2019, os dados indicam que “Embora declare não haver ‘recursos suficientes para suprir as despesas educacionais previstas em lei’, a Secretaria Estadual de Educação e Desportos não informa se houve aumento ou repasses adicionais do Governo Federal para a educação no Estado”. (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p. 22).

Na educação básica, dos 72.471 estudantes matriculados, apenas pouco mais de 6% (4.516) são imigrantes venezuelanos, ou seja, o baixo percentual indica que não é possível que por causa da migração tenha ocorrido uma “sobrecarga” no sistema de ensino educacional. O discurso, quando contrastado com os dados, indica que há uma superestimação das informações, atribuindo à migração uma responsabilidade demasiada, que não se justifica quantitativamente.

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 emergiu-se um novo paradigma sobre a compreensão do Estado brasileiro com relação à política pública de assistência social. O Art. 194 da Constituição Federal (1988) trouxe a concepção de seguridade social, que “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Art. 194, CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988). O parágrafo único do Art. 194 prevê que compete ao Estado “organizar a seguridade social” com o intuito de atender os seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade (SIC) na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 algumas ações assistencialistas eram executadas por instituições filantrópicas, muitas ligadas a instituições religiosas. Porém, com a redemocratização do Brasil, em 1988 – em virtude das décadas de vigência da ditadura militar – a sociedade civil organizada conseguiu colocar na agenda pública a assistência social como uma política social pública de Estado necessária para a ampliação e consolidação da cidadania: “O reconhecimento da Assistência Social como política pública, dever do Estado e direito do cidadão que dela necessitar, rompeu, portanto, com paradigmas e concepções conservadoras de caráter benevolente e assistencialista.” (MDS, Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2011, p. 12).

Com isso, a regulamentação da política de assistência social ocorreu anos depois por meio da Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Conforme o Art. 1º da LOAS, “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Assim, o papel do Estado ganha centralidade na condução da política de assistência social com os seguintes objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (ART 2º, LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 1993).

Com a publicação da LOAS em 2004 foi promulgada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que prevê os princípios e as diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São objetivos da PNAS: 1 - a promoção de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; 2 - a contribuição com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos

específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; 3 - a garantia de que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Esses objetivos são concretizados por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, que devem ser desenvolvidos nos territórios e em diferentes níveis de proteção. Sendo assim, a política de assistência social está organizada em proteção básica e proteção social especial.

A proteção social tem o objetivo de:

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (PNAS, 2004, p. 33).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004) o SUAS possui modelo de gestão descentralizada e participativa, cofinanciado pelas três esferas de governo – União, estados e municípios – e o Distrito Federal. As ações do SUAS são organizadas em dois tipos de proteção – básica e especial – e devem ser executadas pelas unidades públicas, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), os Centros de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) e pela rede conveniada ao SUAS.

A política de assistência social é, sem dúvidas, imprescindível para a ampliação e consolidação da cidadania, equidade e justiça social, pois assegura, a quem dela necessitar, o acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais com vistas à eliminação do preconceito, ao tempo em que promove o respeito à diversidade e trabalha para possibilitar a autonomia de grupos socialmente discriminados, isto é, está em total consonância com a defesa dos direitos humanos e é estratégica para a garantia dos direitos dos imigrantes venezuelanos.

A partir da pesquisa de campo realizada com os imigrantes venezuelanos em Roraima, constatou-se que no âmbito da política de assistência social o serviço mais conhecido pelos imigrantes é o CRAS, mas nenhum dos participantes era acompanhado ou recebia qualquer benefício socioassistencial. Durante as entrevistas, a tendência prevalente sobre essa política é de que há dificuldades para cumprir as exigências para acesso aos programas e benefícios, em especial por causa das exigências quanto à documentação pessoal e comprovação de residência. Acerca desse aspecto o grupo focal considerou que há pouco esclarecimento sobre o que essa

política pode oferecer e a maior dificuldade percebida pelo grupo refere-se à própria negativa dos serviços, para a concessão de acesso aos programas e benefícios.

Dessa maneira, nota-se que os critérios de acesso e permanência nos serviços básicos da política de assistência social, além de serem focalizados podem colaborar para a exclusão dessa população dos programas, projetos e benefícios dessa política. De acordo com Boschetti (2009) os critérios de acesso e permanência, associados à abrangência, constituem-se como condição essencial para determinar a universalidade das políticas “os critérios de acesso e permanência dos cidadãos em determinada política e/ou programa social são reveladores de sua intencionalidade e capacidade de inclusão e/ou exclusão do acesso. Quanto mais rigorosos e restritos forem os critérios de acesso e permanência, mais focalizados e seletivos a política e/ou programa tendem a ser.” (BOSCHETTI, 2009, p. 12-13). Sendo assim, uma política social com diretriz inclusiva oportunizará agregar os sujeitos a quem se destina, ampliando os mecanismos para garantir o acesso e a permanência a partir da realidade social.

Conforme o 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil (2019) foram encaminhados, em 10 de abril de 2019, questionamentos ao governador do Estado de Roraima acerca do orçamento público destinado pelos municípios e os repasses do Governo Federal para a política de assistência social decorrente da migração venezuelana. De acordo com os dados, apenas o prefeito do município de Pacaraima respondeu aos questionamentos e alegou que:

O município não criou uma dotação orçamentária específica para gastos com o acolhimento dos venezuelanos, pois os imigrantes utilizam os mesmos serviços públicos destinados aos brasileiros. Desta forma, houve um aumento de demanda dos serviços de saúde, limpeza urbana, e assistência social, causando a deterioração da qualidade dos mesmos, gerando prejuízos para população local [...] O município recebeu recursos apenas no ano de 2018, foram exatamente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) enviados à Secretaria Municipal de Assistência Social para aquisição de materiais necessários ao acolhimento dos imigrantes, dos quais R\$ 406.724,31 (quatrocentos e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos) foram utilizados em 2018, com o saldo sendo reprogramado para utilização em 2019. (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p.30).

Alguns elementos são importantes para análise: em primeiro lugar, conforme os dados informados, em 2018 foram repassados pelo Governo Federal ao município de Pacaraima R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) “para aquisição de materiais necessários ao acolhimento dos imigrantes”, mas este recurso não foi executado integralmente nesse ano, sendo reprogramado.

Com isso surge uma reflexão: tendo em vista que Pacaraima é a porta de entrada para os imigrantes venezuelanos no Brasil, e as verbas relativas ao ano de 2018 foram designadas especificamente para atender a esse público, não havia demandas suficientes em Pacaraima para que tal recurso fosse executado no mesmo ano? Outro elemento que apareceu na resposta do prefeito de Pacaraima foi de que houve a “deterioração da qualidade” dos serviços públicos prestados à “população local” com a migração venezuelana. Essa resposta carrega em si a desaprovação da migração, ao tempo em que contribui para a estigmatização dos imigrantes. Ademais, aspectos positivos que a migração trouxe para o município, como, por exemplo, o aquecimento da economia local pelo fluxo de pessoas e mercadorias não foram mencionados: “b) Em que medida o fenômeno migratório impactou na atividade econômica do Município? Esta questão não foi respondida” (1º RELATÓRIO DA COMISSÃO EXTERNA CRISE NA FRONTEIRA DA VENEZUELA COM O BRASIL, 2019, p. 29-30).

De acordo com os dados do 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil (2019) o Governo do Estado de Roraima não apresentou informações detalhadas sobre o acesso dos imigrantes à política de assistência social, ou seja, não é possível analisar quais são os serviços, programas e projetos alcançados pelos imigrantes. Como já narrado nesta tese, de acordo com a pesquisa de campo, o gestor público da Secretaria Municipal de Boa Vita, responsável pela política de assistência social, não autorizou a divulgação das informações sobre o acesso dos imigrantes aos programas e benefícios disponíveis pela Secretaria. Assim, constatou-se que a política de assistência social é uma arena permeada por muita disputa política e conflitos, podendo ser utilizada como meio para incitar a aversão da comunidade local contra os imigrantes, e, por outro lado, carrega em si os meandros políticos de grupos que querem se promover às custas da culpabilização dos imigrantes.

## **TRABALHO E VIDA NO BRASIL**

Com relação à política de trabalho, conforme o 1º Relatório da Comissão Externa Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil (2019) até a sua publicação, em julho de 2019, o Governo do Estado de Roraima não havia respondido sobre as informações referentes ao acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho formal.

Fátima, participante do grupo focal, disse que trabalhou com o marido num sítio do interior do estado e desempenhava as mesmas atividades que o companheiro na lavoura, mas também acumulava outras tarefas, como a limpeza doméstica da propriedade do patrão e do

cômodo em que moravam, além dos cuidados com o filho. Ao analisar a condição da mulher imigrante observa-se que há agravantes no processo de precarização das condições de vida, o que representa a histórica estrutura de desigualdade de gênero presente nas relações sociais.

De acordo com Assis (2018, p. 347) “até meados dos anos 1970, as mulheres permaneceram invisibilizadas nos estudos de migração”. Para Dutra (2018) a feminização da migração é estudada como crescimento do número de mulheres migrantes que se dará a partir da inclusão da categoria “gênero”.

[...] salientamos de forma mais específica, que a dimensão quantitativa sobre a representação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais é um elemento mais antigo do que se costuma associar. Durante longos anos em que o gênero foi praticamente ignorado na análise social das migrações, justamente porque o “neutro” masculino era considerado suficientemente legítimo para representar todos os migrantes (DUTRA, 2018, p. 326).

Assis (2018) aponta que a questão central não é meramente dar “visibilidade” para a mulher nas análises de migração, mas entender como:

[...] o gênero, juntamente com outros marcadores como raça/etnicidade e nacionalidade, afeta as trajetórias migratórias [...] perceber como as relações de gênero marcam os percursos de mulheres e homens migrantes, o momento de migrar, o local, o emprego para onde se direcionam, quem os acolhe e as redes que mobilizam” (ASSIS, 2018, p. 348).

O grupo focal relatou que no Brasil houve uma queda significativa no status social e que a migração se deu por causa do processo inflacionário na Venezuela, o que não possibilitava a aquisição de bens de consumo básico.

Luiza, entrevistada, relatou que seu marido trabalha num contexto em precárias condições, com ausência, inclusive, de equipamentos de proteção, sem registro formal e com longas jornadas de trabalho. Ademais, seu companheiro conta relatos de discriminação e assédio moral no trabalho por ser imigrante. Além disso, a entrevistada disse que os venezuelanos também enfrentam discriminação para conseguir moradia, pois o custo do aluguel é mais alto: a casa onde mora com o filho e com o companheiro custa R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mas por serem venezuelanos pagam R\$ 600,00 (seiscentos reais). Assim, o salário que o companheiro recebe, de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), só dá para as despesas fixas com aluguel e alimentação, o que dificulta o envio de remessas para a Venezuela.

Ainda sobre a vida no Brasil, Luiza afirmou que não conseguiu se adaptar e assim que a situação econômica da Venezuela mudar regressará, principalmente porque sente falta da

família e porque considera que as condições de vida na Venezuela eram melhores, pois as pessoas possuíam casa própria, não pagavam água e luz, ou seja, tinham acesso a melhores serviços e a vida era mais igualitária.

Marcelo, entrevistado, considerou que o mercado de trabalho no Brasil é marcado pela exploração, ausência de garantias trabalhistas e pela precarização. Disse ainda que certa vez fez uma entrevista para engenheiro e o salário oferecido foi de R\$ 900,00 (novecentos reais): “exploração laboral, falta de respeito, me disseram isso ou nada”.

Os relatos do grupo focal seguem a mesma tendência. Fátima, por exemplo, disse que trabalhou com o marido num sítio no interior do estado por aproximadamente um ano em troca de comida e habitação.

Observa-se que a narrativa da entrevistada é consonante com as questões apresentadas no grupo focal, especialmente com relação ao esgotamento das condições de vida no país de origem, bem como as discriminações vivenciadas no Brasil pelo fato de ser imigrante e a ausência de políticas sociais desenvolvidas pela Estado brasileiro para essa população. Como descrito pelo grupo, a entrevistada também faz duas distinções acerca das políticas sociais no Brasil: 1 - o ingresso no país e as exigências da Polícia Federal, as quais são interpretadas como acessíveis; 2 - as políticas sociais para permanência – saúde, assistência social, trabalho, habitação e etc. Reforça-se a ideia de que o segundo eixo sobre as políticas sociais, em geral, não é garantido pelo Estado brasileiro, e identifica-se que o acesso ocorre essencialmente por meio da política de saúde, mais especialmente por meio da política de imunização, enquanto os demais eixos de atenção à saúde não são garantidos, assim como as demais políticas sociais.

Olga, entrevistada, afirmou ainda que apesar das condições de vida difíceis em Boa Vista não pensa em aderir à interiorização para não se afastar ainda mais do seu pai, que ficou na Venezuela. Com relação aos trâmites exigidos para regularização da situação migratória no Brasil ambas entrevistadas informaram que consideram as exigências da Política Federal fáceis de serem cumpridas. Sobre o acesso às políticas sociais no Brasil, Olga disse que trabalha como voluntária no PETRIG e recebe apenas alimentação, mas tem buscado trabalho formal e não consegue. A entrevistada atribuiu a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho à discriminação contra os imigrantes venezuelanos. Rosália falou sobre a política de saúde, dizendo que conseguiu ser consultada e também os medicamentos de que precisa.

Não, bem, eu não recebo nada do governo brasileiro, eu ouvi falar de um cartão que chamam “Caixa” que dão na universidade daqui, mas demora muito; bem, dão [o cartão], mas em 6 meses, imagine, e creio que são 200 [reais] que me disse uma moça, 6 meses esperando, creio que seja melhor seguirmos aqui, lutando. Muitos aqui porque pensam que outros roubam ou fazem coisas e então pensam que todos somos iguais e

não é assim, nos põe para correr: “vai embora, embora, embora” e correm, onde quer que estejamos parados, assim que vamos pedir algo, nos dizem assim: “[vão] embora, embora, venezuelanos não”. Nos dizem isso porque muitos fizeram coisas que não deviam fazer, então como dizem aqui, todos pagam pelo que um faz, mas, como digo, há pessoas boas e pessoas más, não somos todos iguais e merecemos uma oportunidade, mas não os critico em nada porque por uma parte têm sua razão. (OLGA, entrevistada, tradução nossa)<sup>175</sup>.

Eu consegui em um, mas vou na segunda-feira para pedir como que uma autorização para ver se mandam os remédios no hospital principal daqui. (ROSALIA, entrevistada, tradução nossa)<sup>176</sup>.

Nota-se que os relatos das entrevistadas contradizem o discurso institucional do Estado, principalmente com relação à discriminação sofrida por ser imigrante, o que conseqüentemente dificulta o acesso dessa população às políticas sociais. Portanto, a retórica dos gestores públicos sobre a ausência de necessidade de políticas sociais que atendam as especificidades de integração, e sobretudo no enfrentamento à discriminação, é contrária à própria realidade social e não condiz com os princípios norteadores da Nova Lei de Migração.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes: II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares; X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social. (LEI N. 13.445 DE 24 DE MAIO DE 2017).

Dessa maneira, evidencia-se que o Estado brasileiro, ao não considerar as especificidades deste grupo populacional e o próprio arcabouço legal, vem sendo omissivo com as necessidades da população imigrante, o que pode contribuir para eventuais violações de direitos, inclusive atos de xenofobia, conforme já referido pelos imigrantes e outros entrevistados nesta pesquisa – o parlamentar, o docente da UFRR e o representante do Centro de Migração e Direitos Humanos da Diocese de Roraima.

<sup>175</sup> No original: “No, bueno, yo no recibo nada del gobierno brasileño, yo escuché una tarjeta que la llaman Caixa que la dan en la universidad de aquí pero no medio que es muy lejos, muy “longe” pues, y que la dan pero en 6 meses, imagínese, y son creo que 200 que me dijo una muchacha, 6 meses esperando creo que mejor seguimos aquí luchando. muchos aquí porque piensan que otros roban y hacen cosas y entonces piensan que todos somos iguales y no es así, nos corren “vai embora, embora, embora” y corren, donde estemos parados así que vamos a pedir algo así nos dicen “embora, embora, venezolanos no” nos dicen porque muchos hicieron cosas que no debían hacer, entonces como dicen aquí por uno pagan todos, pero como digo hay personas buenas y personas malas no todos somos iguales y merecemos una oportunidad, y bueno pero yo no les critico nada porque tienen por una parte tienen su razón.” (OLGA).

<sup>176</sup> No original: “Yo conseguí en uno, pero me voy para el lunes voy a ver si a pedir una como una autorización para ver si mandan las placas en el hospital principal de aquí.” (ROSALIA).

A partir do referencial teórico adotado nesta tese, bem como da pesquisa de campo foi identificado que as narrativas em torno das políticas sociais apresentam três tendências centrais.

1. A política social é utilizada como estratégia política para desresponsabilizar o Estado e encobrir o histórico de precarização – ausência de estrutura e desfinanciamento – que é anterior à migração, ou seja, por meio da culpabilização do imigrante se atribui a esse sujeito a responsabilidade pelo desmonte das políticas sociais, ao tempo em que se cria um movimento de descontentamento na população local. Consequentemente, fragilizam-se os laços de solidariedade e reconhecimento de classe entre trabalhadores, os quais passam a se ver como concorrentes e a disputar entre si quais necessidades são mais urgentes e quem é “merecedor” ou não do direito. Há, portanto, um véu ideológico politicamente construído que restringe as possibilidades de desenvolver uma consciência coletiva mais ampla, de que não se trata de imigrantes ou nacionais, pois o eixo central deveria ser a unidade para que o Estado direcione as políticas sociais para um caminho de universalização e justiça social, com potencial para reduzir as desigualdades.

2. A política social é entendida como via paternalista, que garante direitos excessivos, gera muitos privilégios e desresponsabiliza os imigrantes. Ou seja, a conjuntura do Estado de Roraima é polarizada entre “nós, os brasileiros” e “eles, os venezuelanos”, portanto, justifica-se criar critérios mais seletivos em que se deve priorizar o acesso às políticas sociais pela nacionalidade. Desenvolve-se assim um nacionalismo exacerbado que impulsiona a construção de estereótipos e estigmas, e que tem como desdobramento o surgimento de algumas atitudes xenofóbicas no estado. Isto indica que o projeto societário hegemônico e neoliberal impulsiona os trabalhadores a disputarem entre si mínimos sociais, já que as políticas sociais devem ser garantidas a uma determinada parcela da sociedade – os nacionais, pois o Outro, visto como óbice, deve se retirar do território, seja por meio do fechamento da fronteira, seja pela aversão e criminalização da sua existência.

3. A terceira perspectiva observada, apesar de não ser hegemônica, se alinha ao reconhecimento do potencial da migração e de que a política migratória brasileira, apesar de suas contradições, possui traços emancipatórios, e por isso sua implementação, se assumida na agenda pública do Estado, pode construir uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a política social é vista como resultado histórico da organização dos trabalhadores e deve voltar-se para as necessidades sociais, sem distinção de acesso por nacionalidade ou origem – aqui, tem-se uma consciência mais coletiva voltada para a valorização dos direitos humanos e da

igualdade. Essa perspectiva é mais presente no discurso de alguns movimentos organizados da sociedade civil e com menos expressão no âmbito do Estado.

O alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil é permeado por contradições e disputas que representam perspectivas antagônicas entre as classes sociais. Ademais, traduzem diferentes projetos societários em que o neoliberalismo, sem dúvidas, acaba por determinar como será o acesso às políticas sociais, o que não quer dizer que seja um processo pacífico e sem tensões – ao contrário, o papel desempenhado pela sociedade civil e por alguns setores estratégicos que compartilham um ideal de sociedade mais emancipada tende a impor determinados limites para as práticas neoliberais.

É nesse contexto que transita a política migratória brasileira, com princípios e diretrizes que contribuem para a emancipação política, mas, em sua materialidade, que se daria por meio das políticas sociais, não está na agenda pública do Estado brasileiro, principalmente em sua atual face neoliberal.

Contudo, a política migratória brasileira estabelecida por meio da Nova Lei de Migração, é avançada neste momento de recrudescimento do neoliberalismo, pois tem como perspectiva a valorização dos direitos humanos e possui como um dos princípios orientadores do Art. 3º, Inciso II, o “repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação”.

Cabe, portanto, ao conjunto de entes federados e à sociedade civil organizada desenvolver estratégias que promovam, em condições de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Dessa forma, em cada nível de governo devem ser desenvolvidas estratégias específicas e em cooperação, para dar respostas à violência contra a população imigrante. Assim, o investimento em educação, campanhas publicitárias de valorização e não criminalização da migração, bem como a construção de uma agenda política que, efetivamente, reconheça os direitos e as garantias previstas na Nova Lei de Migração são instrumentos imprescindíveis para a preservação dos direitos humanos dos imigrantes. Caso contrário, pode-se caminhar para um cenário de violência, estigma e xenofobia, como já descrito neste trabalho.

De acordo com Mármora (2017) historicamente as políticas públicas das migrações internacionais caracterizam-se por: 1- direitos humanos do migrante; 2 - demografia (população escassa ou excedente); 3 - aspectos econômicos ou laborais; 4 - questões étnicas ou culturais; 5 - segurança nacional – social, cultural ou pública; 6 - relações internacionais – integração regional, solidariedade, repressão.

O marco de legitimidade (legalidade, equidade, e transparência) e os instrumentos (informação, normativo e gestão) por meio dos quais os Estados desenvolvem essas políticas constituem a “governança” migratória, a qual se transforma em “governabilidade” na medida em que a sociedade civil é incorporada à definição dessas políticas. (MÁRMORA, 2017, p. 561).

Para Mármora (2017), para garantir a governança migratória, o Estado deve conciliar direitos e necessidades da população migrante e nativa, a partir da integração econômica, social, cultural e política entre ambos. Assim, a identificação da perspectiva de governança de um Estado possibilita conhecer as dinâmicas migratórias e as respostas que o Estado dá a elas.

O Estado tem um vasto campo, externo e interno, no qual se pode debater e buscar consenso no processo de construção de uma governança migratória. Nesse processo, surgem diferentes problemáticas que se vinculam à gestão das migrações, tais como: a globalização das migrações, o custo-benefício das migrações, a participação do migrante e o espaço em que se deve dar a governança migratória, bem como as respostas institucionais expressas nas políticas migratórias.

As políticas de imigração internacional estão orientadas para a entrada e permanência no território nacional de pessoas provenientes de outros países. Essas podem ser de retenção da população num território determinado; de promoção; de regulação, quando buscam atuar sobre os fluxos migratórios populacionais já existentes; de recuperação, orientadas para o retorno ou vinculação dos nacionais no exterior; ou de incorporação do imigrante já estabelecido no território nacional. (MÁRMORA, 2017, p. 562).

Por isso o Estado tem a responsabilidade de pensar estratégias preventivas que envolvam a sociedade de Roraima e suscitem o acolhimento como prerrogativa de valorização e dignidade da pessoa humana. Ademais, os dados da pesquisa indicam que se faz urgente a construção de uma Política Migratória para o Estado de Roraima, com princípios e diretrizes em consonância com a política migratória brasileira. Além disso, é importante ampliar os espaços de controle social, o que pode ser materializado por meio da criação de Comitês Intersetoriais – em nível estadual e municipal – que possam monitorar a implementação da Política Migratória para o Estado de Roraima.

Entretanto, os dados desta pesquisa indicam que apenas a ação organizada de sujeitos políticos em defesa dos direitos dos imigrantes poderá alterar a correlação de forças nesse espaço político – Roraima – e garantir que os direitos consagrados no arcabouço legal brasileiro sejam materializados.

Além disso, os entrevistados também relataram que viveram e/ou conhecem venezuelanos que foram submetidos a precárias condições de trabalho, como, por exemplo,

relações de troca, como trabalho por comida ou trabalho por moradia – nenhum dos entrevistados que exerceu alguma atividade laboral no Brasil foi remunerado sequer com o salário mínimo. Ao contrário, os participantes relataram que eram submetidos a longas jornadas, em locais insalubres, sem equipamentos de proteção individual e sem direitos trabalhistas. Além disso, o grupo relatou que qualquer menção a buscar direitos ou questionar as condições de trabalho era refutada ora pelo discurso de que havia outros imigrantes que queriam a vaga de trabalho, ora pela retórica de que o empregador fazia uma espécie de favor aos imigrantes porque podiam comer ou ter um abrigo para passar a noite.

Evidencia-se com a narrativa do grupo de que havia discriminação e preconceito no acesso ao mercado de trabalho por se tratar de uma pessoa imigrante, o que contraria o discurso institucional dos gestores públicos de que não há diferença no acesso às políticas sociais no Brasil pelos imigrantes e por isso não se justificaria criar políticas específicas que contemplem as particularidades do grupo. Essa retórica mostrou-se infundada com a realidade descrita pelo grupo pois, ao contrário, há discrepância de acesso: não se trata de afirmar que a população de Roraima também não vivencie situações semelhantes às narradas, mas a condição de ser imigrante agravará ainda mais o processo de super exploração.

#### **5.4 Os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”**

Aqui se apresenta a síntese dos resultados obtidos a partir da aplicação do questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)” aos imigrantes venezuelanos. O questionário foi aplicado pela pesquisadora com o apoio da assistente de pesquisa entre os meses de novembro e dezembro de 2019 na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, totalizando um universo de 114 participantes. O objetivo central foi compreender como se dá o acesso às políticas sociais no Brasil. Dessa forma, agregou-se um primeiro eixo com informações sobre o perfil dos entrevistados – idade, etnia/cor, sexo, estado civil e escolaridade. Após a apresentação do perfil socioeconômico dos imigrantes venezuelanos que responderam ao questionário de acordo com o primeiro eixo, são apresentadas informações sobre a vida deles na Venezuela – trabalho, tipo de vínculo empregatício, região de moradia, habitação, decisão de migrar para o Brasil e a forma como ocorreu o deslocamento. Logo após, há um bloco de questões específicas com relação ao acesso dos imigrantes às políticas sociais no Brasil: saúde, assistência social, assistência jurídica,

educação e trabalho.

### **Perfil social dos imigrantes**

Conforme Cavalcanti et al. (2017), as migrações internacionais na atualidade tornam-se cada vez mais complexas, especialmente porque estão profundamente relacionadas com o avanço do capitalismo, do colonialismo e os arranjos de poder e desigualdade que expressam hierarquias étnico-raciais, de gênero e socioculturais.

Por outro lado, Estados nacionais caracterizados pela imigração se transformam, em pouco tempo, em países exportadores de mão de obra ou vice-versa. Outras áreas do planeta se tornam lugares de trânsito, já que os migrantes não se movem necessariamente entre os dois países, do A para o B. As migrações não se dão unicamente em jornadas lógicas ou pela rota mais próximas entre dois países. E a categoria migrante deve ser entendida de forma ampla, já que atualmente são diversificados os motivos e as formas das migrações: trabalho (temporário ou permanente), trânsito, união familiar, causas ambientais, aposentadoria, estudo, aspectos afetivos, gênero, conflitos e guerras, entre outros. (CAVALCANTI et al., 2017, p. 12).

De acordo com o Inventário de Migração Internacional 2019 produzido pela Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA) da ONU o número de migrantes internacionais em 2019 chegou a 272 milhões, um acréscimo de 51 milhões de imigrantes desde 2010, o que equivale a 3,5% da população mundial. Conforme os dados divulgados, em 2019 a Europa recebeu 82 milhões de imigrantes – a maior quantidade – logo em seguida a América do Norte, com 59 milhões e o Norte da África e Ásia Ocidental somando 49 milhões.

Quanto ao destino, aproximadamente metade dos imigrantes moram em dez países, sendo que os Estados Unidos lideram o ranking, com 51 milhões de migrantes internacionais. Em segundo e terceiro lugar estão a Alemanha e a Arábia Saudita com 13 milhões cada um, seguidos pela Rússia (12 milhões), Reino Unido (10 milhões), Emirados Árabes Unidos (9 milhões), Austrália, França e Canadá (cerca de 8 milhões cada um) e Itália (6 milhões). Em relação ao país de nascimento dos imigrantes, os dados indicam que um terço é proveniente de apenas 10 países: em primeiro lugar está a Índia com 18 milhões de emigrantes, seguido do México com 12 milhões, em terceiro lugar as nacionalidades chinesa com 11 milhões, russa com 10 milhões e síria com 8 milhões.

Sobre a presença de migrantes internacionais nas regiões geográficas, a América Latina, por exemplo, tem as menores proporções com 1,8%, seguido do Centro e Sul da Ásia com 1,0%

e Leste e Sul Asiáticos, com 0,8%. Assim, é possível observar que a América Latina não é uma região com expressiva atração de migrantes internacionais.

Outro dado relevante divulgado pelo Inventário de Migração Internacional de 2019 da ONU é que a maior parte dos migrantes internacionais transita entre países da mesma região de origem. Com relação ao gênero há praticamente uma equiparação, pois 48% dos que migram são mulheres. No cômputo total de migrantes internacionais a presença das mulheres é mais expressiva na América do Norte com 52% e na Europa com 51%, e menor na África Subsaariana (47%), Norte da África e Oeste da Ásia (36%). O expressivo fluxo de mulheres imigrantes é um fato histórico, apesar de apenas recentemente – final do século XX – aparecer nas análises acerca da migração internacional, embora a migração interna de mulheres não seja um fato novo (DUTRA, 2018).

Para Cavalcanti et al. (2017) as migrações internacionais não ocorrem apenas na direção Sul-Norte, mas há também migrações Sul-Sul (MSS) muito expressivas e diversificadas. Conforme Babic (2017), é difícil definir o “Sul”, inicialmente, porque os estudos existentes tratam da definição de Sul em relação ao Norte, referindo-se ao grau de desenvolvimento das sociedades, em que o Sul estaria em desvantagem no tocante ao Norte. Além disso, o que dificulta a definição é o fato de que só recentemente a análise da migração Sul-Sul apareceu, mas continua escassa, e quando é retratada diz respeito a casos específicos de algum país ou região.

Com isso, Babic (2017) esclarece que a literatura atual indica que as causas e padrões contemporâneos de migração Sul-Sul estão inteiramente ligados a questões políticas, econômicas e sociais dos processos de constituição desses territórios, apesar de os estudos reconhecerem uma variedade de causas, sendo as mais comuns pobreza, mobilidades de baixo custo, rendas diferenciais, proximidades e redes, condições políticas, educacionais e fatores ambientais.

Além disso, de acordo com Ratha, menores diferenciais de renda, fronteiras precárias, custos mais baratos de emigração, trabalho na agricultura, bem como os vários estágios do processo de urbanização incentivaram mobilidades sazonais e temporais dentro da MSS (PELEGRINO, 2008; RATHA; SHAW, 2007). Por outro lado, Ellis (2003) recomenda que o movimento adjacente deva ser separado de outros deslocamentos devido aos conflitos e guerras étnicas, enquanto Bastia (2013) reconhece a importância desses movimentos na presença das migrações internas nas MSS. (BABIC, 2017, p. 480).

Para Cavalcanti et. al (2017) a migração Sul-Sul vem aumentando nos últimos anos e o Brasil, desde 2010, tem recebido diferentes fluxos migrantes de países do Sul global, como por exemplo os haitianos, cubanos, senegaleses e atualmente os venezuelanos. É certo que o

fenômeno das migrações internacionais é complexo e multicausal, portanto, conhecer o perfil dos imigrantes é imprescindível para a construção de políticas sociais mais condizentes com a realidade deste público.

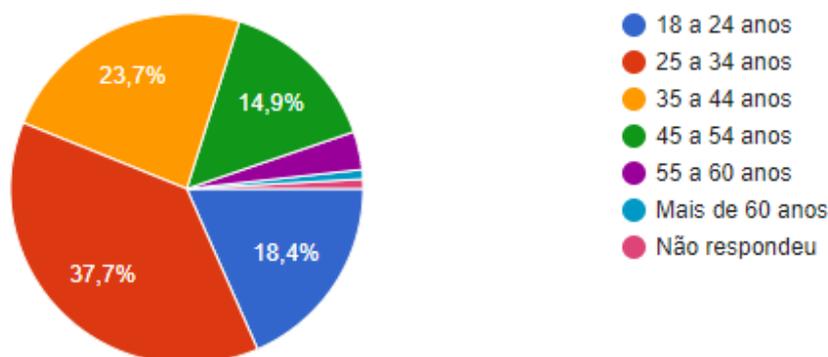
Nas páginas seguintes, será apresentado o resultado na aplicação do questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”.

O Gráfico 1, abaixo, apresenta a idade dos participantes da pesquisa, e os dados indicam que se trata de uma migração predominantemente composta por jovens e adultos – faixa etária de 18 a 24 e 25 a 34 anos de idade – que, somados, representam, 61,4% do total de pessoas entrevistadas, ou seja, pessoas em idade laboral. Dessa forma, Boa Vista passa a ter mais pessoas disponíveis para o trabalho e, de forma contraditória, isso pode ser politicamente utilizado para desarticular os próprios trabalhadores, por meio do impulso à concorrência por uma vaga de trabalho e também como “justificativa” para rebaixar os salários. Por outro lado, se levado em consideração o potencial da migração é possível que o território se torne dinamicamente produtivo, favorecendo o crescimento da região.

**GRÁFICO 1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR IDADE (2019)**

Idade

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

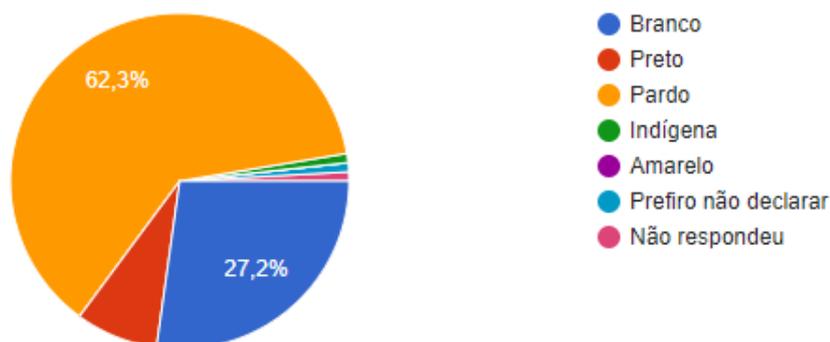
Elaboração: própria/Ano: 2019

O Gráfico 2, a seguir, refere-se à etnia/cor dos imigrantes venezuelanos no Brasil, sendo que 62,3% se autodeclararam pardos, seguidos de 27,2% brancos, o que representa um total de 89,5% dos entrevistados, ou seja, somando-se as demais categorias – preto, amarelo, indígena e pessoas que não declararam – totalizou-se 10,5%. A prevalência de pessoas pardas caracteriza a migração nessa amostra, e pelo histórico de preconceito racial persistente no Brasil é possível que esse quesito – quantidade expressiva de pessoas pardas – adense ainda mais os estereótipos e estigmas com relação à migração venezuelana.

## GRÁFICO 2 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR ETNIA/ COR (2019)

Etnia/ Cor

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociais para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

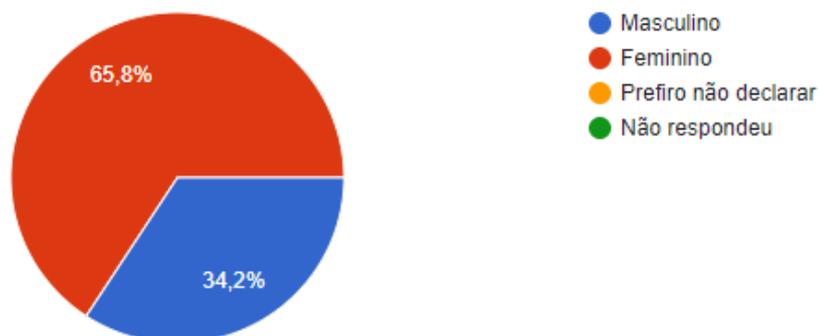
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 3, apresentado na próxima página, se refere ao sexo dos imigrantes: 65,8% se declararam mulheres e 34,2% são homens, mas é necessário ressaltar que não se trata de uma generalização, ou seja, não é possível afirmar que a migração venezuelana seja majoritariamente feminina. Contudo, é possível indicar que a pesquisa alcançou um público expressivo de mulheres, e variáveis como quantitativo de pessoas envolvidas na aplicação do questionário, bem como os critérios para escolha de horários e locais mais seguros para a equipe de pesquisa aplicar o questionário podem ter influenciado no resultado, mas não propositalmente. É preciso levar em consideração que o foco essencial da pesquisa foi ter a maior amostra possível de pessoas que pudessem fornecer dados sobre o acesso às políticas sociais.

### GRÁFICO 3 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR SEXO (2019)

Sexo

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

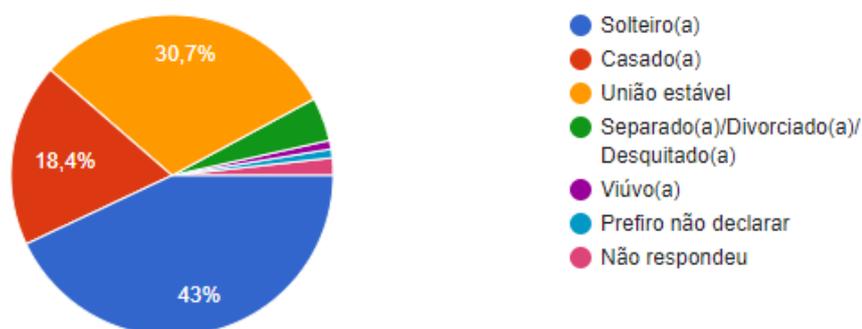
Elaboração: própria/Ano: 2019

O Gráfico 4 apresenta o estado civil dos entrevistados; somando-se casados e pessoas que vivem em união estável tem-se 49,1% e há uma parcela expressiva de pessoas solteiras (43%), enquanto outras categorias como viúvos, separados/divorciados e pessoas que não declararam somam 7,9%.

### GRÁFICO 4 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR ESTADO CIVIL (2019)

Estado civil

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

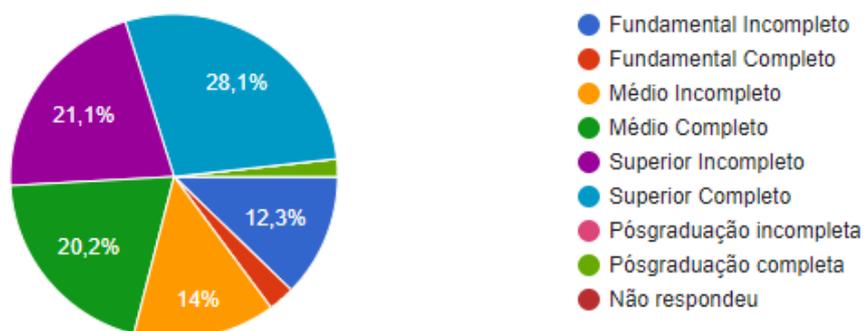
Elaboração: própria/Ano: 2019

O Gráfico 5, abaixo, refere-se ao nível de escolaridade dos entrevistados. Conforme os dados, 28,1% possui o ensino superior completo e 20,2% possui nível médio completo. Além disso, 21,1% possui o ensino superior incompleto, ou seja, 69,4% dos entrevistados tinha pelo menos o ensino médio completo quando deixou a Venezuela. Dessa forma, este dado indica que em Boa Vista há uma quantidade muito expressiva de imigrantes que possuem algum tipo de qualificação profissional, o que é contrário ao discurso institucional de que o estado retém apenas os imigrantes menos escolarizados. Contudo, é possível que com a falta de dinamismo da região e o desaquecimento da economia, que poderiam se transformar por meio da incorporação desses profissionais, alguns optem pela interiorização por serem atraídos para melhores oportunidades.

**GRÁFICO 5 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR ESCOLARIDADE (2019)**

Escolaridade

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

### Vida na Venezuela

O Gráfico 6 se refere ao exercício de trabalho remunerado na Venezuela, onde 69,3% dos entrevistados informou que desenvolvia trabalho formal, enquanto 25,4% disseram que trabalhavam de forma informal; apenas 5,3% não responderam à questão.

Contudo, o salário venezuelano em reais era o equivalente a até meio salário mínimo brasileiro, ou seja, R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais – ano de referência 2019). Assim, é possível observar que apesar de 94,7% das pessoas informarem que trabalhavam na

Venezuela, o salário efetivo – mesmo com a diferença de câmbio da moeda – era muito desvalorizado, ou seja, do universo de pessoas que participaram da pesquisa o problema central que motivou a migração não foi o desemprego, mas sim a desvalorização real do salário.

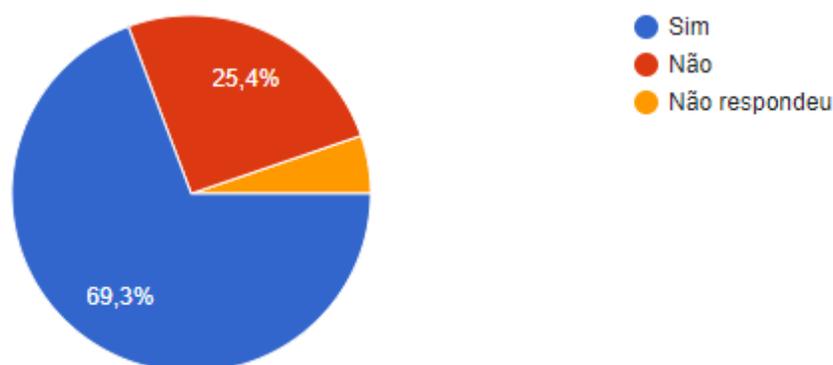
Esse dado também apareceu nas entrevistas com os imigrantes, pois foi relatado que a migração não se deu por uma questão de desemprego generalizado, apesar dessa situação existir, mas, sobretudo, porque os proventos não eram suficientes para adquirir produtos básicos, como alimentos, por exemplo, consequência da hiperinflação do país.

Isto posto, é possível observar que os participantes da pesquisa possuíam alguma atividade remunerada na Venezuela, ou seja, este dado também desconstrói o estigma de que os imigrantes não trabalhavam e viviam do auxílio do governo venezuelano.

#### **GRÁFICO 6 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR TRABALHO REMUNERADO NA VENEZUELA (2019)**

Exercia algum trabalho remunerado na Venezuela?

114 respostas



Fonte: “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

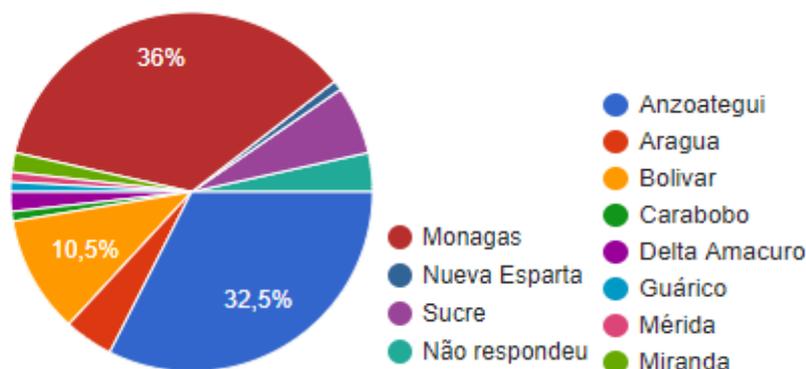
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 7 se refere ao estado de onde os imigrantes partiram, sendo que os estados de Monagas (36%), Anzoátegui (32,5%) e Bolívar (10,5%) representam 79% do fluxo migratório. É importante lembrar que Roraima faz fronteira com o estado de Bolívar e este está ao sul dos estados de Anzoátegui e Monagas. Com isso, é possível observar que Roraima acaba atraindo a parte dos imigrantes dos estados da Venezuela que ficam próximos. Ademais, as cidades de onde partiram o maior fluxo de migratório são as capitais do estado de Monagas e Anzoátegui, respectivamente, Maturín (30,7%) e El Tigre (7,9%).

### GRÁFICO 7 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR ESTADO DE ORIGEM DOS IMIGRANTES (2019)

Região em que vivia na Venezuela (Estado)

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

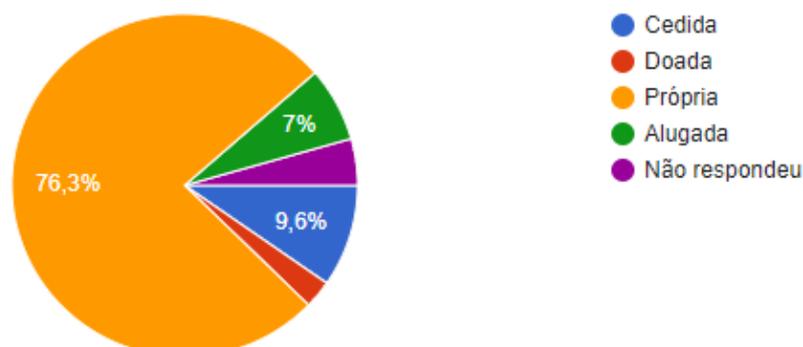
Acerca de com quem os imigrantes viviam na Venezuela, os dados indicam que 92,1% moravam com familiares e apenas 7% sozinhos, ou seja, entre o grupo que participou da pesquisa há uma característica marcante de reunião familiar no país de origem.

O Gráfico 8, apresentado na página a seguir, se refere ao tipo de moradia na Venezuela: 76,3% dos participantes informaram que residiam em casa própria, 7% de aluguel e apenas 9,6% em habitação cedida. Esse é um dado muito importante que aparece nas entrevistas feitas com os imigrantes, pois o custo do aluguel no Brasil é considerado muito dispendioso e por serem imigrantes muitas vezes necessitam pagar mais que um brasileiro pagaria. Dessa forma, a maior parte do dinheiro que conseguem obter no Brasil é para essa despesa, o que acaba inviabilizando ou restringindo o envio de remessas para Venezuela, ao mesmo tempo em que revela o aprofundamento do preconceito e discriminação vivenciados por esta população no Brasil.

### GRÁFICO 8 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR TIPO DE MORADIA NA VENEZUELA (2019)

Tipo de moradia na Venezuela?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociais para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

Com relação aos motivos para a migração, mais de 60% dos entrevistados afirmaram que foi por causa da crise econômica, seguida pela ausência de alimentação, trabalho e medicamentos. Quanto aos motivos para ter escolhido o Brasil, a maior parte declarou que escolheu pela proximidade com a região que morava, em segundo lugar para buscar melhores condições de vida e em terceiro porque já tinham rede de apoio – família e amigos – no Brasil.

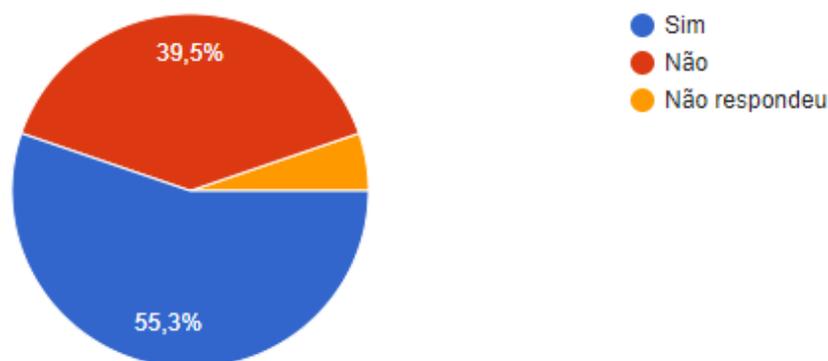
Sobre o histórico de migração – se o imigrante já havia vivido em outro país antes de migrar para o Brasil – 97,4% dos entrevistados disseram que não, ou seja, uma característica desse grupo é que se trata do primeiro grande êxodo, inclusive nas entrevistas realizadas esse aspecto aparece com muita recorrência.

O Gráfico 9 apresenta o resultado da questão do retorno, isto é, se o imigrante tem interesse em voltar para Venezuela, onde 55,3% informaram que sim e 39,5 disseram que não; apenas 5,2% não responderam. Dessa forma, é possível observar que a maioria dos imigrantes tem interesse em voltar para Venezuela, o que pode ser explicado por causa da ausência de histórico de migração, bem como pelos vínculos – familiares, sociais e afetivos– existentes no país.

### GRÁFICO 9 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO INTERESSE DE RETORNO PARA VENEZUELA (2019)

Você tem interesse em voltar para a Venezuela?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

Sobre a rede de apoio no Brasil antes da migração, 70,2% dos entrevistados disseram que já possuíam familiares, amigos ou conhecidos no Brasil, ou seja, o apoio exercido pela rede foi um fator que influenciou o fluxo migratório para o Brasil. Além disso, 64,9% disseram que tinham um lugar para ficar no Brasil antes da migração, enquanto 32,5% informaram que não. Esse dado pode ser justificável porque dentre os participantes da pesquisa a maioria era composta por mulheres que vieram para acompanhar seus familiares – maridos e outros – que já haviam migrado.

Acerca de possíveis dificuldades para sair da Venezuela, 67,5% informaram que não tiveram nenhum empecilho, enquanto 28,1% afirmaram que sim. Quanto às principais dificuldades, 77,8% disseram que foi o dinheiro para o deslocamento, em segundo lugar a insegurança no trajeto até o Brasil, em terceiro lugar problemas com a documentação. Ademais, sobre o trânsito até o Brasil, 98,2% dos imigrantes relataram que chegaram por via terrestre e apenas 1,8% de avião.

#### Situação migratória no Brasil

Em relação à situação migratória no Brasil, 64,9% dos entrevistados informaram que possuíam o visto de residência temporária, 29,8% tinham o protocolo de refúgio e 4,4% eram residentes permanentes. Sobre o conhecimento dos diferentes tipos de vistos, as formas de

entrada e permanência no Brasil, 71,1% declarou que não tinha qualquer conhecimento antes de migrar. Sobre o tratamento da Polícia Federal, mais de 90% dos entrevistados disseram que o atendimento foi bom ou ótimo. O que é um dado muito expressivo, ou seja, percebe-se com isso que a instituição caminha conforme os princípios preconizados pela Nova Lei de Migração. Acerca da documentação exigida para entrada no Brasil, 69,3% informaram que possuíam os documentos necessários.

A Lei 13.445/2017, em seu Art. 3º, Inciso V, estabelece como um dos princípios da política migratória brasileira a “promoção de entrada regular e de regularização documental”. Portanto, é notório que no período de realização da pesquisa esse princípio estava sendo garantido. Contudo, a entrada e a regularização, apesar de serem imprescindíveis para a garantia dos direitos humanos, não é suficiente, e sua análise deve ser compreendida no conjunto mais amplo de estratégias que envolvem a política migratória brasileira e o acesso dos imigrantes às políticas sociais que possibilitarão a permanência no Brasil em condições de igualdade com os nacionais.

### **Acesso às Políticas sociais conforme a Lei N. 13.445 de 2017**

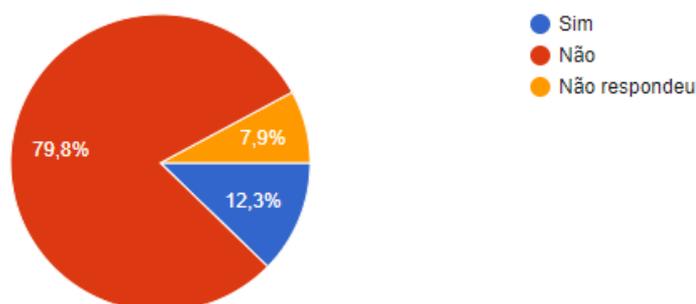
#### **Educação**

O Gráfico 10, na página seguinte, se refere ao acesso à educação em nível de qualificação profissional – técnico ou aperfeiçoamento – incentivado ou promovido pelo Governo Federal. 79,8% declararam que não tinham conhecimento de ações desenvolvidas pelo Governo Federal e apenas 12,3% informaram que já ouviram falar. Esse dado também aparece nas entrevistas e no grupo focal, ou seja, há uma tendência de que o ingresso no Brasil e os trâmites migratórios para regularização no país sejam mais facilitados, mas após o ingresso observa-se a ausência do Governo Federal na provisão de políticas sociais, como será visto a seguir.

**GRÁFICO 10 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PELO GOVERNO FEDERAL (2019)**

EDUCAÇÃO: Você conhece algum programa do governo federal que incentiva a capacitação dos imigrantes?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

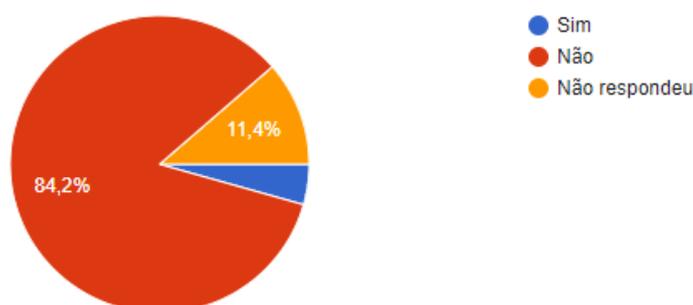
Elaboração: própria/Ano: 2019

O Gráfico 11, apresentado na próxima página, os dados com relação ao acesso à educação em nível de qualificação profissional – técnico ou aperfeiçoamento – incentivado ou promovido pelo governo de Roraima ou pelo município de Boa Vista: 84,2% declaram que não tinham conhecimento de ações desenvolvidas pelo estado e pelo município e apenas 4,4% informaram que já ouviram falar. Os dados indicam que há ausência do estado e do município nesse quesito, e quando comparado com o Governo Federal os dados indicam que em âmbito local há menos conhecimento por parte dos imigrantes do que em nível federal.

**GRÁFICO 11 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PELO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA E MUNICÍPIO DE BOA VISTA (2019)**

EDUCAÇÃO: Você conhece algum programa do governo estadual ou municipal que incentiva a capacitação dos imigrantes?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

Acerca do conhecimento sobre algum projeto ou programa de ensino de português, 64,9% informaram que conheciam ou já ouviram falar, enquanto 29,8% disseram que não, ou seja, é possível observar que o alcance dos imigrantes à educação se dá, essencialmente, por meio do ensino de português, o que é muito importante, tendo vista que o idioma é imprescindível para ampliar os níveis de integração entre o imigrante e a sociedade de acolhida. Contudo, apesar de ser uma política conhecida é preciso ressaltar que é necessário ser assumida pelo Estado, a fim de garantir a continuidade do serviço, ampliação da oferta, monitoramento da qualidade e disponibilização em lugares estratégicos, condizentes com a realidade do território.

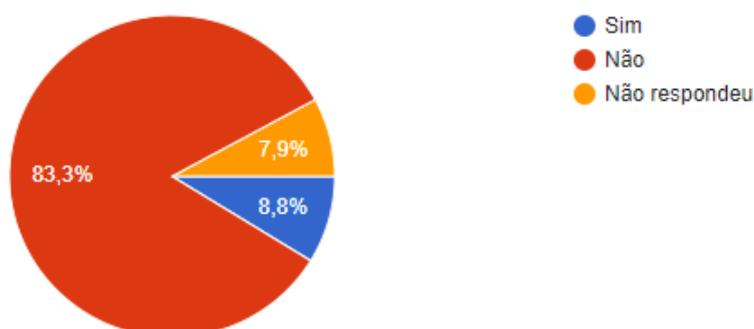
O Gráfico 12 apresenta o resultado da questão sobre a intenção dos imigrantes em revalidar os estudos de nível superior no Brasil. Apenas 8,8% disseram que sim, o que é uma taxa pouca expressiva, se levado em consideração apenas o percentual de pessoas com nível superior completo, que é de 28,1% – exceto as pessoas que possuem pós-graduação completa. Ademais, sobre as exigências por parte das universidades brasileiras para os imigrantes revalidarem os estudos no Brasil, 52,6% declararam que não consideram acessíveis, ou seja, esse dado com certeza incide na busca de revalidação do diploma de nível superior, inclusive nas entrevistas e no grupo focal ficou claro que os critérios excessivos exigidos aos imigrantes,

em especial nas condições em que ocorreu a migração venezuelana, são considerados desproporcionais.

### GRÁFICO 12 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO INTERESSE NA REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS (2019)

EDUCAÇÃO: Você tem intenção de revalidar seus estudos em alguma universidade brasileira?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

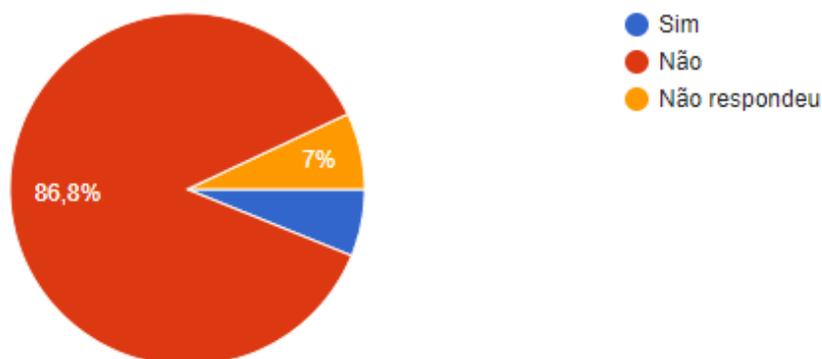
### Assistência Jurídica

O Gráfico 13, apresentado na próxima página, refere-se ao acesso dos imigrantes à assistência jurídica no Brasil, em diversos âmbitos, e 86,8% responderam que nunca acessaram, 7% não responderam e apenas 6,2% informaram que já acessaram, ou seja, apesar de ser importante, pois abrange uma série de medidas para materializar os direitos sociais, essa política ainda é pouco expressiva no cotidiano dos imigrantes alcançados por esta pesquisa.

### GRÁFICO 13 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO ACESSO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO BRASIL (2019)

ASSISTÊNCIA JURÍDICA: Você já acessou alguma assistência jurídica no Brasil?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

## Trabalho

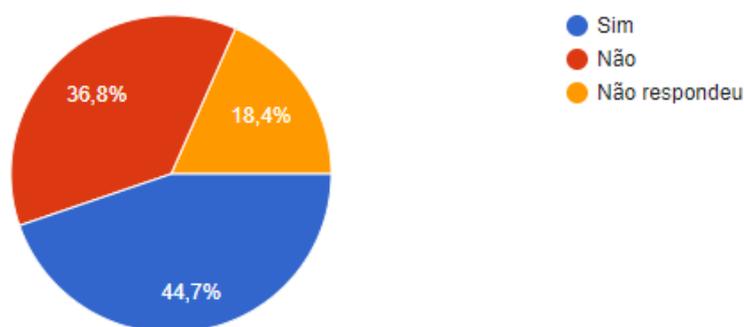
O Gráfico 14 se refere à possível dificuldade que os imigrantes tiveram para assumir um emprego no Brasil por serem imigrantes: 44,7% responderam que sim e 36,8% disseram que não. Com isso, é possível observar que um quantitativo expressivo de imigrantes tem dificuldade para conseguir trabalho no Brasil pelo fato de serem imigrantes, ou seja, é possível observar que o estigma com relação à migração é uma realidade persistente e influencia no acesso ao trabalho. Esse aspecto também foi relatado durante as entrevistas. Além disso, 50% dos participantes da pesquisa que estão empregados disseram que não há diferença de tratamento no ambiente de trabalho, enquanto 35,1% afirmaram que sim. Esse dado, portanto, contradiz o discurso institucional de que não há qualquer tipo de discriminação para o imigrante acessar o mercado de trabalho no Brasil.

Outro quesito relevante refere-se ao conhecimento dos direitos dos trabalhadores no Brasil. 43,9% disseram que não tinham conhecimento, 36% possuíam algum nível de informação a respeito e apenas 11,4% declararam que conhecem.

**GRÁFICO 14 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELA DIFICULDADE DE ACESSO AO TRABALHO POR SER IMIGRANTE (2019)**

TRABALHO: Alguma vez você impedido de assumir emprego no Brasil por causa de ser imigrante?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

### Serviços Bancários

Dentre os entrevistados, 76,3% declararam que nunca ter tentaram abrir uma conta bancária no Brasil. Entre os que já tentaram, 7% disseram que tiveram dificuldades para resolver questões bancárias por serem imigrantes.

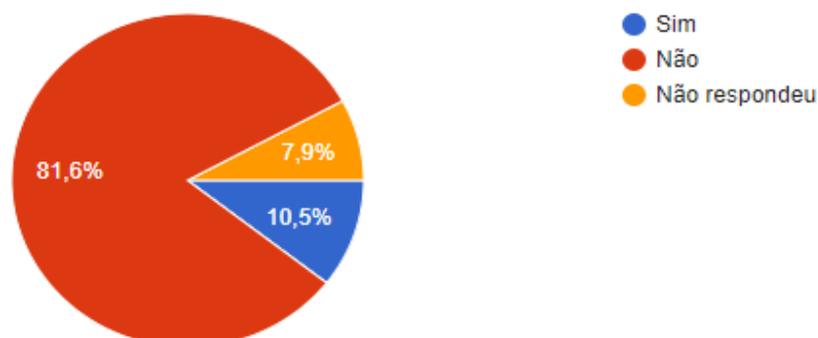
### Assistência Social

O Gráfico 15, a seguir, apresenta dados acerca do acesso à política de assistência social; especificamente com relação ao recebimento de recursos financeiros por parte do governo, 81,6% disseram que não tiveram acesso e apenas 10,5% afirmaram que sim, ou seja, a cobertura de repasse de recurso, por meio de programas de transferência de renda é pouco expressiva quando comparada às necessidades desse grupo populacional. Dessa maneira, não é possível sustentar a retórica de que os imigrantes estariam tendo muitos “direitos”, como narrado pelos gestores públicos.

**GRÁFICO 15 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR REPASSE DE RECURSO PELO GOVERNO (2019)**

ASSISTÊNCIA SOCIAL: Recebe alguma ajuda financeira por parte do governo?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

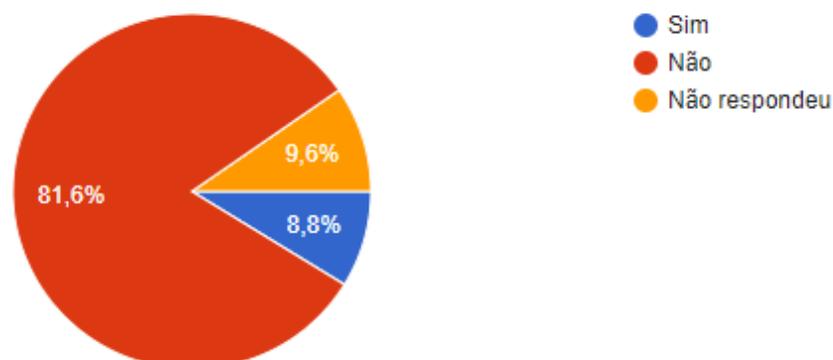
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 16 faz referência ao acesso dos imigrantes ao Programa Bolsa Família, e apenas 8,8% dos entrevistados informaram que recebem. o percentual é pouco expressivo se levarmos em consideração as necessidades dos imigrantes.

**GRÁFICO 16 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO ACESSO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2019)**

ASSISTÊNCIA SOCIAL: Programa de Bolsa Família.

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

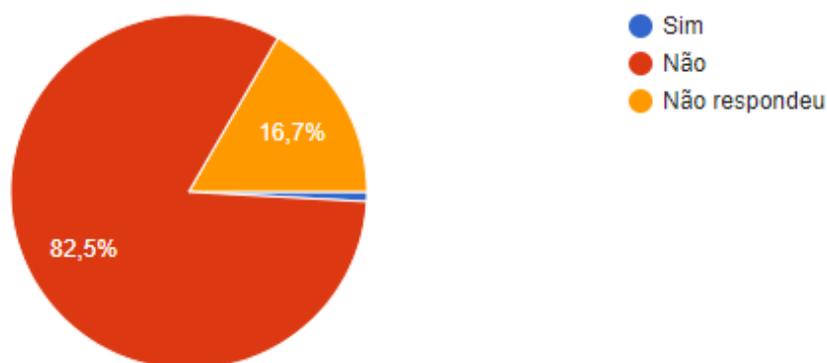
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 17 diz respeito ao acesso dos imigrantes ao Benefício de Prestação Continuada<sup>177</sup> (BPC), destinado para pessoas com deficiência ou idosos maiores de 65 anos de idade, e que em ambos os casos deve se destinar àqueles que não possam prover o seu próprio sustento e também não possam ser sustentados por sua família. Assim, 82,5% dos participantes da pesquisa responderam que não acessam e outros 16,7% não responderam à questão, ou seja, menos de 1% dos entrevistados recebem o BPC. O BPC é um benefício com critérios mais restritivos e seu alcance conseqüentemente é menor, contudo, mesmo entre as pessoas elegíveis, uma série de documentos comprobatórios são necessários, o que pode também restringir ainda mais o acesso.

### GRÁFICO 17 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO ACESSO AO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (2019)

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL: Benefício de Prestação Continuada

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

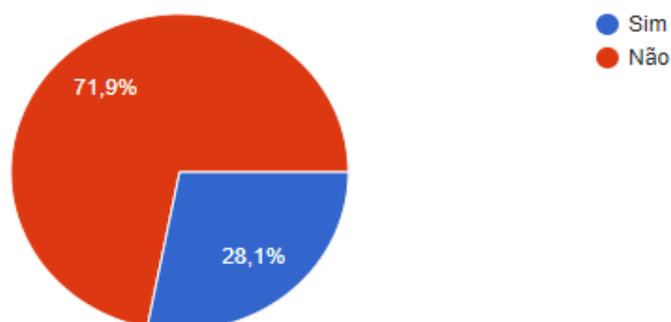
O Gráfico 18 se refere ao acesso dos imigrantes ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ou seja, se os imigrantes já foram atendidos nesse serviço. 28,1% disseram que sim e 71,9% declararam que não. Como já dito nesta tese, o CRAS é a porta de entrada para o acesso à política de assistência social, seus programas e benefícios, donde se conclui que o percentual de imigrantes que já foram atendidos nesse serviço ainda é pouco expressivo.

<sup>177</sup> MPF. CONHEÇA MAIS SOBRE O BPC. UM DIREITO GARANTIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/previdencia-social/cartilha\\_BPC\\_MDS\\_previdencia.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/previdencia-social/cartilha_BPC_MDS_previdencia.pdf). Acesso em: 28 mar. 2020.

**GRÁFICO 18 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO ACESSO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) (2019)**

ASSISTÊNCIA SOCIAL: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

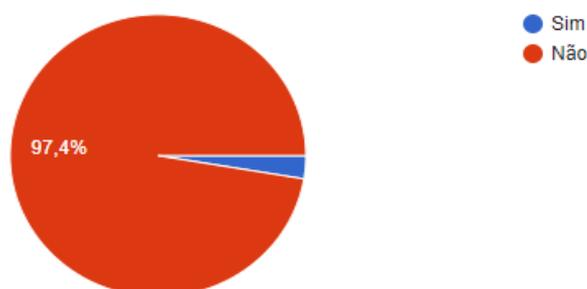
Elaboração: própria/Ano: 2019

O Gráfico 19 apresenta o acesso dos imigrantes ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), apenas 2,6% declararam que já foram atendidos nesse serviço. Por se tratar de um serviço especializado – violações de direitos e outros – seu alcance é menor do que o do CRAS, mas, ainda assim, o percentual de pessoas atendidas é pequeno, haja vista que há uma quantidade expressiva de relatos sobre violação de direitos.

**GRÁFICO 19 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO ACESSO AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) (2019)**

ASSISTÊNCIA SOCIAL: Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/Ano: 2019

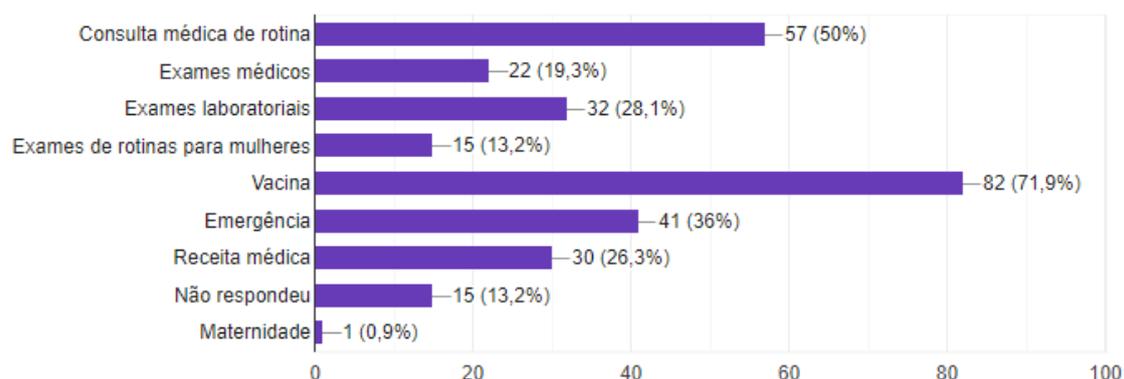
## Saúde

O Gráfico 20 mostra quais foram os serviços mais acessados pelos imigrantes no âmbito do Sistema Único de Saúde: 71,9% foram alcançados pela política de imunização, seguido de consultas médicas (50%) e em terceiro lugar emergência em hospital (36%). É possível que a mesma pessoa tenha acessado mais de um serviço, mas fica evidente que há acesso aos diferentes níveis de saúde, o que não quer dizer que as demandas apresentadas tenham sido atendidas em sua integralidade, bem como que não houve dificuldades na prestação do atendimento. Um dado importante é que 87,7% dos entrevistados informaram que possuem o Cartão do SUS.

### GRÁFICO 20 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO ACESSO AOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (2019)

SAÚDE: Você já foi atendido por algum serviço de saúde pública?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/ Ano: 2019

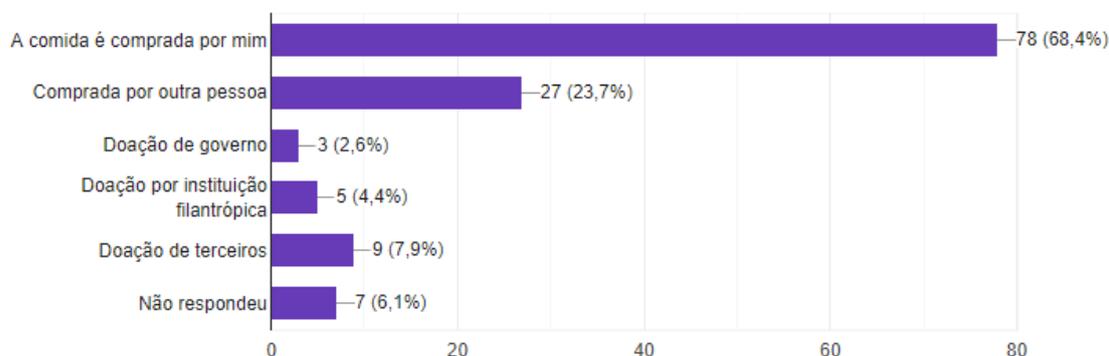
## Segurança Alimentar

O Gráfico 21 se refere ao acesso à segurança alimentar e nutricional: 68,4% declararam que compram sua própria comida, em 23,7% dos casos a alimentação é comprada por terceiros, enquanto doações por parte da sociedade civil e do estado representam 14,9%, ou seja, majoritariamente, os próprios imigrantes adquirem seu alimento, dado que indica que os imigrantes constroem também estratégias de sobrevivência para além da assistência oferecida pelo Estado, ou seja, possuem capacidade de agência de suas próprias vidas.

## GRÁFICO 21 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELA SEGURANÇA ALIMENTAR (2019)

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: Como você tem acessado a sua alimentação?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/ Ano: 2019

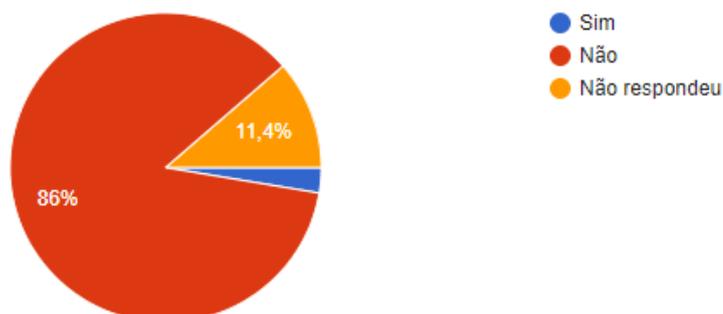
O Gráfico 22, na página seguinte, diz respeito ao acesso à alimentação diretamente disponibilizada pelo estado de Roraima ou pelo município de Boa Vista por meio do fornecimento de cestas básicas. A cesta básica se insere no âmbito do Sistema Único de Assistência Social como Benefício Eventual<sup>178</sup>. Conforme o Art. 7º do Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, os Benefícios Eventuais destinam-se a sanar uma situação de vulnerabilidade temporária, que se caracteriza “pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar”. Dessa forma, é uma política temporária e imprescindível para enfrentar situações de risco social. Dentre os entrevistados 86% informaram que não recebem e 11,4% não responderam à questão; apenas 2,6% disseram que acessam essa política. Esse dado é muito alarmante, pois trata-se de uma estratégia imprescindível para minimizar os riscos decorrentes de situações emergenciais, e, portanto, seu alcance entre essa população deveria ser mais amplo.

<sup>178</sup> Para mais informações sobre os Benefícios Eventuais ver: DECRETO Nº 6.307, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm)>. Acesso em: 28 de mar. 2020.

## GRÁFICO 22 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO EVENTUAL (CESTA BÁSICA) (2019)

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: Você já recebeu alguma cesta de alimentação básica do governo?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/ Ano: 2019

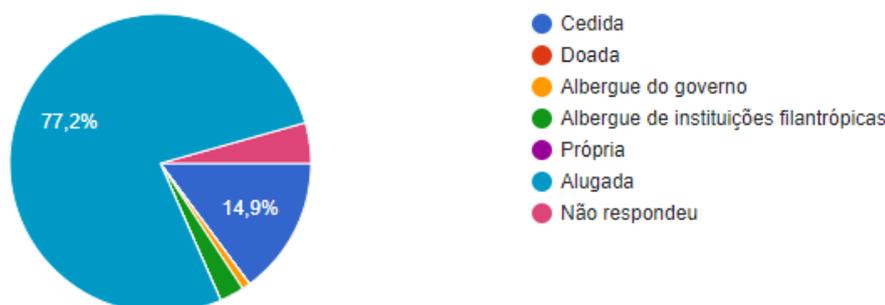
Sobre com quem o imigrante reside no Brasil, 72,8% informaram que moram com a família, e em segundo lugar, 14% vivem em abrigos (refúgio). Dessa forma, é possível observar que a maior parte dos entrevistados possui rede de apoio e uma característica desse grupo é a reunião familiar.

O Gráfico 23, a seguir, apresenta o tipo de moradia no Brasil. 77,2% disseram que residem em imóveis alugados e 14,9% em habitações cedidas. É possível observar que há capacidade de agência e de auto-organização dos imigrantes – entre os entrevistados apenas 7,9% reside em abrigos ou instituições filantrópicas. Por outro lado, esse dado demonstra uma realidade muito diferente da que os imigrantes vivenciavam na Venezuela, pois 76,3% declaram que tinham moradia própria. Com certeza esse é um fator que além de mudar o status social dessa população interfere na sua qualidade de vida no Brasil, pois como será visto a seguir, a renda média do imigrante é de meio salário mínimo e os entrevistados afirmaram que pagam entre R\$ 300,00 a R\$ 500,00 de aluguel por mês.

### GRÁFICO 23 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR TIPO DE MORADIA NO BRASIL (2019)

VIDA NO BRASIL: Tipo de moradia no Brasil.

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/ Ano: 2019

## Trabalho

Dentre os entrevistados, 55,3% informaram que não estão trabalhando atualmente no Brasil, ou seja, o desemprego é uma característica marcante desse grupo populacional. Além disso, entre as pessoas que estão trabalhando, 57,6% informaram que não trabalham formalmente – com registro em Carteira de Trabalho da Previdência Social – e apenas 24,2% é segurado, ou seja, uma característica das condições de trabalho dos imigrantes é a informalidade, o que conseqüentemente se a trabalhos mais instáveis e que não garantem direitos por meio da cobertura previdenciária como seguro desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio doença, aposentaria por invalidez e mais. Ademais, são postos de trabalho com pouco ou nenhum tipo de fiscalização, o que expõe ainda mais os trabalhadores a condições perigosas e/ou insalubres. Esse dado também aparece nos relatos das entrevistas e no grupo focal.

Outro dado relevante é que 42,4% dos entrevistados que trabalham recebem até meio salário mínimo e 40,7% ganham entre meio e um salário mínimo, ou seja, além da informalidade, outra característica marcante é que os rendimentos estão abaixo do valor mínimo estabelecido a um trabalhador. Isto indica que a precarização das condições de trabalho entre os imigrantes é persistente nas relações de trabalho no Brasil.

Sobre a destinação dos recursos, 36,7% informaram que é para uso próprio, 36,7% declararam que é para uso próprio e da família que está no Brasil, e apenas 10% dos que trabalham enviam recursos para a Venezuela.

Dentre o total de entrevistados (114) 55,3% informaram que já enviaram pelo menos uma vez dinheiro para a Venezuela. Sobre a quem se destina 98,4% dos entrevistados informaram que enviam para a família.

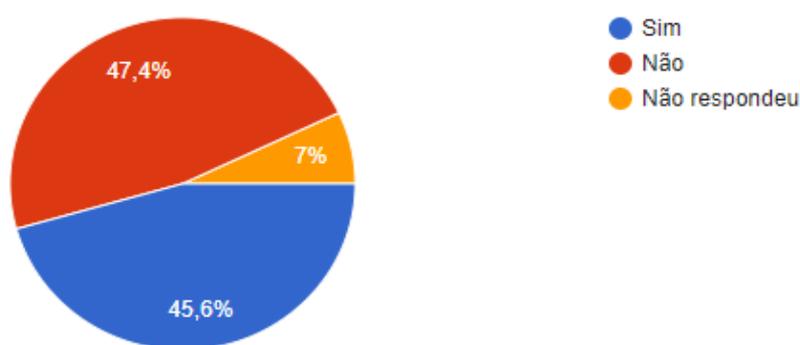
### Violação de Direitos

O Gráfico 24 apresenta informações sobre se o entrevistado já sofreu algum tipo de discriminação por ser imigrante: 47,4% declaram que não e 45,6% informaram que sim. A diferença entre os dois percentuais é de apenas 1,8%, ou seja, muito pequena, mas no cômputo geral o índice de pessoas que foram discriminadas por serem imigrantes é muito alto. Esse dado também foi expressivo nas entrevistas e no grupo focal, ou seja, é necessário um conjunto de ações sistemáticas para tornar a sociedade efetivamente acolhedora, o que perpassa pela construção de uma agenda pública do Estado em todas as esferas.

#### GRÁFICO 24 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELA DISCRIMINAÇÃO POR SER IMIGRANTE (2019)

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: Você já foi discriminado em virtude de ser imigrante?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”.

Elaboração: própria/ Ano: 2019

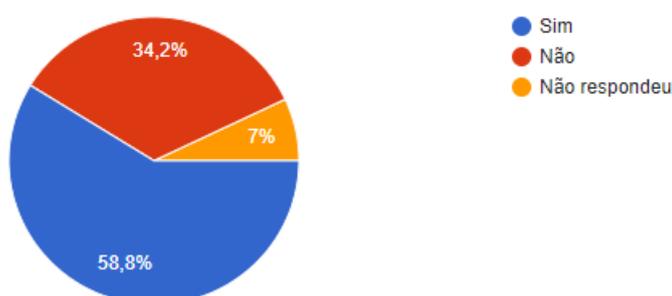
O Gráfico 25 faz referência ao conhecimento do entrevistado sobre algum venezuelano que já tenha sido discriminado no Brasil pelo fato de ser imigrante, sendo que 58,8% declararam que sim e 34,2% informaram que não, ou seja, esse dado também indica que são persistentes

ações de discriminação contra os imigrantes venezuelanos, pois ainda que não tenham sofrido diretamente, muitos têm conhecimento acerca de alguém que já vivenciou esse tipo de situação.

**GRÁFICO 25 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) PELO CONHECIMENTO SOBRE DISCRIMINAÇÃO CONTRA IMIGRANTES NO BRASIL (2019)**

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: Você tem conhecimento de algum imigrante venezuelano que foi discriminado no Brasil?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

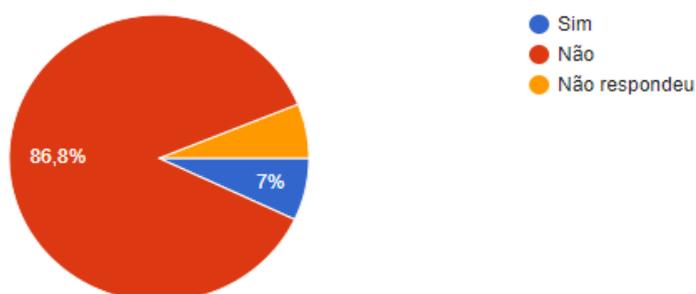
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 26 apresenta os índices de pessoas que já foram agredidas pelo fato de serem imigrantes, onde 86,8% declararam que não e 7% informaram que sim. Apesar de aparentemente parecer um percentual pequeno, é verdadeiramente um dado muito preocupante, característico de atitudes xenofóbicas, contrárias a um Estado democrático e também à política migratória brasileira.

**GRÁFICO 26 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR SOFRER AGRESSÃO FÍSICA MOTIVADA POR SER IMIGRANTE (2019)**

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: Você já foi vítima de agressão física por causa de ser imigrante?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

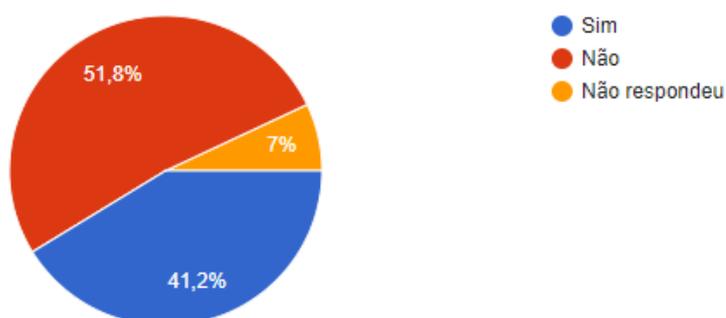
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 27 se refere ao conhecimento sobre algum imigrante que tenha sido vítima de agressão física decorrente de atos de discriminação. 51,8% declararam que não e 41,2% informaram que sim. Dessa forma, os dados indicam que há um percentual muito grande de pessoas que já ouviram relatos de agressões contra imigrantes. Numa análise mais ampla, a existência de tal nível de força contra um imigrante – pelo fato de ser imigrante – é um indicativo da escalada de ódio contra essa população, o que sem dúvidas exige maior investimento em medidas preventivas e um processo contínuo de construção educativa com a sociedade de acolhida.

**GRÁFICO 27 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR CONHECIMENTO DE IMIGRANTES QUE TENHAM SOFRIDO AGRESSÃO FÍSICA (2019)**

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: Você tem conhecimento de algum imigrante venezuelanos que haviam sofrido alguma agressão física?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

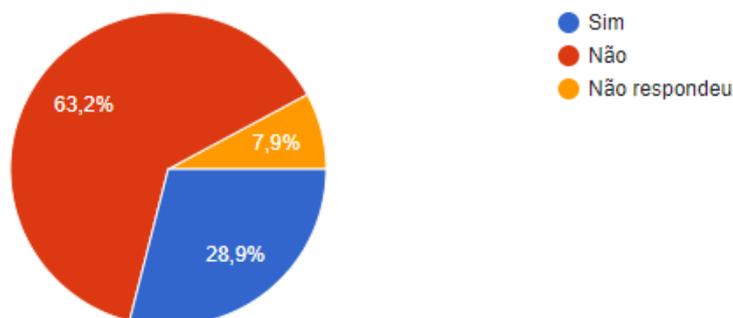
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 28, apresentado na página seguinte, contempla o fato de o imigrante ter sido agredido verbalmente com xingamentos ou palavras ofensivas por ser imigrante: 63,2% declaram que não e 28,9% informaram que sim, ou seja, esse dado também demonstra que o índice de agressão verbal é muito expressivo contra os imigrantes.

**GRÁFICO 28 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR SOFRER AGRESSÃO VERBAL POR SER IMIGRANTE (2019)**

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: Você já foi agredido verbalmente com xingamento ou palavras ofensivas por ser imigrante?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

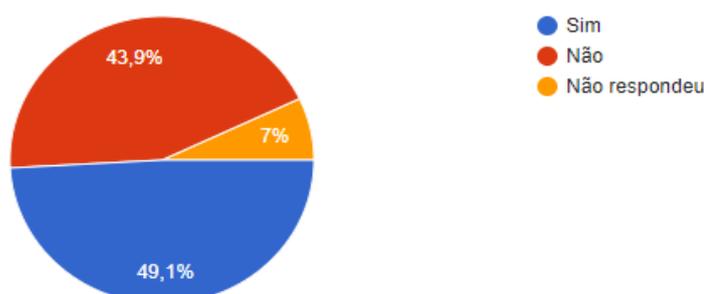
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 29 indica se os participantes da pesquisa tinham conhecimento de imigrantes que foram agredidos verbalmente com xingamentos ou palavras ofensivas por serem imigrantes; 43,9% declaram que não e 49,1% informaram que sim. Esse dado também demonstra que ainda que não tenha sofrido diretamente a violência, o participante da pesquisa possui conhecimento de outro imigrante que a tenha vivenciado.

**GRÁFICO 29 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR CONHECIMENTO DE IMIGRANTES QUE TENHAM SOFRIDO AGRESSÃO VERBAL (2019)**

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: Você tem conhecimento de imigrantes venezuelanos que tenha sido agredidos verbalmente com xingamento ou palavras ofensivas por causa de ser imigrante?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

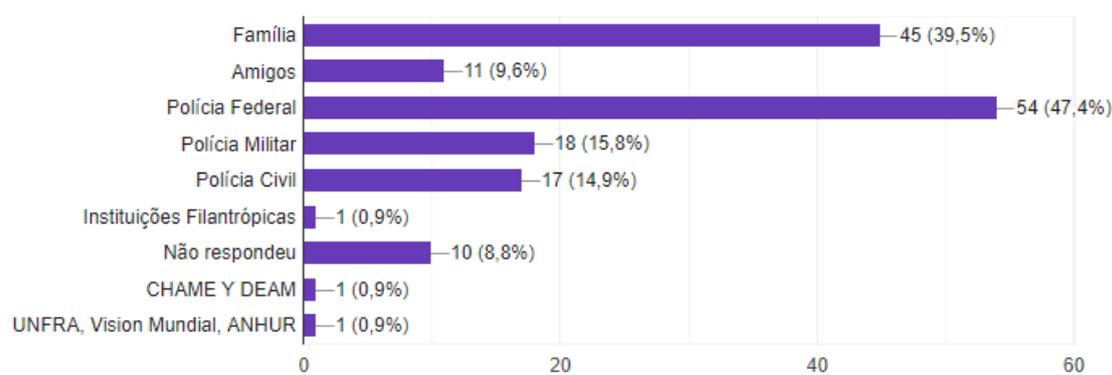
Elaboração: própria/ Ano: 2019

O Gráfico 30 apresenta os resultados da questão que pergunta a quem o imigrante recorreria em caso de uma situação de violência. 47,4% informaram que buscariam apoio da Polícia Federal, em segundo lugar da família (39,5%) e em terceiro a Polícia Militar (15,8%). Dessa maneira, observa-se que a Polícia Federal é um órgão conhecido e que tem confiança por parte dos imigrantes.

**GRÁFICO 30 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS IMIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA (BRASIL) POR APOIO EM CASO DE VIOLÊNCIA (2019)**

VIOLAÇÃO DE DIREITOS: Em caso de que você enfrente uma situação de violência, a quem você recorreria?

114 respostas



Fonte: Questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezolanos después de la aprobación de la nueva ley de migración de 2017)”

Elaboração: própria/ Ano: 2019

### 5.5 A Fronteira: Visita à Pacaraima

A visita ao município de Pacaraima-RR foi realizada no dia primeiro de dezembro de 2019, e para realiza-la foi necessário deslocar-se de ônibus da rodoviária de Boa Vista/RR até a cidade, numa viagem de aproximadamente cinco horas. O objetivo do campo foi compreender a realidade dos imigrantes venezuelanos e as condições da fronteira. Rodrigues (2006, p. 01) afirma que “as zonas fronteiriças são zonas de empréstimos e apropriações culturais e, por isso, um lugar privilegiado para a compreensão do fenômeno migratório internacional”. Conforme a autora, o fenômeno migratório deve ser percebido nesse contexto como resultado do desenvolvimento e constituição de sociedades em redes. Com isso, as zonas de fronteira constituem espaços étnico-culturais e identitários heterogêneos de intercâmbios simbólicos e materiais entre diferentes sujeitos.

O espaço fronteiriço entre o Brasil e a Venezuela também vem sendo profundamente impactado em virtude das novas tecnologias de transporte e

comunicação intensificando os fluxos transfronteiriços de mercadorias (legais e ilegais), de pessoas (turistas, moradores de fronteiras, imigrantes, trabalhadores migrantes), bem como fluxos imateriais e simbólicos (bilingüismo,portunhol) em que as culturas e as identidades transcendem seu lugar de origem e se hibridizam a ponto de ser cada vez mais difícil identificar suas origens. (RODRIGUES, 2006, p. 02).

A percepção inicial no campo – rodoviária de Pacaraima – reafirmou o caráter transfronteiriço da região na troca de moedas, o real brasileiro e o bolívar venezuelano, e mesmo antes de desembarcar do transporte inúmeras são as abordagens de “cambio, cambio [...] real, bolívar”. Além disso, os fluxos materiais e simbólicos e o bilinguismo são características marcantes do local, que recebe um grande trânsito de pessoas.

Na ocasião, identificou-se um número pouco expressivo de brasileiros e os que ali estavam desenvolviam trabalhos em alguns setores como motoristas de ônibus de linhas brasileiras, vendedores de passagens e ambulantes. A característica da rodoviária é marcada pela precária estrutura de acomodação e banheiros, o que contribui para a grande quantidade de pessoas amontoadas em bancos, no chão e em pé, que esperam longas horas por transporte público para chegarem a outros destinos, o que naquele dia era inviável, pois as passagens estavam esgotadas e os próximos ônibus saíam no dia seguinte, a partir das 09:00 da manhã.

Dessa forma, o deslocamento para o interior do estado de Roraima só poderia ser feito por táxi, com o pagamento de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por pessoa, até Boa Vista, o que faz com que a trânsito seja extremamente oneroso para os imigrantes. Por outro lado, há sem dúvidas um aspecto significativo de movimentação da economia no setor de transporte público e privado, que é aquecido pelo fluxo migratório.

Nas conversas com os profissionais do ramo de transporte público, cooperativas de táxi e particulares, era recorrente a explicação de que o fluxo migratório venezuelano aqueceu o setor, e mesmo com o aumento dos horários de transporte e ampliação dos destinos a frota disponível ainda é insuficiente. Um dos motoristas relatava que a depender do dia é comum acabarem as passagens de ônibus, transporte mais utilizado, como também não ter mais táxis com destino a Boa Vista, o que obriga as pessoas a permanecerem no local e dormirem na rodoviária até o dia seguinte ou tentar carona na estrada.

Tendo em vista que a distância entre Pacaraima e Boa Vista é de aproximadamente 214 km, a maior parte dos taxistas fazem uma viagem para cada destino, por causa da distância, e também pelo custo de deslocamento, já que a gasolina, hoje, adquirida no Brasil, tem um valor mais elevado.

Um aspecto importante com relação às trocas entre o Brasil e a Venezuela apareceu nos discursos das pessoas contactadas, pois historicamente os brasileiros iam até a Venezuela para abastecerem seus carros, já que o valor do combustível chegava a ser 80% mais barato que no Brasil, inclusive havia o “tráfico ilegal” de gasolina e muitos automóveis eram adaptados para comportarem mais quantidades que depois eram vendidas em Roraima, os chamados “talibãs” ou “carro bomba” – nome dado às pessoas que faziam o transporte de combustível. Assim, com a mudança de preço da gasolina no lado venezuelano os brasileiros também foram afetados.

Outro aspecto destacado sobre o trajeto entre Pacaraima e Boa Vista foi com relação à insegurança, o que faz com que muitos motoristas optem por não viajar a noite. A presença de cooperativas de transportes da Venezuela também é expressiva na rodoviária de Pacaraima; além disto, os carros particulares do país, carregados com mercadorias e/ou pessoas, também demarcam o fluxo de trocas na fronteira.

De acordo com Rodrigues (2006) o fluxo de fronteiriços internacionais na fronteira entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén pode ser identificado nos estabelecimentos comerciais, nas feiras, trocas de mercadorias e relações culturais. Rodrigues (2006) esclarece que os dois municípios eram caracterizados pela baixa densidade demográfica, mas apresentavam uma população flutuante significativa – pessoas que se deslocavam para desenvolver alguma atividade, em especial, econômica. Outra característica marcante entre os dois municípios era que historicamente os brasileiros atravessavam a fronteira até Santa Elena para adquirir bens e serviços em virtude dos preços mais atraentes da cidade venezuelana.

Santa Elena está mais distante da capital do Estado Bolívar (700 km) que Pacaraima (215 km) [...] o fluxo migratório em Pacaraima intensificou-se em virtude da perspectiva de criação de uma Área de Livre-Comércio e da criação do município em 1997 e com as freqüentes oscilações econômicas enfrentadas pelos países limítrofes Brasil-Venezuela, o que possibilita a ascensão econômica de um, quando o outro baixa. Lembrando que no final da década de 1980 eram os moradores da cidade de Boa Vista que cruzavam a fronteira com a Venezuela para lá adquirir bens, abastecer o carro e, eventualmente, seus estabelecimentos comerciais. (RODRIGUES, 2006, p. 02).

Segundo a autora o espaço fronteiriço entre as cidades expressa relações e movimentos de pessoas que transitam e caracterizam o espaço a partir dos resultados e significados produzidos no cotidiano da vida local como também nos aspectos identitários, num processo que envolve movimento de trânsito de pessoas – com ou sem documentação – e mercadorias.

Esses sujeitos que vivem *a e na* fronteira podem ser classificados em categorias como *fronteiriços*, aqueles nascidos nessa zona de fronteira; os *fronteiriços nacionais migrantes*, que são os provenientes de outras regiões do país; e os *fronteiriços internacionais migrantes*, que incluem todos os

estrangeiros (Marcano, 1996). Acrescentaria os *viajantes*, aqueles que fazem da fronteira um lugar de trânsito, de cruzamento diário por motivos laborais, de diversão e lazer (Clifford, 1999). (RODRIGUES, 2006, p. 02).

O trânsito no centro de Pacaraima permitiu identificar um comércio bastante movimentado, com a venda de inúmeros gêneros. Num mesmo estabelecimento é possível encontrar uma pequena loja de alimentos que comercializa pneus, materiais de construção, medicamentos, roupas, fraldas descartáveis e outros.

O comércio é marcado pela heterogeneidade de produtos, mas também de comerciantes. Em uma das lojas visitadas o proprietário, árabe, vindo do Sul do Brasil, afirmava que chegou na região há três anos atraído pelo fluxo migratório na cidade e, apesar de ser um local conflitivo – assaltos, brigas e pessoas em situação de rua – economicamente é interessante, inclusive muitos comerciantes chegaram na região nos últimos anos também movidos pelo fluxo de pessoas que vão comprar, em sua maioria venezuelanos, produtos para consumo próprio ou revenda, ou seja, o comércio local aquecido é impulsionado, principalmente, pelos venezuelanos, o que inverteu a lógica entre as duas cidades de fronteira. Em outro estabelecimento comercial onde o proprietário era venezuelano, a retórica de que a cidade é atraente economicamente e ao mesmo tempo conflitiva é reafirmada, sendo que o maior desafio para a permanência no local é a segurança.

Outros aspectos observados no campo referem-se à parca infraestrutura da cidade e ao cenário de precariedade dos imigrantes: não é incomum encontrar crianças fazendo necessidades fisiológicas atrás de paradas de ônibus e terrenos baldios, bem como mulheres sozinhas e/ou acompanhadas com cestas de doces e salgados, pessoas comendo sobras de comida deixadas em marmitas no lixo, como também idosos doentes sentados ou deitados em cantos da cidade. Conforme Martins (2019, p. 08), a migração venezuelana “tem se constituído não apenas na busca de oportunidades econômicas, mas sobretudo, uma busca de satisfação de necessidades humanas básicas que lhes permitam o desenvolvimento da vida cotidiana”.

De acordo com Martins (2019), estudo divulgado em 2018 pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) sobre o deslocamento de venezuelanos demonstrou que 52% dos venezuelanos têm como objetivo chegar em outro país que não o Brasil; além disso, 67% foram embora do país por razões econômicas e 22% por ausência de alimentos e acesso a serviços de saúde. O quadro visto na cidade de fronteira demonstra que os imigrantes venezuelanos que ali se encontravam necessitam de medidas urgentes no âmbito de políticas

sociais públicas, em especial, que atendam às necessidades humanas básicas – alimentação, abrigo e cuidados de saúde. Sobre as repostas do Estado, Martins (2019) afirma:

Entre 2015 e 2018 o governo estadual e municipal do Estado de Roraima, particularmente dos municípios de Pacaraima e de Boa Vista, se depararam com a intensificação do movimento migratório e têm tido dificuldades em oferecer assistência aos imigrantes venezuelanos. [...] Em resposta a essa demanda, as primeiras medidas de gerenciamento dessa situação desenvolvidas entre os anos de 2016 e 2017 oscilaram, conforme Ruseishivili, Carvalho e Nogueira (2018), entre dois modelos: securitário e humanitário. Segundo os autores, as notícias veiculadas em dezembro de 2015 pela imprensa de Roraima apontam a realização de operações conjuntas entre a Guarda Municipal Civil e Polícia Federal com o objetivo de fiscalizar e diminuir a presença de venezuelanos sem visto de permanência em Boa Vista. As ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro e executadas pela segurança pública ao longo de 2016, assumiram um caráter fiscalizador, intimidador e repressor. As matérias dos jornais ao longo deste ano apresentam que a natureza dessas ações consistia no contingenciamento da insegurança social e na retirada desses migrantes do território nacional [...] Essa forma de atendimento dispensado pelo Estado brasileiro às necessidades dos cidadãos venezuelanos começam a ser repensadas com a intervenção da Defensoria Pública da União, que solicita à Justiça Federal uma liminar de habeas corpus em favor de 450 venezuelanos (dos quais 180 eram crianças) que seriam deportados em dezembro de 2016 pela Polícia Federal. A liminar publicada em março de 2017, foi concedida pela juíza da 4ª Vara Federal da Sessão Judiciária do Estado de Roraima, alegando a falta “do devido processo legal” no instituto de deportação. (MARTINS, 2019, p. 09-10).

Um aspecto expressivo na cidade é o abrigo público, Abrigo BV – 8, sob responsabilidade da Operação Acolhida. Conforme entrevista divulgada em 26 de novembro de 2019 no site oficial do Ministério da Defesa o coordenador Adjunto da Operação Acolhida, Coronel do Exército brasileiro Georges Kanaan, afirmou que o ordenamento da fronteira em Pacaraima ocorre a partir da recepção do imigrante ou refugiado pelo exército e pela ONU, depois há a identificação e imunização e, por fim, a triagem, etapa em que é possível retirar documentos com validade nacional. Ainda de acordo com a reportagem a Força Tarefa Logística Humanitária é composta por cerca de 600 militares das Forças Armadas, que atuam em 13 abrigos no Estado de Roraima – dois especificamente voltados para indígenas venezuelanos – com capacidade de abrigo de aproximadamente 6.500 imigrantes, sendo que o contingente militar é renovado a cada quatro meses por meio de rodízio.

A presença de diversos agentes de segurança – Forças Armadas, polícia militar, polícias especializadas – é vista pelas pessoas locais como medida necessária e de proteção, mas, por outro lado, os relatos de conflitos e violência também são constantes, o que demonstra o caráter complexo e contraditório da intervenção na região. A visita ao campo, inclusive, se restringiu

à área do centro e à rodoviária de Pacaraima, ocasião em que não possível usar qualquer dispositivo eletrônico para registrar as imagens, bem como circular pelos bairros da cidade por causa dos constantes relatos de insegurança.

A cidade de Pacaraima há muitos anos é território de disputas porque está localizada numa área indígena: o Decreto Nº 312, de 29 de outubro de 1991, que demarcou a Área Indígena São Marcos, no estado de Roraima, estabelece em seu Art. 1º que “Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição Federal, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio FUNAI da Área Indígena São Marcos, localizada no Município de Boa Vista, Estado de Roraima, caracterizada como de ocupação tradicional e permanente”.

De acordo com Demétrio (2015) a formação do estado de Roraima foi decorrente da promulgação da Constituição Federal de 1988 e até 1990, durante a fase de transição de território para estado, o Governo Federal continuou indicando governadores. “Nesse sentido, a Constituição brasileira, que favoreceu o projeto político de redemocratização do Brasil, transformou o Território Federal de Roraima em Estado da União e, também, fez surgir à (SIC) ideia de entidade guardiã da fronteira nacional” (DEMÉTRIO, 2015, p. 12).

O Município de Pacaraima foi criado na gestão do Governo do engenheiro Neudo Ribeiro Campos pela Lei Estadual nº 096 de 17 de outubro de 1995. Sua emancipação se deu em 17 de outubro de 1996 e, em seu Art. 3º a sede do Município seria a Vila de Pacaraima. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997, com a posse do primeiro Prefeito eleito através do voto direto, o engenheiro agrônomo Hiperion de Oliveira, foi eleito para o quadriênio 1997 - 2000, ocorrido em 03 de outubro de 1996. O poder legislativo municipal era composto por 09 vereadores e o poder executivo Estadual ficou com a responsabilidade de viabilizar as instalações da Prefeitura Municipal e da Câmara dos Vereadores. (DEMÉTRIO, 2015, p. 12).

De acordo com o autor, a ocupação desse território se deu especialmente depois da década de 1950, com o a implantação do posto do Batalhão Especial de Fronteira (BEF) do Exército Brasileiro. Tal medida visava garantir a guarda da fronteira e pacificar conflitos entre indígenas e posseiros.

Após a implantação do posto do BEF, foi se dando início à formação de um pequeno vilarejo, nesta ocasião formado por familiares dos militares que eram destacados para servir à pátria naquela região, este vilarejo posteriormente torna-se vila, que ficou conhecida como Marco Divisor BV-08 [...] a Funai representada na pessoa de seu advogado, questiona na justiça os direitos adquiridos dos índios, com base na Constituição Federal nos Arts. 231 e 232, com base nos laudos antropológicos que reconhecem a ocupação indígena anterior à formação da vila. (DEMÉTRIO, 2015, p. 12- 22).

A Lei N. 96 de 17 de outubro de 1995 criou o município de Pacaraima e estabelece em seu Art. 3.º: “A sede do Município será a Vila de Pacaraima, e sua instalação ocorrerá no dia 1.º de janeiro de 1997, com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores eleitos em 03 de outubro de 1996”. Com isso, os conflitos e tensões em torno do território não foram apaziguados, inclusive, em 16 de outubro de 2019 o Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 28/2019 que tem a finalidade de excluir o município da reserva indígena de São Marcos.

Tal medida é alvo de críticas<sup>179</sup> por alguns setores da sociedade civil e parlamentares que veem com preocupação o precedente criado após essa aprovação. Dessa forma, o território de Pacaraima é historicamente uma área de conflitos que antecede o fluxo migratório de venezuelanos na região. A migração intensificou os problemas já existentes no território, mas o caráter de disputa política e tensionamento sempre existiu. Por ser a porta de entrada dos imigrantes venezuelanos, o contexto observado indica que os esforços empreendidos pela Operação Acolhida são insuficientes para a realidade local, que necessitaria de envolvimento mais articulado também com as esferas estadual e municipal e a comunidade local.

---

<sup>179</sup> BRASIL, Senado Federal. **Senado aprova retirada de área do município de Pacaraima de reserva indígena**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/16/senado-aprova-retirada-de-area-do-municipio-de-pacaraima-de-reserva-indigena>. Acesso em: 04 de abr. 2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi examinar o alcance dos imigrantes venezuelanos às políticas sociais no Brasil após a promulgação da Nova Lei de Migração, a partir da realidade concreta do estado de Roraima. Tal objetivo vinculou-se diretamente com a discussão sobre as migrações internacionais e a política social. O caminho exploratório que orientou esta tese requereu aprofundamento dessas categorias – migração internacional e política social – mas, também, em outras categorias-chave que orientaram o método investigativo, tais como totalidade e contradição. Ademais, foi preciso realizar uma incursão em campo, no Estado de Roraima, o que envolveu inúmeros procedimentos, quantitativos e qualitativos, que possibilitaram obter as respostas necessárias demandadas pelo objetivo da pesquisa.

Nesta sessão, optou-se por fazer alguns comentários, a partir dos resultados gerais obtidos, tendo como eixo central a compreensão do fluxo migratório venezuelano para o Brasil e o acesso dessa população às políticas sociais, no modelo hegemônico capitalista, neoliberal.

Como foi anunciado no texto principal, o ponto de partida para a compreensão do processo migratório no capitalismo se situa na análise de como se deu a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores e a busca pela venda da força de trabalho nos grandes centros industriais. Esse movimento carrega em si a contradição central do modo de produção capitalista, pois nas mesmas condições em que se produz a riqueza é produzida também a miséria.

Embora a lei absoluta do modo de produção capitalista tenha eixos estruturais comuns, a realidade concreta dos países determinará como se apresentará em cada realidade. Na América Latina, foi justamente no primeiro pós-guerra que o padrão capitalista dependente passou, gradativamente, a integrar-se com maior solidez ao modelo dos países de capitalismo hegemônico, seja pela persistência do processo de exportação, em especial, no setor primário, seja por meio da exportação de alguns insumos da indústria nascente.

Mesmo na América Latina apesar de, em geral, a industrialização dos países ser direcionada pelo capital internacional, esse movimento não ocorreu de forma homogênea. O Brasil possui um processo de industrialização mais antigo que o da Venezuela, a qual só começou a industrializar-se no segundo pós-guerra. Dessa maneira, a forma como cada país se insere no contexto de capitalismo mundanizado é muito importante para entendermos como as relações de poder e dominação se estruturam.

A depender de como se constitui o padrão capitalista hegemônico nos países os imigrantes vivenciarão ainda mais desafios para a materialização dos seus direitos. No Brasil o modelo em curso, neoliberal, é baseado num projeto político de classe, que abrange a todas as esferas de sociabilidade humana – cultural, política, moral, intelectual e mais – e impulsiona a concorrência e individualismo entre os trabalhadores, estimula a falta de reconhecimento de classe, desregulamenta os direitos sociais e, em sua fase mais deletéria, reacende valores contrários aos direitos humanos, com incentivo ao racismo e aversão aos imigrantes.

Com isso, as transformações intrínsecas do capitalismo em sua face contemporânea, em busca da manutenção das taxas de lucratividade e sob os ditames do império do capital, possuem três direções essenciais: o bloqueio de acesso à produção; a crescente ameaça bélica e militar e o controle das atividades econômicas por meio dos organismos internacionais.

Assim, os desdobramentos para as sociedades são devastadores, com inúmeros prejuízos para a organização coletiva, solidariedade e reconhecimento de classe entre os trabalhadores. Além disso, há impactos na preservação de povos originários e comunidades tradicionais, que têm sua sobrevivência ainda mais ameaçada, a isso somando-se os crescentes danos e crimes ambientais, que impulsionam o deslocamento de centenas de pessoas expropriadas das condições de sobrevivência em seus territórios. O meio ambiente e as reservas naturais, mercantilizados e entregues aos interesses do capital internacional, indicam tempos desafiadores para a humanidade.

Nesse processo o Estado é sem dúvida um eixo essencial à reprodução do capital porque garante a sustentação da exploração da força de trabalho, cria as condições necessárias para o escoamento das mercadorias e opera, em última instância, a favor da burguesia. Em razão disso, condensa as contraditórias e complexas relações decorrentes de como se organiza o modo de produção capitalista, o que não será isento de tensões e conflitos, pois, contraditoriamente, a natureza do Estado capitalista expressará a própria luta de classes.

Dito isso, há uma série de fricções entre as potências hegemônicas e os países dependentes; na América do Sul, a Venezuela é palco de grande disputa do império do capital e seus aliados não somente pelas reservas naturais que possui, mas também pelo projeto político-ideológico que emergiu no país e é explicitamente contrário ao capitalismo. Com essa afirmação não se pretende negar as contradições internas na Venezuela, mas apontar que do ponto de vista geopolítico há diferentes interesses envolvidos neste território.

Desde o descobrimento do potencial produtivo da Venezuela, por causa do petróleo, a economia do país sustentou-se essencialmente com a renda petroleira, ou seja, uma economia rentista com base na exploração de um produto que está diretamente relacionado com as variações do mercado internacional. A economia rentista do país torna as relações econômicas e políticas bastante complexas, pois o petróleo é um recurso finito, disposto naturalmente, não se tratando de uma fonte de recurso fruto da transformação direta do ser humano. Assim, tem-se uma economia dependente que não provém de bens e serviços produzidos pela economia interna do país. Ademais, uma característica da atuação do Estado venezuelano – ainda que com alguma socialização a partir da Chávez – foi a manutenção e concentração da renda do petróleo na mão da classe rentista, dos grupos que vivem da exploração do petróleo.

Com as eleições no país em 1998 e a vitória de Chávez, deu-se início a um projeto contra-hegemônico, denominado por Chávez como “socialismo do século XXI”, contrário ao imperialismo, especialmente ao imperialismo norte-americano. O contexto geopolítico na América Latina naquele momento, com a ascensão de governos mais de centro esquerda e de esquerda, favoreceu o ideal Chavista e a posição política de liderança regional.

Contudo, o contexto latino americano sempre foi marcado por tensões, disputas e rompimentos democráticos, com golpes políticos e manobras jurídicas que destituíram presidentes eleitos democraticamente, como, por exemplo, o que aconteceu no Brasil com Dilma Rousseff. Por outro lado, foi também um período de aproximação dos países latinos com a China e a Rússia, o que significou uma mudança nos rumos das relações internacionais.

Quando Chávez ganhou as eleições em 2012, as contradições internas do país já estavam em ascensão e junto a elas, a gradativa derrocada do valor do barril do petróleo no cenário internacional, davam sinais nítidos de uma possível mudança de rumos políticos para a Venezuela. Portanto, com a morte de Chávez em 2013 e as eleições seguintes em que Maduro ganha com uma margem de votos irrisoriamente expressiva, as contradições e descontentamento interno no país tornam-se mais contundentes.

Dessa forma, a saída de Chávez, com sua figura carismática, que adotava uma diretriz de governo mais centralizada, representou um grande vácuo político no país e tornou ainda mais difícil conter as tensões internas da Venezuela. Maduro assume o governo da Venezuela apoiando-se na figura representativa de Chávez, mas enfrenta desafios ainda maiores: no contexto econômico, com a queda do preço do barril do petróleo no mercado internacional, há o agravamento da recessão, aprofundado pelas sanções econômicas e restrições de negociações comerciais no cenário internacional, fator decisivo para a derrocada da economia do país e

agravamento das condições de vida da população venezuelana. Além disso, o governo de Maduro enfrenta inúmeros problemas internos no país devido a uma relação complexa com os militares e sofre constantes acusações de posturas antidemocráticas.

Com isso, o fluxo migratório venezuelano é entendido como consequência das tensões que envolvem o conflito entre o governo local e o império do capital, que é adensado pelas contradições internas da Venezuela – disputas políticas com a burguesia local; controle excessivo dos militares e profunda recessão econômica – num cenário de avanço dos governos de direita e extrema direita no cenário internacional, o que isola ainda mais o país e agrava as condições de vida dos venezuelanos.

No Brasil, país que recebe parte dos imigrantes venezuelanos, está em curso o projeto neoliberal de extrema direita com sérias consequências para os trabalhadores; num momento em que há uma maior necessidade de acesso às políticas sociais, a orientação política em nível nacional é de desmonte dos direitos historicamente construídos. No campo das ciências sociais há inúmeras abordagens teóricas e conceituais acerca das políticas sociais, mas a perspectiva que orientou esta tese se baseia na compreensão de que a política social expressa o resultado contraditório da relação que envolve o capital e o trabalho, e deve ser entendida na realidade concreta, a partir da configuração do Estado e das classes sociais na disputa por ganhos e redistribuição da riqueza socialmente. Compreende-se que não há neutralidade em sua elaboração: ao contrário, sua materialização é justamente o resultado da tensão entre as classes mediada pelo Estado.

No âmbito da política migratória brasileira, com a promulgação da Lei N. 13.445 de 2017, houve um reordenamento do entendimento do Estado com relação à migração, o que está em sintonia com a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais na área de migração internacional nos o Brasil é signatário. Portanto, a lei supracitada, aprovada em tempos de avanço do neoliberalismo, é sem dúvidas um salto qualitativo importante com relação à legislação anterior, a qual percebia o “estrangeiro” como uma ameaça para a “segurança nacional”.

Logo após a promulgação da Nova Lei de Migração e sua regulamentação, contraditoriamente, emerge no Brasil um projeto político antidemocrático, que suscita o estigma e perseguição contra grupos socialmente discriminados, o que é contrário aos próprios princípios constitucionais, ou seja, o programa neoliberal hegemônico em curso no Brasil está na contramão dos princípios e das garantias previstas na Nova Lei de Migração. Nesse contexto adverso aos direitos as políticas sociais passam a ser mecanismos estratégicos e imprescindíveis

para a ampliação e consolidação da cidadania, incentivo e promoção do respeito à diversidade. Portanto, a forma como se dá o alcance dos trabalhadores à política social merece atenção por parte da sociedade civil organizada, pesquisadores e estudiosos, pois representa a possibilidade de aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

Neste trabalho, após a análise de como se estrutura a Lei N. 13.445/2017 e identificado o rol de direitos disponíveis aos imigrantes, buscou-se examinar mais profundamente o alcance dos imigrantes às políticas sociais, conforme disposto no Inciso XI, Art. 3º da Nova Lei de Migração: “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”, a partir da realidade do estado de Roraima.

Observou-se que há uma tendência hegemônica coerente com o modelo político e ideológico neoliberal em Roraima, a qual tende a reforçar estigmas e estereótipos contrários à migração. Essa tendência aparece em quase todas as entrevistas feitas com os gestores das políticas sociais do estado de Roraima e do município de Boa Vista, ou seja, evidenciou-se que há o reforço da culpabilização do imigrante – o imigrante como responsável pelos problemas do Estado – e a militarização da migração – resposta do Estado brasileiro ao fluxo migratório por meio do envio das Forças Armadas.

O contexto brasileiro mostra-se adverso aos direitos sociais, portanto, a própria concepção e o significado da política migratória brasileira tornam-se ameaçados; o discurso de alguns representantes do estado, inclusive, mostrou expressamente o crescimento da retórica contrária à Nova Lei de Migração, na medida em que consideram que aos imigrantes são atribuídos direitos excessivos, mais do que aos brasileiros, o que estaria no centro das disparidades de acesso às políticas sociais entre brasileiros e venezuelanos.

Evidenciou-se também em outros discursos, ainda que com menor eloquência, a retórica de defesa dos direitos humanos e valorização da migração, ou seja, há nessa outra perspectiva o reforço do potencial da migração e a necessidade de construção de uma política migratória emancipatória, como horizonte necessário para a construção de uma sociedade mais justa, livre de exploração e preconceitos, sem distinção entre nacionais e imigrantes.

Por meio das entrevistas com os imigrantes venezuelanos foi possível compreender qualitativamente a percepção destes quanto a questões mais complexas que envolvem desde a vida na Venezuela, a decisão de migrar e o trânsito, até o acesso às políticas sociais e a vida no

Brasil. Com a aplicação do questionário “Políticas sociales para inmigrantes en Brasil: de lo inconcreto a lo concreto (la situación de venezuelanos después de la aprobación de la nueva ley de Migración)” levantou-se dados quantitativos relevantes acerca do perfil dessa população. Sobre o acesso às políticas sociais, observou-se que a política de saúde, especificamente por meio da imunização, é amplamente alcançável aos imigrantes. Quanto à política de assistência social o acesso se dá, essencialmente, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social, ainda que com pouca expressividade se levada em consideração a necessidade desse público.

Um dado alarmante encontrado na pesquisa refere-se às precárias condições de trabalho dos imigrantes: para os que estão empregados, os baixos salários e a informalidade são preponderantes, e para os que procuram emprego, a discriminação pelo fato de ser imigrante aparece como empecilho para ocupar postos de trabalho, ainda que tenham qualificação. No âmbito da política de educação, o conhecimento dos cursos de português para imigrantes foi recorrentemente relatado pelos entrevistados, mas isso não quer dizer que todos tenham acesso. Constatou-se ainda que há um desestímulo por parte dos imigrantes, principalmente entre aqueles que possuem nível superior, com relação à revalidação dos diplomas no Brasil, porque consideram as exigências das universidades brasileiras incompatíveis com a sua realidade. A assistência jurídica aparece como serviço público mais distante da realidade dos imigrantes: apenas 6,2% já procuraram.

Identificou-se que além das discriminações para acessar o mercado de trabalho e as políticas sociais, aparecem na pesquisa dados de violência verbal, e inclusive física, vivenciadas pelos imigrantes. Esse contexto explicita a ausência do Estado na promoção de políticas integrativas entre nacionais e imigrantes, ao tempo em que indica que há ações xenofóbicas de forma expressiva no estado de Roraima.

Dito isto, sem esgotar as possibilidades e as estratégias para efetivação e ampliação dos direitos dos imigrantes no Brasil, destacam-se algumas diretrizes que podem contribuir para a construção de uma contra-hegemonia a favor dos direitos humanos dos imigrantes no Brasil.

### **1- A vinculação da defesa dos direitos dos imigrantes a um projeto societário mais amplo**

A defesa dos direitos dos imigrantes alinha-se a uma perspectiva de sociedade mais emancipatória e deve ser compreendida num horizonte de defesa coletiva para toda a classe trabalhadora, de modo especial os grupos historicamente marginalizados: negros e negras; empregadas domésticas e diaristas; lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais; povos e comunidades tradicionais – ciganos, indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba,

quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro, comunidades tradicionais pantaneiras, caiçaras, extrativistas, povos faxinalenses, pescadores, pomeranos, retireiros do Araguaia e comunidades de fundo de pasto; pessoas em situação de rua; catadores de lixo e cooperativados de reciclagem; profissionais do sexo; sem teto e sem-terra.

Por isso, a defesa da seguridade social pública no Brasil, concepção distorcida pelo projeto neoliberal, é imprescindível, ou seja, o tripé que compõe a seguridade social – assistência social, previdência social e saúde – deve estar articulado a um conjunto mais amplo de políticas sociais, como, por exemplo, saneamento, moradia, mobilidade urbana, alimentação, cultura, trabalho e educação.

Para tanto, é urgente a revogação da Emenda Constitucional nº 95, que reduz os gastos sociais, como condição indispensável para a ampliação do orçamento destinado às políticas sociais. Além disso, é preciso reorganizar o orçamento público, a fim de fazer frente ao contexto de desfinanciamento e subfinanciamento das políticas sociais. Faz-se necessário salvaguardar a concepção e os princípios que orientam a política migratória brasileira, e nesse sentido a sociedade civil organizada é um ator crucial pelo potencial organizativo e político que possui.

## **2- Política para a População Imigrante de Roraima**

Observa-se a necessidade de construir uma Política para a População Imigrante de Roraima porque o estado tem se mostrado um polo receptor de imigrantes – não apenas de venezuelanos – por estar situado estrategicamente numa região de fronteira, o que possibilita um maior trânsito e circulação de pessoas, mercadorias e conhecimentos. Com isso, uma política estadual poderia regular as ações dos entes públicos, bem como possibilitaria maior transparência e controle social da população na implementação da política.

Portanto, a Política para a População Imigrante de Roraima, se construída, deve promover e fomentar o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos, a partir do respeito à multiculturalidade e à diversidade. Tal Política deve ser um instrumento normativo e político no combate à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a todas as formas de violação de direitos.

Construída com a participação da sociedade civil, com objetivos, princípios e diretrizes alinhados com a política migratória brasileira, possibilitaria não só ao imigrante, mas a toda a sociedade de Roraima, melhores condições de vida por meio do estímulo à valorização dos direitos humanos.

### **3- Comitê Intersectorial de acompanhamento da Política para População Imigrante de Roraima**

É importante também a criação de Comitês Intersectoriais, nos âmbitos estadual e municipal, com caráter paritário entre representantes do Estado e da sociedade civil, – e deliberativo, para que possam construir planos de ações periódicas, com o detalhamento das estratégias de implementação da Política para a População Imigrante de Roraima, especificamente no que se refere aos objetivos, responsabilidades e metas. Por meio dos Comitês seria possível monitorar e acompanhar o desenvolvimento das ações do poder público, estimulando a articulação intersectorial das políticas em âmbito federal, estadual e municipal.

Uma vez criados, pode-se fomentar a construção de grupos de trabalho, por assuntos específicos, para debater e examinar as estratégias para integração da população imigrante no território. Os Comitês podem propor ao Poder Executivo a instituição de parcerias com universidades, centros de pesquisa e outros, para a elaboração de estudos acerca das condições de vida dos imigrantes, bem como sobre as políticas sociais, com o objetivo de subsidiar a formulação e a execução das políticas sociais. Por fim, os Comitês podem planejar, regularmente, encontros locais ou estaduais para apreciar e elaborar estratégias para a consolidação da Política para a População Imigrante de Roraima.

### **4- Estratégias a curto e médio prazo**

Cabe defender a qualidade dos serviços prestados à população por meio da formação de servidores e agentes políticos que efetivamente compreendam o contexto migratório no estado de Roraima, tendo como eixo estruturante os marcos legais e normativos em âmbito nacional e internacional, sob a ótica de defesa dos direitos humanos.

Nos serviços públicos que realizam mais atendimentos à população imigrante, pode ser instituída a figura de facilitadores que auxiliem no intercâmbio intercultural e linguístico entre os imigrantes e os profissionais. Além disso, deve haver maior intensificação e fiscalização para combater o trabalho exploratório e análogo ao escravo.

Deve-se oportunizar a valorização e o respeito à diversidade cultural através da abertura de espaços culturais de preservação da memória e cultura dos imigrantes, bem como o fomento à produção intercultural.

Ademais, é importante a elaboração e aprovação de uma política para revalidação de diplomas mais simplificada, com critérios e parâmetros condizentes com a realidade social, em especial, para incentivar a incorporação de profissionais que possuam especialidades ausentes

ou escassas no Estado. A universidade possui um papel estratégico nesse quesito e junto com movimentos organizados da sociedade civil pode atuar, por exemplo, por meio de projetos de extensão que auxiliem na formação política e organizativa dos imigrantes.

Para combater os estereótipos e estigmas contra os imigrantes deve haver um amplo e sério investimento em campanhas educativas e pedagógicas de esclarecimento e orientação da população, dando destaque ao potencial da migração.

O Estado brasileiro, em especial o Estado de Roraima, deve assumir o ensino da língua portuguesa – o que não exclui a participação da sociedade civil – como política social pública necessária para o acolhimento e integração do imigrante. A participação ativa dos imigrantes venezuelanos é fundamental, por isso a criação de associações, coletivos e movimentos dos próprios imigrantes é legítimo e viável, pois isso estimula a atuação autônoma e dá visibilidade à voz e percepções dos sujeitos, que são assim elaboradas por eles próprios.

O Governo Federal deve dar mais transparência aos recursos, contratos e plano de trabalho estabelecidos com a sociedade civil e organismos internacionais, a fim de facilitar o controle social, inclusive por parte da própria população imigrante, que é alvo das ações.

## **5- O compromisso ético e político do pesquisador**

Não há neutralidade na ciência: a escolha teórica e metodológica transparece um ideal societário – ético e político – de como o pesquisador lê e interpreta o real. Portanto, o contato direto com os sujeitos da pesquisa através da socialização das informações é um mecanismo indispensável para a defesa e aprofundamento da democracia. Assim, conforme as condições objetivas do campo – tempo de estadia, articulação e acesso aos imigrantes – realizaram-se sete oficinas, o que abrangeu 123 imigrantes venezuelanos.

As oficinas ocorreram com as turmas dos cursos de língua portuguesa oferecidos pela sociedade civil e pela Universidade Federal de Roraima. Os temas tratados foram previamente selecionados junto com as coordenadoras dos cursos, a partir de demandas apresentadas pelos imigrantes, que foram: os principais aspectos da Lei n. 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei n. 13.445 de 2017 (Nova Lei de Migração).

A partir do contato direto com os imigrantes foi possível observar que era predominante o pouco ou nenhum conhecimento sobre a Lei Migratória brasileira, bem como sobre os direitos e as formas de acesso às políticas sociais no Brasil. Diante dessa realidade, realizou-se mais uma oficina sobre formação e organização política para incentivar a construção de uma

consciência coletiva, enquanto socialização da participação política e articulação para o acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

O contato e a aproximação com os imigrantes foram extremamente enriquecedores, pois as trocas e aprendizados mostraram-se mútuos, o que sem dúvidas agregou e aprofundou o entendimento da pesquisadora sobre o quão relevante é dar visibilidade a essa temática e, sobretudo, devolver as informações colhidas nesta pesquisa no sentido de que os próprios imigrantes possam usá-las para o fortalecimento dos seus interesses.

Assim, no âmbito do exercício profissional no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, foi possível construir algumas estratégias que deram visibilidade ao tema, a partir de um trabalho contínuo de sensibilização de promotores e promotoras de justiça. Nesse sentido, a pesquisadora participou da construção da primeira Recomendação do Núcleo de Direitos Humanos do MPDFT, que orientou a Secretaria de Transporte e Mobilidade do Governo do Distrito Federal a fornecer transporte gratuito aos imigrantes e refugiados que participam do curso do projeto “português como língua de acolhimento” da UnB. Além disso, a pesquisadora integrou outras ações que proporcionaram a construção de estratégias de defesa dos direitos dos imigrantes em Brasília, como, por exemplo, a elaboração do “Guia de Prevenção à Violência Contra a Mulher Imigrante”, uma parceria entre o Núcleo de Gênero do MPDFT e o Departamento de Letras da UnB. Resta citar as ações desenvolvidas em tempos da pandemia de COVID-19 com relação a esse público, quando a pesquisadora vem atuando no assessoramento de promotores e promotoras de justiça que exigem do governo local a implementação de políticas sociais para essa população em igualdade de condições com os nacionais.

Por fim, esta tese é a síntese de um projeto coletivo, sonhado e forjado por muitos braços e afetos de pessoas que seguem acreditando que uma sociedade mais justa e igualitária só pode existir se for construída coletivamente. Em tempos de barbárie social, discursos de ódio e irracionalidade, continua-se a árdua tarefa de garantir nos diversos espaços sócio-ocupacionais a defesa das conquistas históricas, especialmente dos direitos humanos, denunciando as atrocidades institucionais tão letais para a sociedade. Decerto que este trabalho possibilitou a transformação da própria pesquisadora que muito aprendeu com todos os imigrantes venezuelanos, os quais abriram suas casas, vidas e histórias com presteza e amabilidade, e sem os quais estas linhas não teriam vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR. + **30 Cartagena, Plano de Ação do Brasil**. Disponível em: <http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9866.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Cartagena+30: países da América Latina e o Caribe adotam Plano de Ação comum**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/cartagena-30-paises-da-america-latina-e-o-caribe-adotam-plano-de-acao-comum/>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. 1951. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1)>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Protocolo de 1967 Referente ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: [http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Protocolo\\_de\\_1967](http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967). Acesso em: 09 ago. 2017.
- ALTVATER, E. A teoria do capitalismo monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista. In: HOBSBAWM, E. (org). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 12, p. 283-340.
- ÁLVAREZ R. Víctor. ¿Cuáles son los intereses que motivan el accionar de Rusia y China y qué podrían hacer en favor de una solución política? In: **Búsqueda de Alternativas Políticas a la crisis de Venezuela**. Disponível em: [https://issuu.com/ausjal/docs/libro-seminario-busqueda-solucion\\_n](https://issuu.com/ausjal/docs/libro-seminario-busqueda-solucion_n). Acesso em: 10 nov. 2019.
- ALVES, R. Uma análise do processo político-econômico venezuelanos do governo bolivariano de Hugo Chávez (1999-2013). Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26277/1/An%C3%A1liseProcessoPol%C3%ADtico\\_Alves\\_2018.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26277/1/An%C3%A1liseProcessoPol%C3%ADtico_Alves_2018.pdf). Acesso em: 10 nov. 2019.
- ANTES DE TRUMP, Bolsonaro já se referiu a imigrantes como “escória do mundo. **GQ Globo**, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2018/01/antes-de-trump-bolsonaro-ja-se-referiu-imigrantes-como-escoria-do-mundo.html>. Acesso em: 13 de jun. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARCE, P. **China y América Latina: los escenarios posibles**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20130920035225/GT-RetosIntegracion.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020
- ARKONADA Katu; KLACHKO: Paula. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA APROVA orçamento de quase R\$ 5 bilhões para Roraima em 2020. **G1**, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/13/assembleia-legislativa-aprova-orcamento-de-quase-r-5-bilhoes-para-roraima-em-2020.ghtml>. Acesso em: 26 jan. 2020.

ASSIS, G. Gênero. In. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

A TRIBO INDÍGENA que está sendo dizimada por uma epidemia de HIV. **British Broadcasting Corporation Brazil**, 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42647056>. Acesso em: 06 mai. 2018.

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular - IELA, 2012.

BAPTISTA, Asdrúbal. **El capitalismo rentístico**: Elementos cuantitativos de la economía venezolana. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082005000300005](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082005000300005). Acesso em: 28 fev. 2020.

BARBOSA, Lúcia; BERNARDO, Mirelle. Língua de Acolhimento. In: CAVALCANTI, Leonardo. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. 1 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2017, p. 177-181.

BARROS, Pedro. **O Governo Chávez e Desenvolvimento**: a política econômica em processo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9307/1/PEDRO%20SILVA%20BARROS.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: Boschetti, Ivanete et al. (Orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 39-72.

\_\_\_\_\_. Política social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 301-321.

\_\_\_\_\_. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Projetos societários em disputa e suas expressões no serviço social**: O trabalho de assistentes sociais no contexto de precarização. Palestra apresentada no 16º Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TVJXPxiJ9dA&t=2129s>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOLSONARO em vinte e cinco frases polêmicas. **Carta Capital**, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/> Acesso em: 15 de jun. 2020.

BOLSONARO CONFIRMA revogação da adesão ao Pacto Global para Migração. **Agência Brasil**, Brasília, 09 jan. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-confirma-revogacao-da-adesao-ao-pacto-global-para-migracao>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Crítica Marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo. In: Boschetti, Ivanete et al. (Orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 73-87.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 26 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 312, de 29 de outubro de 1991**. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena São Marcos, no Estado de Roraima. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-312-29-outubro-1991-449005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991**. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0350.htm#:~:text=DECRETO%20No%20350%2C%20DE,do%20Uruguai%20\(TRATADO%20MERCOSUL\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0350.htm#:~:text=DECRETO%20No%20350%2C%20DE,do%20Uruguai%20(TRATADO%20MERCOSUL)). Acesso em: 26 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a concessão de VISTO TEMPORÁRIO para a finalidade de PESQUISA, ENSINO OU EXTENSÃO ACADÊMICA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9199.htm). Acesso em: 10 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018**. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9285-15-fevereiro-2018-786170-publicacaooriginal-154864-pe.html>. Acesso em: 17 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018**. Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9286-15-fevereiro-2018-786171-publicacaooriginal-154866-pe.html>. Acesso em: 17 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm). Acesso em: 05 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm). Acesso em: 17 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm). Acesso em: 10 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm). Acesso em: 12 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018.** Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm). Acesso em: 15 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 820,** de 15 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm). Acesso em: 15 mai. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004.** Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html). Acesso em: 27 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. **Defesa do Brasil – Operação Acolhida.** Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/>. Acesso em: 26 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Atenção Especializada.** Disponível em: <https://www.saude.gov.br/artigos/770-sistema-nacional-de-saude/40317-atencao-especializada>. Acesso em: 28 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **1º relatório da comissão externa crise na fronteira da Venezuela com o Brasil.** Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ). Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL E 13 PAÍSES DA AMÉRICA não devem reconhecer vitória de Maduro. **El País Brasil,** 21 mai. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/21/internacional/1526898417\\_522539.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/21/internacional/1526898417_522539.html). Acesso em: 11 jul. 2018.

CAVALCANTI et al., Um convite às teorias e conceitos sobre migrações internacionais. In: **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Brasília: Ed. UnB, 2017.

CARVALHO, F.C. **Bretton Woods aos 60 anos**. Disponível em: <https://christypato.files.wordpress.com/2008/09/cardim-fernando-bretton-woods-60-anos.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

CECEÑA, Ana Esther. **Honduras y la ocupación del Continente**. Disponível em: <https://rebellion.org/honduras-y-la-ocupacion-del-continente/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

CEREZA, Manuel; MOLERO, Ricardo; SOLER, Alberto. **El sucre: orígenes, funcionamiento y perspectivas de futuro para la integración latinoamericana**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20130920035225/GT-RetosIntegracion.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

CONFIRA NA ÍNTEGRA o Discurso do Presidente Michel Temer na ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 20 set. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-09/confira-integra-do-pronunciamento-de-michel-temer-na-onu>. Acesso em: 12 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html). Acesso em: 22 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2018**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados [...] que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//resolucao-cns-510-16.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado**. Disponível em: [http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-questao-do-estado\\_](http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-questao-do-estado_). Acesso em: 10 dez. 2019.

DAMASCENO, Fernando. **Luta operária e participação popular na Venezuela: estudo sobre a resistência dos trabalhadores - O paro petrolero de dezembro de 2002**. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=195627](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=195627). Acesso em: 10 dez. 2019.

DEMÉTRIO, José Fausto. **A criação de um município na fronteira Brasil/Venezuela (Pacaraima/RR): sob uma perspectiva jurídico-política (1995/2007)**. Disponível em: [http://ufrr.br/historia/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&download=146:a-criacao-de-um-municipio-na-fronteira-brasil-venezuela-pacaraima-dob-uma-perspectiva-juridico-politica-1995-2007&id=4:publicacoes&Itemid=204](http://ufrr.br/historia/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=146:a-criacao-de-um-municipio-na-fronteira-brasil-venezuela-pacaraima-dob-uma-perspectiva-juridico-politica-1995-2007&id=4:publicacoes&Itemid=204). Acesso em: 26 jan. 2020.

DEMIER, Felipe. **Dois aspectos sobre Trotsky e a fraqueza das burguesias periféricas**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/06/dois-aspectos-sobre-trotsky-e-a-fraqueza-das-burguesias-perifericas/>. Acesso em: 13 jul. 2020

DEMIER, Felipe; GONÇALVES, Guilherme Leite. **Capitalismo, Estado e Democracia: um debate marxista**. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rdp/v8n3/2179-8966-rdp-8-3-2350.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020

DIEESE. **A perversa marcha da insensatez**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2019/boletimConjuntura019/index.html?page=1>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DIETERICH, H. **La conducción política de Fidel y Hugo Chávez**. Disponível em: <https://www.lr21.com.uy/editorial/463220-la-conduccion-politica-de-fidel-y-hugo-chavez>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DINIZ, Flávio. [Correspondência]. Destinatário: Fabricia da Hora Pereira. Brasília, 31 jul. 2020. E-mail. **Solicitação de Refúgio – Venezuelanos - 2018**

DINIZ, Flávio. [Correspondência]. Destinatário: Fabricia da Hora Pereira. Brasília, 31 jul. 2020. E-mail. **Solicitação de Residência – Venezuelanos – 2018 – Todos amparos legais**.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

ESCOLHIDO DE TRUMP para levar a “democracia” à Venezuela passou a vida esmagando a Democracia. **The Intercept Brasil**, 01 fev. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/01/escolhido-trump-democracia-venezuela/>. Acesso em: 09 nov. 2019.

ESTUDO DA ONU aponta aumento da população de migrantes internacionais. **Nações Unidas Brasil**, 17 set. 2019 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/estudo-da-onu-aponta-aumento-da-populacao-de-migrantes-internacionais/>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FÉLIX G. ARELLANO P. **Perspectivas de la crisis venezolana: participación de la comunidad internacional**. Disponível: <https://jesuitas.lat/attachments/article/1275/SEMINARIO%20INTERNACIONAL%20DIGITAL%20.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História**. Disponível em: [http://resistir.info/livros/brasil\\_capital\\_imperialismo.pdf](http://resistir.info/livros/brasil_capital_imperialismo.pdf). Acesso em: 10 jul. 2018.

FROMM, Eric. **Conceito marxista do homem com uma tradução dos manuscritos econômicos e filosóficos de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

GASKEL, G.; BAUER, M. W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMANN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. Digitalizado pelo Coletivo Sabotagem em 2004.

GOVERNADOR DECRETA estado de emergência na Saúde, em Roraima. **G1**, 24 maio 2014. Disponível: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2014/05/governador-decreta-estado-de-emergencia-na-saude-em-roraima.html>. Acesso em: 27 fev. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Lei nº 96, de 17 de outubro de 1995**. Cria o Município de Pacaraima e dá outras providências Disponível em: <https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/leisOrdinarias/1995/Lei%20Estadual%20096-1995.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da “previdência privada”**. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Escola de Serviço Social (ESS). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2006.

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

\_\_\_\_\_. **Breve historia del neoliberalismo**. Disponível em: [http://ffy11.uncu.edu.ar/IMG/pdf/breve\\_historai.pdf](http://ffy11.uncu.edu.ar/IMG/pdf/breve_historai.pdf). Acesso em: 18 jul. 2018.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HITNER, Verena. **Uma análise do malogro do modelo de desenvolvimento latino-americano dos anos 1990: os limites internos da Venezuela**. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-103652/publico/2011\\_VerenaHitner.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18122012-103652/publico/2011_VerenaHitner.pdf). Acesso em: 13 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **O esgotamento do modelo puntofijista e a ascensão de Chávez**. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18704>. Acesso em: 13 jan. 2020.

IBGE. **População de Roraima**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>. Acesso em: 06 ago. 2020.

JACOME, Francine. **Los militares en la política y la economía de Venezuela**. Disponível em: [https://nuso.org/media/articles/downloads/8.TC\\_Jacome\\_274.pdf](https://nuso.org/media/articles/downloads/8.TC_Jacome_274.pdf). Acesso em: 13 jan. 2020.

JONES, Robert. **Beyond Economics: Fears of Cultural Displacement Pushed the White Working Class to Trump** | PRRI/The Atlantic. Disponível em: <https://www.prrri.org/research/white-working-class-attitudes-economy-trade-immigration-election-donald-trump/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LA BARRA, Ximena de; DELLO BUONO, R.A. **Da ALBA à CELAC: Rumo a “outra integração”?** Disponível em: <https://nacla.org/article/alba-celac-toward-%E2%80%98another-integration%E2%80%99>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LA VILLE Christian, DIONNE, Jean. **A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007, 340 p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENIN, Vladimir. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2010.

LOPEZ MAYA, M. Venezuela Ascenso y gobierno de Hugo Chávez y sus fuerzas bolivarianas. In: AIBAR, Julio; VÁZQUEZ, Daniel (Coords.). **Autoritarismo o democracia?** Hugo Chávez e Evo Morales. Flacso Mexico, 2009.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: **Por que gritamos golpe?**. Disponível em: < <https://aquise fala.files.wordpress.com/2016/09/porque-gritamos-golpe.pdf>>. Acesso: 06 de mai. 2018.

MADURO É REELEITO presidente da Venezuela com uma forte abstenção e em meio a denúncias de fraude. **El País Brasil**, 21 mai. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397\\_319633.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397_319633.html). Acesso em: 11 de jul. de 2018.

MAIS DE 16 MIL VENEZUELANOS pedem refúgio em Roraima em seis meses, diz PF. **G1**, 11 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/mais-de-16-mil-venezuelanos-pedem-refugio-em-roraima-em-seis-meses-diz-pf.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2018.

MAIS DE 160 países adotam Pacto Global para a Migração. **Nações Unidas Brasil**, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-160-paises-adotam-pacto-global-para-a-migracao/>. Acesso em: 14 jan. 2020

MANDEL. E. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paul Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÁRMORA, L. Política de Imigração. In: **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

MARTINS, Rafael; GRIM, Ryan. **O plano bilionário secreto estimulado pela Casa Branca para reprivatizar a Venezuela Pós-Maduro**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/18/bid-bilhoes-dolares-venezuela-maduro/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

MARTINS, Valter. **Políticas de satisfação de necessidades básicas no contexto da migração na fronteira Brasil-Venezuela**. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/2658/1598>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994; São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994; São Paulo: Nova Cultural, 2013.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/tme\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_15.pdf) >. Acesso em: 08 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **O 18 DE BRAMÁRIO**. Disponível em: <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>. Acesso em: 16 fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. In: **Os Pensadores**. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MASCARO, A L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.

**MIGRACIÓN desde Venezuela a Colombia: impactos y estrategia de respuesta en el corto y mediano plazo**. – Colombia: Banco Mundial, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Parecer Técnico/SEAP/6<sup>a</sup>CCR/PFDC nº 208/2017, de 14 de março de 2017**. Parecer Técnico acerca da situação dos indígenas da etnia Warao na cidade de Manaus, provenientes da região do delta do Orinoco, na Venezuela. Brasília: Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/parecer-tecnico-warao>. Acesso em: 04 abr. 2018.

MONTE, Deborah Silva; ANASTASIA, Fátima. **Cláusula Democrática do Mercosul: indefinição conceitual e uso estratégico**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n62/0104-4478-rsocp-25-62-0011.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

MONTORO, Xabier Arrizabalo. **Capitalismo y economia mundial**. Madrid: Instituto Marxista de Economía – IME, 2016.

MOTA, Ana Elisabete. Expropriações Contemporâneas: hipóteses e reflexões. In: BOSCHETTI, Ivanete. (Org.). **Expropriações e direitos no capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2018, v. 1, p. 167-186.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 667- 700.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis3**. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, jan.-jun./2001, p. 41-50.

OLIVEIRA, Antônio, T. Demografia. In: CAVALCANTI, Leonardo. et al. (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. 1 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2017, p. 177-181.

OLIVEIRA, Pedro, A. R. Coyuntura geopolítica de las relaciones de Brasil con Venezuela. In: **Búsqueda de Alternativas Políticas a la crisis de Venezuela**. Disponível em: [https://issuu.com/ausjal/docs/libro-seminario-bu\\_squeda-solucio\\_n](https://issuu.com/ausjal/docs/libro-seminario-bu_squeda-solucio_n). Acesso em: 10 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta Democrática Interamericana**. Disponível em: [http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic\\_Charter.htm](http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm). Acesso em: 12 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/port/tratados\\_A-41\\_Carta\\_da\\_Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Estados\\_Americanos.htm](https://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm). Acesso em: 23 nov. 2019.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OXFAM. **Pesquisa nós e as desigualdades.** Disponível em: <https://oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/>. Acesso em: 10 out. 2019

PARTIDO SOCIALISTA UNIDO DA VENEZUELA. **Maduro: Iniciamos la tercera década de la Revolución Bolivariana a paso de vencedores.** Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/portada/revolucion-nicolas-maduro-victoria-decada-desarrollo-vida-pueblo-victoria-paz-estabilidad/#.XhcmdEdKjIU>. Acesso em: 09 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **5 golpes fracasados de la oposición venezolana en 2019.** Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/acciones-violencia-golpe-estado-derecha-venezuela-operacion-estados-unidos-acciones-donald-trump/>. Acesso em 09 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Saab: Responsables del golpe de Estado de abril del 2002 siguen conspirando todavía.** Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/temas/noticias/tareck-william-saabresponsablesgolpe-estadoabril2002conspirando/#.XQ2XMOhKjIU> Acesso em: 09 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **El Libro Azul.** Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/temas/biblioteca/libro-azul-hugo-chavez-frias/#.Xu9mwsRKjIU>. Acesso em: 09 jan. 2020.

PATRUS, Roberto; DANTAS, Douglas; SHIGAKI, Helena. **O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v13n1/1679-3951-cebape-13-01-00001.pdf>. Acesso em: 20 jan. de 2020.

PESQUISA CNI/Ibope aponta que popularidade de Temer mantém-se estável. **Agência Brasil**, Brasília, 05 abr. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/pesquisa-cniibope-aponta-que-popularidade-de-temer-mantem-se-estavel>. Acesso em: 06 mai. 2018.

PNAD CONTÍNUA: taxa de desocupação é de 13,1% no trimestre encerrado em março. **Agência IBGE Notícias**, 27 abr. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20994-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-1-no-trimestre-encerrado-em-marco>. Acesso em: 01 de mai. 2018.

PISMATARO, Francesca Ramos. **Los militares y el deterioro democrático en Venezuela.** Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/espo/n53/2462-8433-espo-53-00260.pdf>. Acesso em: 10 jan. de 2019.

PNUD. **Ranking IDHM Unidades da Federação 2010.** Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Acesso em: 06 ago. 2020.

RAMOS, E. DONDA, E. SILVA, R. Ação Humanitária. In. **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Ed. UnB, 2017.

REGALADO, Roberto (2009): De Marx, Engels y Lenin a Chávez, Evo y Correa. Reforma y revolución entre imaginario y realidad. En: Rodas, G. **América Latina Hoy: ¿reforma o revolución?** Ocean Sur, México.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 26 jan. 2020.

ROMANO et al. **Sanciones de EEUU a Venezuela**. Objetivos generales, estrategias e impacto en la economía de ambos países. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/230827.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2019.

ROMERO, Carlos, A. **Crisis política y transiciones en Venezuela**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/105331>. Acesso em: 06 mai. 2019.

ROMERO, Carlos, A.; MIJARES, Víctor, M. **De Chávez a Maduro: Continuidade e mudança na política externa venezuelana**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292016000100165&lng=pt&nrm=iso#aff1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292016000100165&lng=pt&nrm=iso#aff1). Acesso em: 06 mai. 2018.

ROSA, R. Xenofobia. In: **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALVADOR, Evilásio. A Questão Tributária em Marx: fundamentos para compreender o financiamento do fundo público. In: Boschetti, Ivanete et al. (Orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 89-111.

\_\_\_\_\_. **O trabalho de assistentes sociais no contexto de precarização** Palestra apresentada no 16º Congresso Brasileiro De Assistentes Sociais, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TVJXPxiJ9dA&t=2129s>. Acesso em: 10 nov. 2019

\_\_\_\_\_. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil**. Conferência apresentada no Simpósio Orçamento Público e Políticas Sociais da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/I%20Simposio/Fundo%20Publico%20e%20o%20financiamento.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SANTOS, Ângelo. **El papel de Estados Unidos en la actual crisis venezolana**. Disponível em: [https://issuu.com/ausjal/docs/libro-seminario-bu\\_squeda-solucio\\_n](https://issuu.com/ausjal/docs/libro-seminario-bu_squeda-solucio_n). Acesso em: 10 nov. 2019.

SANTOS, M. L. **El papel de Estados Unidos en la actual crisis venezolana**. Disponível em: <https://jesuitas.lat/attachments/article/1275/SEMINARIO%20INTERNACIONAL%20DIGITAL%20.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SCHAFFNER, Brian; MACWILLIAMS, Matthew; NTETA, Tatishe. **White Polarization in the 2016 Vote for President: The Sobering Role of Racism and Sexism**. Disponível em: [https://mirror.explodie.org/schaffner\\_et\\_al\\_trump.pdf](https://mirror.explodie.org/schaffner_et_al_trump.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020

SENADO APROVA retirada de área do município de Pacaraima de reserva indígena. **Senado Notícias**, Brasília, 16 out. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/16/senado-aprova-retirada-de-area-do-municipio-de-pacaraima-de-reserva-indigena>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do trabalho científico**, 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria, L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, R. Acolhida. In. **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

SIMÕES, Gustavo (Org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da Imigração Venezuelana**. Curitiba: Editora CRV, 2017. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/Perfil\\_Sociodemografico\\_e\\_laboral\\_venezuelanos\\_Brasil.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/Perfil_Sociodemografico_e_laboral_venezuelanos_Brasil.pdf). Acesso em: 11 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil**. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/24729-1442-5-30.pdf>. Acesso em 11 jul. 2018.

SIMÕES, Gustavo da Frota. Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país. **Mundorama**, v. agosto, p. 1-6, 2017.

SUTHERLAND, Manuel. **Impacto y naturaleza real de las sanciones económicas impuestas a Venezuela**. Disponível em: <https://www.derechos.org/ve/web/wp-content/uploads/SancionesSutherland-1.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, novembro de 2009, p. 107-124. Disponível em: < <http://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/1.5-Express%C3%B5es-socioculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-%E2%80%93Ivo-Tonet.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

TRAD, L.A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a13v19n3.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

TROTSKY, L. **Manifesto da IV Internacional Sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/05/manifesto.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

VAZ, Alcides Costa. **A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços**. *Análise Estratégica*, n. 3, 2016.

VENDRAMINI, Célia. **A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p239>. Acesso em: 01 dez. 2019.

VENEZUELA. **Constitución de La República Bolivariana de Venezuela, 1999**. Disponível em: <https://pdpa.georgetown.edu/Parties/Venezuela/Leyes/constitucion.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Plan de la Patria 2013-2019. In: **Constitución de La República Bolivariana de Venezuela**. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/?s=Plan+de+la+Patria+2013-2019>. Acesso em: 07 jan. 2020.

VENTURA, D. Lei de Migração. In: **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

VIEIRA, Marina de Oliveira Lopes. **O debate teórico sobre o governo Chávez: paradoxos do chavismo na Venezuela**. Disponível em: [http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305717/1/Vieira\\_MarianadeOliveiraLopes\\_D.pdf](http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305717/1/Vieira_MarianadeOliveiraLopes_D.pdf). Acesso em: 01 mai. 2018.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Sanciones económicas como castigo colectivo: El caso de Venezuela**. Disponível em: <https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-05-spn.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2019.

WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

ZANFORLIM, S. Estereótipo. In: **Dicionário crítico de Migrações internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2017.

## **ANEXO A - Roteiro de entrevista para representantes da Assembleia Legislativa do estado de Roraima**



Universidade de Brasília (UnB)  
Instituto de Ciências Humanas (ICH)  
Departamento de Serviço Social (SER)  
Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

### **Roteiro de entrevista para representantes do Poder Legislativo (Estadual) Assembleia Legislativa do estado de Roraima**

- 1- Quais são os desafios enfrentados pelo estado de Roraima para garantir direitos aos imigrantes Venezuelanos?
- 2- Há repasses financeiros do Governo Federal para o estado e os municípios desenvolverem ações para os imigrantes?
- 3- Há emendas parlamentares e/ou previsão orçamentária na LOA que contemple os imigrantes venezuelanos?
- 4- Quais são as ações desenvolvidas pela Assembleia para esse público?
- 5- Existe articulação entre as diferentes esferas do governo estadual na construção de políticas públicas que atendam as especificidades dessa população?
- 6- Existem canais na Assembleia para que os imigrantes apresentem suas demandas?

## ANEXO B - Guión de entrevista con inmigrantes venezolanos en Brasil



Universidade de Brasília (UnB)

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

Departamento de Serviço Social (SER)

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

<b>Eje I: Tránsito</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decisión de emigrar: circunstancias y planificación.</li> <li>• Frontera: riesgos durante la travesía y condiciones del desplazamiento.</li> </ul>
<b>Eje II: Situación migratoria</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conocimiento sobre derechos: entrada y estadía en Brasil.</li> <li>• Agente migrante: contacto con las instancias que regulan la situación migratoria.</li> <li>• Tramite migratorio: tipo de visa, documentación requerida, aspectos lingüísticos y culturales.</li> </ul>
<b>EJE III: Políticas sociales previstas en la Ley N ° 13.455 de 2017</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educación: incentivo para la capacitación, aprendizaje del idioma portugués, reconocimiento de diplomas, acceso a los diferentes niveles de educación.</li> <li>• Asistencia legal: conocimiento del derecho, acceso y respuestas a las demandas.</li> <li>• Trabajo: oferta de trabajo, modo de contratación y condiciones de trabajo.</li> <li>• Casa/vivienda.</li> <li>• Servicio bancario: conocimiento sobre el derecho, el acceso y las respuestas a las demandas.</li> <li>• Seguridad social: asistencia social; salud y bienestar (conocimiento del derecho, acceso y respuestas a las demandas).</li> <li>• Asistencia de agentes públicos.</li> <li>• Percepción de las políticas sociales.</li> </ul>
<b>EJE IV: Vivir en Brasil</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura.</li> <li>• Idioma.</li> <li>• Relación con la población y el gobierno local.</li> <li>• Alimentación.</li> <li>• Violaciones: prejuicios, xenofobia y otras violencias.</li> </ul>

## ANEXO C - Roteiro de entrevista com gestores do estado de Roraima



Universidade de Brasília (UnB)  
Instituto de Ciências Humanas (ICH)  
Departamento de Serviço Social (SER)  
Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Pesquisadora: Fabricia da Hora Pereira

Projeto de Tese de Doutorado

Tema: AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA IMIGRANTES NO BRASIL: DO ABSTRATO AO CONCRETO (A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS APÓS A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO DE 2017).

Roteiro da entrevista com gestores do estado de Roraima

Eixos Norteadores:

1. Direitos previstos e implementados: neste indicador serão levados em consideração os tipos de direitos previstos e os implementados pela gestão municipal.
2. Abrangência dos direitos: refere-se à quantidade de pessoas alcançadas pelas políticas desenvolvidas, as condicionalidades de acesso e permanência, bem como as situações cobertas pela Lei 13.445 de 2017;
3. Ação intersetorial entre as políticas: como acontece a articulação e a complementaridade entre as políticas previstas na Lei 13.445 de 2017;
4. Financiamento: volume de recursos destinados a serviços, programas e benefícios para os imigrantes venezuelanos;
5. Conflitos no território: refere-se à relação entre a população local, os imigrantes e a gestão.

## ANEXO D - Cuestionario socioeconómico de venezolanos en Brasil



Universidade de Brasília (UnB)

Instituto de Ciências Humanas (ICH)

Departamento de Serviço Social (SER)

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

**Investigación de Doctorado:** POLÍTICAS SOCIALES PARA INMIGRANTES EN BRASIL: DE LO INCONCRETO A LO CONCRETO (LA SITUACIÓN DE VENEZOLANOS DESPUÉS DE LA APROBACIÓN DE LA NUEVA LEY DE MIGRACIÓN DE 2017).

**Investigadora:** Fabricia da Hora Pereira

**Fecha de hoy:**

**Lugar/Ubicación:**

### Cuestionario socioeconómico de venezolanos en Brasil

<b>Numero:</b>		
<b>Entrevistado(a)</b>		
<b>Caracterización:</b>		
<b>1. ¿Edad?</b>	_____ en años completos	
<b>2. ¿Etnia/Color?</b>	Blanco ( )	Indígena ( )
	Negro ( )	Amarillo ( )
	Moreno ( )	Prefiero no declarar ( )
<b>3. ¿Sexo?</b>	Femenino ( )	Masculino ( )
	Prefiero no declarar ( )	
<b>4. ¿Estado civil?</b>	Soltero(a) ( )	Separado(a) / divorciado(a) / Desquitado(a) ( )
	Casado(a) ( )	Viudo(a) ( )
	Union estable ( )	Prefiero no declarar ( )

5. ¿Escolaridad?	Primaria incompleta ( ) Primaria completa ( ) Media incompleta ( ) Media completo ( )	Superior incompleto ( ) Superior completo ( ) Carrera _____ Postgrado incompleto ( ) Postgrado completo ( )
6. ¿Ejercía algún trabajo asalariado en Venezuela?	si ( ) no ( )	<b>Tipo de vínculo:</b> Formal ( ) Informal ( )
	<b>Ingresos:</b> Equivalente a moneda brasileña (Real)  R\$ _____	
¿Región en la que vivía en Venezuela?	Estado: _____ _____	Municipio/Departamento: _____ _____
8. ¿Con quién vivía en Venezuela?	Solo ( ) Familia ( )	Amigos ( ) Terceros ( )
¿Tipo de vivienda en Venezuela?	Prestada ( ) Dada ( )	Propia ( ) Rentada ( ) Valor de renta:
¿Motivos por su salida de Venezuela?	_____ _____ _____	
¿Motivos para haber migrado para Brasil?	_____ _____ _____	
Vida anterior como inmigrante antes de su llegada a Brasil	<b>¿Usted ya había vivido en otros países antes de su llegada a Brasil?</b> ( ) si ( ) no  <b>¿Qué país o países?</b> _____	
¿Está usted interesado a regresar a Venezuela?	( ) si ( ) no	

	<b>¿En cuánto tiempo?</b> _____	
<b>Eje I: Tránsito</b>		
<b>6. Decisión de emigrar</b>	<b>¿Usted planeó y organizó su salida de Venezuela?</b>  ( ) si ( ) no	<b>¿Usted tenía familiares, amigos o conocidos en Brasil antes de emigrar?</b>  ( ) si ( ) no
	<b>¿Usted tenía algún lugar preparado para llegar en Brasil?</b>  ( ) si ( ) no	<b>¿Dónde?</b> _____
<b>7. Frontera</b>	<b>¿Tuvo dificultades para salir de Venezuela?</b>  ( ) si ( ) no	<b>¿Cuales?</b>  ( ) Documentación ( ) Dinero para el traslado ( ) Conflictos familiares ( ) Inseguridad en el trayecto hasta Brasil ( ) Otros _____
<b>7. ¿Forma de entrada a Brasil?</b>	Terrestre ( )	Aerea ( )
<b>8. ¿Con quién reside en Brasil?</b>	Solo ( ) Familia ( )	Amigos ( ) Conocidos ( ) Otros ( ) _____
<b>¿Tipo de vivienda en Brasil?</b>	Prestada ( ) Dada ( ) Albergue del gobierno ( ) Albergue de Instituciones filantrópicas ( )	Propia ( ) Rentada ( ) Valor del alquiler/renta: R\$ _____
<b>¿Actualmente está trabajando en Brasil?</b>	si ( ) no ( )	<b>¿Sin cartera de trabajo? ( )</b> <b>¿Con cartera de trabajo? ( )</b> <b>¿Qué actividad desenvuelve?</b> _____

	<b>Ingresos por mes en Reais:</b> R\$ _____	<b>Propósito de los recursos:</b> Uso propio ( ) Uso propio y para la familia aquí en Brasil ( ) Envío de dinero para Venezuela ( )
<b>Remesas/envios</b>	¿Usted envía dinero para Venezuela? si ( ) no ( )  Valor enviado por mes en Reais: R\$ _____	<b>¿Si usted envía dinero para Venezuela quien es el destinatario?</b>  Familia ( ) Amigos ( ) Otros _____
<b>Eje II: Situación migratoria en Brasil</b>		
<b>Visa</b>	<b>Tipo de Visa</b> Protocolo de Refugio ( ) Residente temporario ( ) Residente permanente ( ) Otro ( ) _____	
<b>Derechos de los Inmigrantes en Brasil</b>	¿Usted conocía los derechos de los inmigrantes en Brasil, los diferentes tipos de visas con relación a las formas de entrada y permanencia al en país? si ( ) no ( )	
<b>Agente migratorio</b>	¿Como fue su interacción con la Policía Federal en Brasil? _____  ¿Usted tenía la documentación exigida por la Policía Federal en Brasil para poder solicitar la visa? _____	
<b>Eje III: Políticas sociales previstas en la Ley N. 13.445 de 2017</b>		
<b>Educación</b>	¿Usted conoce algún programa del gobierno federal que incentiva la capacitación de los inmigrantes?	

	<p>si ( ) no ( )</p> <p>¿Cuál?</p> <hr/> <p><b>¿Usted conoce algún programa del gobierno estatal o municipal que incentiva la capacitación de los inmigrantes?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p>¿Cuál?</p> <hr/> <p><b>¿Usted conoce algún proyecto o programa que enseña portugués para inmigrantes?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p>¿Cuál?</p> <hr/> <p><b>¿Usted intento revalidar sus estudios en alguna universidad brasileña?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p><b>¿Usted considera que las exigencias por parte de las universidades brasileñas para revalidar estudios y diplomas son accesibles para los inmigrantes?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p>
<b>Asistencia Legal</b>	<p><b>¿Usted ya accesó alguna asistencia jurídica en Brasil?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p><b>¿Si usted ya accesó alguna asistencia jurídica publica en Brasil, su solicitud fue atendida?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p>

<b>Trabajo</b>	<p><b>¿Alguna vez usted no pudo conseguir empleo en Brasil por causa de ser inmigrante?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p><b>¿Si usted ya ha trabajado para alguien, ha observado algún tratamiento deferente por causa de ser inmigrante?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p><b>¿Usted tiene conocimiento de los derechos para los trabajadores en Brasil?</b></p> <p>si ( ) no ( ) un poco ( )</p>
<b>Servicio Bancario</b>	<p><b>¿Usted ya intento abrir una cuenta bancaria en Brasil?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p><b>¿Usted ha tenido dificultades para abrir una cuenta o resolver alguna transacción bancaria en Brasil por causa de ser inmigrante?</b></p> <p>si ( ) no ( ) un poco ( )</p>
<b>Política de Asistencia Social</b>	<p><b>¿Recibe alguna ayuda financiera por parte del gobierno?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p><b>¿Programa de Bolsa Familia?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p><b>¿Beneficio de prestación continua (BPC)?</b></p> <p>si ( ) no ( )</p> <p>Otro ( ) _____</p> <p><b>¿Usted ya fue atendido en algún servicio de política de asistencia social?</b></p> <p><b>Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social – CREAS ( )</b></p> <p><b>Centro de Referencia de Asistencia Social - CRAS ( )</b></p> <p>Otro ( ) _____</p>

<b>Política de Salud</b>	<p><b>¿Usted tiene tarjeta del SUS?</b></p> <p>sí ( ) no ( )</p> <p><b>Usted ya fue atendido por algún servicio de salud pública para:</b></p> <p>Consulta médica de rutina ( )  Exámenes médicos ( )  Exámenes de laboratorio ( )  Exámenes de rutina para mujer ( )  Vacunas ( )  Emergencias ( )  Recetas medicas ( )</p> <p>Otros ( ) _____</p>
<b>Política de seguridad alimenticia y nutricional</b>	<p><b>¿Cómo usted tiene acceso a su alimentación?</b></p> <p>La comida es comprada por mi ( )  Comprada por otras personas ( )  Donación del gobierno ( )  Donación por instituciones filantrópicas ( )  Donación de terceros ( )</p> <p><b>¿Usted utiliza restaurante comunitario del gobierno?</b></p> <p>sí ( ) no ( )</p> <p><b>¿Usted ya recibió alguna canasta de alimentación básica por el gobierno?</b></p> <p>sí ( ) no ( )</p>
<b>EJE V: Vivir en Brasil</b>	
<b>Violaciones de Derechos</b>	<p><b>¿Usted ya fue discriminado por causa de ser inmigrante?</b></p> <p>sí ( ) no ( )</p> <p><b>¿Usted ha sabido de algún inmigrante venezolano que fue discriminado en Brasil?</b></p> <p>sí ( ) no ( )</p> <p><b>¿Usted ya fue víctima de agresión física por causa de ser inmigrante?</b></p>

sí ( ) no ( )

**¿Usted ha sabido de algún inmigrante venezolano que hayan sufrido algún intento de agresión física?**

si ( ) no ( )

**¿Usted ya fue agredido verbalmente con groserías o palabras ofensivas por causa de ser inmigrante?**

sí ( ) no ( )

**¿Usted ha sabido de algún inmigrante venezolano que hayan sido agredidos verbalmente con groserías o palabras ofensivas por causa de ser inmigrantes?**

sí ( ) no ( )

**¿Usted se siente seguro en Brasil?**

sí ( ) no ( )

**¿Si la respuesta es "no", por qué?**

---

**¿En caso de que usted enfrente una situación violencia, a quien usted recurriría?**

Familia ( )

Amigos ( )

Policía Federal ( )

Policía Militar ( )

Policía Civil ( )

Instituciones filantrópicas ( )

Otros ( ) \_\_\_\_\_

## ANEXO E - Carta de Apresentação da Pesquisa



Universidade de Brasília (UnB)  
Instituto de Ciências Humanas (ICH)  
Departamento de Serviço Social (SER)  
Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

À

Ao cumprimentá-la, apresento a pesquisadora Fabricia da Hora Pereira, inscrita no CPF: 025.210.025-50, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB), que desenvolve, sob minha orientação, o projeto de tese intitulado: “AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA IMIGRANTES NO BRASIL: DO ABSTRATO AO CONCRETO (A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS APÓS A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO DE 2017)”. Solicitamos o apoio para que a pesquisadora tenha acesso aos imigrantes venezuelanos com o intuito de subsidiar a pesquisa. Destaco que o material coletado será guardado pelo tempo que determina a legislação vigente, não sendo utilizado em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Ressalto que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UnB, sendo aprovado no dia 04 de setembro de 2019.

Maria Lucia Lopes da Silva  
Doutora em Política Social (PPGPS/UnB)

Brasília, \_\_\_\_\_ de novembro de 2019

**ANEXO F - Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para Fins de Pesquisa**



Universidade de Brasília (UnB)  
 Instituto de Ciências Humanas (ICH)  
 Departamento de Serviço Social (SER)  
 Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ PARA FINS DE PESQUISA**

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado: “AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA IMIGRANTES NO BRASIL: DO ABSTRATO AO CONCRETO (A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS APÓS A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO DE 2017)”, sob responsabilidade da pesquisadora Fabricia da Hora Pereira vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social- PPGPS, da Universidade de Brasília- UnB.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para a análise por parte da equipe de pesquisa, apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais e publicações editoriais pertinentes ao tema. Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam elas televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e sons de voz são de responsabilidade da pesquisadora responsável. Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_  
 Nome e Assinatura do (a) pesquisador (a)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## ANEXO G - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília (UnB)  
 Instituto de Ciências Humanas (ICH)  
 Departamento de Serviço Social (SER)  
 Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

### ***Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE***

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar do projeto de pesquisa de doutorado: “AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA IMIGRANTES NO BRASIL: DO ABSTRATO AO CONCRETO (A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS APÓS A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO DE 2017)”, sob a responsabilidade da pesquisadora Fabricia da Hora Pereira. O projeto tem o objetivo problematizar o conteúdo e a implementação das políticas sociais do Estado brasileiro alcançadas por imigrantes venezuelanos após a promulgação da Lei 13.445/2017.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação se dará por meio de entrevista a ser realizada no local, data e horário de melhor conveniência para o senhor(a), com um tempo estimado de 45 minutos para sua realização.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são: possibilidade de constrangimento ao responder a entrevista; cansaço ao responder às perguntas; vergonha; desconforto ou alterações de comportamento durante a gravação de áudio. Se você aceitar participar, estará contribuindo para melhor efetivação das políticas sociais aos imigrantes venezuelanos no Brasil; para o conhecimento mais aprimorado das necessidades dos imigrantes no Brasil; desconstruir estigmas e pré-conceitos acerca dos imigrantes venezuelanos.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a).

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, também não há compensação financeira relacionada a sua participação, que será voluntária. Se existir qualquer despesa adicional relacionada diretamente à pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa) a mesma será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, você deverá buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados pelo Programa da Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade de Brasília (UnB) podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o (a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Fabricia da Hora Pereira, na Universidade de Brasília no telefone móvel (+55 61 98199-1055), disponível inclusive para ligação a cobrar. Ou ainda para o e-mail: [briciapereira17@hotmail.com](mailto:briciapereira17@hotmail.com).

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da

Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – CEP/FS-UnB. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidos pelo telefone (61) 3107-1592 ou pelo e-mail [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br). O CEP/CHS-UnB se localiza na Faculdade de Direito, Campus Darcy Ribeiro, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília-DF/ Brasil.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor(a).

---

Nome / assinatura

---

Pesquisador Responsável  
Nome e assinatura

, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## ANEXO H - Parecer Consubstanciado do CEP



UNB - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA IMIGRANTES NO BRASIL: DO ABSTRATO AO CONCRETO (A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS APÓS A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO DE 2017).

**Pesquisador:** FABRICIA DA HORA PEREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 16391319.8.0000.5540

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Política Social

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 3.555.034

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos (reconhece desconfortos e constrangimentos) e benefícios bem avaliados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Projeto bem desenvolvido e claro.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos foram apresentados conforme resolução 466 de 2012.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1373204.pdf	26/06/2019 17:43:50		Aceito
Cronograma	CronogramaCEP.pdf	26/06/2019 17:42:22	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Untitled_20190625_204121.PDF	25/06/2019 19:48:34	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito

Outros	curriculo.pdf	25/06/2019 19:41:45	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	07/06/2019 21:24:39	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEP.pdf	07/06/2019 21:23:34	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AUTORIZACAODEIMAGESOM.pdf	07/06/2019 20:58:36	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e	TERMOUNB.pdf	07/06/2019 20:55:33	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito

Página 02 de

Continuação do Parecer: 3.555.034

Infraestrutura	TERMOUNB.pdf	07/06/2019 20:55:33	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMOUFRR.pdf	07/06/2019 20:54:09	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMOCSVM.pdf	07/06/2019 20:51:32	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMOORIENTADORA.pdf	07/06/2019 20:50:53	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	07/06/2019 20:43:26	FABRICIA DA HORA PEREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

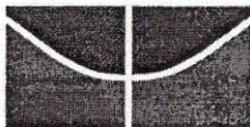
Não

BRASILIA, 04 de Setembro de 2019

---

**Assinado por:**  
**Érica Quinaglia Silva**  
**(Coordenador(a))**

## ANEXO I - Termo de Concordância



Universidade de Brasília (UnB)  
 Instituto de Ciências Humanas (ICH)  
 Departamento de Serviço Social (SER)  
 Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

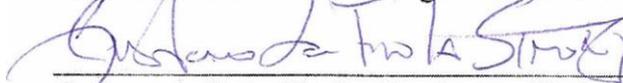
### TERMO DE CONCORDÂNCIA

O coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), se dispõe a colaborar para a localização de possíveis entrevistados, na realização do projeto de pesquisa: AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA IMIGRANTES NO BRASIL: DO ABSTRATO AO CONCRETO (A SITUAÇÃO DOS VENEZUELANOS APÓS A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO DE 2017), de responsabilidade da pesquisadora Fabricia da Hora Pereira, para o doutorado, a partir da aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, como instituição proponente do projeto de pesquisa.

O estudo envolve a realização de entrevistas com imigrantes venezuelanos e agentes do poder público e da sociedade civil que contribuem para a elaboração da política migratória brasileira. Tem duração de quatro semanas, com previsão de início para setembro de 2019.

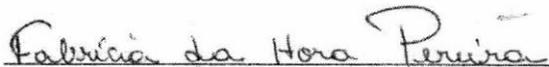
Boa Vista, 04 de junho de 2019.

Coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello- CSVM/UFRR

  
 Gustavo da Frota Simões/Assinatura/Carimbo

**Gustavo da Frota Simões**  
 Prof. do Comitê de Ética em Pesquisa  
 Matr. SIAPE 2307849  
 CRI/UFRR

Pesquisador Responsável pelo protocolo de pesquisa:



Fabricia da Hora Pereira/ Assinatura